

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL

CARLA BAIENSE FELIX

**Territórios proibidos:
a construção da favela no noticiário e seus efeitos sociais**

Rio de Janeiro

2012

CARLA BAIENSE FELIX

**Territórios proibidos
a construção da favela no noticiário e seus efeitos sociais**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Linha de pesquisa Mídia e Mediações Socioculturais, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Comunicação e Cultura

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Gibaldi Vaz.

Rio de Janeiro

2012

CARLA BAIENSE FELIX

**Territórios proibidos:
a construção da favela no noticiário e seus efeitos sociais**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Comunicação e Cultura, Escola de Comunicação,
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Linha de
pesquisa Mídia e Mediações Socioculturais

Prof. Dr. Paulo Roberto Gibaldi Vaz
Dr. em Comunicação
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof.^a Ana Paula Goulart Ribeiro
Dr.^a em Comunicação
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Luiz Antonio Machado da Silva
Dr. em Sociologia
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Prof.^a Mariana Cavalcanti
Dr.^a em Antropologia
Fundação Getúlio Vargas

Prof. Paulo Roberto Ribeiro Fontes
Dr. em História
Fundação Getúlio Vargas

DEDICATÓRIA

A Daniela, Fernanda e Valentina –
Esperanças de um mundo melhor.

AGRADECIMENTOS

Ao amigo e orientador Prof. Paulo Vaz, que com generosidade e paciência me fez acreditar que era possível chegar ao fim desta jornada.

À querida Prof.^a Mariana, pelo apoio, carinho e fontes valiosas.

A professora Ana Paula Goulart, que me abriu as portas da memória e me fez olhar o passado sob outra perspectiva.

Aos professores Luiz Antonio Machado da Silva e Paulo Roberto Ribeiro Fontes, que me muito me honraram em aceitar o convite para participar desta banca.

Aos companheiros de percurso, Igor, Israel, Fernanda e Janine, que dividiram comigo alegrias e angústias, e me deram o apoio moral e intelectual necessários para seguir em frente.

A todos os professores desta escola e aos funcionários da pós, sempre prontos a ajudar.

A Capes, pelo apoio financeiro à pesquisa.

Ao meu marido Valentim, as minhas filhas Daniela, Fernanda e Valentina, e a minha mãe, Alba, sem os quais nenhum esforço faria sentido.

RESUMO

Esta tese analisa as transformações nos discursos sobre a favela no noticiário dos jornais **O Globo** e **Jornal do Brasil** dos anos 1980 a 2010, a partir de um corpus de 764 reportagens. Utilizando as referências da frame analysis e da agenda setting, identifica as questões públicas construídas pela imprensa e o enquadramento dado a elas em cada período, permitindo mapear as condições de emergência de novos discursos ou do desaparecimento de antigos debates. Analisa as representações da favela produzidas, bem como seus efeitos sobre o cotidiano dos moradores. Considera que a retórica do risco (VAZ, 2005), que se tornou hegemônica no discurso jornalístico sobre as favelas, substituiu a narrativa típica da política da piedade (ARENDT, 2001), que prevaleceu até os anos 1980. E conclui que esta estrutura discursiva expressa não apenas uma transformação na sociabilidade das favelas, mas revela mudanças na forma de fazer jornalismo e na maneira pela qual a sociedade concebe seu papel frente à pobreza.

Palavras-chave: Jornalismo; Favela; Risco; Frame-analysis; Agenda setting;

ABSTRACT

This thesis analyzes the transformations in the discourses on the slum on the news of the newspapers O Globo and Jornal do Brasil in the years 1980 to 2010, from a corpus of 764 stories. Using references of frame analysis and agenda setting, identifies public issues and the framework built by the press given to them in each period, thereby outlining the conditions of emergence of new discourses or disappearance of old debates. Analyzes representations of the favela produced, and its effects on the daily lives of residents. Considers that the rhetoric of risk (VAZ 2005), which became hegemonic in the journalistic discourse about the slums, has replaced the typical narrative of the politics of piety (Arendt, 2001), which prevailed until the 1980s. And concludes that this structure expresses not only a discursive transformation in the sociability of the slums, but shows changes in the way of doing journalism and the way the society conceives their role in poverty.

Keywords: Journalism; Slum; Risk; Frame-analysis; Scheduling;

SUMÁRIO

Introdução	10
Capítulo 1 - Os anos 1980	39
1.1 A construção da favela	39
1.2 Pobreza, política e polícia	42
1.3 Crime e violência estrutural	56
1.4 Projeto mutirão ou favela assumida	69
1.5 Dos porões da ditadura às favelas – violência policial e estado de direito	74
1.6 - Ninguém sabe, ninguém viu – os limites da confiança entre fonte e repórter	81
Capítulo 2 – Os anos 1990	87
2.1 A privatização da favela	87
2.2 A trilha sonora do crime	97
2.3 Entre a piedade e o medo ou A batalha do Rio	104
2.4 Operação Rio – O Estado sobe o morro	111
2.5 Protagonismo social e a morte da política	122
2.6 Reage, Rio!	128
2.7 Favela-bairro?	139
Capítulo 3 – Os anos 2000	144
3.1 Vítimas e bandidos	144
3.2 Morre Tim Lopes – O risco real por trás da notícia	147
3.3- Lula presidente - a pobreza volta à pauta	158
3.4 Favela-movie, funk e outras modas – Cultura como refúgio	165
3.5 Ainda a guerra do Rio – a cidade sitiada	169
3.6 Eco-limites - a contenção da favela	185

Capítulo 4 – O ano de 2010	190
4.1 A morte do jornal	190
4.2 A paz que vem da guerra	192
4.3 Verão das UPPs	199
4.4 Clientelismo político e criminalidade nas eleições 2010	204
4.5 Educação e habitação na linha de tiro	210
4.6 Notícias do front: o espetáculo da guerra midiática e a comunicação das brechas	211
 Considerações Finais	 228
 Bibliografia	 231
 Apêndice	 243

Introdução

“Tomo conhecimento de mim, originalmente, através dos outros; deles recebo a palavra, a forma e o tom que servirão para a formação original da representação que terei de mim mesmo”

(BAKTHIN, 1992, p. 378)

"Composto por 11 favelas e com cerca de 250 mil habitantes, o Complexo do Alemão é classificado como uma das regiões mais perigosas da cidade"

(O BARRIL ..., 1995)

Favela não é tudo igual. Transitando pelas vielas é possível distinguir no traçado irregular a cartografia de cada uma delas, reconhecer o desenho formado pelo conjunto de casas, identificar as ruas principais, os becos menos movimentados, as praças, os campos, as escolas, o lugar do “movimento”¹.

Para entender o que distingue umas das outras é preciso perceber o cheiro da comida que sai das janelas à beira das calçadas, o perfume de banho tomado das meninas a caminho da aula, o suor dos trabalhadores da rua. Reconhecer o fedor de esgoto nos dias de chuva, o de lixo, que vem dos aterros clandestinos, o de pólvora, em dia de guerra.

Os sons de cada favela também compõem um retrato singular. Retrato sonoro, produzido pelas rodas de samba, pelos bailes funk, pelas serestas e forrós, às vezes, tudo junto e misturado, tão alto e embaralhado que mal se distingue de onde vêm. A algazarra da meninada na rua, a pregação dos pastores a cada esquina, o pipoco dos tiros avisando que o carregamento chegou, a “voz” do caveirão ameaçando: “Eu vou levar a sua alma”.

Conhecer de verdade, requer uma viagem de Kombi, uma visita à feira, uma missa no domingo de ramos, uma oferenda na macumba. Exige uma parada para brincar com as crianças na rua, tomar “uma” com os homens no bar, conversar com as mulheres na esquina. Jogar na lan house, frequentar as ONGs, assistir aos espetáculos de dança, canto, teatro. Torcer nas competições esportivas. Conhecer os personagens famosos e anônimos que habitam esses aglomerados urbanos, e que aparecem tão disformes e tão uniformes nos discursos midiáticos que parecem compor uma coisa só.

Imagens, cheiros. Sons de vida e de morte.

¹ Denominação dada pelos moradores aos pontos de venda de drogas nas favelas.

Vida que perde seu vigor diante da narrativa atual, que reduz o cotidiano nas favelas à dimensão da morte. Uma discursividade mórbida que produz uma espécie de asco coletivo, medo difuso, que leva todo carioca do asfalto a distinguir com precisão o que define a favela: a violência.

Notícia de jornal

“O texto só vive em contato com outro texto (contexto). Somente em seu ponto de contato é que surge a luz que aclara para trás e para frente, fazendo com que o texto participe de um diálogo”

(BAKHTIN, 2000, p. 404)

“Este e outros problemas serão debatidos, a partir de hoje, com a comunidade, através de seus representantes, que opinarão sobre todas as etapas do projeto, considerado de máxima prioridade pelo Governador Leonel Brizola”

(SECRETÁRIO ..., 1984)

Notícia sobre favela não é tudo igual. Para identificar o que distingue uma das outras, é preciso perder-se no emaranhado de palavras que dão forma ao texto, percorrer as construções discursivas e desvendar os mecanismos pelos quais produzem seus sentidos. É necessário, ainda, desvendar os interdiscursos, saber com que outras idéias aquelas dialogam. Perceber por que se fala, de quem se fala, como se fala e com quem se fala.

Para entender de verdade os sentidos produzidos pela notícia, há que se entender o leitor construído pelo discurso e o leitor de carne e osso, co-autor dos textos, por cujas mãos os sentidos serão reconstruídos. Por fim, há que se reconhecer que todo texto tem um contexto, em cujos limites se dão a produção, a circulação e consumo dos discursos.

Vivendo num período que nos encoraja a olhar eternamente para o presente, quase nos esquecemos de que a favela construída pelo jornalismo já foi outra além daquela que conhecemos hoje pelas reportagens policiais. Já foi outra numa construção discursiva que a enxergava e compunha de uma maneira diversa. Discursos feitos por outros homens, em outras épocas.

O mutirão para construção das casas, o trabalho para limpeza das valas, o arruamento, a colocação do esgoto, da água e da luz já foram notícia um dia. E a reportagem policial, que

sempre bateu ponto ao pé dos morros e becos das favelas, também já teve outra versão para os crimes, com depoimentos de moradores e testemunho do repórter. Outras formas de fazer jornalismo.

Este trabalho nasceu da proposta de identificar e sistematizar os discursos sobre a pobreza urbana, cujo nome atual é favela. Embora muitas favelas hoje se assemelhem em tudo a bairros populares e boa parte de pobreza extrema se encontre em moradias muito mais precárias do que as encontradas na maior parte das favelas consolidadas (CAVALCANTI, 2007), é a partir dela que a grande mídia constrói os discursos sobre a pobreza.

Estigmatizada pela mídia desde o surgimento, no final do Século XIX, a representação da favela no noticiário passou por diversas mudanças ao longo do Século XX. De mancha na paisagem a território de risco, foram várias as imagens usadas para descrever o lugar dos pobres na grande imprensa.

A partir delas, podemos apreender as alterações na geografia e no cotidiano das cidades, as mudanças nas formas de se fazer jornalismo e, ainda, de modo eloquente, reconhecer a transformação na maneira de conceber o lugar dos pobres na cidade do Rio de Janeiro.

Uma transformação que não ocorreu apenas no Rio e em outras grandes capitais brasileiras. Ao redor do mundo, em países ricos e pobres, os bolsões de pobreza que povoam a periferia dos centros urbanos ilustram o abandono dos ideais de justiça e igualdade que marcaram as sociedades desenvolvidas até os anos 1980.

No Brasil, o ideal, jamais alcançado, de bem-estar para todos, a partir dos anos 1990 vai mesmo aparecer, de forma recorrente, como proposta demagógica de político em véspera de eleição. A redução nas perspectivas de mobilidade social, que marcará o período pós-ditadura, não deixa dúvidas a respeito do lugar dos pobres na democracia brasileira.

A questão do lugar tem, portanto, um duplo sentido nesta pesquisa: designa não apenas a maneira como o espaço da pobreza foi construído pelo senso-comum, mas também o papel social e econômico determinado aos pobres na estrutura capitalista. Silva (2006) chama atenção para a recorrência a um velho chavão popular para explicar esta dupla inserção. “Ponha-se no seu lugar” é a maneira pela qual o pobre é “enquadrado”. A investigação deste lugar destinado à pobreza pelo discurso midiático vai nortear este trabalho.

Não pretendi escrever uma história das favelas ou uma sociologia das relações entre ricos e pobres no Brasil. Pretendi investigar as representações da pobreza urbana e sua relação com a cidade formal tal qual são constituídas pelos sentidos hegemônicos produzidos dentro

do discurso midiático. É a visão jornalística da pobreza, enquanto expressão do senso comum, que me interessa.

Isso não implica num abandono dos efeitos do discurso sobre a vida das populações faveladas. Ao contrário, minha hipótese principal se baseia na certeza de que o discurso midiático não apenas retrata o senso comum a cerca dos fatos, mas que também o produz, influenciando o cotidiano da sociedade. A produção da favela como lugar da pobreza e a dicotomia favela X asfalto são exemplos claros do que estou falando. Mais uma vez, no entanto, foi no próprio discurso midiático que busquei as pistas destes efeitos sociais.

A pobreza nas Ciências Sociais

Diversos trabalhos vêm se preocupando com o estudo das favelas a partir da segunda metade do século XX. Muitos deles procuraram entender justamente os anos anteriores à chegada das ciências sociais ao território dos pobres, a partir da década de 1940. É por volta deste período, também, que as instituições oficiais começaram a produzir dados estatísticos a respeito das favelas, possibilitando um olhar sociológico mais apurado sobre o fenômeno. Mas é a partir dos anos 1980, quando a criminalidade violenta registrou um aumento nas cidades, que a produção de estudos sobre o tema ganhou um enorme incremento.

Atualmente, podemos distinguir dois grupos principais de trabalhos a respeito do assunto: por um lado, situamos os estudos sobre a chamada criminalidade violenta, nos quais a favela emerge como ponto a partir do qual a sociedade apreende o fenômeno. Por outro, os trabalhos etnográficos, que procuram mapear o cotidiano dos moradores.

Nos primeiros trabalhos, os pesquisadores vão buscar interpretações para o acirramento da criminalidade urbana, sobretudo para a entrada em cena dos jovens traficantes e para a produção de uma nova forma de presença de criminosos nas comunidades.

Gestada a partir dos anos 1980, esta presença caracteriza-se por uma sociabilidade violenta (MACHADO DA SILVA, 2004). A especificidade desta nova sociabilidade encontra-se no uso da força e na territorialização da favela como formas de assegurar os domínios sobre os pontos de venda de drogas. Não apenas a maneira como se manifesta, mas também as implicações desta nova presença do traficante sobre as políticas públicas de segurança e sobre o cotidiano dos seus moradores são temas de importantes trabalhos (LEITE, 2000; MACHADO DA SILVA, 2004; MACHADO DA SILVA E LEITE, 2007; MISSE, 2006).

Por outro lado, distinguimos uma importante corrente etnográfica, tanto na sociologia quanto na antropologia, tendo como marco o estudo de Zaluar (1985) sobre os pobres de Cidade de Deus. Nestes trabalhos, o olhar atento do pesquisador nos permite vislumbrar os modos de vida, hábitos, valores e representações das populações faveladas a respeito de conceitos como trabalho, lazer, vizinhança, habitação (Cavalcanti, 2007).

Um terceiro grupo de pesquisas, sobretudo no campo da história, vem se ocupando da recuperação da memória das favelas, tanto em relação à constituição destes espaços urbanos quanto das histórias de localidades específicas. Esta corrente se desenvolve, sobretudo, a partir do trabalho de movimentos em defesa dos direitos dos moradores de favela, como o “Favela tem memória”, ou da iniciativa de intelectuais moradores das próprias favelas (Silva, 2006, Rose, 2006).

Nas três abordagens – a da sociologia do crime, a etnográfica e a histórica - notícias, artigos, crônicas e outros textos produzidos ou publicados na imprensa são utilizados como material acessório, fonte de pesquisa ou ilustração das questões estudadas. Poucos são os que têm como foco a análise do material jornalístico.

A menção a esse material, no entanto, é utilizada como endosso ao argumento sobre a representação dominante em dado momento histórico. Ou, ainda, para um estudo de caso específico – uma campanha, uma disputa política travada através da imprensa. No campo dos estudos de mídia destacamos os trabalhos de Vaz a respeito do conceito de risco e sofrimento evitável no noticiário a partir da década de 1980.

A proposta deste trabalho, portanto, é a de contribuir para a reflexão sobre o papel da mídia na construção do lugar da pobreza urbana na sociedade. O foco da pesquisa são os discursos veiculados em dois jornais com forte presença nas classes alta e média da cidade do Rio de Janeiro: **O Globo** e o **Jornal do Brasil**. Ambos representam não apenas um discurso classe média, mas um discurso mediano, ou seja, do senso-comum a respeito da representação e do lugar da favela na atualidade.

Lugar do pesquisador

Antes de prosseguir na argumentação, é preciso definir o lugar a partir do qual o pesquisador se pergunta sobre a representação midiática da favela e seu impacto sobre a vida dos seus moradores. Antes de se tornar objeto, a favela, e a Maré mais especificamente, foi o meu primeiro endereço. A visão “de dentro” sobre o discurso midiático a respeito do meu

espaço de vida sempre se constituiu em motivo de inquietação e, confesso, de vergonha. O uso sistemático de clichês, que revelavam o mal-disfarçado preconceito classe média dos produtores de notícia sobre o território dos pobres não despertava apenas indignação entre os moradores. Efetivamente, criava barreiras para o relacionamento com os habitantes da cidade formal.

Nos anos 1980, durante os quais comecei o curso de Comunicação Social, ainda como moradora da Maré, assisti às mudanças na paisagem e ao domínio do território pela força imposto pelos novos donos do tráfico na comunidade. Assisti, também, ao aumento do desemprego, à queda no valor dos salários e ao inchaço da população favelada. Diante da realidade que se impunha, resistir aos discursos da mídia se tornava ainda mais difícil.

Onze anos depois de mudar de endereço, voltei à Maré como voluntária de um projeto social, e me propus a revisitar os discursos sobre a favela, não apenas aqueles construídos a partir de uma instância hegemônica, mas também os produzidos pelos de “dentro”. Coloquei-me, portanto, no papel de observadora privilegiada, cuja aproximação do tema foi facilitada não apenas pelo trânsito, mas também pela intimidade de quem já viveu do outro lado do objeto.

Desse trabalho nasceu a dissertação de Mestrado defendida nesta escola, em que analiso os dois discursos enquanto vetores de uma subjetividade associada à favela. Proponho, agora, uma ampliação do estudo iniciado durante o mestrado, buscando, desta vez, apreender o movimento a partir do qual a representação da favela ligou-se definitivamente ao crime e buscando as relações entre o discurso midiático e as mudanças na cidade, no jornalismo e na forma de conceber o lugar dos pobres. Minha hipótese é de que as transformações no discurso midiático sobre a pobreza urbana expressam as transformações de uma estrutura social que se julgava em dívida com o pobre para uma sociedade que se sente acuada por ele.

De vítima a bandido

O ponto de partida deste trabalho é o ano de 1984, momento de redemocratização do Brasil, cujas conseqüências políticas, econômicas, sociais e culturais foram vividas de modos diferentes por ricos e pobres no país. É a partir deste período que estudei as transformações nos discursos sobre a pobreza urbana, na sociabilidade na cidade do Rio de Janeiro, marcada pela ideia de áreas de risco, e na maneira de se fazer jornalismo.

Os anos 1980 tornaram-se um marco na medida em que a volta da democracia concretizou o desejo de participação política reprimido por 20 anos de ditadura. Especificamente para o jornalismo, representou a possibilidade da volta da política ao noticiário.

A chamada transição, que se inicia a partir de 1978, com a revogação do AI-5, e se acelera após 1982, com as eleições para governador em todas as cidades brasileiras, ganha novo fôlego em 1984, com a campanha pelas Diretas Já. Estava reaberta a possibilidade de participação política para a sociedade e uma das arenas onde o debate se dá sem dúvida é a imprensa, que praticamente havia banido o assunto da primeira página.

Para a maior parte dos habitantes pobres das cidades, no entanto, a realização do “sonho democrático” significou a instituição de uma modalidade de cidadania regulada. Para estas populações, os limites dentro dos quais se dá a participação democrática são definidos por uma série de mecanismos, que vão da compra e venda de mercadorias políticas ao convívio nada democrático com as “forças de paz” que em diversos momentos tomam os territórios “em guerra”.

A história midiática das favelas nos últimos 26 anos poderia ser contada como a história das iniciativas públicas sobre o território dos pobres. Dentro desta proposta, poderíamos estudar a favela a partir de intervenções urbanísticas (Projeto Rio, Projeto Mutirão, Cada Família um Lote, Favela-Bairro, PAC, Pró-Morar, Morar Carioca) ou policiais (Rio-92, Operação Rio, Operação Guanabara, UPPs).

A partir deste fio condutor ficaria bem clara a transformação de uma sociedade que se julgava em dívida com a pobreza, e desta maneira legitimava uma política de melhoria das condições de vida dos favelados, para uma sociedade que se julga acuada pela pobreza, e prefere legitimar uma política de contenção de risco.

Preferi um caminho mais sutil: buscar na própria tessitura do texto as condições de produção e emergência dos discursos, examinando não apenas a temática das matérias estudadas, mas a maneira de contar as histórias, os juízos e sentidos produzidos. Como define Pinto (1999), buscar na materialidade da página imprensa as marcas do tempo e os sentidos produzidos pelos discursos.

Muitos dos episódios analisados ao longo das quatro décadas em que se concentra a pesquisa se repetem: ameaças de remoção, catástrofes naturais, chacinas, intervenções militares. A principal diferença é a posição da sociedade em relação aos eventos que se

constrói nos discursos. E essa maneira de se posicionar se traduz numa discursividade específica.

Identificar essa discursividade também requer um olhar antropológico que não reduza todo texto a um manifesto contra a favela e todo jornalismo a uma tentativa de legitimar o discurso de uma classe dominante. É preciso percorrer os caminhos narrativos, traçar os mapas cognitivos, identificar autores e leitores como parte de uma história que se foi modificando ao longo do século, num movimento marcado por rupturas e continuidades.

Acredito que a síntese destas transformações está na mudança da narrativa midiática. Enquanto nos anos 1980 predominava a forma narrativa típica da política da piedade (ARENDT, 1965), os anos 1990 assinalavam a hegemonia narrativa das vítimas virtuais (VAZ, 2004).

Arendt localiza a emergência da política da piedade no contexto da Revolução Francesa, ancorada por dois fatores: a articulação entre sofrimento e política e a universalização da regra moral. Dentro desta construção discursiva, o sofrimento está articulado a condições sociais, ou seja, um certo arranjo político determina as condições que produzirão o sofrimento. Portanto, uma ação política é capaz de reduzi-lo ou eliminá-lo.

Da mesma forma, como assinala Vaz, a transformação da solidariedade com estranhos em uma questão política também é decisiva para emergência desta discursividade. “Na política da piedade, exatamente por ser política, aquele que está diante do sofredor não pode ajudar local e imediatamente; deve, sim, falar aos outros do que viu para mobilizá-los” (VAZ, 2004, p. 5).

Estas duas características se traduzem numa maneira peculiar de narrar o sofrimento dos outros. De modo geral, a narrativa da política da piedade articula os fatos a uma determinada estrutura social e política, cuja consequência perversa é o sofrimento. Por outro lado, a narrativa despersonaliza o sofredor, transformado em representante de uma situação que afeta a todo um grupo.

Aplicada à análise das notícias sobre a favela, esta ideia nos ajuda a identificar a especificidade das matérias que relacionavam os males sofridos pela população pobre da cidade a uma estrutura social injusta. É a estrutura narrativa típica dos anos 1980, quando se acreditava que o retorno da democracia possibilitaria a transformação da sociedade, promovendo maior justiça social e menos sofrimento para os pobres.

Já a partir dos anos 1990 começa a consolidar-se uma narrativa pautada pela retórica do risco. Leite (2000) localiza um episódio que poderia ser considerado como um dos

fundadores desta nova forma narrativa, os arrastões ocorridos nas praias da zona sul carioca em 1992. Naquele ano, as imagens estampadas nos jornais e exibidas na TV representam a concretização de um velho pesadelo das classes médias: o de que a favela desceria o morro aterrorizando os moradores do asfalto .

Mas não é apenas a presença do morro no asfalto que alimentava o imaginário do medo. Aquele é o momento também em que a presença do tráfico se dá de forma ostensiva, territorializando o espaço da favela e inaugurando uma nova forma de presença. Os altos ganhos proporcionados pelo comércio da cocaína levaram os traficantes ao enfrentamento pela conquista ou preservação do território. Muito bem armados, passam a produzir episódios de extrema violência, o que irá associar a imagem da favela no imaginário social à área de risco. (LEITE, MISSE, MACHADO DA SILVA)

É em torno desta retórica do risco que se constrói uma nova forma narrativa, no interior da qual se vislumbra a ideia de vítima virtual (VAZ, 2005). Nesta estrutura narrativa, o sofrimento de estranhos aparece sob a forma de incidência, criando um nexo entre o episódio generalizado e a rotina de cada indivíduo. O Estado aparece como incapaz de conter o sofrimento e o cidadão passa a orientar-se pelo conceito de risco.

O percurso escolhido, portanto, atravessa 26 anos de história que separam a política da piedade da narrativa do risco, acompanhando as rupturas e continuidades, a partir das matérias sobre as favelas do Rio de Janeiro.

Corpus analisado

O material empírico utilizado para a pesquisa vem de dois dos jornais cariocas mais influentes no período analisado: **O Globo** e **Jornal do Brasil**. Sem dúvida a escolha do corpus tem um enorme impacto sobre o resultado que se vai observar. Nascido no final do século XIX, pelas mãos do jornalista Rodolfo Dantas, o **Jornal do Brasil** é considerado o pioneiro de uma nova fase da imprensa, que passa a constituir-se como empresa capitalista.

O modelo de negócio adotado vai impactar não apenas os aspectos mercadológicos da publicação, mas também muitos aspectos técnicos e editoriais. O **JB** construiu sua imagem como um jornal de vanguarda a partir de uma série de iniciativas empresariais: é o primeiro jornal brasileiro a circular com duas edições diárias, ainda no final do século XIX. No mesmo período, já rodava um suplemento ilustrado – a Revista da Semana. Contava com um time de colaboradores ilustres, entre os quais Rui Barbosa, como “colunista político”.

Na virada do século XX, detinha o maior parque gráfico da imprensa brasileira. Foi, em 1922, já sob o comando do conde Ernesto Pereira Carneiro, o pioneiro a receber os serviços de uma agência de notícias internacional, a United Press. Em 1956 lançou o Suplemento Dominical, embrião do futuro Caderno B, que o substituiria quatro anos depois. Especializado em cultura, o suplemento colocaria o Rio de Janeiro como caixa de ressonância das mudanças estéticas e culturais do país.

Mas é em 1959 que realizaria sua célebre reforma gráfica, influenciando diversos jornais da época. Eliminando os fios entre as colunas, o jornal alinhava-se às novas tendências estéticas, sobretudo ao concretismo. Destaca-se, desta forma, em muitos aspectos dos demais jornais da época, principalmente no que diz respeito à longevidade da publicação, que conseguiu manter seu prestígio durante a maior parte do Século XX.

Do ponto de vista do público-alvo, o jornal declara-se no seu nascimento como um veículo “popular”, mas é preciso entender os limites da expressão no contexto de um Brasil recém-chegado à condição republicana. Nos anúncios classificados, uma das mais importantes sessões, considerada altamente “popular”, estão exibidas com clareza as marcas de uma sociedade que mantém uma grande distância entre ricos e pobres, mas na qual já se vislumbra uma incipiente classe média.

É justamente essa parcela da população, além de uma parte das classes populares que viria a se instalar nos subúrbios, que se constituiria no público leitor do jornal, como reporta Gomes (2007). Nos anos 1950, o jornal se tornaria referência para políticos, intelectuais e para toda a imprensa, mesmo após a transferência da capital federal para Brasília. Como afirma o ex-editor executivo do jornal, Flávio Pinheiro, “de meados dos anos 50 aos anos 90, acho que todo jornal no Brasil queria ser o JB”. (REFORMA ..., 2010).

Em 29 de julho de 1925 seria lançado o título que passaria, mais tarde, a rivalizar com o **Jornal do Brasil** pelo público interessado pelo cotidiano das cidades. O jornal **O Globo**, criado pelo jornalista Irineu Marinho após este perder o controle acionário de **A Noite**, herda parte do time de jornalistas experientes do diário e recruta novos profissionais. O projeto tinha por princípio a prática de um novo jornalismo, isento, objetivo, preocupado com a informação, ainda que esta objetividade tivesse limites bastante estreitos.

Durante os anos 1960, quando o preço do papel jornal começava a ameaçar o desenvolvimento da imprensa brasileira, o jornal **O Globo** se beneficiava pelo lançamento de uma nova empresa de mídia, a TV Globo. Os anúncios da TV no jornal e vice-versa deram

novo impulso ao veículo, que na década seguinte herdaria parte dos leitores dos extintos **Correio da Manhã**, **Diário de Notícias** e **O Jornal**.

Dirigidas pelo poderoso empresário Roberto Marinho, as Organizações Globo chegaram a ser denunciadas pelo deputado João Calmon, nos anos 1960, que acusava o grupo de receber investimentos da americana Time-Life. Ao longo da década, o jornal acumulou leitores e prestígio, consolidando sua participação na imprensa brasileira.

Assim é que **O Globo** e **JB** encerram os anos 1970 com a liderança de mercado, posição que justifica a escolha para o corpus da pesquisa. Dirigidos a um público formador de opinião, representam, neste trabalho, o senso-comum a respeito do seu outro, a população pobre do Rio de Janeiro, e seu espaço de vida.

Dentro desta perspectiva, optei por excluir da análise o jornal **O Dia**, lançado nos anos 1950, com uma proposta eminentemente popular. Conhecido pelo uso de trocadilhos infames nas manchetes e cenas de violência explícita na primeira página, era popularmente lembrado como o jornal que “se espremer sai sangue”. Poderia ser descrito, nos seus primeiros anos, a partir de uma fórmula bem simples: 70% de notícias de crime e polícia, 20% de política e reivindicações operárias e 10% de esportes e divertimento.

A fórmula narrativa também incorporava elementos novelescos, enfatizando o aberrante e o pitoresco. Esse gosto pelo popularesco também levava o jornal a dar espaço privilegiado à crônica e ao *fait divers*.

A partir de 1983, quando o título passa a ser controlado pelo grupo Arca, essa orientação editorial começa a sofrer mudanças que vão situar o veículo dentro de um universo mais amplo de leitores, incluindo uma parte da classe média. Mas o jornal preserva muitas das características da primeira fase, como a seleção dos assuntos de capa, a preferência por textos curtos, o uso abundante de fotos e o tratamento das notícias ligadas ao universo popular.

Por todas estas características, o jornal destoa da proposta dos jornais escolhidos para a análise. E ainda que se constitua como um dos líderes de mercado no Rio de Janeiro, se situa num campo discursivo diferente, retratando, em alguma medida, outro olhar sobre os espaços populares.

Recorte temporal

O ponto de partida desta análise é o ano de 1984, quando se inicia a campanha pelas Diretas Já. Embora a revogação do AI-5 tenha ocorrido seis anos antes, os vestígios da ditadura ainda são visíveis no noticiário, sobretudo o político.

A despeito dos episódios de censura explícita, dentre os quais tanto **O Globo** quanto o **JB** foram vítimas, a resposta das empresas jornalísticas ao regime foi um quase abandono da cobertura política nacional. Em tempos de Guerra Fria, não só o regime de exceção, mas a própria dependência econômica das empresas jornalísticas em relação às grandes agências de publicidade internacionais criava condições para este silêncio.

É preciso analisar a questão, portanto, não apenas do ponto de vista da política, mas também em relação ao jogo do mercado. Mas também não podemos esquecer que os constrangimentos políticos e institucionais que impunham limites ao trabalho dos jornalistas não os impediam de manter e, sempre que possível, expressar suas ideias. Tornou-se célebre a frase de Roberto Marinho que, segundo o folclore jornalístico, teria respondido a um representante da censura oficial: “Dos meus comunistas, cuido eu”.

Da mesma maneira, a autocensura dos jornalistas de todos os veículos, de todos os matizes, como defende Barbosa (2007), foi uma das maiores aliadas do regime. Ao internalizarem a censura, os jornalistas tornavam-se os principais censores da ditadura, que, claramente, não chegou a formular critérios para liberar ou proibir qualquer tipo de matéria.

No período de transição, que se inicia com a revogação do AI-5, seguido da anistia (1979) e da restauração de eleições diretas para os executivos estaduais (1982), essas ambiguidades também estiveram presentes. Por isso, apesar de produzidos para públicos bastante semelhantes e a despeito de seguirem uma orientação editorial específica, os dois veículos apresentaram posições ora bem definidas, ora ambíguas, algumas vezes até surpreendentes não só durante o período de transição democrática, mas em diversos outros momentos da análise.

Assim é que encontramos um **JB** conservadoríssimo condenando veementemente os programas de melhoria de favelas empreendidos ao longo dos anos 1980, enquanto um condescendente **O Globo**, no mesmo período, dava espaço para intelectuais à esquerda discutirem os motivos pelos quais a violência avançava sobre as favelas (e não a partir delas).

A pesquisa procurou mapear estas nuances, sem reduzir os discursos a um suposto caráter ideológico da publicação. Desta maneira, o estudo comparativo não apenas entre os

períodos analisados, mas também entre os dois veículos pesquisados ajudou a traçar um panorama do pensamento social e do senso-comum a respeito do tema.

O ano de 1984 é rico em significados, representando, efetivamente, o retorno da política à pauta do dia. Um tema, em especial, começa aos poucos a ganhar destaque nas capas dos jornais: o movimento pelas Diretas Já. Associada às notícias sobre escândalos envolvendo pessoas próximas ao regime e a outras que destacavam o fracasso econômico e administrativo vivido pelo país, a temática das Diretas representava a necessidade e o desejo de mudanças urgentes, ao mesmo tempo em que traduzia a crença na via política.

A denúncia das condições de vida da população, massacrada pela alta da inflação e pela consequente queda do poder de compra, representava uma possibilidade de ataque frontal ao regime. De maneira geral, ambos os jornais noticiaram fartamente os acontecimentos que denunciavam o desgaste político do regime e a falência do modelo econômico. Desemprego, miséria, caos nos serviços públicos, corrupção generalizada eram assuntos recorrentes no noticiário.

Antecipando o desejo de mudança da sociedade civil, a campanha pelas Diretas Já representava, também, a esperança de que o restabelecimento da democracia pudesse alterar o quadro caótico em que o país se encontrava. É preciso analisar a adesão da imprensa à campanha dentro de um quadro amplo, onde está em jogo a defesa da democracia, mas também, a composição de uma nova agenda política para o país.

Fonseca (1994) defende que os autoproclamados liberais tiveram papel fundamental neste processo, assumindo a posição de liderança na reconfiguração liberal/democrática do país. Do seu ideal de sociedade saem muitas das ideias que serão defendidas no período e que mais tarde vão inspirar a redação da Constituição de 1988. O autor analisa especificamente a revista **Visão** e o jornal **Estado de São Paulo**, como legítimos representantes da imprensa liberal.

Algumas de suas conclusões, porém, podem ser estendidas ao corpus específico desta pesquisa, sobretudo sua proposta de análise da concepção de democracia dos dois veículos. Nela, destaca-se a visão liberal a respeito da questão social. A desigualdade social brasileira chegava a níveis perturbadores. A imprensa liberal, segundo Fonseca, não fechava os olhos para esta situação alarmante. Propunha, no entanto, um diagnóstico específico e medidas próprias para solucionar o problema.

Entre o diagnóstico e a solução, o que se propunha, de fato, era um novo modelo de atuação para o Estado frente à economia e uma regulamentação do papel das empresas na

economia de mercado. Esta abordagem dá pistas importantes para analisar os discursos a respeito da pobreza urbana presentes no noticiário de **O Globo** e **Jornal do Brasil**. O ponto aqui é, levando em conta nossas considerações sobre os limites da ideologia no trabalho dos jornalistas, entender em que medida estes discursos se alinham com os princípios liberais.

Tomando o referencial teórico de Hayek, o autor destaca três dos postulados principais que o neoliberalismo irá adotar: a redução do Estado a funções mínimas, como a segurança interna e externa dos cidadãos e de seus bens; a ênfase no indivíduo e no seu comportamento típico, o individualismo, do qual resulta a maior ou menor participação nos bens produzidos pela sociedade; e a fundação de um Estado de Direito, baseado não no ideal de igualdade material, mas de liberdade individual.

A posição liberal/democrática clássica, como bem salienta Fonseca, não ignora os efeitos da pobreza nem desconsidera o papel do Estado frente aos mais pobres. Mas defende que a intromissão estatal nos assuntos do mercado gera este tipo de distorção.

Desta forma, “se a intenção do Estado era atenuar a miséria subsidiando setores sociais carentes, jamais atingiria seu objetivo, pois [este tipo de ação] produz inflação e esta, ao encarecer todos os custos, torna a todos mais pobres, inclusive aqueles subsidiados” (FONSECA, 1994, p. 49).

Nos primeiros anos da década de 1980, no entanto, estas ideias ainda não estavam consolidadas no Brasil. A própria constituição de 1988 preconizava a universalização de direitos básicos que garantissem o acesso à cidadania, como saúde e educação, delegando ao Estado a obrigação de assegurar este preceito.

Não é de se estranhar que no período de transição a imprensa sublinhe a incapacidade do regime militar de garantir esses direitos, denunciando a carência dos serviços básicos a um amplo contingente da população. Note-se que esta denúncia se refere a um outro, e que o repórter se coloca aqui no papel daquele que viu o sofrimento do outro e o denuncia. É ainda a narrativa típica da política da piedade.

Mas, como lembra Ziraldo, redator de um dos mais célebres veículos contra a Ditadura, **O Pasquim**, na impossibilidade de atacar o governo, os veículos atacavam pessoas ou fatos que de alguma maneira se ligassem a ele, de forma a desnudar as mazelas do regime. A denúncia das condições de vida de uma população pobre, vivendo à margem das cidades, não significa, portanto, apenas um ato de piedade em relação ao sofrimento do outro. Representa, também, em pleno período de transição, um ataque ao já fragilizado regime.

Neste contexto específico, atos de tortura ou outras atitudes ilegais e repressivas eram dignos de denúncia. Da mesma maneira, o direito à livre expressão, cerceado por órgãos de controle durante tanto tempo, era visto como fundamental à consolidação democrática.

Esse discurso ainda vai persistir até o início dos anos 1990, quando o quadro político, econômico e social brasileiro começa a sofrer profundas alterações. O retorno da democracia não significou, como se esperava, um momento de mudança da crise econômica em que o país vivia. As altas taxas de desemprego, o baixo valor dos salários, a inflação galopante e recorrente após o fiasco de cada plano econômico, reduziam as esperanças de um país economicamente mais justo.

À medida que a democracia se consolidava, os anseios e a distância entre pobres e ricos se ampliava. No Rio de Janeiro, o crescimento da violência e a mudança no perfil de atuação do tráfico de drogas começam a redefinir a geografia urbana. Segundo relatórios estatísticos da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro e da Secretaria de Segurança pública do Estado do Rio de Janeiro, entre 1982 e 1990 houve um crescimento superior a 50% no número de homicídios dolosos e encontro de cadáver registrados. Some-se a estes números a certeza de que boa parte dos crimes ocorridos na cidade sequer era registrada para ser ter uma ideia do crescimento da criminalidade no período (MISSE, 2006).

A cobertura deste tipo de crime na mídia também ganhou novos contornos, com uma ampliação do espaço dedicado às notícias sobre os “crimes dos pobres”, que efetivamente têm maior visibilidade social, maior reação moral e maior interesse público.

Os grandes assaltos a bancos e os roubos a residências, que marcavam presença constante no noticiário carioca do início dos anos 1980, paulatinamente deixam espaço para os crimes ligados ao tráfico de drogas, que incorpora uma nova dinâmica a partir do final da década. Essa nova fase do tráfico de drogas de varejo caracteriza-se pelo domínio territorial das favelas e morros da cidade e pelo uso intensivo da violência como forma de assegurar os pontos de venda.

É dentro desta complexa dinâmica cultural, marcada por globalização econômica, redução do papel do Estado, democracia política, desigualdade social e crescimento da criminalidade violenta que assistiremos à emergência de um novo discurso sobre a pobreza urbana, suas causas e efeitos.

Os laços de solidariedade que uniram uma classe operária reorganizada em torno de um novo movimento sindical, amplas classes médias politizadas e políticos de diferentes

matizes em torno do ideal democrático desfaziam-se. O discurso jornalístico acompanha esta transformação.

A favela aparece cada vez mais associada ao aumento da violência e à degradação da vida nas cidades. Se antes a permanência da pobreza na sociedade brasileira era motivo de inquietação, agora, a sociedade começa a inquietar-se com a presença do pobre. A estigmatização do espaço de vida desta população é o maior sintoma deste mal-estar.

Esta transformação, que se torna mais clara nos discursos sobre a favela ao longo dos anos 1990 atinge seu ápice nos anos 2000, período de acirramento dos confrontos entre polícias e bandidos e entre bandidos de facções rivais pelo domínio de territórios pelo tráfico de drogas. É quando, efetivamente, um vocábulo passa a descrever os episódios midiáticos que envolvem as favelas: guerra. A realidade do tráfico e a militarização do discurso têm efeitos devastadores sobre a vida dos moradores de favelas cariocas.

O espaço dedicado à cobertura de crimes ligados a elas cresce em progressão geométrica. Alguns personagens começam a se destacar nesta cobertura. Seus nomes, assim como a extensão dos seus domínios, aparecem sempre de maneira relacionada à comunidade territorializada. A ligação fica tão naturalizada que, como numa perversa metonímia, passa a representá-la.

Este trabalho se propõe a estudar estas mudanças e continuidades nos discursos a respeito da favela a partir noticiário cotidiano. Nele, as transformações das questões construídas e dos enquadramentos principais são vistos como expressão de uma mudança de perspectivada da sociedade em relação à pobreza.

Jornalismo e favela

É preciso salientar, ainda, que uma nova dinâmica começa a moldar o trabalho de repórteres e o ritmo das grandes redações. Estas mudanças se dão dentro de um cenário complexo, marcado pelo advento de novas tecnologias e acirramento das relações entre imprensa e crime organizado.

O primeiro ponto a ser considerado neste novo cenário é a ação já consolidada de uma rede de informantes profissionais, das assessorias de imprensa e agências de notícias internacionais aos novíssimos veículos online e seus serviços de informação em tempo real. Ao mesmo tempo em que alimenta as redações com informações as mais variadas, e em certa medida monopoliza a pauta do dia, esta vasta rede de informação muda a dinâmica da apuração, demandando cada vez menos a presença do repórter in loco.

Por outro lado, as próprias agências de notícias dos veículos de comunicação precisam prover aos seus clientes um número cada vez maior de informação. E a partir de meados dos anos 1990, os serviços de informação online inauguraram uma disputa pela supremacia do tempo real. Todos estes fenômenos criaram uma pressão extra sobre os repórteres, que passaram a adotar a tecnologia para encurtar as distâncias e otimizar o tempo de produção das matérias.

O segundo fenômeno relaciona-se a mudanças tanto na configuração do tráfico nas favelas quanto da posição do jornalismo em relação a elas. A presença de repórteres tolerada por traficantes ou até mesmo convocada por eles, como lembrava Dora Kramer, numa coluna publicada no **JB** dos anos 1990, tornou-se cada vez mais indesejada.

O ponto de inflexão desta relação, ora mais pacífica ora mais conturbada, foi o ano de 2002, em que se dá a morte do repórter Tim Lopes, da TV Globo, no Morro do Cruzeiro, quando fazia uma reportagem sobre o tráfico de drogas na localidade. Após o episódio, a já escassa presença de jornalistas nas favelas e morros da cidade foi totalmente justificada.

O primeiro resultado de toda esta complexa transformação na forma de fazer jornalismo foi a prevalência da voz oficial sobre os assuntos referentes à favela. A apuração in loco, o registro de depoimentos de moradores sobre os eventos ocorridos são cada vez menos utilizados em matérias dessa natureza. Em muitos casos, um único telefonema para as forças policiais dá conta do assunto.

A segunda consequência direta do distanciamento do repórter em relação à favela é a concentração da pauta quase que exclusivamente nos eventos ligados ao crime. Desfaz-se a rede de relações entre moradores e jornalistas, cabendo à escuta policial informar os acontecimentos da favela. Os efeitos desta postura em relação às matérias relacionadas ao assunto são visíveis durante toda a primeira década do século XXI.

Meu percurso se encerra no ano de 2010, quando dois novos programas de intervenções em favelas começam a ser implantados. Com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) das favelas, o governo federal inicia uma série de intervenções sociais e urbanísticas em algumas comunidades de alta visibilidade no Rio de Janeiro, como a Rocinha.

No nível estadual, as Unidades de Polícia Pacificadora retomam favelas territorializadas pelo tráfico com a proposta de instalar uma nova modalidade de presença do Estado nos espaços populares. As UPPs tiveram o mérito de mudar a paisagem em algumas comunidades cariocas e operaram outra transformação digna de nota: a mudança na pauta sobre a favela.

Procurei analisar como a imprensa enquadrrou as chamadas comunidades pacificadas em termos de antes e depois da instalação das UPPs, além de identificar as condições políticas específicas em que estes discursos emergiram. Criadas em plena campanha pela reeleição do governador Sérgio Cabral, não apenas as UPPs, mas as próprias comunidades pacificadas tornaram-se grandes outdoors políticos.

A centralidade do assunto no debate eleitoral não apenas no nível estadual, mas também na esfera federal, mostra a importância que a presença do tráfico nas favelas adquiriu nos últimos anos. Basta lembrar outro tema constantemente em pauta na cobertura midiática das eleições: o cerceamento do tráfico à presença de candidatos em algumas favelas cariocas.

Desta forma, as propostas dos candidatos para as favelas ganharam enorme importância, inclusive para os não favelados. Por um lado discutindo a efetividade das UPPs e a possibilidade de se expandir o modelo para todas as comunidades do Estado, por outro, experimentando os limites impostos por traficantes ao trânsito em seus territórios, os candidatos incorporaram a noção de risco ao debate político no Rio de Janeiro.

E vale chamar atenção para o fato de que a questão da segurança já definiu eleições, como no caso do governador Moreira Franco, eleito em 1986 a partir de um voto conservador que se opunha à política de direitos humanos defendida pelo PDT de Leonel Brizola. Ao que parece, no pleito atual a questão da segurança volta a definir as eleições e não apenas a partir de um voto conservador.

Por fim, procurei analisar a visibilidade conquistada na mídia, nos últimos anos, por uma enorme produção cultural oriunda das favelas. O enquadramento da favela pelo viés cultural, que tradicionalmente destinava a ela a representação de berço do samba, sofreu um deslocamento a partir de movimentos como Nós do Morro, que vêm exportando não apenas mão-de-obra, mas produtos audiovisuais acabados para os circuitos culturais do asfalto.

A comparação inevitável com a produção musical tipicamente da favela surgida nos anos 1980, o funk, mostra uma mudança de enquadramento que merece uma investigação. Os padrões estéticos em jogo, assim como outras pontes entre a cinematografia “do asfalto” e a “da favela” são as pistas a partir das quais construí hipóteses para esta mudança de discurso.

O paralelo entre as experiências sensoriais e estéticas proporcionadas pelo cinema e o sucesso dos tours de realidade no território dos pobres também ajudaram a levantar hipóteses sobre a construção destas novas questões e seu enquadramento pelo viés cultural na mídia.

Papel, microfilme e bites

Por fim, quero chamar atenção para o suporte do material selecionado para a pesquisa. Para acessar as reportagens foram utilizados diversos suportes – dos microfilmes e edições em papel até bancos de dados indexados por assunto e, mais recentemente, edições online. Sempre que possível privilegiei os originais, a fim de preservar as marcas da edição, impossíveis de serem recuperadas através dos bancos de dados.

A escolha das fontes, o espaço dedicado ao assunto, a paginação, o uso de fotos e outros recursos gráficos, as chamadas de capa, todos os aspectos que marcam não apenas a redação, mas também a edição jornalística foram levados em conta na classificação do material coletado. São indícios importantes que permitiram verificar o destaque dado a cada assunto, a maneira pela qual foi abordado, os assuntos que lhe são contíguos e, que, portanto, dialogam com as mensagens analisadas.

Dessa maneira, pretendi reconstituir os sentidos em jogo na produção do jornal, os juízos de valor revelados no processo, os pressupostos dos jornalistas. Além disso, os originais permitiram captar importantes mudanças na maneira de fazer jornalismo em cada período. O uso de cor, o projeto gráfico são, antes de tudo, mensagens sobre o próprio veículo e seu público e toda alteração proporciona novos sentidos para as mensagens.

O jornal **O Globo**, do período que vai de 1985 até 1997 foi todo consultado em papel. As edições de 2010 foram, em sua maioria, consultadas em papel. Uma pequena parte, contudo, foi obtida a partir de bancos de dados. Neste caso, em vez da edição – incluindo o uso de fotos e outros recursos gráficos, posição do texto na página etc. - analisei apenas as reportagens. Nos demais período, acessei o material em microfilme.

Já o **Jornal do Brasil** foi acessado na maior parte do tempo em microfilme, no qual também é possível apreender as marcas da edição. O ano de 1995 foi consultado pela internet, a partir dos originais digitalizados. A partir de setembro de 2010, o veículo extinguiu sua edição em papel, passando a circular apenas na internet. As características do jornal mudam radicalmente, não apenas pela transformação do suporte físico, mas pelo próprio processo produtivo típico da web.

Sabemos que o jornalismo que se faz exclusivamente na web, nos sites não vinculados a veículos que têm uma edição física, se dá quase que exclusivamente a partir das notícias vindas de agências ou publicadas por outros portais, num processo de repetição contínua. As equipes dedicadas ao webjornalismo, em geral pequenas, concentram seus esforços neste

processo de apuração, na redação dos textos e na produção de uma narrativa hipertextual, com o uso de links e recursos multimídia.

O efeito mais imediato da extinção do veículo impresso, portanto, é o empobrecimento do noticiário, principalmente o local. Uma vez que não dispõe de equipes para cobertura dos eventos, a apuração fica reduzida ao telefone ou condicionada ao que os outros veículos publicam.

Do ponto de vista comercial, também não sabe até que ponto a iniciativa terá futuro. Embora seja vendida como uma virada da empresa rumo ao negócio dos jornais digitais, sabe-se que a opção foi acatada muito mais como uma tentativa de viabilizar um veículo já inviável no papel.

Por todas estas considerações, e pelo fato de o acervo não estar disponível para consulta, nem mesmo sob a forma de pesquisa no site, não analisei as edições do **JB** após a conversão do veículo para o formato online. Ainda que dentro dos limites estreitos dentro dos quais se dá a produção do veículo sejam produzidos discursos e sentidos, sua análise tornou-se inviável.

Metodologia

Optei por selecionar períodos de três anos para cada década analisada. Desta maneira, pretendi captar as mudanças na forma de conceber a pobreza urbana no interior do discurso midiático de duas maneiras distintas: em períodos curtos, de transição, e em longos períodos, em que é possível identificar tendências já consolidadas.

Assim, selecionei os anos de 1984, 1985 e 1986, dentro da década de 1980. Para a década seguinte, escolhi os anos de 1993, 1994 e 1995. No primeiro decênio do século XXI, o triênio 2002, 2003 e 2004. Por fim, acompanhei o noticiário de 2010, ano em que finalizei a pesquisa.

Dentro de cada ano selecionado, sorteei duas semanas compostas. Desta maneira, obtive uma seleção aleatória de datas, proporcionando uma análise do dia-a-dia, menos focada nos grandes eventos, que poderiam enviesar as conclusões da pesquisa.

Foram analisadas as reportagens publicadas na editoria Rio/Cidade no dia sorteado, e selecionadas aquelas que se referiam à favela. Nas demais editorias, selecionei apenas as reportagens que se referiam especificamente à favela carioca. Mas todo o material da edição – capas, matérias publicadas na mesma página, na mesma editoria ou em outras editorias –

forneceu subsídios para a análise, uma vez que ilustraram quais os valores-notícia que estavam em jogo no momento histórico em que as edições foram produzidas.

A partir das reportagens selecionadas pude sistematizar os discursos e identificar os temas mais relevantes e o enquadramento dado a eles em determinado período. Desta maneira, pretende apreender de que maneira a mídia pautou a agenda pública e que repertórios mobilizou para produzir um consenso a respeito dos temas tratados. Para isto, combinei contribuições teóricas tanto da hipótese da agenda setting quanto do conceito de enquadramento (frame analysis).

O principal argumento da agenda setting é o de que a mídia pode definir o que será discutido pelo público, a partir da seleção, disposição e incidência de suas notícias. Essa ideia apareceu pela primeira vez no clássico *Public Opinion*, de Walter Lippmann, em 1922. Mas coube aos americanos Maxwell MacCombs e Donald Shaw a sistematização da proposta para o estudo da mídia a partir dessa proposição teórica. Para testarem a validade da hipótese, os pesquisadores analisaram as campanhas presidenciais americanas de 1968, 1972 e 1976 e concluíram que a mídia exerceu forte influência sobre o que os eleitores consideravam os grandes temas da campanha.

A hipótese da agenda setting parte de dois pressupostos: a de que a imprensa não reflete a realidade, mas filtra e dá forma a ela; e a de que a concentração da mídia em poucos temas leva o público a percebê-los como mais importantes.

É preciso problematizar a possibilidade de uma realidade fora da linguagem, sem intermediação, como pressupõe a hipótese. Além disso, é necessário dizer que não há uma única agenda midiática, mas seria preciso considerar as várias agendas dos vários veículos que disputam a atenção dos leitores e o espaço na agenda pública.

De todo modo, esta hipótese serviu a diferentes estudos de recepção, principalmente em períodos eleitorais. No caso deste trabalho, especificamente, não pretendi realizar uma pesquisa de recepção nos moldes tradicionais. Até porque, dado o universo temporal investigado, seria preciso recorrer à história oral para recuperar o pensamento da audiência sobre o passado analisado.

Como lida com a memória, a história oral está sujeita a uma série de interferências que inviabilizariam esta proposta. A memória, como sabemos, é ativada e construída a partir do presente (HALBWACKS, 2006). Localiza os acontecimentos recordados por associação (LOWENTHAL, 1998). É campo de disputa pela produção de sentidos (POLLAK 1989,

1992). Enfim, nutre-se de uma discursividade que privilegia o que permanece (HALBWACKS, 2006).

Recuperar os efeitos dos discursos sobre a favela em anos passados a partir da história oral de determinados grupos – moradores e não moradores, por exemplo – seria uma proposta bastante problemática. Mas parti da ideia de que é possível encontrar pistas sobre estes efeitos a partir da própria mídia.

Nos assuntos abordados, na escolha das fontes, na fala dos personagens, nas intervenções públicas nas favelas e na repercussão delas podemos perceber as relações entre o dito e o vivido, entre o discurso e o efeito. Desta maneira, espero ter encontrado relações entre a agenda midiática e a agenda pública para a favela, tendo, ainda, como suporte, textos da sociologia produzidos em cada época.

Já o conceito de enquadramento nos ajuda a entender o senso-comum sobre as favelas e seus moradores em cada período analisado. Avança no sentido de pensar a mídia como uma instância que não apenas define o que será pensado pelo público, mas de que maneira será pensado pelo público (BECKETT, 1997).

O enquadramento (frame analysis) apareceu pela primeira vez na obra *Frame Analysis: a Essay on the Organization of Experience*. Publicada em 1974, pelo sociólogo norte-americano Erving Goffman, o conceito vem sendo utilizado por uma série de autores, embora sob diferentes perspectivas, na análise de conteúdo da mídia.

Egresso da Escola de Chicago, Goffman propunha uma sociologia do cotidiano, abordando os aspectos da vida social que teriam sido negligenciados pela sociologia ortodoxa. Um dos seus objetos de estudo era a interação entre pessoas comuns em lugares públicos. O conceito de frame se refere a esquemas interpretativos que permitem aos indivíduos perceberem, localizarem, identificarem e classificarem eventos e informações a partir de um repertório de conhecimentos anterior. São pistas que ajudam a estruturar a experiência e atribuir significado a ela.

Uma das definições mais conhecidas para o termo é a de Entman, para quem:

Enquadrar é selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e fazê-los mais salientes em um texto comunicativo, de forma a promover uma definição particular do problema, uma interpretação casual, uma avaliação moral e/ou uma recomendação de tratamento para o item descrito. (ENTMAN, 1993, p. 52, apud LEAL)

Desta maneira, o conceito mostra-se bastante útil para análise de discursos midiáticos. Ele nos ajuda não apenas a entender como a mídia trata o assunto, mas que repertórios

mobiliza ao fazê-lo. Em outras palavras, nos revela o senso-comum a respeito de determinado tema. E ao mesmo tempo em que trata do problema, já propõe uma solução.

Nos Estados Unidos, onde os grupos de pressão para definição de políticas sobre assuntos específicos se organizam de forma bem mais clara, é possível identificar, inclusive, o momento em que um enquadramento ganha destaque e quais são os grupos ou líderes que patrocinam a discussão.

No Brasil ocorre um fenômeno curioso: em muitos casos, é a própria mídia quem define o enquadramento principal. Em outros, encampa a posição de segmentos ou setores da sociedade e acaba por negligenciar posições contrárias, dando a entender que não há vozes dissonantes.

Mas o importante é que a frame analysis propõe um avanço significativo nos estudos de mídia, na medida em que considera outros repertórios em disputa pela hegemonia na representação dos atores sociais. A partir dela podemos vislumbrar o esforço de ONGs e grupos de defesa de direitos humanos para investir a pobreza urbana de outros significados.

Além disso, a frame analysis nos permite identificar com clareza o momento e a forma pela qual a mídia constrói uma questão pública. E na medida que realiza esta construção, explica a causa do problema, propõe uma solução e indica a quem cabe a responsabilidade de resolvê-la.

Portanto, embora a agenda setting e a frame analysis se apliquem aos estudos de mídia, são duas tradições metodológicas diferentes, o que justifica sua utilização de maneira combinada. Colling (2004) faz uma distinção precisa a respeito das duas propostas de pesquisa. Para ele

As hipóteses do agenda-setting fazem parte dos estudos norte-americanos em comunicação, pertencentes ao paradigma funcionalista, que reúne pesquisas preocupadas em analisar e detectar as funções dos meios e os efeitos causados sobre a audiência. [...] O framing, de um modo geral, é como temos que pensar os temas já estabelecidos pela agenda. (COLLING, 2004, Apud LEAL)

Aplicada ao estudo dos discursos sobre a favela, as duas propostas metodológicas combinadas ajudaram a identificar os discursos principais de cada período, entender os repertórios cognitivos envolvidos no enquadramento de cada tema e buscar os fatores que permitiram sua ascensão ou consolidação.

Com base num levantamento estatístico, pude observar as mudanças no discurso hegemônico ao longo das três décadas pesquisadas. A permanência de determinados temas na pauta ou o surgimento de novos temas, assim como os rompimentos e continuidades na

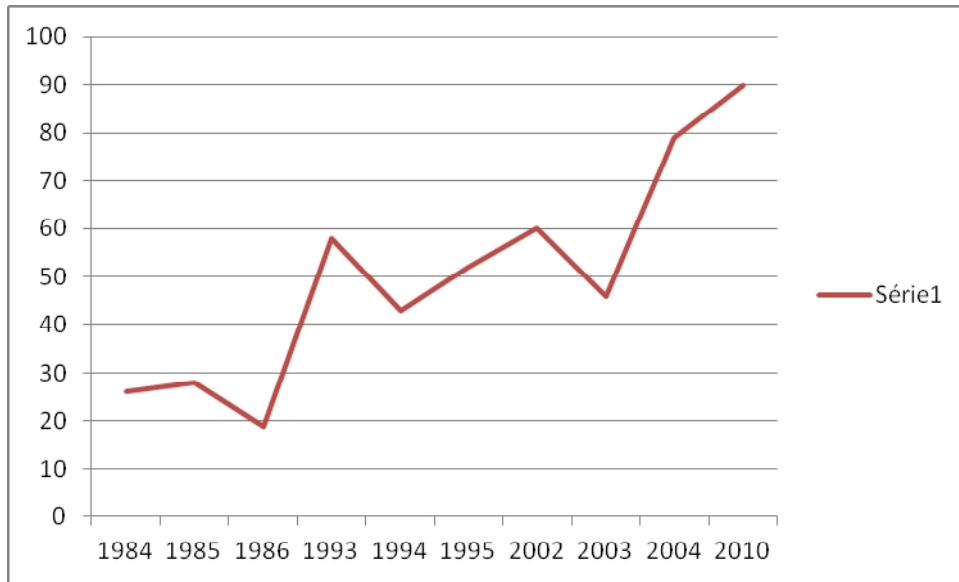
maneira pela qual os assuntos são enquadrados me parecem determinantes para levantar hipóteses sobre os efeitos da mídia sobre o cotidiano da cidade.

Classifiquei as matérias da análise a partir de quatro maneiras de enquadramento: favela como sinônimo de carência; favela como sinônimo de criminalidade/violência; favela como sinônimo de cultura popular/autêntica; e favela como sinônimo de mancha na paisagem urbana.

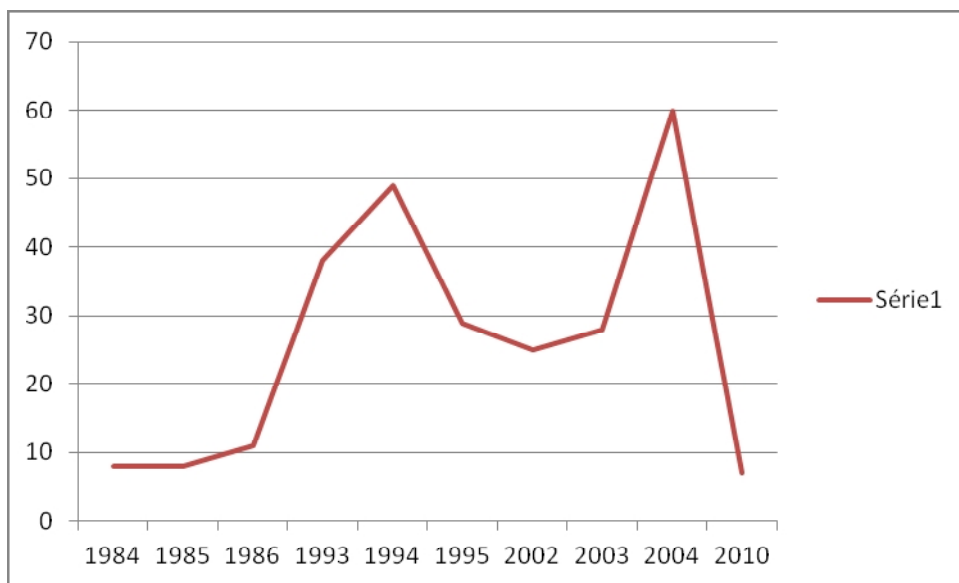
A partir dessa classificação geral, pude agrupar as reportagens, analisando os termos em que os fatos são apresentados, a caracterização dos personagens, as vozes do discurso, o tipo de problema que a matéria apresenta, quem é afetado por ele e a solução proposta.

Num levantamento prévio (ver apêndice), identifiquei os temas tratados nas reportagens analisadas e o enquadramento feito pela mídia. Desenvolvi, assim, um mapa de análise, a partir das questões públicas e da maneira pela qual são enquadradas (ver mapas no apêndice). Dentre as mais de 2 mil matérias analisadas em **O Globo**, 501 se referiam à favela, constituindo o corpus da pesquisa. No **JB**, em que o número de páginas por edição é menor, cheguei ao número de 263 reportagens selecionadas.

Chama atenção o progressivo aumento de espaço dedicado à favela no noticiário. Enquanto o número de textos selecionados ao longo da década de 1980 chegou a 73 em **O Globo**, o jornal publicou, apenas em 2010, um total de 90 reportagens sobre o assunto (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Amostra de **O Globo** por ano

No **JB**, que tradicionalmente dedicou menos espaço às áreas pobres da cidade, concentrando o noticiário na Zona Sul, saímos de universo de 26 matérias, nos anos 1980, para 60 matérias apenas no ano de 2004 (Gráfico 2)².

Gráfico 2 – Amostra do **JB** por ano

O segundo dado a chamar atenção é o deslocamento do repertório a partir do qual se narram os eventos sobre a favela. De território de carência, a favela se torna, no senso-

² O ano de 2010 não deve ser levado em conta para este tipo de análise, uma vez que o jornal teve a circulação interrompida.

comum, o lugar da criminalidade/violência. Tanto no **JB** (Gráfico 3) quanto em **O Globo** (Gráfico 4) podemos observar este deslocamento. Mas também podemos identificar momentos na análise em há alguma mudança na relação entre os dois enquadramentos.

Gráfico 3 – Análise de enquadramento **JB**

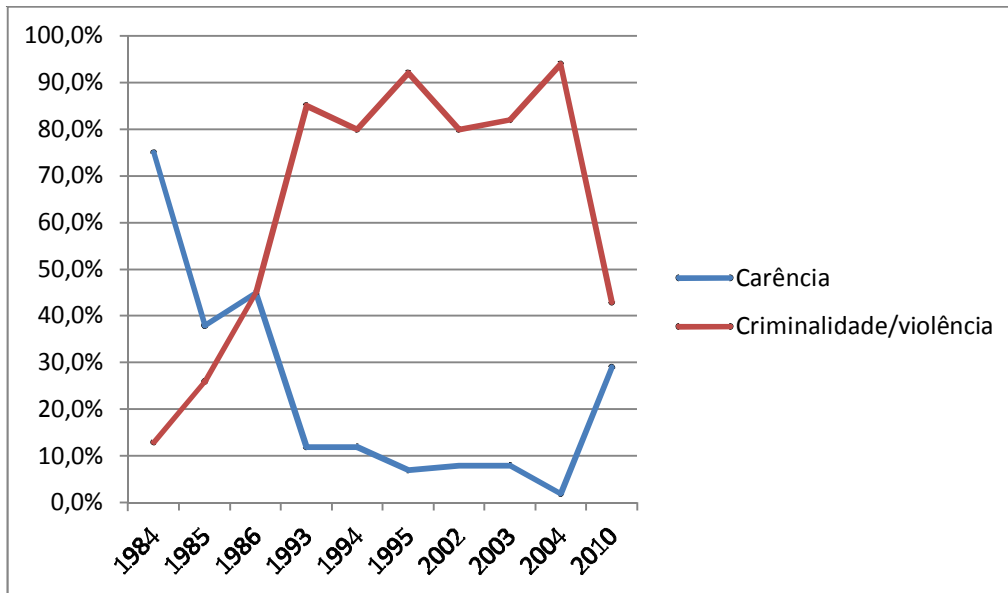
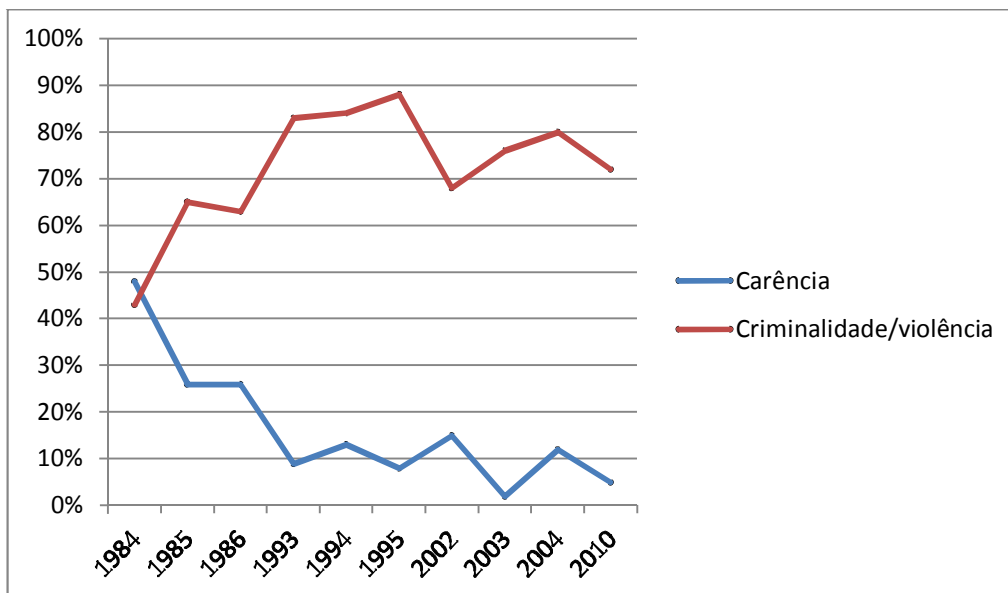


Gráfico 4 – Análise de enquadramento **O Globo**



O enquadramento da favela pelo repertório da cultura popular/autêntica aparece esporadicamente, remetendo ao universo do samba ou às práticas culturais tidas como típicas

da favela, ou de forma emergente, sobretudo a partir dos anos 2000, a partir da visibilidade de novas produções pautadas ou realizadas por moradores de favelas. Já o frame da mancha na paisagem, que amparou os discursos remocionistas desde o Século XIX, surge de forma residual em pleno Século XXI (Gráficos 5 e 6). **O Globo**, em particular, vai encampar o discurso higienista de contenção da favela, empreendido a partir dos anos 2000.

Gráfico 5 – Análise de enquadramento **JB**

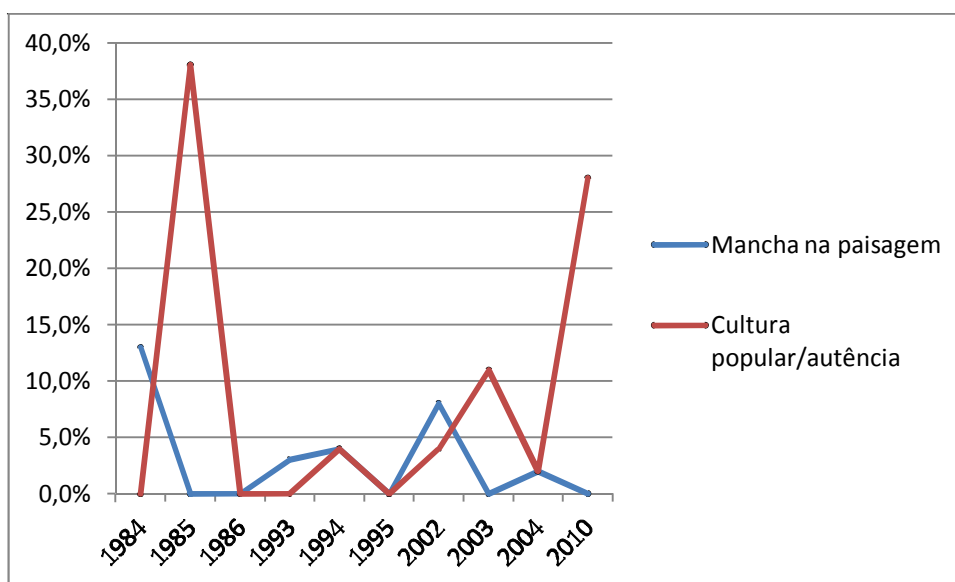
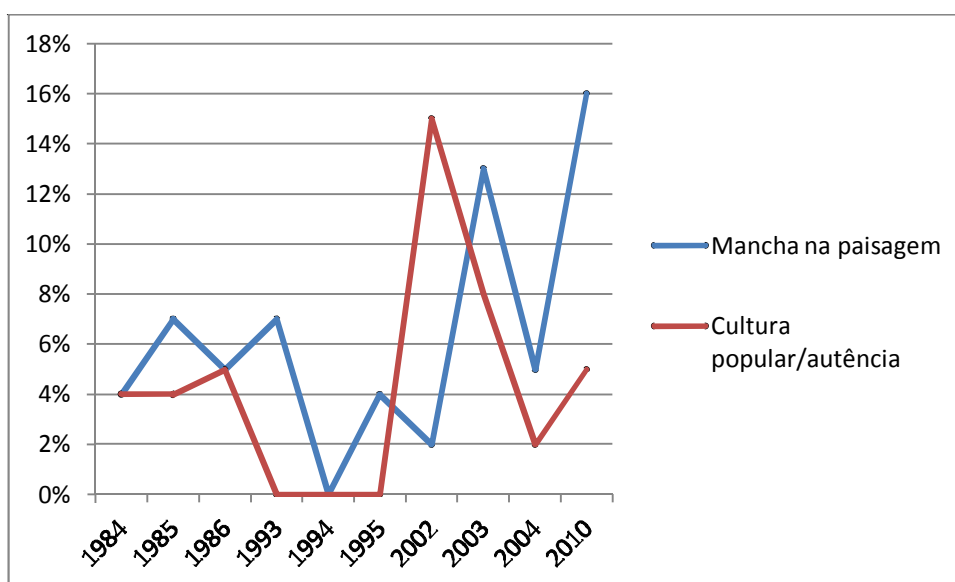


Gráfico 6 – Análise de enquadramento **O Globo**



Outras observações da pesquisa dizem respeito à mudança de enquadramento de determinados temas. O caso exemplar é o do funk. Na década de 1990, os diversos eventos

ligados à cultura funk se enquadravam dentro do escopo do que chamei de criminalidade/violência, mais especificamente do crime de drogas. Atualmente, o movimento é enquadrado pela mídia frequentemente como expressão da cultura popular/autêntica.

Da mesma forma, pude apreender o desaparecimento de algumas questões do debate público ou o surgimento de novas questões e a maneira pela qual a mídia propôs seu enquadramento. A questão ecológica, por exemplo, ganhou fôlego a partir do início do mandato do prefeito Eduardo Paes e sua tentativa de conter o crescimento de algumas favelas situadas em áreas nobres. A defesa dos ecolimites, proposta por Paes, expandiu o rol de temas enquadrados a partir de uma visão da favela como mancha na paisagem urbana, antítese da cidade.

É interessante notar, ainda, sob quais enquadramentos a favela aparece como problema para o pobre e para o não pobre. A questão da moradia, por exemplo, aparecia como um problema para o não pobre, ao longo dos anos 1980³, uma vez que a sociedade se considerava em dívida com a população carente. O enquadramento do tema era feito predominantemente a partir da favela como lugar de carência. Nos anos 2000, é a partir do crescimento desordenado que a questão da habitação é enquadrada, como mancha na paisagem urbana.

A primeira fase do trabalho, portanto, consistiu num levantamento das questões e do seu enquadramento ao longo dos anos, com a produção de um quadro analítico para cada década. A partir dele e do levantamento de dados históricos complementares pude analisar cada período. Além da análise quantitativa, selecionei alguns textos para uma análise qualitativa, seja por sua representatividade no período, seja por destoar do senso-comum, revelando a polifonia de vozes no interior do discurso jornalístico.

Não posso deixar de mencionar o fato de que em função da metodologia escolhida e a despeito do esforço acadêmico para distanciar-se do objeto, o trabalho de classificação das matérias guarda as marcas da experiência do pesquisador. Sem dúvida há inúmeros discursos que se cruzam, se complementam, se contradizem, dialogam com outras vozes. Procurei identificar, no entanto, a que esquemas interpretativos (GOFFMAN, 1974) as narrativas e figuras criadas remetem.

Mas acredito que a maneira pela qual apreendemos estas mensagens está intimamente associada a uma experiência de vida e não pretendo, de maneira alguma, argumentar que a

³ É preciso, no entanto, não reduzir a polifonia dos discursos midiáticos. Embora boa parte das matérias mostrasse a preocupação da sociedade em dotar os favelados de condições dignas de moradia, eram comuns os editoriais que atacavam as iniciativas do governo neste sentido. Estes ataques também não dirigiam-se exclusivamente à população favelada, mas tinham como alvo o governador Brizola e seus partidários.

classificação proposta neste trabalho é a única possível. Ao contrário, reconheço que o esforço de pesquisa aqui empreendido objetiva a tradução de uma maneira específica de se enxergar a questão das favelas, relacionada a uma experiência específica com o cotidiano da cidade do Rio de Janeiro.

Desta maneira, mesmo que em algumas matérias pareça que a questão principal é a cultura, por exemplo, a moldura a partir da qual o assunto é tratado é a carência ou a violência. Como no caso da reportagem “Políciais dançam valsa no Chapéu Manguera”. O texto narra o acontecimento de um baile de debutante no Morro Chapéu Manguera, primeira comunidade “pacificada” do Rio Janeiro. Mas o esquema interpretativo ao qual o texto se refere é o da favela como mancha na paisagem e só a partir dele é que faz sentido a narrativa, uma vez que, a rigor, não há outro critério que justifique a noticiabilidade do fato.

Como deixa bem claro o trecho que encerra a reportagem, em que se reproduz o depoimento do subcomandante da UPP nos morros da Babilônia e Chapéu Manguera, tenente Hugo Coque, que obteve junto ao comando-geral da PM autorização para a participação dos cadetes da polícia no evento.

- Além da integração, isso mostra a aceitação do trabalho da PM. Antes, essa quadra era usada para bailes funk organizados por traficantes - destacou Coque. (POLICIAIS DANÇAM ..., 2010)

Da mesma maneira, o levantamento dos efeitos sociais que tais discursos produzem também traz a marca de uma experiência específica, considerando a vivência da pesquisadora, da jornalista, da carioca e da ex-moradora de favelas que realizou o trabalho.

Acredito que o discurso atual, que associa a favela à degradação do cotidiano não seja o ponto de chegada desta investigação. Espero que este trabalho contribua para aprofundar a reflexão sobre os discursos associados à pobreza urbana e seus efeitos sociais.

Capítulo 1 - Os anos 1980

“[...] nenhum relato consegue recuperar o passado como ele foi porque o passado não foi um relato; foi um conjunto de acontecimentos e situações”.

(LOWENTHAL, 1998. p. 111)

1.1 – A construção da favela

Na virada do Século XIX para o Século XX surge a caracterização que iria marcar as representações da pobreza urbana nos discursos político e jornalístico: a de que “o indivíduo era pobre em virtude de suas fraquezas morais” (VALLADARES, 2005, p.126). Sua resistência em aceitar o trabalho como valor construía uma imagem marcada pelo sinal oposto à do trabalhado, o vadio. A crença de que era preciso não apenas incorporar os escravos recém-libertos ao mercado, mas também impor-lhes uma ética do trabalho influenciou essa representação dos pobres da cidade.

Embora a noção de favela tome corpo a partir das notícias de jornal só depois da década de 1920, as habitações destinadas à gente comum, empregada em posições subalternas ou sem ocupação, o lugar dos pobres, é caracterizado no noticiário e na literatura do Século XIX como um ambiente sujo e imoral que a Regeneração empreendida pelo prefeito Pereira Passos, no início do Século XX, tentaria eliminar⁴. Não à toa, a demolição do cortiço Cabeça de Corpo, em 1893, foi descrita pelos jornais como providência necessária tanto para o desenvolvimento urbano quanto para a saúde pública, uma vez que a estalagem ofereceria risco sanitário.

Mas os cortiços e casas de cômodos, e mais tarde os morros e favelas, representavam não apenas a sujeira e o atraso, mas também a violência, abrigando capoeiras, golpistas e desocupados de toda ordem. Negros libertos, imigrantes recém-chegados, índios - os pobres - representavam, assim, as classes perigosas, e ofereciam um duplo perigo à sociedade: moral e social.

⁴ CAVALCANTI, 2001, citando Sevckenko, enumera os quatro princípios que determinaram as transformações da cidade no final do Século XIX e suas conseqüências para os pobres: a “condenação dos hábitos e costumes ligados pela memória à sociedade tradicional”; a “negação de todo e qualquer elemento de cultura popular que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade dominante”; uma política rigorosa de expulsão dos grupos populares da área central da cidade, que seria então “isolada para o desfrute das camadas aburguesadas”; e, finalmente, “um cosmopolitismo agressivo, profundamente identificado com a vida parisiense”

Esse discurso dominou a cena até quase a metade do século XX, quando a produção de dados oficiais sobre as favelas e o interesse político pelo eleitor favelado colocaram em xeque a representação tradicional. Examinando os dados do censo de 1950, Guimarães (GUIMARÃES, 1953, p. 261, apud VALLADARES, 2005) conclui que nas favelas havia uma população predominantemente ativa, ligada aos principais setores econômicos da capital federal através de atividades diversas.

O uso político da figura do pobre-trabalhador, principalmente a partir de Getúlio Vargas, que constrói para si a imagem de pai dos pobres, também vai marcar uma inflexão no sentido da representação do favelado. Isso não significou, no entanto, um esvaziamento da representação anterior, mas sua resignificação.

A representação dos pobres em termos de classes perigosas, em meados do Século XX, vai remeter à presença dos comunistas nas comunidades e organizações populares. Valladares (op. cit.) lembra que entre os anos 1940 e 1950 o Partido Comunista afirmaria sua participação não apenas nas favelas, em muitas delas através da criação de comitês populares democráticos e de associações de moradores, mas também no jogo político, com uma presença esmagadora na bancada municipal.

Depoimentos de lideranças comunistas e relatos de jornais da época confirmam a influência do partido na organização de lideranças e movimentos favelados, o que teria levado autoridades e a igreja a criarem a Fundação Leão XIII, com o objetivo de dar aos moradores assistência material e moral. A idéia era neutralizar a ação do partido, “subir o morro antes que de lá desçam os comunistas” (SAGMACS, 1960, p.28, apud VALLADARES, 2005, p.76).

No período militar, quando iniciei a análise dos jornais, começa uma fase de retrocesso no processo de organização popular, em particular no que diz respeito aos movimentos de favelas. Da mesma maneira que as estruturas sindicais e partidárias, as organizações de favelas sofreram um desmantelamento de seus quadros e de sua organização, com o desaparecimento e morte de alguns de seus líderes (BURGOS, 2006)⁵. Com o enfraquecimento das lideranças locais – antes reunidas em torno da Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara (Fafeg)⁶ – o governo militar retomaria o

⁵ Um destes líderes, segundo o autor, seria o então presidente da Fafeg, morto após ser preso.

⁶ O marco das lutas pela permanência da favela na cidade é a constituição da Fafeg, em 1963, através da qual “criava-se, por meio de uma identidade baseada tão-somente nas condições de habitação, uma possibilidade de incorporação política dos moradores das favelas à vida da cidade” (BURGOS, 2006:33).

programa remocionista. Como no início do século, os moradores de favelas localizadas em áreas centrais da cidade foram expulsos e realocados em conjuntos habitacionais construídos em lugares distantes ou pouco valorizados.

Entre 1968 e 1975, cerca de 100 mil pessoas foram removidas e 60 favelas desapareceram. Isto não significou, no entanto, uma redução da participação dos favelados no conjunto dos moradores da cidade. Na década de 1980, o percentual de favelados manteve uma taxa de 12,3%, contra 13,2% da década anterior.

A expressividade destes números pode ser explicada em parte pelo fracasso das remoções, uma vez que os moradores retornavam às favelas, após venderem os novos imóveis, e em parte pelas altas taxas de imigração. Pelo censo de 1950, 64% da população brasileira moravam no campo. Em 1980, 85% estavam nas cidades. Esta inversão no perfil populacional gerou um crescimento das favelas e loteamentos irregulares nas principais capitais brasileiras, dando nova visibilidade à pobreza urbana.

Solidários na derrota política, moradores de favelas e cidadãos da cidade formal também experimentaram, embora de formas diferentes, a ação da polícia durante a ditadura. A repressão aos movimentos sociais, a política remocionista, com o objetivo de coibir a rearticulação dos movimentos, e a vigilância sobre os moradores, impedidos de entrar e sair das favelas sem prova de trabalho, aproximavam, em certa medida, os pobres e a classe média intelectualizada, que ansiava pelo retorno da democracia.

Esse cenário de luta pela afirmação dos direitos democráticos e pelo resgate da dívida social nos ajuda a entender por que o tratamento da pobreza urbana como caso de polícia pelo Estado não resultou, necessariamente, na representação midiática dos pobres como caso de polícia. Os anos 1980, como argumentarei, vão relativizar essa representação articulando pobreza e crime numa relação de causa e efeito, não a partir de um julgamento moral do pobre, mas a partir de uma crítica à sociedade que produz o criminoso.

O que pretendo salientar é que ao longo Século XX diversas representações da pobreza foram construídas, desconstruídas ou ressignificadas e que podemos perceber os vestígios destas disputas discursivas naquilo que chamamos de senso-comum. A prevalência de uma representação específica num período determinado não implica no apagamento das demais. Ao contrário, esta hegemonia se dá especificamente no confronto de um significado com os outros e a partir de uma complexa disputa não apenas no interior dos textos, mas também nos circuitos de produção e consumo das notícias.

Dessa forma, as representações da pobreza urbana, ou da favela especificamente, vinculadas à política e à polícia recuperam uma disputa discursiva iniciada no final do Século XIX e vão incluir novos significados a partir do período de redemocratização brasileiro, marcado por profundas desigualdades sociais e por um processo de superurbanização.

1.2 – Pobreza, política e polícia

Se a impossibilidade de recuperar o passado através das páginas de jornal pode ser frustrante para o pesquisador, por outro lado é libertadora, no sentido de inibir qualquer tentativa totalizante, que dê conta de uma história linear e sem brechas. Aliás, já admitimos de antemão que não pretendi escrever uma história das relações entre cidade, favela e mídia nos últimos 25 anos, mas estudar algumas das transformações ocorridas nestas relações no período analisado. A própria escolha metodológica exige que se abra mão desta pretensão.

Optei, então, por analisar as rupturas e continuidades nos discursos dos jornais **O Globo** e **JB** sobre a favela, a partir de episódios exemplares que, individualmente, reiteram as conclusões obtidas no conjunto da análise para cada período. E acredito que, nestes discursos, possamos ler também algumas das ideias correntes sobre a forma de conceber as relações sociais entre ricos e pobres na cidade do Rio de Janeiro.

Essa pretensão assumida traz um desafio de outra ordem: o de apreender os sentidos a partir não de uma leitura contemporânea dos fatos, mas segundo a forma pela qual o leitor do período atribuía os sentidos. É esse o desafio que traz a análise dos distantes anos 1980, para a qual a experiência do pesquisador pouco contribui. Neste caso, algumas das ideias correntes na Sociologia e em outras ciências – como a Filosofia Política - vão nos ajudar a compreender alguns dos fatos e suas possíveis interpretações no período.

Os anos 1980 trazem a marca da redemocratização e a crença de com ela seria possível resgatar a dívida social, reduzindo as profundas desigualdades da sociedade. Já mencionei que a ideia de resgate da dívida social é tributária da política da piedade, como expressa por Arendt (2001). A autora chama a atenção para um fato inédito na Revolução Francesa, que iria transformar a percepção a respeito das relações de classe: é na Revolução Francesa que surge a noção moderna de que todos os homens nascem iguais.

Enquanto para os gregos a igualdade – a isonomia - era um atributo da polis, e não dos homens, que a recebiam pela cidadania, e não em virtude do nascimento, “a transformação

dos Direitos do Homem nos direitos dos *san-culottes* foi a reviravolta, não apenas da Revolução Francesa, mas de todas as revoluções que se lhe vieram a seguir” (ARENDT, 2001, p.73).

Em outras palavras, se estabelecia a questão social como horizonte da revolução e criava-se um vínculo possível entre sofrendores e não sofrendores através da compaixão. No caso brasileiro, a tradução deste espírito de compaixão pelos pobres aparece de maneira explícita durante o processo de redemocratização, nos anos 1980. Mas diferente do que o senso comum contemporâneo poderia supor, esta representação do pobre como sofredor surge não apenas nas manchetes de política, mas também no que era visto, em certa medida, como seu corolário, a manchete de polícia.

Política e polícia começavam efetivamente a ocupar o centro das atenções jornalísticas no período de reabertura democrática. Uma análise das capas de jornais do início de 1984, por exemplo, revela um “interesse” maior da imprensa nos assuntos internacionais, sobretudo no que acontece nos Estados Unidos, já que o noticiário nacional encontrava-se, ainda, cerceado pela vigilância militar. Com o processo de redemocratização, a pauta vai voltar-se para a política nacional e as graves questões sociais que exigiam uma ação da sociedade. Da mesma forma, registramos um aumento do espaço dedicado a cobertura da criminalidade, que desde a década anterior começara a ganhar destaque nos chamados jornais sérios.

Não se pode compreender o nexo que ligava as duas representações – a do pobre sofredor e a do pobre bandido – sem recorrer à construção da pobreza, e mais especificamente da favela, a partir do pensamento sociológico ao longo do Século XX. É a partir desta memória, sedimentada no senso-comum, que podemos compreender as representações da pobreza urbana em disputa nos anos 1980.

Em termos puramente estatísticos, os anos 1980 começam com a hegemonia, em ambos os jornais, do enquadramento da favela como lugar da carência. Em 1984, por exemplo, o enquadramento chega a 75% da amostra no **Jornal do Brasil**, contra 13% do enquadramento da violência. Em **O Globo**, embora haja maior equilíbrio, 50% contra 43%, percebe-se a prevalência de questões públicas que enquadram a favela como lugar da carência, como habitação e emprego, com 19% da amostra cada. E mesmo os discursos que tratam de questões ligadas à violência problematizam o fenômeno, situando-o no interior de uma sociedade injusta e desigual.

Por isto, optei por selecionar reportagens que representem os dois enquadramentos predominantes, mas que também revelem as nuances e as lutas de sentido no interior dos

discursos. Farei uma primeira análise das mudanças na pauta de modo geral, focalizando, nos subtópicos do capítulo, as questões específicas que pretendemos ressaltar.

O primeiro fenômeno que começa a chamar a atenção no ano de 1984, quando iniciei a análise, é o progressivo retorno dos temas ligados ao cenário político nacional. As capas dos jornais, que àquela época se concentravam no noticiário internacional, voltam a dar espaço à política local. E dentre os temas políticos, ganha destaque o movimento que ficaria conhecido como Diretas Já e consolidaria as lutas pela redemocratização do país.

O primeiro a “aderir” ao movimento é o **Jornal do Brasil** que, já no dia 17 de fevereiro de 1984 publicava: “Passeata pelas diretas reúne 50 mil”. O Jornal **O Globo** mostrou-se mais conservador, aderindo ao movimento na medida em que o próprio governo militar admitia a irreversibilidade do processo de abertura e reconhecia a existência de um movimento pró-diretas. No dia 13 de abril, a manchete de capa não deixava dúvidas: “Presidente garante: processo é irreversível”.

O texto trata da declaração do presidente João Figueiredo durante discurso no parlamento espanhol, de que “a consolidação democrática é irreversível no país” (PRESIDENTE..., 1984). O interesse dos jornais pelo tema cresce na mesma proporção que o movimento pelas Diretas ganha as ruas do país. O dado que vem a reboque da política é a discussão sobre a redução dos problemas sociais e econômicos brasileiros, o chamado pacto social. Embora não trate exclusivamente da favela como categoria, o pacto engloba em si todos os “pobres”, revelando os laços de solidariedade de uma sociedade que ainda se julgava em dívida com os mais necessitados.

O **Jornal do Brasil**, que acompanhou de perto os atos do futuro presidente, Tancredo Neves, dá chamada de capa no dia 31 de março de 1984 para seu pronunciamento: “Tancredo está convencido de que falta constituinte”. Às vésperas da eleição indireta, outra chamada de capa mostra a confiança numa ação política para reverter o quadro social do país: “Tancredo acusa grupos de buscar 'lucros criminosos' com a inflação”, publicada em 4 de janeiro de 1985.⁷

⁷ O Globo, que começara a retomar o tema da política interna de maneira mais tímida, publicaria no dia 10 de janeiro, cinco dias antes da eleição, o anúncio sobre um suplemento especial, com o título “Você está com Tancredo?”. No texto, professa esperança na redemocratização: “Terça-feira começará uma nova era para o Brasil com a eleição, pelo Colégio Eleitoral, do Presidente da República.

Na véspera, O Globo editará um suplemento especial sobre Tancredo Neves, mostrando sua vida, sua obra, seus pensamentos.

Dele participarão muitos dos que, com milhões de brasileiros, estarão torcendo pela vitória do candidato da Aliança Democrática.

Se você está com Tancredo, diga isso bem alto, segunda-feira, no Globo". (VOCÊ..., 1985).

O pacto social à brasileira, portanto, previa a convocação de diferentes atores políticos – empresários, líderes sindicais, políticos – a fim de se estabelecerem as metas para frear a inflação e atenuar seus efeitos sociais: diminuição do poder de compra dos salários, desemprego, miséria. Esse consenso previa, necessariamente, a redução de privilégios de uma classe tradicionalmente beneficiada no país em favor dos mais pobres.

Naqueles primeiros meses de 1985, o pacto social representava a confiança numa ação política coletiva para tirar o país da estagnação e reverter o grave quadro social. No dia 10 de janeiro, duas manchetes mostram a maneira como o jornal encampava a crença na redemocratização: “Pires diz que eleição realiza ideal de 1964” e “Tancredo viaja ao exterior dia 25 e encontrará o Papa”, onde se lê:

Documento do PMDB propõe que o Governo institua um empréstimo compulsório, a ser coberto pelas grandes empresas e pelas pessoas mais ricas, para ajudar a pagar os encargos e a amortização da dívida interna, estimada pelo Partido em Cr\$ 300 trilhões no fim de 1985. (TANCREDO..., 1985, capa).

Essa percepção da necessidade de uma redistribuição de renda permeia outros discursos, mesmo aqueles que não se colocavam no jogo político propriamente. Em manchete publicada no dia 21 de julho daquele ano, pelo jornal **O Globo**, o cardeal-arcebispo do Rio declara no XI Congresso Eucarístico Nacional, realizado em São Paulo: “A fome no Brasil é vergonhosa”.

[...] ele condenou ‘o egoísmo individual e coletivo, que depreda as reservas indispensáveis à sobrevivência da humanidade’. Apontou o ‘esgotamento das reservas materiais e o enfraquecimento das energias espirituais’ como duas das mais terríveis ameaças do mundo atual. (A FOME..., 1985, capa).

O pacto social reaparece em 21 de julho de 1985 quando, passado o impacto da morte de Tancredo, o presidente empossado retoma os princípios da campanha. O **Jornal do Brasil** estampa na capa: “Sarney anuncia amanhã as metas de seu Governo”, e esclarece que “(...) O presidente Sarney dirá aos brasileiros que espera tudo isto através de um grande pacto social que envolva todos os segmentos da sociedade” (SARNEY..., 1985).

Ainda é possível observar esta preocupação com o resgate da dívida social anos depois do período de redemocratização, quando o desencanto com os políticos já tomava conta do cenário, como nos mostra a charge (Imagem 01) publicada na página de Opinião do **JB**.

Imagem 01 - Charge

MILÔR

APOTEGMAS DO VIL METAL

Crise, carestia, falta de dinheiro. Desde que o mundo é mundo* essas são palavras que ecoam uma realidade permanente. Daí ser fácil aos poderosos fazerem o povo aceitá-las como uma tragédia irremediável, quase como uma característica biológica (sou pobre porque nasci glandularmente pobre), ou uma lei metafísica escrita nas estrelas (sou pobre porque Deus, ou o destino, faz pobres e ricos), da qual só se pode sair ocasional, individual e heroicamente.

** Pra quem não sabe; a terra foi inventada há seis bilhões, seiscentos e trinta e cinco mil, quatrocentos e vinte e oito dias, numa tarde de tédio. A invenção da terra caiu numa quarta-feira. No Brasil foi feriado.*



JB, p. 11, 12 mai. 1986

Nos anos seguintes, as medidas de combate à inflação tomariam conta do espaço mais nobre dos jornais. Se em 1984 a expectativa pela eleição de Tancredo gerava um clima de otimismo na imprensa, em 1985, após a morte do presidente eleito, os dois jornais cariocas voltam suas atenções para os planos econômicos e suas repercussões.

As campanhas eleitorais para prefeito (1985) e governador (1986), também ocuparam o centro das atenções dos jornais, incluindo o debate a respeito da favela. Nele, fica caracterizada a vulnerabilidade não apenas econômica, mas também política do favelado. No **JB**, em especial, a cobertura da agenda dos candidatos mostra por um lado a construção da pobreza como uma questão pública a ser tratada na arena política, e por outro, a construção do favelado como eleitor e sua posição em relação à política partidária e ao jogo eleitoral.

Na reportagem “Alencar bebe, come, samba e inaugura sala de dentista no Vidigal”, do dia 9 de junho, o jornal descreve a inauguração de um posto de serviço público como um ato em prol da candidatura de Saturnino Braga à prefeitura. Retratando a intimidade entre o prefeito e os moradores, o jornal caracteriza o PDT como o partido da favela, ao mesmo

tempo em que retrata um eleitor favelado pouco comprometido com o debate de ideias e suscetível à ação de políticos aproveitadores.

O texto retrata ainda o paroquialismo político (ZALUAR, op cit), a troca de votos por pequenos favores, no nível do eleitor, e do apoio das associações de moradores aos candidatos que acenassem com a possibilidade de obter melhorias para a comunidade. Essa é a caracterização dominante da política na favela antes mesmo do período militar, quando se praticava a chamada política da “bica d’água”⁸.

O prefeito Marcello Alencar bebeu batida de coco, comeu feijão em copinho, falou sobre política e sambou com a comunidade do Morro do Vidigal, onde inaugurou ontem de manhã um consultório odontológico móvel, na Escola Almirante Tamandaré [...].

A chapa verde, composta basicamente pelos membros da atual diretoria, tenta a reeleição com o apoio do PDT. A branca tem o apoio do PMDB, sobretudo do Deputado Jorge Leite, que também concorre à convenção do seu partido, na definição do candidato às eleições para Prefeitura do Rio. Promessas não faltam.

[...] A bateria do Bloco Acadêmicos do Morro do Vidigal não permitiu que ninguém ficasse parado. (ALENCAR..., 1985)

Em outra reportagem, o jornal reforça a representação da favela como um espaço politicamente importante, e socialmente vulnerável. Em “Bloco não desce o morro, morador não aparece e chope de Medina sobra”, a reportagem conta a história da fracassada inauguração de um comitê eleitoral no Morro do Céu Azul, e contrapõe a imagem do candidato elitista à do adversário Saturnino Braga, do PDT.

Ele prometeu caminhar pelas ruas do Céu Azul para cumprimentar os moradores, mas, depois de inaugurar o comitê, aproximou-se das portas de algumas casas na rua do comitê, apertou as mãos dos moradores que estavam por perto e partiu logo, para a inauguração de outro comitê na Mangueira. (BLOCO, 1985)

De uma maneira ou de outra, as reportagens reforçam a ideia da carência na favela, embora estejam especificamente interessadas em retratar o uso político da pobreza nos momentos de campanha eleitoral. Até então, política e polícia são construídas como questões públicas em espaços distintos. A partir da eleição para o governo do Estado detectamos uma primeira transformação importante, uma vez que ambas passam a ser tratadas a partir de uma

⁸ Com as intervenções urbanísticas nas favelas, essa prática será substituída por uma negociação mais pessoal, por exemplo, a construção de centros sociais, com serviços médicos e dentários, e a oferta de cursos profissionalizantes, a partir dos quais os políticos vão construir seus “currais eleitorais”.

mesma perspectiva: com um discurso que elegia, entre outras metas, a segurança pública, Moreira Franco, da Aliança Democrática, derrota o candidato do PDT, Darcy Ribeiro, revelando uma mudança na percepção do eleitorado em relação às questões públicas mais importantes.

Muito antes de as duas questões se fundirem num mesmo discurso, a violência já havia conquistado mais espaço no noticiário. A rigor, a percepção social do aumento da criminalidade coincide com o crescimento de assaltos a residências e endereços comerciais, incluindo bancos, além dos roubos e furtos, desde a primeira metade dos anos 1970, como confirmam os jornais da época. Só a partir de meados dos anos 1980 é que essa criminalidade convencional vai se associar ao crescimento do tráfico de drogas nas áreas faveladas.

O final dos anos 1970 marca a ampliação do espaço dedicado à cobertura policial nos principais jornais brasileiros. A explicação direta para esta mudança é, em geral, associada à explosão das taxas de criminalidade nas principais capitais brasileiras (MISSE, 2006; BENEVIDES, 1983). Registrar a presença de um espaço constante dedicado à cobertura da criminalidade não significa necessariamente vinculá-lo à pobreza ou à favela. Mas a maneira como as narrativas vão se construindo, como veremos, acabam por atrelar às duas construções num mesmo discurso, que apreendia o crescimento da violência em termos de reação ao aumento da pobreza.

Escrevendo à luz dos anos 1980, Benevides (1983) questiona o porquê da mudança de atitude da imprensa tradicional em relação à criminalidade violenta. **O Jornal do Brasil**, por exemplo, que também fez parte da amostra estudada por ela, criara em 1981 uma rubrica especial para cobrir os crimes ocorridos na cidade: violência.

Casos de crimes envolvendo mortes e roubos sempre povoaram as páginas da imprensa popular. Em geral, se referiam a episódios ocorridos na Baixada, onde os esquadrões da morte e outros mitos, verdadeiros ou fabricados, deixavam as marcas insuspeitas da violência que imperava na região.⁹

A novidade na década de 1980 é não apenas o destaque deste tipo de notícia nos jornais de prestígio junto ao público de classe média, mas a proximidade cada vez maior das ocorrências. Para autores como Misse e Benevides é justamente este o ponto de inflexão a partir do qual o tema passou a interessar a outro tipo de público, como assinala o delegado Edgard Façanha, fonte ouvida pelo **Jornal da Tarde**, cuja fala é reproduzida por Benevides. “O que ocorreu é que os bandidos que assaltavam na Baixada [...] passaram a atacar mansões.

⁹ Para um estudo detalhado das representações da Baixada Fluminense na imprensa carioca a partir dos anos 1950, ver ENNE, 2002.

[...] De repente, a sucessão de assaltos começa a tomar conta dos espaços dos jornais. Como mexeu com os ricos, criou-se logo uma crise no aparelho de segurança” (Apud BENEVIDES, 1983)

Fruto da observação empírica, o depoimento revela uma mudança importante em relação à percepção da violência, agora mais próxima dos leitores dos jornais “sérios” tanto do ponto de vista concreto – uma vez que há um aumento da criminalidade nos bairros do Centro e Zona Sul - quanto simbólico – com o aumento da visibilidade destes crimes na imprensa tradicional.

Note-se que a amostra da pesquisa é composta não de matérias sobre violência, mas sobre favela. Os textos sobre criminalidade só aparecem na medida em que criam de alguma maneira discursos sobre o nosso objeto. Embora neste período a associação seja bem menos freqüente, encontramos algumas referências sobre o assunto, incluindo notícias, notas, reportagens e editoriais.

Desta forma, este estudo não deve ser considerado um retrato fiel sobre a cobertura de violência na cidade no período, mas tanto a freqüência quanto as construções discursivas nos dão alguns indícios da importância que o tema passou a ter nos jornais da época.

Nas matérias sobre crime produzidas ao longo dos anos 1980, a representação da favela aparece de maneiras distintas: num primeiro discurso, que agenda a questão do crime comum, ela aparece como palco ou refúgio de bandidos, não exatamente como fonte de criminalidade, embora a representação produzida seja ligada a ela. Num segundo discurso, já aparece como fonte de violência, uma vez que os traficantes começavam a mostrar seu poder de fogo, defendendo seus pontos de venda através da força e alterando a rotina no entorno das favelas.

Uma terceira representação agenda a questão do tráfico internacional de drogas e coloca a favela como a ponta de uma cadeia que envolve diversas ramificações. Neste período, no entanto, a venda de drogas ou mesmo a rede de distribuição não são tratadas como um problema unicamente da favela. Por fim, um quarto discurso agenda a questão da favela como território sitiado, Nele, o morador da favela é que sofre os efeitos da presença de grupos de traficantes, que impõem regras de convivência específicas para espaço favelado.

Para o ano de 1984, no **Jornal do Brasil**, 12,5% da amostra construíam representações da favela que também criavam discursos sobre a violência, como podemos ver na Tabela 1. Em termos absolutos, no entanto, são representadas por uma matéria, num total de oito textos analisados no período.

Tabela 1

Questão Pública	Enquadramento	Argumento	Frequência no noticiário	Percentual
Emprego	Carência	Há uma massa de desempregados ou subempregados nas favelas. É preciso criar alternativas de trabalho formal e bem remunerado. Esse discurso associa a queda no nível de emprego a um modelo econômico e político falido e injusto.	2	25%
Habitação	Carência	É preciso intervir na favela de maneira a oferecer aos moradores condições dignas de sobrevivência.	4	50%
Crime comum	Criminalidade/ Violência	A questão do crime passional, do acerto de contas e mesmo de assaltos e roubos não ligados ao tráfico de drogas é construída em pequenos registros policiais, em que a favela aparece como palco ou refúgio de bandidos, não exatamente como fonte de criminalidade, embora a representação produzida seja ligada a ela.	0	0%
Fonte de violência	Criminalidade/ Violência	Traficantes já começam a mostrar seu poder de fogo, defendendo seus pontos de venda através da força e alterando a rotina no entorno das favelas.	1	13%
Venda de drogas	Criminalidade/ Violência	Este discurso identifica a favela como ponto de venda ou distribuidor de drogas. Neste período, no entanto, a venda de drogas ou mesmo a rede de distribuição não são tratadas como um problema unicamente da favela.	0	0%
Sujeira	Mancha na paisagem urbana	É um resquício do discurso remocionista, que via a favela como um câncer no tecido urbano	0	0%
Ilegalidade	Mancha na paisagem urbana	Da propriedade da terra ao uso de serviços públicos, tudo é ilegal nas favelas. Em alguns casos, há uma condescendência com a ilegalidade, no sentido que é associada à carência de recursos. Em outras, é considerada de fato uma mancha na paisagem, desajuste de comportamento quase patológico.	1	13%
Berço do Samba	Cultura popular/ Autência	É o discurso que aparece nos cadernos de cultura ou na cobertura dos eventos ligados ao Carnaval, que valorizam e romantizam o samba como expressão da cultura popular	0	0%

Jornal do Brasil – Análise quantitativa ano 1984

No Jornal **O Globo**, no qual analisamos 26 matérias, 11 tratavam de fatos ou inferências sobre a relação entre crime e favela, representando 43% da amostra, conforme

Tabela 2. Embora, como disse, a abordagem numérica por si só não reitere o que quero mostrar, a análise dos textos mostra a construção da violência como um dos mais importantes problemas do momento.

Para explicitar melhor a maneira pela qual defini o enquadramento e a questão pública principal das matérias, optei por apresentar em ambas as tabelas o argumento desenvolvido no interior dos discursos, a partir dos quais se criam as representações da favela.

Mas o melhor exemplo da relevância que o tema ganharia nos anos 1980 são as duas páginas de cobertura do seminário “O Rio conta o Crime”, promovido pelas Organizações Globo. O evento, cuja coordenação técnica foi entregue à antropóloga Alba Zaluar, tinha dois objetivos claramente definidos: apresentar os resultados da pesquisa “O Rio Contra o Crime”, desenvolvida em parceria com o Ibope, e discutir soluções para reduzir a criminalidade, reunindo governo, academia e lideranças sociais à mesa.

É interessante notar o protagonismo da mídia, que atuou não apenas como mediadora e intérprete dos anseios da população, mas também como catalisadora de um possível processo de mudança. A matéria nos ajuda a compreender como acontece o agendamento de questões públicas a partir de fatos registrados ou criados, como é o caso deste, por iniciativa da mídia. Além de escalar um time de estudiosos do assunto, as Organizações Globo recrutaram os ocupantes dos mais altos escalões na administração pública municipal, estadual e federal, como o prefeito Marcello Alencar e o governador Leonel Brizola, os secretários de Justiça, Vivaldo Barbosa, da Polícia Civil, Arnaldo Campana, e da Polícia Militar, Carlos Cerqueira, além de representantes do legislativo. Convidados ao debate, foram também intimados a dar uma resposta aos cariocas que se expressaram através da pesquisa.

Não confundindo o fenômeno com sua visibilidade, é preciso, no entanto, analisar os dados da pesquisa para entender o vulto que o medo da violência começa a assumir na sociedade carioca. Cerca de 60% dos 228.327 ouvidos pelo Ibope revelaram ter sofrido um assalto e 77% afirmaram que algum membro da família havia sido vítima de assaltantes.¹⁰

O jornalista Roberto Marinho, na abertura do evento, resume numa declaração a representação que a violência assumiria na mídia anos mais tarde: “A angústia dos cariocas, o medo da violência, a própria violência e o crime nos levaram a ouvir o povo. E abrir o espaço na área acadêmica para debater os resultados da pesquisa e procurar caminhos, soluções.” (ROBERTO..., 1984)

¹⁰ A PNAD de 1988 revelaria que de 30% a 34% dos brasileiros comunicaram à polícia terem sido vítimas de roubo, furto ou agressão física (Apud Misse, 2006, p.68).

Tabela 02

Questão Pública	Enquadramento	Argumento	Frequência no noticiário	Percentual
Emprego	Carência	Há uma massa de desempregados ou subempregados nas favelas. É preciso criar alternativas de trabalho formal e bem remunerado. Esse discurso associa a queda no nível de emprego a um modelo econômico e político falido e injusto.	5	19%
Habitação	Carência	É preciso intervir na favela de maneira a oferecer aos moradores condições dignas de sobrevivência.	5	19%
Direitos Humanos	Carência	É o discurso que identifica um gap de direitos humanos no tratamento dado à população favelada. Esse gap é considerado um desrespeito e associado à injustiça social. Lembra o discurso de limpeza moral realizado hoje pelos moradores de favela, uma vez que a noção de trabalho opera como um atestado de cidadania para os personagens das narrativas.	1	4%
Saúde	Carência	A falência do sistema de saúde atinge em cheio os mais pobres, que não tendo a quem recorrer acabam perdendo vidas.	2	8%
Crime comum	Criminalidade/Violência	A questão do crime passional, do acerto de contas e mesmo de assaltos e roubos não ligados ao tráfico de drogas é construída em pequenos registros policiais, em que a favela aparece como palco ou refúgio de bandidos, não exatamente como fonte de criminalidade, embora a representação produzida seja ligada a ela.	3	12%
Fonte de violência	Criminalidade/Violência	Traficantes já começam a mostrar seu poder de fogo, defendendo seus pontos de venda através da força e alterando a rotina no entorno das favelas.	4	15%
Venda de drogas	Criminalidade/Violência	Este discurso identifica a favela como ponto de venda ou distribuidor de drogas. Neste período, no entanto, a venda de drogas ou mesmo a rede de distribuição não são tratadas como um problema unicamente da favela.	3	12%
Território sitiado	Criminalidade/Violência	Neste discurso, o morador da favela é que sofre os efeitos da presença de grupos de traficantes, que impõem regras de convivência específicas para espaço favelado.	1	4%
Ilegalidade	Mancha na paisagem urbana	Da propriedade da terra ao uso de serviços públicos, tudo é ilegal nas favelas. Em alguns casos, há uma condescendência com a ilegalidade, no sentido que é associada à carência de recursos. Em outras, é considerada de fato uma mancha na paisagem, desajuste de comportamento quase patológico.	1	4%
Berço do Samba	Cultura popular/Autência	É o discurso que aparece nos cadernos de cultura ou na cobertura dos eventos ligados ao Carnaval, que valorizam e romantizam o samba como expressão da cultura popular	1	4%

Como bem assinala o todo-poderoso da mídia, o medo da violência e a violência em si são fenômenos distintos. A representação do crime nos “jornais sérios” tem uma relação direta com a cultura do medo que vai se instaurar gradativamente na sociedade carioca até tornar-se uma das mais fortes representações da cidade.

As declarações do diretor de Marketing, Inácio Machado, caracterizam de maneira ainda mais contundente a representação midiática do crescimento da violência. Destacando o “número incrível” de participações na pesquisa, ele lembra que “55,8 por cento das pessoas já foram assaltadas pelo menos uma vez. E 42,6 por cento *ainda* não foram assaltadas” [grifo nosso] (ANÁLISE, 1984). A certeza de que a violência afetaria a todos, inclusive aqueles que *ainda* não haviam sido vitimados, revela a representação de um fenômeno cada vez mais próximo do leitor.

A angústia e o medo da violência encarnam uma construção discursiva que cria uma nova maneira de habitar a cidade e, como veremos, afetará anos mais tarde o padrão de sociabilidade entre diferentes classes sociais, congregando as classes altas e médias no que VAZ (2005) chamaria de “comunidade de vítimas virtuais”. Mas o que distingue os leitores de **O Globo** dos anos 1980, que temiam a possibilidade de sofrer um assalto, das vítimas virtuais contemporâneas é associação direta que se estabelece na mídia a partir do final dos anos 1990 entre favela e risco.

Naquele momento, em que as taxas da chamada criminalidade violenta – roubos, latrocínios, homicídios dolosos, tráfico e uso de drogas, estupros, porte ilegal de armas - começam a aumentar expressivamente, é a pobreza e não a favela que aparece como causa do aumento da insegurança. Seus moradores, ao contrário, são representados mais como vítimas dos processos que criam a sensação de insegurança.

Uma análise das páginas em que as matérias sobre favela aparecem pode ajudar a deixar a questão ainda mais clara. Quando se trata de assaltos ou homicídios, percebe-se que as demais matérias da página também se referem à criminalidade. É a tradicional editoria de polícia, que aparece no **Globo** sob a rubrica Grande Rio. Observa-se, também, que os crimes relatados nos demais textos não se referem exclusivamente a episódios ocorridos em favelas.

Por outro lado, fatos que não envolvam violência, mesmo quando se referem a delitos, como as ocupações irregulares de conjuntos habitacionais, são tratados nas páginas que relatam ocorrências em outros bairros ou notícias de interesse comum para a população: campanhas de vacinação, poluição, manifestações, cursos, concursos, o cotidiano da cidade.

O que quero destacar, portanto, é que a violência e a insegurança já figuram na mídia como dois problemas importantes. Ocorre que a construção do problema não evocava a figura da favela, embora se argumente que a pobreza gere insegurança e crime. Ou seja, nem a violência se resume à favela, nem a favela se resume à violência.

Polícia e política, portanto, estão no centro das atenções, e ambas tangenciam a questão da pobreza urbana, suas causas e conseqüências. Em alguns momentos, as duas são abordadas num mesmo pacote, embaladas por um fracasso político e econômico que é associado ao aumento da pobreza e da violência.

Na amostra analisada em 1985, das 28 matérias de **O Globo** que tratavam do assunto favela, 18, ou seja, 65%, também se referiam a episódios violentos. No **Jornal do Brasil**, onde o noticiário local, e, sobretudo aquele que extrapolava os limites da Zona Sul e Centro, aparecia com menor freqüência, das 8 matérias da amostra, metade criavam representações da favela a partir do enquadramento da violência.

Em relação ao ano anterior, tanto o **JB** quanto **O Globo** ampliam a participação do enquadramento Criminalidade/Violência. Já para o ano seguinte, o último ano analisado para a década de 1980, **O Globo** traz um total de 19 matérias sobre favela, nas duas semanas selecionadas. E destas, 12, ou seja, 63%, lançam mão de um repertório e de uma narrativa típicos do universo policial, enquadrando a favela a partir da violência.

O **JB**, no ano de 1986, apresentou apenas 11 matérias sobre favela nas duas semanas analisadas. E destas, cinco, ou seja, 45%, remetiam ao enquadramento da violência. Se a análise quantitativa mostra um aumento progressivo na participação do enquadramento Violência/Criminalidade, a análise qualitativa revela que ainda não há uma associação mecânica entre a presença da favela e a insegurança. Além disso, os limites entre “trabalhadores e bandidos” são bastante definidos, como analiso no tópico seguinte.

O importante é ressaltar o agendamento do combate à violência como uma das mais importantes questões públicas do período. À semelhança de **O Globo**, o **JB** publica naquele ano os resultados de uma pesquisa realizada em parceria com a Gerp Serviços de Marketing.

A sondagem ouviu 500 pessoas, em dois dias, e projetou os resultados para a população das cidades do Rio de Janeiro, Niterói e Baixada Fluminense, concluindo que 3,3 milhões de moradores, ou 38% do total, já haviam sido assaltados, 30% deles nos últimos 12 meses. A chamada de capa destaca, ainda, que os números representam um aumento de 30% em relação à pesquisa realizada no ano anterior (Imagem 02).

A matéria, publicada na página 4 da editoria Cidade, traz os resultados completos da pesquisa, entre os quais chama a atenção o item “Quais as providências que você toma para não ser vítima de violência?”. Mais uma vez podemos reconhecer o agendamento do combate à violência como questão pública importante.

A principal medida apontada por 49,8% dos entrevistados é a de evitar lugares perigosos, escuros ou ermos, não se definindo exatamente quais são ou onde se localizam tais lugares. A retranscrição “Medo convive com 80% da população” explicita melhor como ocorre o agendamento:

“O medo da violência está presente em todas as camadas sociais e todos os pontos do Grande Rio. A 15ª pesquisa Opinião do Carioca apurou que 80% da população temem sofrer algum tipo de violência e as medidas para evitar o assalto ou algo pior indicam restrições no ir e vir dos cariocas” (MEDO..., 1986).

O repórter termina a matéria informando que entre os 5% que disseram tomar outras providências para evitar a violência, muitos afirmaram que o “mais importante é rezar e pedir proteção a Deus”. Se a força policial está mal preparada, como pensam 75% dos entrevistados, e os números da violência só vêm aumentando, somos todos vítimas virtuais.

A questão agendada, como disse, é a violência. Mas, de que maneira produz-se uma associação entre favela e violência? De que modo se passa a interpretar os acontecimentos ligados a ela a partir de um enquadramento que remete à criminalidade? Os próprios jornais nos fornecem as pistas para compreender em que medida os dois temas se aproximavam nos anos 1980 e de que maneira houve uma mudança de curso que transformou as vítimas de ontem nos bandidos de hoje. No próximo item, vou analisar o conteúdo da associação, tentando ler os acontecimentos da maneira como eram interpretados no período, recorrendo ao pensamento sociológico que explicava a criminalidade como fruto da pobreza.

1.3 Crime e violência estrutural

A teoria da anomia, de Émile Durkheim, serviu de inspiração para diversas correntes de pensamento que tentam explicar as causas ou indicar caminhos de prevenção contra o aumento da criminalidade nas sociedades capitalistas. A rigor, Durkheim elabora sua teoria tendo em vista a passagem da sociedade pré-industrial, na qual havia uma solidariedade

mecânica entre seus membros, para a sociedade industrial, marcada por uma complexa divisão do trabalho, onde se desenvolve uma solidariedade orgânica.

Nessa sociedade, argumenta, as pessoas não reagem mais da mesma forma aos problemas, nem tampouco constroem um suporte de repressão e desaprovação ao desviante, de tal forma, que a responsabilidade moral pode não ser substantiva e unânime. Assim, os indivíduos passam a se mover num ambiente que produz um controle incompleto dos seus desejos. “A regulação moral foi relativamente deficiente e as pessoas sentiam-se livres para desviar” (ROCK, 2002, 53, tradução nossa).

A partir desta formulação, Merton (1949) elabora sua teoria da anomia como explicação para o aumento da criminalidade entre os pobres. Anomia se torna “um estado social de descontentamento e desregulação que gerou crime e desvio como parte das funções rotineiras de uma sociedade que promete mais para todos, mas atualmente nega acesso igual às suas promessas” (ROCK, op cit).

Uma série de outras correntes sociológicas elaborou estudos e construções teóricas baseando-se na suposição de que pobreza e ausência de controle geram crime. No Brasil, nos anos 1980, a ideia de que a profunda crise econômica em que o país vivia e seus efeitos sobre os mais pobres eram responsáveis pelo aumento da criminalidade permeava grande parte do pensamento sociológico e influenciava de maneira incontestável o senso-comum.

Nos discursos da imprensa, era fácil constatar a presença da associação entre pobreza e crime. No entanto, ela aparecia não como uma reprovação aos pobres, mas à pobreza. Em questão, estava uma crítica social e política, que condenava o regime vigente e sua incapacidade de gerar bem-estar a todos. Como lembra Adorno (2002), suspender esse cenário significava, antes de tudo, introduzir radicais transformações na sociedade brasileira com o propósito de erradicar a pobreza, de modo a eliminar as raízes da violência estrutural.

Esse pensamento se manifesta não apenas em discursos que vinculam o aumento da violência à pobreza, na forma, por exemplo, da associação da criminalidade em determinados bairros ao crescimento das favelas ou à presença de crianças nas ruas. Existe, também, uma espécie de “tolerância” para com o criminoso, ele mesmo uma vítima do “sistema”. O investimento em melhorias nas favelas, o aumento do número de empregos e a redução da inflação, neste sentido, eram vistos como fatores de redução da criminalidade, da mesma maneira que o aumento do efetivo policial.

Voltando ao seminário O Rio contra o Crime, não é coincidência que a coordenação técnica esteja nas mãos da antropóloga Alba Zaluar, que defendeu naquele ano sua tese de

doutorado baseada no estudo dos pobres de Cidade de Deus, de onde se originou o livro “A máquina e a revolta”. Embora trate de muitos temas, como as redes vicinais, paroquialismo político, papéis sociais e identidades, o que mais chamou a atenção na pesquisa foi a distinção entre trabalhadores e bandidos visto que o momento pedia explicações para o fenômeno da criminalidade.

No estudo, a queda no poder de compra do trabalhador, cada vez mais pauperizado, a entrada das mães no mercado de trabalho e o esvaziamento do seu papel na transmissão de valores, além da própria incorporação prematura dos filhos ao mundo do trabalho, são algumas das explicações encontradas para a opção dos jovens de Cidade de Deus pela vida de bandido. Como ela explica:

[...] Entre os jovens que já não mais se guiam por este modelo e que desistiram do trabalho árduo, optando pela vida de ‘bandido’, isto é, por ganhar a vida roubando ou vendendo tóxico, a imagem do trabalhador é a de um ‘otário’ (ZALUAR, 2000, p.93)

Como se vê, é a anomia nos seus dois sentidos – a ausência de uma regulação moral, de Durkheim, e a incapacidade de prover bem-estar geral, de Merton – que justificaria a opção dos jovens pelo crime. No seminário patrocinado pelas Organizações Globo esta associação pode ser analisada a partir de vários ângulos, a começar pela presença do vice-presidente da Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro, Jonas Rodrigues da Silva. O convite para compor a mesa de debates, que poderia ser lido como reconhecimento da condição de vítima do favelado dos crimes que ocorrem nas favelas, deve ser entendido também como uma tentativa de gerar sugestões para conter o aumento da pobreza. Como diz a própria Alba Zaluar na reportagem:

Se o problema não pode ser reduzido à fórmula ‘a fome cria o criminoso’, por outro lado está ligado à queda do padrão econômico das classes populares. Os dados da pesquisa confirmam essa relação: o aumento do número de empregos como medida para, a longo prazo, diminuir a criminalidade no Rio foi sugerida por 47 por cento dos entrevistados na Baixada e 40,5 por cento na zona Norte – onde estão os bairros populares” (INCIDÊNCIA..., 1984)

De fato, entre as medidas sugeridas para prevenção do crime, pelos entrevistados, a primeira diz respeito ao cuidado com o menor abandonado, citada em 163 mil questionários. Em seguida vem o aumento do número de empregos, com 86 mil respostas. Criação do seguro-desemprego (54 mil), combate à inflação (46 mil) e melhor distribuição de renda (38 mil) vieram depois. O questionário, desta maneira, sugere medidas ligadas à redução das

desigualdades, ou ao menos a redução das perdas sofridas, e a população aceita e corrobora as sugestões.

Outras matérias sugerem que o pensamento sociológico influenciava os discursos da mídia no período. Em 19 de junho de 1986, o jornal **O Globo** publicava a matéria “PM mata mais 5 traficantes em novo tiroteio no Morro do Alemão”. Como em outros textos, a reportagem enfatiza a violência da polícia em relação à população favelada e descreve a dor dos pais de um dos traficantes mortos, algo impensável nos anos 2000, por exemplo:

[...] Antônio de Oliveira Paulo e Marcília da Silva Fernandes, pais de Bira, contaram que ele saiu de casa aos 10 anos.

- Até lá ele era educado, bonzinho e nosso amigo, porque escutava nossos conselhos. Depois, se perdeu no mundo, como acontece com tantas de nossas crianças. Não tenho culpa. Sou trabalhador, disse Antônio de Oliveira Paula, enquanto chorava. (PM..., 1986)

O **JB** também enfatiza a dor dos pais, descrevendo a população favelada sob uma dupla vitimização: a da pobreza, que empurra os jovens para o crime, e da violência policial, que tira as vidas e atemoriza os moradores. Como narra a reportagem:

Para a polícia, mais um capítulo na guerra dos tóxicos entre as quadrilhas de Amarildo Glória Venâncio, o China, e de Fábio Simplício, o Binha ... Para a doméstica Maria de Fátima da Silva, 40 anos, um 'inferno'. 'O que será de nossos filhos, assistindo diariamente aos tiroteios e massacres?' (...) Antônio Oliveira Paula também se continha diante do corpo do filho Alcemir, de 21 anos. Ao lado da companheira Marcília Fernanda da Silva, ainda contou: "Alcemir foi morto porque passou a andar em má companhia.". Num sussurro, a mulher disse que o filho caíra em desgraça ao se ligar à quadrilha de China. (POLÍCIA..., 1986).

Quero enfatizar que mesmo quando enquadrada a partir de um repertório que a vincula à criminalidade, é à pobreza, ou à violência estrutural, que a maior parte dos textos remete. Por isto, proponho uma análise não apenas do enquadramento, mas das questões agendadas para compreender as representações da favela e do favelado no período.

Para o ano de 1984, no Jornal **O Globo**, em 43% das matérias pudemos identificar o enquadramento da Criminalidade/Violência. Examinando as reportagens, identificamos quatro questões públicas principais relacionadas a ele: Crime comum (12%), Venda de drogas (12%), Favela como fonte de violência (15%) e Favela como território sitiado (4%), como mostrado na Tabela 2.

Já a Tabela 1 mostrou os resultados do **Jornal do Brasil** no mesmo ano: a Criminalidade/Violência dá o enquadramento para 12,5% das reportagens. Em relação às questões públicas agendadas, observamos que a favela como fonte de violência aparece numa

única matéria da amostra. Como salientamos, em termos absolutos os números são bastante modestos, visto que a cobertura policial no **JB** é ainda menor que em **O Globo**.

Chamo atenção para o fato de nas matérias sobre crimes comuns e venda de drogas a representação dominante não ser ainda a da favela como risco para a cidade. Sintomática desta representação é a reportagem “Bandido quase é linchado em favela após balar cobrador”, publicada no jornal **O Globo**, em 26 de agosto de 1986. O texto mostra a reação de moradores de uma favela em Magalhães Bastos à chegada de um bandido foragido de outro município que tentou assaltar um ônibus.

O assaltante e homicida Carlos Alberto Chagas de Andrade, de 26 anos, foragido da Delegacia de Natividade, quase foi linchado ontem à tarde por várias pessoas na Favela Curral das Éguas, em Magalhães Bastos, onde foi espancado depois de tentar assaltar um ônibus da linha 800 (Estácio-Marechal Hermes) na Rua Imperatriz, no mesmo bairro. (BANDIDO..., 1986)

A mensagem dos moradores, no interior do discurso, é bastante clara: favela não é lugar de criminoso. Isto não significa a inexistência de outras vozes e representações diversas no interior dos textos que enquadravam a favela segundo o repertório da criminalidade. A idéia de que os bandidos ocupavam o vácuo deixado pelo Estado junto às comunidades pobres, afirmada inclusive por representantes do poder público, era uma das teses correntes no período.

Se por um lado reafirma a crítica ao capitalismo, que relega os cidadãos à própria sorte, por outro essa tese remete à lenda de Robin Hood, segundo a qual a população acobertava os bandidos em troca de pequenos favores, como se vê na declaração do então prefeito Marcelo Alencar, para quem “O marginal ganha respeito dentro da favela porque a população é mal atendida” (MORADORES..., 1985).

Tom Zé era o “protetor” da favela em questão e a matéria afirmava que a paralização das obras do plano inclinado, provocada pelo moradores, foi um protesto pela prisão do bandido. Nova matéria de **O Globo** sobre a prisão de Tom Zé e o protesto de moradores, publicada no dia 10 de julho do mesmo ano, reafirma o discurso encampado pela mídia que associa a favela ao bandido.

[...] Apoiados na ausência de serviços públicos, os protetores conquistam a simpatia da população carente com a distribuição de remédios, alimentos, construção de casas e pagamento de enterros, recebendo em troca a impunidade. (FALSOS..., 1985)

A associação entre moradores e bandidos é reforçada na retranca “Para morador, imprensa mente”, que relembra outros casos não apenas de convivência pacífica, mas de convivência entre ambos. Conforme o texto destaca, "(...) Escadinha, valendo-se das verdadeiras fortunas que lhe rendia o tráfico, distribuía comida, roupas e presentes para as crianças e mulheres e obtinha a tolerância e até a solidariedade e a proteção dos moradores"

Mas há ainda uma terceira posição, na qual o favelado é mais uma vez convocado a ocupar o papel de vítima da violência que em determinados momentos toma conta da favela, como na história contada em “Morador silencia temendo represálias” a respeito de um tiroteio no Morro do Alemão, onde 18 pessoas foram mortas em menos de 20 dias.

[...] O diretor secretario da Associação, Roberto, não quis sequer dizer qual era seu sobrenome. Casado, pai de três filhos, ao ser localizado pela imprensa, bastante nervoso, disse apenas uma frase:
- Aqui eu não vejo violência. (MORADOR..., 1986)

Embora produzido num contexto de reconhecimento da ineficiência do Estado em prover os direitos fundamentais às populações pobres, este discurso servirá, mais tarde, de arcabouço para a tese segundo a qual nas favelas existe um poder paralelo, o que reforça ainda mais a diferença entre a favela e a cidade. Na cidade prevalece o poder do Estado e suas instituições, sejam nas áreas sociais, seja na repressão ao desvio. Na favela, a lei é dada pelo poder dos bandidos, ao qual a população se submete numa espécie de troca de favores.

Este discurso será contestado duas décadas depois pela sociologia do crime brasileira (LEITE 2010; MACHADO DA SILVA 2007; MISSE 2006;), que vai reconhecer o caráter impositivo das ‘leis’ dos bandidos, ou a sociabilidade violenta (MACHADO DA SILVA, 2004) à qual as populações estão submetidas. Mas a representação permanecerá no senso-comum.

A partir destes discursos que agendam a questão do território sitiado e mais diretamente daqueles que situam a favela como fonte de violência é que podemos observar a presença de uma representação mais próxima da atual. Nela, a favela representa uma ameaça para a cidade e seus moradores, o risco a que os cidadãos de bem estão submetidos no cotidiano. A reportagem “Marginas do Borel trocam tiros no morro”, publicada em **O Globo** em 04 de dezembro de 1986, mostra esta construção.

Marginais do Morro do Borel, na Usina, travaram tiroteio de duas horas ontem à noite, assustando moradores de prédios de ruas próximas e até

atingindo com uma bala a janela do apartamento 103, da Rua Conde de Bonfim, 892.

[...] Pelos estampidos, os policiais identificaram que as armas utilizadas eram revólveres calibre 38, pistolas 9mm e escopetas. Em meio aos tiros, sons de fogos de artifício eram ouvidos, o que significa, na gíria do morro, o sinal de que um novo carregamento de maconha e cocaína chegara para venda". (MARGINAIS..., 1986)

Como podemos observar, é no desencapsulamento do tráfico de drogas (MACHADO DA SILVA, 2004) que se produz uma representação da favela como fonte de risco. Não custa lembrar que o tráfico é uma atividade internacional, cujo circuito de produção e circulação envolve uma enorme cadeia de atravessadores que atuam bem longe da favela. Nela se dá a venda de varejo, atividade que envolve alto risco e que passa a operar através da territorialização – divisão dos pontos de venda por grupos ou facções – e começa a exigir um poder de fogo cada vez maior para sua manutenção, como veremos no próximo capítulo.

Neste período, as conexões entre a venda de drogas e a criminalidade se dão em diferentes contextos, não apenas no da favela, como podemos observar em várias reportagens. Mas a presença de armas e o risco que representam à população civil em determinado momento vai tomar conta do noticiário e vincular a atividade definitivamente aos territórios pobres. Misse considera que a predileção da mídia pela criminalidade violenta tem relação com o fato de ser ela a que gera maior repulsa moral pelos leitores. E são justamente estes os crimes cometidos pelos pobres.

O material analisado nos anos 1980 mostra que a transição da piedade ao risco está em curso, embora até meados dos anos 1990 possamos identificar tanto os resquícios de um quanto a emergência do outro. Mas de modo geral a favela, nosso objeto de estudo, permanece até 1986 enquadrada pela moldura da carência.

No que se refere ao enquadramento, identifiquei no jornal **O Globo**, em 1984, que 50% da amostra remetiam à representação da favela como território da carência. A ausência de bons serviços de saúde, a baixa oferta de empregos e as condições de moradia são as questões públicas agendas no período.

É interessante notar que há uma coincidência do número de matérias que agendam a questão da habitação e a questão do emprego (cinco matérias cada). A favela, portanto, não era apenas um problema habitacional, mas era vista dentro de uma estrutura social, pós-milagre, que negava aos pobres condições de mobilidade social.

No **JB**, em que o corpus é bem menor, o enquadramento da favela a partir da carência aparece em 75% dos casos, sendo que metade das matérias encontradas (quatro) se refere à questão da habitação e as outras à questão do emprego (duas).

Como já dissemos, a esperança de que a redemocratização pudesse trazer mais justiça social e a visão do papel das elites em relação à redução das desigualdades são tributárias da política da piedade. Essa crença se traduz numa estrutura narrativa peculiar. Para que haja piedade é preciso que o narrador e a audiência não participem do sofrimento narrado. “Nessas narrativas, a audiência é endereçada como os felizes que devem agir politicamente para reduzir os sofrimentos dos infelizes” (VAZ, 2005). Assim, a audiência é chamada a uma ação política.

A partir desta narrativa são construídos os discursos nos quais a favela aparece enquadrada pela ideia de carência. Não apenas as matérias sobre crime, mas outras que se referiam à favela encaminham a questão da injustiça social. É o que se vê na reportagem “Balão arruína vida de uma família”, publicada pelo jornal **O Globo** no dia 26 de junho de 1984. Com foto e chamada de capa, a matéria conta a história de uma família, moradora de Vila Maria, que perdeu a casa depois da queda de um balão. Embora a matéria não explicita a localização do bairro, pode-se inferir que se trata de uma favela.

O texto vai além da narrativa do fato em si – a queda do balão dentro da casa, a chegada violenta dos baloeiros armados e o prejuízo causado por ambos – e retrata a vida difícil do casal, cujo marido está desempregado, conectando a situação na favela à dificuldade por que passa todo o país.

Valladares (2005, op cit.) lembra que o desemprego e o subemprego, resultado da superurbanização dos anos 1960 a 1970, despertou o interesse acadêmico e serviu de ponto de partida para explicar a pobreza urbana no período. Essa mesma conexão, entre pobreza e falta de emprego, toma conta dos discursos nos jornais analisados.

A favela funciona, nesse tipo de matéria, como uma metáfora para a pobreza e, sobretudo para a situação dos pobres na cidade. O título da reportagem na página interna torna esta conexão ainda mais clara: “Balão fez mais difícil vida de marceneiro desempregado”. Não se trata, portanto, da história da queda de um balão, mas da história de um país em recessão, incapaz de prover as condições básicas de sobrevivência à população mais pobre. Como relata o texto:

[...] Carlos Alberto saiu cedo de casa ontem a fim de ganhar o mínimo necessário à compra de alimentos para seus filhos. Tímida e constrangida, Georgina pediu para o marido e os filhos ‘um emprego’. (BALÃO..., 1984).

Em “Garizinhos satisfeitos na praia divertem-se enquanto trabalham”, publicada em 25 de outubro de 1984, também em **O Globo**, o mesmo discurso a respeito da pauperização nas cidades:

[...] Já Ricardo Vieira Batalha, de 14 anos, quer ser jogador de futebol: ‘De preferência, zagueiro do Flamengo. Mas se não der, gari já está bom. A vida está difícil, todos com problema de emprego. Tenho que garantir o meu, porque lá em casa a coisa está feia. (GARIZINHOS..., 1984)

A mesma pauta aparece no **JB** em “Garis menores começam a limpar praias da Zona Sul”, publicada também no dia 25 de outubro, na página 8 do caderno Cidade, contando a história de outros meninos:

[...] Rinaldo Gonçalves tem 17 anos e mora no morro do Salgueiro, na Tijuca. Como Ricardo Batalha, disse que o salário será para ajudar nas despesas da casa e que está satisfeito, porque além do trabalho vai poder continuar os estudos. Ricardo conta que estava a ponto ‘de ficar louco’.

- A situação lá em casa está cada vez pior e eu, o filho mais velho, estava parado há quase um ano. Passava o dia no morro, jogando bola, e nessas condições sempre aparece um conselheiro pedindo pra gente fazer biscates, que sempre são para ajudar punguistas e ladrões de casas comerciais. Graças a Deus, estou trabalhando. (GARIS..., 1984)

Bastante ilustrativa para o argumento é a conexão discursiva estabelecida entre a declaração do personagem no primeiro e no segundo parágrafo: a eminência de “ficar louco” é atribuída não apenas à condição de desemprego, mas também ao assédio de criminosos. Ficar louco, portanto, é perder a razão, o bom-senso, a esperança. O primeiro passo para a criminalidade é a falta de perspectiva.

A ênfase sobre a carência e a necessidade de uma intervenção política está em outras reportagens, como “Árvores ocultam favela no MAM”, publicada no dia 13 de abril de 1984, na página 5 do caderno Cidade. Diagramado com destaque, com a foto de um dos moradores de rua entrevistados, o pequeno texto relata rapidamente a vida de alguns dos personagens que se abrigam sob árvores, marquises e até dentro de buracos na cidade. Sob a foto, a legenda identifica “Darci, ex-pintor de automóveis com o braço atrofiado, mora sob a Niemeyer”. No texto, apresenta a história de um casal em dificuldades:

[...] Silvia Maria Bezerra e José Maria da Silva, há uma semana, moram no local com a filha de um mês, porque José ficou desempregado e sem condições de pagar R\$ 35 mil pelo aluguel de um quarto, em Niterói. Ambos, em 1983, vieram de Salvador em busca de uma vida melhor. (ÁRVORES..., 1984)

No ano seguinte, observamos no **JB** (Tabela 3), especificamente, a politização, no sentido partidário, dos discursos sobre a favela. Com a campanha para a Prefeitura em curso, o jornal enfatiza a presença de políticos nas favelas, como já assinalamos. A disputa por votos e o uso eleitoral de obras e postos de serviços públicos é agendada em 38% das matérias, que consideramos enquadradas sob a moldura da cultura popular. Nestas matérias se constrói uma representação que remete ao repertório da subcultura da favela, com seu ritmo próprio, sua troca de favores, seu clientelismo, suas manifestações artísticas, suas próprias regras.¹¹

O enquadramento da Criminalidade/Violência naquele ano aparece em 51% da amostra. Só nos 13% restantes vimos a favela enquadrada pela moldura da carência, tendo a saúde como questão pública agendada (Tabela 3).

Embora não possamos desprezar a ideia de que havia uma mudança em curso em relação à representação da favela e ao papel das elites em relação à pobreza, acreditamos que seja necessário analisar estes números à luz do quadro eleitoral. O candidato da situação, Saturnino Braga, desafeto da imprensa por suas ligações com o fundador do PDT, Leonel Brizola, liderava as intenções de voto nas áreas pobres. Associar a favela à violência, naquele momento, e a disputa por votos nas favelas a um jogo de interesses poderia ser uma estratégia para atingir o candidato do PDT.

Formar uma comunidade de leitores-eleitores em torno de um adversário comum representa uma estratégia usada em muitos momentos pelos jornais brasileiros. Não pretendo, aqui, me deter na análise da cobertura das eleições do período e na tomada de posição dos jornais em relação aos candidatos. Apenas chamo a atenção para um fato que não deve ser desprezado na análise dos dados apresentados.

¹¹ Diferentes teorias sociológicas sobre crime, controle e espaço, todas derivadas de alguma maneira da anomia, partem do pressuposto da existência de uma subcultura na favela. Os pesquisadores da Escola de Chicago, por exemplo, se debruçaram sobre a ideia de que há “um conjunto de atributos da vida social, um exemplo de continuidade na mudança” (ROCK, op cit, p. 61) transmitido através das gerações mesmo em culturas marcadas pela mobilidade, como é o caso das favelas.

Embora dê conta de que não é a falta de organização, mas justamente sua existência, que garante a permanência na mudança, esse pensamento pode nos ajudar a entender como a representação de um subcultura característica da favela, marcada por valores inversos aos da cidade formal, fixou-se no senso-comum.

Tabela 3

Questão Pública	Enquadramento	Matérias 1984	% 1984	Matérias 1985	% 1985	Matérias 1986	% 1986
Emprego	Carência	2	25%	0	0%	0	0%
Habitação	Carência	4	50%	0	0%	4	36%
Educação	Carência	0	0%	0	0%	1	9%
Saúde	Carência	0	0%	1	13%	0	0%
Crime comum	Criminalidade/ Violência	0	0%	1	13%	1	9%
Fonte de violência	Criminalidade/ Violência	1	13%	2	25%	0	0%
Venda de drogas	Criminalidade/ Violência	0	0%	0	0%	0	0%
Território sitiado	Criminalidade/ Violência	0	0%	1	13%	4	36%
Sujeira	Mancha na paisagem urbana	0	0%	0	0%	0	0%
Ilegalidade	Mancha na paisagem urbana	1	13%	0	0%	1	9%
Berço do Samba	Cultura popular/ Autência	0	0%	0	0%	0	0%
Disputa por votos	Cultura popular/ Autência	0	0%	3	38%	0	0%

Jornal do Brasil – Análise quantitativa consolidada anos 1980

No jornal **O Globo** (Tabela 04), ainda em 1984, a questão do emprego tem o mesmo destaque que a questão da habitação nas matérias sobre favela: 19%. A favela, desta maneira, é entendida não apenas como um problema de moradia, mas como resultado de uma estrutura social injusta. Nos anos seguintes, não apenas a questão do emprego, mas também a da saúde, deixam de remeter ao universo da pobreza urbana, que acaba reduzida à questão da moradia. A existência da favela torna-se a questão relevante. As outras dimensões acabam por deixar a pauta.

É verdade que nos anos de 1984 e de 1985, especificamente, a saúde ganhou destaque nas páginas de **O Globo** em função de uma greve do setor público. As matérias sobre o assunto refletem, também, o posicionamento político do jornal, uma vez que deixavam em destaque a insubordinação do funcionalismo ao governador Leonel Brizola, como dito, desafeto confesso do veículo.

Em 1986, tanto o emprego quanto a saúde já haviam deixado a pauta. Contextualizadas a partir do repertório da carência, as questões públicas relevantes em relação à favela são a habitação – que tem participação em 21% dos casos – e a questão dos direitos humanos, ainda em destaque no período, com uma participação de 5%. Enquanto isso, a questão do crime comum e a do território sitiado ganham mais destaque, embora devamos ter em vista todas as observações feitas a respeito da representação do criminoso e de sua relação com a favela.

Ademais, é preciso também prestar atenção ao fato de que a superexposição da favela enquanto território sitiado pelo crime, especificamente no ano de 1985, deve ser lida à luz do processo eleitoral e das acusações feitas contra Brizola e seu partido, o PDT, de proteger os criminosos. Como já disse, o candidato teve uma vitória esmagadora na eleição de 1982 entre os pobres, representando, na figura de Zaluar (1985), o voto super-revoltado. Denegrir este eleitorado, como análise, pode ser uma estratégia política do jornal.

Ainda que enquadrada pela ausência e narrada a partir da política da piedade, as reportagens sobre favela em muitos momentos demonstravam o desagrado de parte da população em relação à sua permanência no tecido urbano. Sobretudo a partir do governo Brizola, quando a política remocionista dos anos de ditadura é substituída por um período de intervenções urbanas, buscando a melhoria dos territórios favelados, vemos um debate entre o discurso que afirma os direitos dos moradores de ter acesso a condições dignas de moradia e

outro que discorda da “solução favela”, e remete à ideia de mancha na paisagem, “câncer urbano”¹².

Tabela 4

Questão Pública	Enquadramento	Máticas 1984	% 1984	Máticas 1985	% 1985	Máticas 1986	% 1986
Emprego	Carência	5	19%	0	0%	0	0%
Habitação	Carência	5	19%	3	11%	4	21%
Direitos Humanos	Carência	1	4%	1	4%	1	5%
Saúde	Carência	2	8%	3	11%	0	0%
Crime comum	Criminalidade/ Violência	3	12%	0	0%	5	26%
Fonte de violência	Criminalidade/ Violência	4	15%	0	0%	2	11%
Venda de drogas	Criminalidade/ Violência	3	12%	1	4%	0	0%
Território sitiado	Criminalidade/ Violência	1	4%	17	61%	5	26%
Ilegalidade	Mancha na paisagem urbana	1	4%	2	7%	0	0%
Ameaça ecológica	Mancha na paisagem urbana	0	0%	0	0%	1	5%
Berço do Samba	Cultura popular/ Autência	1	4%	1	4%	1	5%

O Globo – Análise quantitativa consolidada anos 1980

¹² Embora não esteja entre os textos da amostra, consideramos oportuno reproduzir o trecho de um editorial do **JB**, publicado na página 10, em 28 de agosto de 1984, que dizia textualmente: ““(…) Curitiba é o exemplo de uma cidade que reagiu a tempo contra a favelização; que não permitiu a fixação do câncer urbano”.

1.4 Projeto mutirão ou favela assumida

A presença constante de uma representação da favela como lugar de ausência baseia-se numa constatação real: do ponto de vista urbanístico, as condições da favela destoam frontalmente de um modelo ideal de habitação. Segundo levantamento da Prefeitura do Rio, no início dos anos 1980 apenas 1% das 364 favelas cadastradas era servido por rede oficial de esgoto sanitário completa, 6% tinham rede de água, 17% possuíam coleta de lixo suficiente, 13% dispunham de iluminação pública e em 92% delas a única forma de esgotamento pluvial era a drenagem natural pelo terreno (Burgos, op cit, p. 41).

A política pioneira do período desenvolveu-se antes mesmo da eleição de Brizola, em 1982. Em 1981, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS) fez uma experiência piloto na Rocinha, tendo como foco a educação comunitária, o saneamento básico e as ações de saúde. Desta iniciativa surgiria, no mesmo ano, o Projeto Mutirão que, com o apoio do Unicef, previa a implantação de serviços de infra-estrutura urbana em 15 favelas.

O fato curioso, e que viria a ser criticado, mais tarde, na campanha de Moreira Franco¹³, era que os próprios moradores tocavam as obras, recebendo remuneração pelos dias úteis trabalhados. A partir do ano de 1983, o projeto foi incorporado pelo Programa de Favelas da Cedae (Proface), ficando a instituição responsável pela instalação da rede de água e a SMDS, pela de esgoto. Entre os anos de 1983 e 1985, 60 favelas foram beneficiadas.

Vale lembrar que o programa tirava partido de uma tradição das comunidades pobres, canalizando para a esfera do Estado o que já acontecia por iniciativa dos moradores: a organização para promoção de melhorias do espaço comum da favela¹⁴. A novidade é que os trabalhadores, neste caso, passariam também a receber pelo serviço, o que não acontecia antes. Um dos objetivos do programa-piloto da Rocinha e trazido para o Proface era o de gerar renda para a população.

Também vale a pena considerar o papel das associações de moradores no Proface. Com a repressão à organização política, durante os anos de ditadura, elas assumiram algumas

¹³ Moreira Franco prometera, em campanha, uma “revolução pedagógica”, e questionava o fato de os projetos baseados em mutirão serem desenvolvidos exclusivamente em localidades pobres.

¹⁴ Relatos de moradores dão conta do quanto eram comuns os mutirões para arruamento e instalação de precárias redes de água e esgoto, construção de igrejas e outros espaços de uso comum. Da mesma maneira, a reunião de vizinhos para ajudar a cavar sapatas, erguer paredes e colocar a laje, terminando em feijoada, é outro hábito bastante arraigado no período entre os moradores de favelas cariocas.

das funções do Estado na comunidade. Esta vinculação tornou-se tão forte que o próprio programa de melhorias atribuía a elas um papel que caberia ao poder público.¹⁵

O programa ganhou visibilidade nos jornais, criando uma representação positiva do favelado, como uma população ordeira, organizada, capaz de promover melhorias no seu espaço de vida, como se vê em reportagens como “Mutirão vai dar à Favela Marcílio Dias 192 casas”. O texto explica que :

[...] As casas, com 34 metros quadrados, terão sala, quarto, cozinha, banheiro e uma varanda que, de acordo com o projeto, poderá ser transformada em área de comércio. Numa primeira etapa do projeto do BNH - batizado de 'João-de-Barro' - será feita uma avaliação da mão-de-obra local, treinamento, cálculo do material empregado e do tempo de execução, para que a segunda etapa possa ser aperfeiçoada.

[...] Na segunda etapa do projeto, aproveitando a experiência adquirida, o restante da comunidade será dividido em grupos de no máximo 50 famílias, para o prosseguimento da obra em regime de auto-ajuda e mutirão. (MUTIRÃO..., 1985)

Em 21 de julho do mesmo ano, nova matéria do jornal **O Globo** confirma a extensão do programa de melhorias para as comunidades carentes. Em “Jacarezinho: Prefeitura inaugura ponte”, publicada na página 16, o repórter lembra que “a ponte tem 14 metros, custou Cr\$ 78 milhões e foi construída em regime de mutirão remunerado por 11 trabalhadores da favela” (JACAREZINHO..., 1985).

Embora boa parte das matérias entre na pauta justamente por se tratar de iniciativas do poder público, retratam a preocupação com a melhoria no espaço de vida dos pobres e constroem, a respeito deles, uma representação positivada pelo valor do trabalho. A questão do trabalho, a partir da qual o Estado operou uma separação entre malandros e cidadãos de bem, também foi reapropriada pelos moradores das favelas em defesa de seus direitos civis.

A despeito da perda do poder de compra dos salários e da queda do nível de emprego, que colocavam em xeque, principalmente frente aos jovens, o papel do trabalho, como assinala Zaluar (1984), a identidade de trabalhador continuou a servir como passaporte entre os dois mundos, operando uma limpeza moral do morador da favela. Se não chega a destoar

¹⁵ Burgos lembra que em algumas favelas a Cedae chegou a firmar convênio com a associação pelo qual a “Cedae fornece os projetos e assistência técnica para a realização das obras e repassa à associação a importância necessária ao pagamento da mão-de-obra, encargos sociais, além de uma taxa de administração de 5%, que é aplicada dentro da própria comunidade” (Proface, 1984:12, apud Burgos, op cit). Santos, também afirma que “Pouco a pouco as Associações de Moradores e a FAFERJ, foram perdendo o papel de representantes políticos do conjunto de favelados do Rio de Janeiro para assumir o papel executivo de ações de urbanização sobre as favelas”.

do papel que se queria dar a ele, num momento de crescimento da violência e sua associação com a pobreza, a representação do favelado enquanto trabalhador significava, sem dúvida, um ganho para a luta pela afirmação de seus direitos perante a sociedade.

Outros programas da época colaboraram para que as questões da pobreza entrassem na pauta dos jornais. O Cada Família um Lote, desenvolvido pela Secretaria de Estado do Trabalho e da Habitação, tinha como objetivo a legalização da propriedade em favelas. Em 22 de julho de 1985, a matéria “Morador do Pavãozinho festeja posse de terra”, publicada na página 10 do jornal **O Globo**, retrata o impacto midiático da iniciativa¹⁶.

Iniciativas isoladas com o objetivo de dotar as favelas de equipamentos urbanos também mereceram destaque nos jornais, como em “Secretário recebe favelado para discutir urbanização”, publicada em 15 de agosto de 1984 no **Jornal do Brasil**. O texto assinalava que entre os temas da pauta da reunião dos moradores do Cantagalo e o Pavão-Pavãozinho e o Secretário de Trabalho e Habitação, Carlos Alberto Oliveira, estava a discussão sobre as alternativas para driblar as “rivalidades” entre as duas comunidades e implantar as obras em regime de mutirão.

Se por um lado vemos matérias de cunho social, colocando na agenda pública as questões ligadas à carência da população favelada, por outra vemos textos que contestam a solução favela, apontada pela política de melhorias, que via de regra já havia se estabelecido desde a segunda metade dos anos 1970, mas ganharia novos significados políticos a partir dos 80¹⁷.

Como lembra Burgos (op. cit), Brizola e seus aliados foram fiéis ao voto que os elegeu, pondo em prática uma agenda social que privilegiava ações contra a pobreza. O que não significou a eliminação ou a redução do nível de crescimento das favelas. Ao contrário: ao melhorar as condições de vida nos territórios favelados, o governo estaria criando estímulos para o aumento daquelas populações, conforme algumas interpretações da época.

De fato, novas favelas surgiram entre 1981 e 1990; 198 tornaram-se mais populosas durante os anos 1980; 69 se expandiram; e 167 se expandiram e densificaram. Em 1991, já se contavam 545 favelas no município, com uma população de 926.793 habitantes, o equivalente a 40% da população da cidade (Iplanrio, 1993). Não por acaso, a evolução da pobreza na

¹⁶ Embora do ponto de vista concreto o programa tenha realizado pouco: em 1990, apenas 3,7% das casas em favelas tinham título de propriedade. Já o esforço da SMDS teve resultados mais animadores: até 1987, 200 mil metros de redes de esgoto foram instalados, atingindo 280 mil pessoas em 263 favelas.

¹⁷ Apesar de Valladares considerar que a diminuição do número de publicações sobre favelas nos anos 1980 corresponda a um período de ausência de qualquer política pública de envergadura após a era das remoções, acredito que, mesmo tímidas e pontuais, as iniciativas públicas dos anos 1980 foram suficientes, ao menos no que diz respeito à mídia, para manter a favela em pauta.

população do Rio de Janeiro registrou um aumento acima da média nacional. Enquanto a média para o conjunto das regiões metropolitanas no Brasil baixou de 29,1% para 28,9% no período de 1981 a 1990, a região metropolitana do Rio de Janeiro aumentou de 27% para 32%.

O texto publicado no **JB** de 26 de julho de 1986 demonstra a preocupação com o crescimento das favelas e com a negligência do Estado em relação ao fato. “Barracos e casas tomam terreno de propriedade do Estado no Maracanã” conta a história da ocupação de um terreno próximo ao metrô, desocupado após a conclusão das obras de construção da linha 2. Na matéria, a representação da favela, embora enquadrada pela ideia de carência, levanta duas questões públicas: por um lado a habitação, um problema cada vez mais crônico na cidade; por outro, a ilegalidade, subjacente à ideia de ocupação de um terreno pertencente ao Estado, conforme os trechos que reproduzimos a seguir:

O primeiro barraco surgiu há cerca de seis meses, praticamente da noite para o dia, como aparecem as favelas. Hoje, além de mais de 30 barracos, sete casas de alvenaria têm lançados os alicerces num terreno do estado, no Maracanã.

[...] “Quando chegamos aqui era tudo mato. Limpamos direitinho e agora queremos o direito de morar”, diz Ivã, que afirma ter o apoio da Faferj (Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro). (BARRACOS..., 1986)

Como assinalei, a definição do enquadramento e a identificação da questão pública principal de cada matéria que me propus a realizar ajuda a organizar e a empreender uma análise quantitativa a partir da massa de material selecionada. Mas não significa uma redução dos discursos sobre a favela a uma dezena de categorias. Há ambiguidades e interdiscursos nas representações sobre a favela e seus moradores que produzem sentidos não apenas diferentes, mas muitas vezes contraditórios.

Essa polifonia pode ser lida a partir de um ponto de vista cultural como sintoma de uma transformação em curso, em que sentidos hegemônicos, residuais e emergentes entram em disputa. Do ponto de vista técnico, podemos apreendê-la como um esforço profissional de ouvir os dois lados de uma questão, como prevêm os manuais de jornalismo.

A partir deste contexto é possível compreender, por exemplo, reportagens como a publicada no dia 21 de janeiro de 1986, no Jornal **O Globo**: “Invasores ocupam conjunto”, que conta a história da invasão de 980 casas no conjunto habitacional Venda das Pedras, em Itaboraí, por moradores de regiões pobres vizinhas. A reportagem procura ouvir as histórias de vida dos invasores e entender o que os levou a cometer a infração. Também enfatiza o

caráter pacífico da invasão e o espírito ordeiro daquelas pessoas, como se vê nos trechos seguintes.

[...] Segundo o vigilante José Luis Pinheiro, as reuniões não eram encabeçadas por nenhuma associação; mas, a cada encontro, os participantes se convenciam ainda mais de que a solução seria invadir as casas.

[...] O ambiente do conjunto invadido era de tranquilidade e muito trabalho ontem à tarde. Em todas as quadras, os invasores cuidavam de capinar, limpar as ruas e lavar as janelas e o chão das casas.

[...] a faxineira Nelma da Silva, de 26 anos, três filhos, marido desempregado, contou que seu barraco em Venda das Pedras foi destruído pela chuva. (INVASORES..., 1986).

A distinção entre criminosos e necessitados é claramente estabelecida a partir do emprego de vocábulos como trabalho e desemprego, para caracterizar a situação dúbia dos protagonistas: são trabalhadores e estão desempregados. São pessoas de bem, mas infringiram a lei.

No **Jornal do Brasil**, a reportagem sobre o evento é ainda mais enfática em apontar as causas para a infração, como se apreende do trecho reproduzido a seguir. “Botar uma porção de casas novas e vazias na frente de favelado é a mesma coisa que colocar comida ao alcance de faminto; ninguém resiste” (INVASORES OCUPAM..., 1986).

Neste sentido, a existência de pobres, assim como de outros grupos marginalizados, aparece como um sintoma, ou um produto, de uma sociedade injusta, e a transformação desta estrutura social perversa poderia pôr fim a esta anomalia. Mas embora as duas matérias – a invasão do terreno do Metrô e a invasão do conjunto habitacional - remetam à questão da habitação e enquadrem a favela e seus moradores a partir da carência, a comparação entre os dois locais invadidos deixa antever a crítica em relação às favelas, sua inadequação não apenas à moradia dos pobres, mas à cidade que se deseja construir.

Os barracos da favela, construídos com tapumes sobre um chão de cimento, estão às margens da linha férrea, em área proibida pelo risco que oferece. A água e a luz vêm de “gatos” puxados das instalações da rua. Já o condomínio invadido, conforme informa **O Globo**, “é servido por redes de esgoto e água, e tem ruas concretadas”. As casas populares “têm dois quartos, sala, cozinha, varanda e tanque nos fundos”, são “pintadas de branco e suas janelas são de esquadrias de alumínio”.

Como se vê, não é uma crítica endereçada aos favelados, mas à favela em si. O fato de a experiência remocionista ter se mostrado ineficaz não significou, de forma alguma, a assimilação completa da “solução da favela” pelo senso-comum. Alguns textos são mais

incisivos, desferindo uma crítica feroz ao que consideram falta de compromisso com a cidade. Embora não faça parte do corpus da pesquisa, um editorial do **JB** publicado no dia 28 de agosto de 1984 exemplifica como nenhum outro este ponto de vista. Denominado “Favela assumida”, o texto afirma que:

Ainda que se abrisse mão de todo julgamento individual sobre a pessoa do favelado, nem por isso a favela deixaria de ser o câncier social que corrói a cidade. A favela é, por definição, um fenômeno da marginalidade, no sentido etimológico ou no sentido próprio. A favela não pede licença para instalar-se; não respeita posturas municipais; nada tem a ver com a convivência da cidade e da sua vizinhança. (FAVELA..., 1984)

E segue com uma crítica direta à política de melhorias posta em prática pelo governador Leonel Brizola: “(...) O que o Governo Brizola faz é justamente o contrário: sua preocupação é com o crescente ‘bem-estar’ das favelas; com a legitimação das favelas”. Vê-se uma disputa pelo voto popular e a crítica ao uso político das obras de melhoria que, de toda maneira, não seriam suficientes, segundo este pensamento, para transformar as favelas em bairros.

Mas é interessante notar que o editorial resguarda a figura do favelado, apontando sua crítica diretamente à postura do governo do Estado. Ao realçar as condições precárias de habitação dos moradores das áreas faveladas, o que os textos colocam em destaque é a ineficiência do sistema econômico e social em prover as garantias básicas aos cidadãos, obrigados a se refugiarem na ilegalidade.

1.5 Dos porões da ditadura às favelas – violência policial e estado de direito

Esta relação entre o comportamento desviante e a contingência social fica ainda mais clara em reportagens sobre outros tipos de crimes, como os grandes assaltos que povoaram as páginas de jornais ao longo dos anos 1980. É somente dentro de uma sociedade que concebe o crime como produto da injustiça social que podemos compreender reportagens como “Internos param trabalho em mais três presídios”, veiculada pelo **Jornal do Brasil** em 17 de outubro de 1986.

[...] Em documento assinado pelos líderes da Falange Vermelha na Ilha Grande, os presos explicam que decidiram, em assembléia com todo o coletivo daquele Instituto penal, paralisar suas atividades 'em decorrência da opressão imposta pelo atual diretor e após esgotada nossa paciência, após meses tentando uma convivência harmoniosa, diante do abandono insustentável em que fomos relegados pelo Desipe e a Justiça do Estado do

Rio de Janeiro, especificamente a Vara de Execuções Criminais". (INTERNOS..., 1986).

Hoje, a reprodução do texto da carta dos detentos de Ilha Grande só poderia ser entendida como mostra do sarcasmo e ousadia dos bandidos ou da incapacidade do Estado em reabilitá-los. Naquele momento, porém, representava o legítimo direito de expressão de qualquer cidadão, inclusive o contraventor.

A matéria segue contando as arbitrariedades cometidas pelas autoridades em relação aos presos e discriminando a abrangência do movimento dos detentos, que alcançou outras unidades de detenção.

Vale lembrar que no contexto da redemocratização, o direito à livre expressão, cerceado por rígidos órgãos de controle durante tanto tempo, era visto como fundamental à consolidação democrática. Da mesma forma, atos de tortura ou outras atitudes ilegais e repressivas que lembrassem os anos de ditadura eram dignos de denúncia.

Embora protagonizados por personagens bastante diferentes, a construção discursiva tanto dos textos que tratam de invasões a conjuntos habitacionais e ocupações de terrenos públicos, quanto os que narram as manifestações nos presídios trazem aspectos em comum. O primeiro diz respeito à concepção do papel da política na transformação dos comportamentos desviantes, subjacente a idéia de que os desvios não são produtos de personalidades pervertidas, aberrações individuais, que devem ser contidas pela força, mas sintomas de uma sociedade injusta, que deve ser transformada pela ação política.

Esta crença atravessa o Século XX como uma herança iluminista. Os desvios de comportamento eram entendidos como produto da ausência de meios de vida civilizados, que poderiam ser corrigidos com a aquisição de uma melhor instrução, o acesso à cultura e às artes (CONDORCET, 1993), em outras palavras, por uma ação política.

Essa idéia permeia as duas estruturas discursivas, que buscam entender as causas pelas quais os personagens dos dois acontecimentos cometem infrações. A escolha de vocábulos e as declarações em primeira pessoa caracterizam o respeito pela individualidade das fontes e a validade do seu discurso.

A segunda característica em comum aos textos diz respeito à maneira pela qual o discurso midiático constrói o protagonista e a audiência no interior da narrativa. Nos dois casos, o protagonista da ação é identificado como vítima da injustiça social, levado pela contingência do momento a inclinar-se para a marginalidade.

Já a audiência é chamada a indignar-se com as causas geradoras da ação. Neste sentido é co-responsável por ela, uma vez que, podendo modificar a situação, através de uma ação política, nada faz. Ou, pior ainda, beneficia-se da estrutura social injusta que causa sofrimentos como aqueles. É importante ressaltar o fato de que não há correspondência entre o lugar da vítima dos acontecimentos e o lugar da audiência. Ainda assim, cria-se um vínculo de solidariedade em torno da defesa dos direitos humanos.

Muitas reportagens da época associam o desequilíbrio social aos anos de ditadura e professam a crença na redemocratização como solução política para injustiças históricas. Arbitrariedades e desrespeitos aos direitos fundamentais dos cidadãos eram vistos como ameaças à democracia e ao equilíbrio social.

No caso específico da favela, uma das melhores representações dos anos 1980 está numa pequena matéria publicada em **O Globo** no dia 26 de junho de 1984: “Presas cem pessoas em ‘blitz’ na Rocinha”. O texto fala de uma “batida policial” na subida do morro que resultou num número recorde de detidos. A certa altura, o repórter revela que “Os detentos foram levados em ônibus da PM para a 15ª DP (Gávea), onde foi feita a triagem e liberados todos os presos, por apresentarem prova de trabalho” (PRESAS..., 1984).

À questão da violência, a que os moradores são expostos pelo simples fato de habitarem uma área pobre, se junta o fato de que a prisão é injusta, uma vez que se trata de trabalhadores. Embora narre uma ocorrência policial, é pela carência que seus moradores são enquadrados, é a questão dos direitos humanos que o texto elabora, o que pode ser reforçado pela própria edição da reportagem. Ao contrário do que acontece com relatos como este, a matéria não está editada numa página “policial”, mas divide espaço com outras que tratam da rotina da cidade, como a mortandade de peixes em Maricá, uma assembléia dos rodoviários e o lançamento de um livro, num total de 16 pequenas matérias e notas.

A presença da favela na cidade se justifica pela força de trabalho que os moradores representam. A representação do morador enquanto trabalhador é uma constante nos vários textos que mostram os mutirões para melhoria dos espaços populares. Até mesmo a queixa contra o desemprego reforça esta conexão, uma vez que a falta de emprego não é uma opção, mas uma distorção causada pela falência de um modelo econômico injusto e incompetente.

É pelo trabalho que a favela se integra à cidade e reivindica seu espaço. É pelo trabalho que o morador promove a limpeza moral que o liberta da prisão e o autoriza a subir o morro. O tema do trabalho representa a antítese do tema da violência, sobretudo nas matérias de **O Globo**, que promove uma clara distinção entre trabalhador e bandido.

Neste contexto é que podemos analisar a reportagem “Grupos antitortura dão apoio à viúva do pintor morto por espancamento”, publicada pelo **Jornal do Brasil** em 19 de junho de 1986. A matéria retrata como a sociedade encarava seu papel na reparação de injustiças. O trecho a seguir torna a idéia mais clara.

Convencidos - depois de verem o rosto do morto - de que o biscateiro Carlos Alberto da Silva Andrade morreu mesmo em consequência de espancamentos na 10ª Delegacia Policial, em Botafogo, onde esteve preso por vadiagem por 18 dias, líderes dos grupos Tortura Nunca Mais, Comitê Teotônio Vilela, Pastoral Penal, Defesa dos Direitos Humanos e os deputados Luiz Vieira e Lúcia Arruda notificaram solidariedade à companheira dele, Maria Almeida Vasconcelos. (GRUPOS..., 1986).

Mas na segunda metade dos anos 1980 ficava mais claro que o retorno da democracia não seria capaz de, sozinho, corrigir as injustiças sociais e reduzir a violência urbana. O debate sobre a redação da nova Constituição começa a mobilizar grupos em torno de interesses comuns. A defesa dos direitos humanos, tão cara ao jornalismo nos primeiros anos da década, divide espaço, agora, com a defesa da livre iniciativa.

Um anúncio do Movimento Nacional pela Livre Iniciativa, publicado na página 17 do jornal **O Globo**, no dia 5 de novembro de 1986, exemplifica o campo de disputa em torno dos direitos fundamentais. Assinado pela Coordenação do Conselho Nacional de Propaganda, com participação do veículo que o publicou, o anúncio diz que “Não há liberdade política sem liberdade econômica” e afirma que “A livre iniciativa é a base da democracia”, estabelecendo os cinco pilares sobre os quais está assentada: propriedade privada; liberdade econômica; sistema livre de preços; lucro; e livre concorrência.

Em outras palavras, o ano de 1986 revela com clareza o percurso discursivo que nos levará da piedade ao risco, ainda que os dois discursos permaneçam em disputa por muito tempo até produzirem uma mudança no senso-comum. Para ilustrar o argumento vou usar alguns exemplos que vêm não da favela, mas do mundo do crime, e que, portanto, ficaram fora da análise estatística. No entanto, julgo oportuno citá-los para corroborar o argumento a respeito da hipótese principal deste trabalho.

O ano começa com uma bela capa de **O Globo**, publicada no dia 21 de janeiro, cuja chamada principal se refere à procissão de São Sebastião, padroeiro do Rio de Janeiro. A chamada “Procissão reúne 35 mil pessoas”, publicada com foto, descreve o percurso dos fiéis, que incluiu “breve oração diante do complexo penitenciário da Frei Caneca”.

Em 26 de agosto, a reportagem “Mulheres de presos insistem na demissão de Diretora de presídio” volta à questão dos direitos humanos relatando os maus-tratos que a diretora do penitenciária Lemos de Brito estaria infringido aos detentos. O texto relata que as esposas dos penitenciários seriam recebidas pelo Secretário de Justiça do Estado, Seabra Fagundes.

[...] As mulheres dos presidiários, mães e filhos, concentraram-se desde 11h em frente ao Palácio Guanabara, afirmando que os presos da Lemos de Brito estão trancados, sem água e luz, o que foi negado pelo diretor Geral do Desipe.(MULHERES..., 1986).

Em 17 de outubro, nova matéria sobre o sistema carcerário, desta vez uma denúncia de presidiários. “Seis presos da Ilha Grande denunciam espancamentos” relata que segundo uma carta enviada à imprensa pelos detentos, “[...] mais de 50 visitantes estão em cárcere privado, sem poder retornar da Ilha Grande, para que não dêem informações a outros presos e a jornalistas sobre o que vem ocorrendo nas prisões”. E segue informando que “[...] em solidariedade, também entraram em greve os presos da Hélio Gomes, Milton Dias Moreira, Esmeraldino Bandeira e Talavera Bruce”.

Em 5 de novembro uma pequena nota registra outra denúncia de desrespeito contra os direitos fundamentais cometido em presídios. Em carta enviada ao jornal **O Globo** "os presidiários José Carlos Gregório, Júlio Cesar Ayres, Fernando da Silva, Fernando José de Brito Lima, José Evangelista Pereira, Carlos Antônio e Hilton Neves afirmam que estão 'correndo risco de vida' no Presídio de Água Santa. 'Nos isolaram de tudo, inclusive de nossas famílias, cortando nossas visitas' - dizia a carta.

Como vemos, até então, mesmo em relação aos bandidos os jornais resguardavam a defesa dos direitos, dando voz a uma população cujas oportunidades de expressão eram poucas e controladas. O fato de as informações chegarem diretamente à redação e de se publicarem trechos na íntegra revela uma relação de credibilidade entre ambas as partes: os bandidos acreditavam que a mídia lhes daria espaço e a imprensa considerava que os presos mereciam ser ouvidos.

Além disso, os episódios colocam em evidência o papel assumido naquele momento pelos jornais, de porta-vozes dos direitos fundamentais, responsáveis por apontar as violações e chamarem a população a se indignar contra elas. Mas o ano que começava com uma oração pelos detentos terminaria com o medo diante de uma ameaça de bomba no Presídio Ary Franco, onde estavam detidos Escadinha, Gordo e Meio Quilo, três das mais importantes

lideranças da Falange Vermelha na época. A cobertura, publicada no dia 28 de dezembro de 1986, traz outras reportagens sobre fugas, mortes e atentados cometidos por bandidos.

Não é possível determinar o que aconteceu entre os dois episódios, nem vamos afirmar que a distância entre eles encerra a transição entre a piedade e o medo na construção discursiva da mídia. Mas, para mim, é claro que à medida que a criminalidade ganhava novos contornos na cidade e que as tentativas do governo de reverter o quadro econômico e social do país fracassavam, o discurso do medo ganhava mais força e espaço nas páginas dos jornais.

Naquele ano, em 28 de fevereiro, chamada de capa no jornal **O Globo** dava destaque às medidas que o governo tomava para driblar a inflação. O texto, em forma de manchete, dizia: “Nova moeda: o cruzado, equivalente a mil cruzeiros. Salários: abono já e reajuste se inflação passar de 20%. Prestação da casa e aluguel: reajustes serão anuais. Preços serão tabelados pelo CIP e depois congelados”.

No mês anterior, a taxa de inflação chegara a mais de 14%. Após a divulgação do plano econômico de combate à inflação, crises de abastecimento, cobranças de ágio e tabelamentos foram alguns dos problemas enfrentados não apenas pelos pobres, mas pela população em geral. As incertezas quanto à eficácia das medidas também afetavam a todos, mesmo com toda a propaganda sobre os “fiscais do Sarney”.

Não se pode dizer que a ineficiência da democracia como remédio contra todos os males econômicos e sociais tenha abalado a crença numa sociedade mais justa. Nem tão pouco se podem esquecer os tropeços do novo governo no campo econômico e social.

Aos poucos, o discurso liberal, que se consolidaria como modelo econômico no consenso de Washington, no final dos anos 1980¹⁸, também se firmaria no Brasil,

¹⁸ Embora o chamado Consenso de Washington tenha tomado forma apenas em 1989, quando o economista e diretor do Institute for International Economics, John Williamson, cunhou a expressão e estabeleceu seus dez pressupostos, o receituário neoliberal já era conhecido na América Latina, e aplicado desde os anos 1970 por países como Chile e Argentina. Os dez pontos do consenso, aplicados de maneiras distintas, com maior ou menor rigor pelos países consistiam em:

1. Disciplina fiscal, através da qual o Estado deve limitar seus gastos à arrecadação, eliminando o déficit público;
2. Focalização dos gastos públicos em educação, saúde e infra-estrutura
3. Reforma tributária que amplie a base sobre a qual incide a carga tributária, com maior peso nos impostos indiretos e menor progressividade nos impostos diretos
4. Liberalização financeira, com o fim de restrições que impeçam instituições financeiras internacionais de atuar em igualdade com as nacionais e o afastamento do Estado do setor;
5. Taxa de câmbio competitiva;
6. Liberalização do comércio exterior, com redução de alíquotas de importação e estímulos à exportação, visando a impulsionar a globalização da economia;
7. Eliminação de restrições ao capital externo, permitindo investimento direto estrangeiro;
8. Privatização, com a venda de empresas estatais;

estabelecendo como horizonte político não a justiça social, mas o equilíbrio financeiro. Embora esta análise não avance até o fim da década, quando o noticiário econômico ganha ainda mais destaque nas páginas de jornal, podemos vislumbrar esta tendência já a partir de 1985, no lançamento do Plano Cruzado.

Em 18 de maio, capa do **Jornal do Brasil** anunciava: “Brasil precisa tomar mais US\$ 4 bilhões”. No texto da chamada, informações sobre as Diretrizes Gerais de Política Econômica do governo, apresentadas pelo então ministro do Planejamento, João Sayad, no qual podemos reconhecer aquelas que seriam as bases do Consenso de Washington, cuja orientação exigia um austero ajuste de contas internas para concessão de novos empréstimos aos países em dificuldade.

[...] a solução dos problemas domésticos com o déficit, seu financiamento e as altas taxas de juros também passa pela renegociação da dívida externa. As “Diretrizes” afirmam que ‘a redução dos juros é condição imprescindível à estabilidade do sistema financeiro e do setor privado’ e afirmam que é um erro financiar o déficit público através de políticas monetárias exageradamente restritivas. O documento fixa uma série de orientações para os gastos públicos e deixa claro que serão feitos cortes em verbas e projetos, com o eventual fechamento de empresas ineficientes para reduzir os gastos federais. (BRASIL..., 1986)

Da mesma maneira que a economia estava cada vez mais em pauta, a visibilidade do crime violento nos jornais aumentava progressivamente, embora na pesquisa este dado seja relativizado, uma vez que pesquisa não é sobre o crime, mas a vinculação deste à favela. Não só os pequenos assaltos e roubos tomam conta do noticiário. Episódios envolvendo venda de drogas, seqüestros e mortes ganham visibilidade nos jornais.

No dia 22 de março de 1986, por exemplo, o jornal **O Globo** dá chamada de capa para a chacina de Magé, que matou duas pessoas e feriu três. Em 19 de junho do mesmo ano, duas manchetes sobre crimes violentos ganham destaque na página principal: a morte da estudante Denise Garson Benoliel, em Maricá, e a denúncia de dois traficantes da Conexão Belga, acusados de vender drogas e armas no Brasil.¹⁹

-
- 9. Desregulação, com redução da legislação de controle do processo econômico e das relações trabalhistas;
 - 10. Propriedade intelectual.

¹⁹ Observe que muitas reportagens sobre venda de drogas se referem ao tráfico internacional, não simplesmente à venda de varejo nas favelas. Esta, por exemplo, fala de dois traficantes moradores de um prédio de luxo no Leblon.

Diversas matérias sobre incidentes e fugas em presídios naquele ano também demonstram uma transformação, lenta e gradual, na percepção a respeito dos direitos fundamentais. Em 19 de junho de 1986, **O Globo** relata na matéria “Detento atira em policiais dentro de instituto penal” o lamento de um carcereiro: “Os presos têm mais segurança do que a gente, que, para entrar no presídio tem que deixar as armas na portaria. Pois até lá dentro nos recebem a tiros.” (DETENTO, 1986)

O mesmo jornal na matéria “Preso deixa boneco na cama e foge do Esmeraldino Bandeira”, publica em 29 de dezembro, em citação indireta, outro depoimento de policiais: “Os agentes criticaram a política de direitos humanos do governo e denunciaram regalias concedidas a presos”. (PRESO, 1986)

Sem dúvida, podemos vislumbrar outra percepção a respeito do criminoso e outros significados para o crime. Acreditamos que, juntos, a mudança de foco da política - da justiça social para o equilíbrio econômico - e a projeção que determinados crimes ganharão nos jornais fornecem a chave de leitura para compreendermos o que passará a pautar os jornais na década seguinte.

1.6 - Ninguém sabe, ninguém viu – os limites da confiança entre fonte e repórter

Considero importante fazer uma última reflexão a respeito das representações da favela e do favelado durante os anos 1980. Esta última diz respeito não à técnica de contar as histórias, nem ao pensamento social que permeava o senso-comum, mas à forma de apurar os fatos que seriam narrados nos jornais. Certamente esta forma tem relação direta com outras mudanças, tanto no campo do jornalismo – redução das equipes de apuração, ampliação do espaço das agências de notícia no noticiário local, mais tarde o advento do tempo real na internet – quanto no perfil da criminalidade.

Nos anos 1990, quando comecei a trabalhar profissionalmente como repórter, ela já era uma lenda: Albeniza Garcia, repórter consagrada de **O Dia**, cobriu por mais de 50 anos a editoria de polícia. A seu respeito, dizia-se que subia o morro para negociar a trégua com os bandidos quando nem a polícia conseguia fazê-lo. Acumula no currículo um prêmio Esso de jornalismo, recebido em 1997, e um episódio emblemático: foi na presença dela que o empresário Rubem Medina foi libertado por Maurinho Branco, após permanecer 15 dias em poder de seqüestradores, no ano de 1990.

Mais que uma lenda do jornalismo, Albeniza representa um momento e uma maneira de fazer jornalismo bem típicos dos anos 1980. A relação de proximidade entre o repórter e suas fontes – fossem elas moradores de favelas ou bandidos que lá se escondiam – pode ser inferida a partir de várias matérias analisadas. Não se trata de considerar a presença de laços profundos entre o repórter de polícia e os favelados ou de uma confiança mútua inabalável, mas de reconhecer o lugar – no sentido geográfico - a partir do qual o jornalista contava sua história: a própria favela.²⁰

Esta constatação pode parecer bastante simples, mas acredito que seja uma importante chave de leitura para entendermos as mudanças na representação da favela e de seus moradores. Quando voltei aos jornais no ano de 2004, após uma temporada de mais de dez anos longe da imprensa diária, ouvi uma frase que me pareceu curiosa: hoje em dia o repórter não sobe mais o morro. A pergunta básica do repórter desatualizado só podia ser: “então, como se faz para apurar?” O diálogo diz respeito, portanto, à mudança no processo produtivo do jornal diário, uma mudança que impacta não apenas a rotina de trabalho, mas, de modo profundo, o produto final.

Estas transformações serão objeto de reflexão ao longo deste trabalho. Por ora, vou me deter na análise do processo vigente na década de 1980. Como ficou claro ao longo desta pesquisa, a presença de equipes de reportagem cobrindo inaugurações de obras e postos de serviço público nas favelas foi uma constante ao longo do período. Sem dúvida precisamos localizar o foco de atenção da imprensa para não supervalorizar a favela em detrimento da cobertura da agenda oficial, esta sim, a qualquer época sempre presente na pauta do dia.

Talvez seja mais justo, então, associar a presença constante da imprensa, nesses casos, à agenda social dos governantes no período 1984-1986. Mas, além desse tipo de pauta, pude identificar diversas outras enfocando as histórias de vida de moradores de favela, ligados ou não a algum tipo de contravenção, como os invasores de conjuntos habitacionais e terrenos públicos. São personagens que puderam expressar seus motivos e dar o seu ponto de vista, revelando que o repórter esteve em loco para ouvi-los.

Em 12 de outubro de 1985, uma suíte da matéria sobre morte de um policial na Mangueira, cinco dias antes, mostra a extensão da rede de relações dos repórteres de polícia nos morros. Além de dar informação de um morador do local, o repórter do **JB** dá detalhes a respeito do esconderijo do acusado, revelando intimidade com a geografia local. Conforme o

²⁰ O pioneiro da maneira de fazer jornalismo sobre favela no sentido que vamos abordar neste capítulo sem dúvida é João do Rio. Apesar do preconceito que transparecia nos seus textos, é notável sua presença na favela e sua observação aguçada a respeito das rotinas e dos personagens que povoavam aquelas localidades.

jornalista, "Batalha, segundo um sambista importante da Mangueira, continua no morro, em seu Quartel-general, no local conhecido como Pendura, próximo à tendinha da Noca, onde funciona um ponto de tráfico de entorpecentes" (ASSASSINO..., 1985).

A maneira peculiar de construir algumas narrativas também demonstra intimidade com o universo cultural da favela, sobretudo nas reportagens sobre o mundo do samba. É o caso do texto sobre o enterro de um tradicional compositor de sambas-enredo. “Império desce a Serrinha no enterro de Mano Décio”, publicada em 19/10/1984, no jornal **O Globo**, conta a história a partir do repertório do samba, enquadrando a favela pela cultura popular/autêntica.

O Império Serrano em peso desceu ontem o Morro da Serrinha, em Madureira, para desfilar, de mãos dadas e sem fantasias, no Cemitério de Irajá. Como se fosse o estandarte, seguia o corpo do compositor Mano Décio da Viola, de 76 anos, fundador e um dos mitos da escola, mort anteontem de derrame cerebral. O samba-enredo foi ‘Heróis da liberdade’, um dos seus maiores sucessos com mestre Silas de Oliveira, parceiro que lhe trouxe a fama pelos sambas mais bonitos do Império Serrano. (IMPÉRIO..., 1984)

Outra reportagem do mundo do samba enquadrava a favela a partir do repertório da cultura popular. Mais uma vez o repórter demonstra intimidade com a temática, os personagens e o lugar dos fatos.

[...] Amália Diniz, por exemplo, comandava um grupo de amigos que saiu da Cidade de Deus para apoiar seu vizinho e amigo de infância, Aloísio Machado, na decisão.

[...] Tinha gente do Jacarezinho, do Juramento e de Vilar dos Teles. [...] O mestre de cerimônias, Léo, garantia àquela altura a chegada de um choque do 9º Batalhão da PM e o reforço de mais quatro Patamos ao policiamento. (IMPÉRIO..., op. cit)

Esta “intimidade”, no entanto, não significava uma convivência de todo pacífica com os moradores. As divergências ficam claras em matérias como a publicada em 10 de julho de 1985, em **O Globo**: “Cem operários reiniciam as obras no plano inclinado do Pavãozinho”.

[...] Impedidos desde sábado de trabalhar nas obras do plano inclinado que servirá às favelas do Pavão e Pavãozinho, os cem operários da empreiteira Cotepa reiniciaram suas tarefas ao meio-dia de ontem, depois que receberam, da Associação de Moradores do Pavão e Pavãozinho e da Diretoria da Cehab, a promessa de que não mais sofreriam pressões ou ameaças em represália à prisão do traficante Tom Zé, considerado o protetor daquelas comunidades.

Ontem de manhã, junto ao canteiro de obras e próximo às estruturas e madeirame onde está sendo construído o plano inclinado, todos os postes de iluminação apresentavam faixas de pano com a frase “Todas empresas escrita é mentiroza”, mostrando a insatisfação dos moradores, que se

queixam de estarem os jornais insistindo na marginalidade de Tom Zé. (CEM..., 1985).

A informação sobre o uso de uma faixa acusando a imprensa de mentirosa e a reprodução dos erros ortográficos cometidos pelos moradores revelam de modo simbólico os preconceitos e desconfianças dos dois dados: a desconfiança do favelado em relação a um jornalismo que em muitos momentos “comprou” a versão oficial, identificando como marginais moradores mortos pela polícia; e a desconfiança de um jornalista em relação a um morador de nível intelectual precário e índole duvidosa.

Mas a despeito das diferenças, percebe-se entre ambos o reconhecimento do direito de expressão de uns e do dever de dar voz de outros. Mais reveladoras ainda são as histórias contadas a partir de telefonemas ou cartas que chegam à redação. Detentos e seus familiares, conforme mostro, se utilizaram diversas vezes deste expediente, confiantes na legitimidade do direito de expressar-se.

Moradores de favela também apelaram para os jornais. Em 21 de julho de 1985, a reportagem do **Jornal do Brasil** “Moradores do Cantagalo apedrejam 13ª DP para tentar soltar líder” mostra a relação entre repórteres e fontes das favelas e revela os limites da confiança entre eles. Embora enquadre a favela a partir do repertório da criminalidade, coloca em destaque a questão das eleições.

[...] Por volta de meia-noite um morador do Cantagalo, Barbosa, ligou para o JORNAL DO BRASIL protestando contra a prisão de Ni, alegando que seu rival do Pavãozinho, o Tonho, foi solto quinta-feira e que não era justo: "ou os dois ficam soltos ou os dois ficam presos". Barbosa disse que quando Tonho voltou ao morro houve festa e até partidários do governador Brizola lá compareceram e que o Tonho virou cabo eleitoral do PDT. (MORADORES..., 1985)

Telefonemas para redações são mais raros do que se pode imaginar. A certeza de que seu pleito encontraria eco nas páginas de jornal mostra uma relação bem peculiar entre repórter e audiência, mesmo considerando a obviamente explosiva associação entre um traficante e um político denunciada pelo favelado.

Essa relação, no entanto, torna-se muito mais limitada quando entra em cena a figura do traficante de drogas violento. Em 10 de outubro de 1985, o **Jornal do Brasil** publica a história de um destes personagens, responsável por um crime em plena final para a escolha do samba-enredo da Mangueira. O relato do repórter constrói a figura do favelado entre o medo e

a convivência, evidenciado pela resistência em colaborar com as investigações da polícia: "[...] Segundo o delegado Pedro Machado Pereira, da 17ª DP, a investigação é difícil, embora haja testemunhas, porque no morro "ninguém sabe nem viu nada, e todos estavam no samba".

Este tipo de construção, tanto evoca a solidariedade com os bandidos, remetendo à figura do Robin Hood da favela, quanto evidencia a violência que já começava a tomar conta dos territórios, vitimando aqueles que se colocassem no caminho dos criminosos. Como na história já lembrada aqui a respeito de um episódio no Morro do Alemão, em 19 de junho de 1986, o morador invoca silêncio em nome da sua própria segurança, na associação discursiva produzida pela reportagem. Aqui começa a se evidenciar a nova modalidade de presença do crime nas favelas e os limites à ação da imprensa nestes territórios.

[...] O diretor secretário da Associação, Roberto, não quis sequer dizer qual era seu sobrenome. Casado, pai de três filhos, ao ser localizado pela imprensa, bastante nervoso, disse apenas uma frase:

- Aqui eu não vejo violência. (MORADOR..., 1986)

Um pequeno resumo do que vimos nos anos 1980, portanto, poderia ser descrito a partir das questões públicas mais relevantes e do enquadramento a partir do qual são tratadas. No ano de 1984, quando se inicia a análise, emprego e a habitação registram o maior número de ocorrências, retratando uma preocupação com o resgate da dívida social, que tomava conta dos discursos de redemocratização.

Nos anos seguintes, o fracasso dos governos civis em conter a inflação e promover a justiça social coincide com o período de aumento da visibilidade das matérias de crime. A tese de que pobreza gera violência é assimilada pelos discursos jornalísticos, o que não significa uma associação mecânica entre favela e crime. Nem a violência se resume à favela, nem a favela se resume à violência, mas produz-se uma representação da favela e do favelado como produto de uma estrutura social injusta.

À medida que cresce a disputa dos pontos de venda de drogas, com o uso de armas pesadas, as questões públicas principais se deslocam para o universo da violência. Da carência, resta a questão da habitação, que permanece em destaque ao longo do período.

A construção da favela como fonte de violência já aparece na amostra, com bastante relevância, no ano de 1985, mas é sua representação como território sitiado, evidenciando a condição de vítima dos moradores, que mantém uma presença mais constante nos anos 1980.

A proximidade entre repórter e fonte contribui para esta construção, uma vez que o jornalista tem acesso ao local onde ocorrem os fatos e pode relativizar a versão oficial.

O desencapusalmento do tráfico de drogas nas favelas e morros da cidade, a nova orientação do Estado, voltado para o equilíbrio econômico muito mais do que para a justiça social, e as mudanças no processo de apuração e narração dos episódios nas favelas se constituem, portanto, no terreno sobre o qual se passará a construir uma outra representação da favela e do favelado nos anos 1990.

Capítulo 2 – Os anos 1990

“Enquanto dos morros só se ouviam os sons do samba, parecia não haver problema. Mas agora se ouvem tiros” (VENTURA, 1994, p.14).

2.1- A privatização da favela

Os anos 1990 se configuraram como uma década de intensas mudanças na paisagem e na sociedade do Rio de Janeiro, cujas marcas são expressas de maneira contundente numa nova discursividade sobre a relação entre as áreas pobres e ricas da cidade. A dicotomia entre a cidade formal e a informal, introduzida no debate sociológico a partir de conceitos como cidade dual (CASTELLS E MOLLENKOPF, 1992), e cidade escassa (CARVALHO, 1995), tomou conta dos discursos da mídia, produzindo novas representações desses espaços e deslocando o enquadramento a partir do qual se passou a interpretar os fatos ocorridos no “morro” e no “asfalto”.

A região metropolitana do Rio de Janeiro chega aos anos 1990 com os problemas típicos de outras grandes metrópoles brasileiras. Se na década anterior as cidades já representavam dois terços da população total do país, no período seguinte passam a abrigar $\frac{3}{4}$ dos brasileiros. Só as regiões metropolitanas do Rio, Belo Horizonte e São Paulo concentravam, à época, 20% de todos os habitantes²¹.

Essa superurbanização se fez sentir, em especial, nas favelas. O aumento da população favelada, que na década anterior já registrava taxas acima da média das cidades na maioria das regiões, permanece alto, refletindo o aprofundamento da crise econômica e a falência do sistema habitacional. Na região Sudeste, enquanto o número total de domicílios aumentou em 3,06%, o de domicílios favelados cresceu 4,89%, segundo o IBGE.

O padrão de ocupação urbana, no entanto, apresentou uma nova tendência, com a proliferação de favelas nas localidades mais afastadas do centro (BALTRUSIS e D’OTTAVIANO, 2006). Esse padrão, que não é exclusivo da urbanização brasileira, mas um fenômeno mundial, ensejou o que Castells e Mollenkopf (1992) chamaram de cidades duais, entendidas a partir de uma tendência à organização do espaço em termos de segregação e diferenciação. No sentido original, o termo relacionava-se ao fenômeno da globalização econômica, acelerado nos anos 1990, e à produção de uma massa de trabalhadores desqualificados e, portanto, com poucas oportunidades de emprego, e seu oposto – uma classe privilegiada de especialistas bem remunerados.

²¹ O OVO, 1994.

O reconhecimento de que a cidade ficou pequena para acomodar “tantos e tão novos seres que pareciam habitar, até então, os subterrâneos da cidade” (CARVALHO, 1995, p. 5) deu origem, por um lado, a propostas de intervenção urbana e social para dotar os habitantes da favela dos mesmos direitos dos moradores da cidade formal. Por outro, abriu espaço para ações de repressão violenta nos espaços favelados, com o objetivo de restabelecer o poder e autoridade do Estado.

Embora no Rio de Janeiro o crescimento de novas favelas afastadas do Centro seja concomitante à expansão de antigas ocupações, e as fronteiras geográficas entre os territórios de ricos e pobres sejam muito tênues, o conceito de cidade dual foi apropriado tanto nos discursos políticos quanto nos da mídia. A existência de duas cidades, que a rigor sempre esteve presente na caracterização dos espaços ocupados por pobres e ricos, passou a ser nomeada, e ganhou nova conotação a partir dos anos 1990.

Assim como a “cidade”, a favela também sofreu uma importante transformação, causada, sobretudo, pelo comércio de drogas nestas regiões, que passou a operar a partir de uma ação violenta e de uma divisão territorial entre comandos. A ação da polícia nestas áreas e os confrontos entre traficantes, que deixaram a população pobre numa situação de extrema vulnerabilidade, deslocaram o enquadramento predominante da mídia em relação aos territórios favelados e puseram em pauta uma questão pública até então secundária. A cidade dos pobres, que na década anterior fora caracterizada como território da carência, a partir dos 90 aparece como a das vítimas da violência.

Por um lado, acuadas pelas leis impostas à bala pelo tráfico de drogas; por outro, suscetíveis à ação violenta da polícia em suas incursões aos morros e favelas. Essa situação, eu a chamei, na sua caracterização midiática, de Território sitiado²², expressando não apenas a presença do crime organizado, mas seu domínio a partir de uma lógica violenta, que nem o Estado consegue transpor.

A representação da favela como um território sitiado, que vai dominar os discursos midiáticos nos primeiros anos da década de 1990, coloca em cena o favelado como refém dos bandidos, uma vez que é obrigado a submeter-se às ordens do tráfico para garantir sua integridade física. O traficante, por sua vez, é caracterizado em termos de inimigo do Estado,

²² Do ponto de vista constitucional, o Estado de Sítio é caracterizado como um estado de exceção contrário ao Estado de Direito, é decretado pelas autoridades e implica uma suspensão temporária dos direitos a fim de garantir a rápida tomada de decisões e assegurar um retorno à ordem. Optamos por esta metáfora para, por um lado, indicar a vigência de um regime de exceção, embora designado não pelo Estado, mas por uma “autoridade local”. Por outro, por entender que o próprio Estado, a partir de determinado momento, passa a tratar o território das favelas como sob um regime de exceção, lançando mão de expedientes justificáveis apenas nestes casos, como a violação de domicílios.

cuja tarefa é retomar os territórios sitiados, libertar a população e restabelecer a ordem, donde o surgimento de um vocábulo que se tornará cada vez mais presente nas narrativas que descrevem os episódios envolvendo as favelas: guerra.

O tema da violência vai adquirir especial relevância já nos primeiros anos da década. Tomando como ponto de partida uma representação do Rio de Janeiro sob a mira dos bandidos, jornais e jornalistas não apenas escreverão sobre o tema, mas se tornarão protagonistas de diversos movimentos em repúdio à violência. Neste objeto estão incluídos episódios de sequestros, homicídios, chacinas, invasões e disputas de território entre bandidos e tiroteio entre polícias e traficantes, compondo um cenário verdadeiramente de guerra.

Mas diferente da década anterior, quando o problema da violência não evocava a favela, num esquema de causa e efeito, embora se admitisse a relação entre aumento da pobreza e violência, nos anos 1990 essa construção naturalizou-se. Já não se justificava o expediente ao crime como recurso do indivíduo em privação diante de uma sociedade incapaz de oferecer as mesmas oportunidades a todos. Ao contrário, se interpretava o aumento da criminalidade como consequência da incapacidade do Estado em estabelecer controles, através de uma gestão eficiente dos sistemas penal e judiciário.

Efetivamente, a partir do final dos anos 1980 e início dos anos 1990, a presença do traficante nas favelas e morros ganha nova dimensão. Com a entrada em cena do lucrativo comércio da cocaína, os traficantes passam a montar paíóis e ostentar pesados armamentos a fim de estabelecer, do ponto de vista prático e simbólico, sua disposição em defender seus territórios da ação de inimigos – incluídos aí tanto traficantes rivais quanto policiais, corruptos ou não.

Mas embora localizada, a presença de um crime organizado e bem armado já é vista como problemática não apenas pela ameaça que se configura ao morador de favela, mas também é pensada como potencialmente perigosa ao morador da cidade formal.

Se a favela é uma cidade à parte, o traficante é o Estado. Essa representação do tráfico de drogas como poder paralelo ganha forma a partir de episódios em que traficantes impõem suas leis à força, primeiro ao morador da favela, depois, a todo cidadão que cruzar seu entorno. Assim, vi pela primeira vez na pesquisa o uso da expressão “fator de risco”, precursora da “área de risco”, que definirá uma nova geografia da cidade na década seguinte²³.

²³ Na nossa pesquisa, a expressão aparece pela primeira vez na reportagem “Polícia ocupará favelas da Linha Vermelha. Plano é garantir a livre circulação na via expressa”, publicada no JB, em 21/09/1995, p. 19.

Para explicar a interpretação dominante para o sentimento generalizado de insegurança nas grandes metrópoles brasileiras, Machado da Silva (2004) utiliza uma sequência de nexos causais. Em primeiro lugar, o país viveria uma crise de legitimidade do Estado, que provocaria o enfraquecimento da capacidade de controle social por parte das agências estatais. Com o mau funcionamento das “garantias externas” haveria uma ampliação do recurso à violência como meio de obtenção de interesses e uma expansão da criminalidade que recorre a esse meio.

[...] a explicação enfatiza a crise moral e de autoridade das instituições responsáveis pelo controle social e administração da justiça, causa de uma incapacidade radical de cumprimento de suas atribuições, a que se manifesta sob as mais variadas formas de corrupção dos agentes da ordem, impunidade dos criminosos, e tratamento discriminatório das populações mais pobres. (MACHADO DA SILVA, 2004, p. 70).

O resultado desta combinação de fatores seria o aumento da violência. O que os discursos da mídia não questionam no período – e se tornará a pergunta principal de Machado da Silva, bem como de teóricos como Wright e Decker (1997) – é por que mesmo estando igualmente sujeitos aos mesmos contextos normativos, nem todos os indivíduos pobres se tornarão criminosos? No nosso caso específico, por que, mesmo sujeito à mesma situação de precariedade e consciente do baixo “custo de oportunidade” de ingressar no mundo do crime, nem todo favelado vira bandido? Ao não problematizar a questão, abre-se espaço para outra conclusão: a de que todo pobre pode virtualmente tornar-se criminoso.

Mas o que vai justificar, nos anos 1990, uma discussão sobre a necessidade de intervenção militar nos morros e favelas não é um discurso sobre a criminalização do pobre, mas justamente sobre sua vitimização. À medida que os episódios envolvendo disputas de território e confrontos entre policiais e bandidos nas favelas ganham proporções de guerrilha urbana, nos primeiros anos da década, começa uma discussão a respeito da necessidade de intervenção para retomar os territórios sitiados e restabelecer a segurança nas favelas.

A década de 1990 consolida, portanto, a hegemonia da violência como enquadramento das matérias sobre a favela. Se somarmos todas as reportagens de **O Globo** (tabela 05) enquadradas pela violência, no primeiro ano da pesquisa, teremos um percentual de 84%, índice que chegará a 88% no último ano analisado. No **JB** (tabela 06), mesmo com uma amostra menor, o percentual de textos enquadrados pela violência chega a 87%, no início da década, alcançando 92% no último período pesquisado.

Tabela 05

Questão Pública	Enquadramento	Máticas 1993	% 1993	Máticas 1994	% 1994	Máticas 1995	% 1995
Solidariedade	Carência	0	0%	1	2%	0	0%
Educação	Carência	0	0%	1	2%	0	0%
Fome	Carência	2	3%	0	0%	1	2%
Emprego	Carência	0	0%	0	0%	2	4%
Habitação	Carência	2	3%	1	2%	1	2%
Direitos Humanos	Carência	1	2%	1	2%	0	0%
Direitos Humanos	Criminalidade/ Violência	11	19%	0	0%	2	4%
Saúde	Mancha na paisagem urbana	3	5%	2	5%	0	0%
Crime comum	Criminalidade/ Violência	6	10%	2	5%	0	0%
Fonte de violência	Criminalidade/ Violência	7	12%	16	36%	14	27%
Venda de drogas	Criminalidade/ Violência	5	9%	2	5%	12	23%
Território sitiado	Criminalidade/ Violência	20	34%	14	32%	11	21%
Illegalidade	Mancha na paisagem urbana	1	2%	0	0%	2	4%
Berço do Samba	Criminalidade/ Violência	0	0%	1	2%	0	0%
Funk	Criminalidade/ Violência	0	0%	0	0%	7	13%
Turismo	Criminalidade/ Violência	0	0%	1	2%	0	0%
Desvalorização imobiliária	Criminalidade/ Violência	0	0%	1	2%	0	0%

O Globo – Análise quantitativa consolidada anos 1990

Tabela 06

Questão Pública	Enquadramento	Matérias 1993	Percutual	Matérias 1994	Percutual	Matérias 1995	Percutual
Solidariedade	Carência	0	0%	0	0%	0	0%
Cidadania	Carência	1	3%	0	0%	0	0%
Educação	Carência	0	0%	2	6%	0	0%
Fome	Carência	0	0%	1	3%	0	0%
Emprego	Carência	0	0%	0	0%	0	0%
Habitação	Carência	1	3%	1	3%	2	7%
Habitação	Mancha na paisagem urbana	0	0%	1	3%	0	0%
Habitação	Criminalidade/Violência	0	0%	1	3%	0	0%
Direitos Humanos	Carência	1	3%	0	0%	0	0%
Direitos Humanos	Criminalidade/Violência	8	21%	1	3%	3	10%
Saúde	Mancha na paisagem urbana	0	0%	1	3%	0	0%
Crime comum	Criminalidade/Violência	2	5%	0	0%	1	3%
Fonte de violência	Criminalidade/Violência	15	39%	17	50%	14	48%
Venda de drogas	Criminalidade/Violência	1	3%	0	0%	2	7%
Território sitiado	Criminalidade/Violência	5	13%	5	15%	6	21%
Território sitiado	Cultura popular	0	0%	3	9%	0	0%
Illegalidade	Mancha na paisagem urbana	1	3%	1	3%	0	0%
Berço do Samba	Criminalidade/Violência	0	0%	0	0%	0	0%
Funk	Criminalidade/Violência	1	3%	0	0%	1	3%
Funk	Carência	1	3%	0	0%	0	0%
Turismo	Criminalidade/Violência	0	0%	0	0%	0	0%
Desvalorização imobiliária	Criminalidade/Violência	1	3%	0	0%	0	0%

As questões ligadas à favela como espaço da carência perderão importância no debate público, cada vez mais centrado na definição de soluções para a violência nestes territórios e no risco que representam para a sociedade.

É preciso, como já alertado, no entanto, entender a representação da favela e do favelado que emerge destes discursos, a partir da questão pública pautada. Nas matérias que levantam a questão do território sitiado, bem como aquelas em que se discutem os direitos humanos, o favelado é visto como vítima da violência. Já nas matérias que representam a favela como fonte de violência, a vítima está do outro lado da “cidade partida”, no asfalto.

Em 1993, foram localizadas no jornal **O Globo** vinte matérias sobre episódios que demonstram o poder dos bandidos nas favelas e a vitimização dos moradores, o que corresponde a 34% da amostra. No **JB**, consideramos que 13% das reportagens levantavam como questão principal a favela como território sitiado.

A denúncia social, que põe em destaque a vitimização dos pobres, aparece nestas matérias e será retomada também em reportagens que levantam a questão dos direitos humanos, como veremos adiante. Mas é preciso diferenciar a denúncia que aparece nos anos 1980 daquela que predomina na década posterior. Como dissemos, o que enquadra as representações da pobreza, no primeiro caso, é a carência. Já nos anos 1990, predomina a violência.

Embora a questão da vitimização do favelado permaneça em destaque ao longo de todo o período analisado, cresce a participação de outro tipo de representação da favela. A projeção de crimes associados a traficantes, sobretudo os sequestros que ganharam as páginas de jornal ao longo da década, deslocaram o debate público, colocando em cena a favela como fonte de violência, ameaça à cidade formal.

A transição de um discurso que enfoca as vítimas da favela para outro que retrata as vítimas do asfalto marca, como disse, uma mudança na visão da sociedade em relação ao seu papel junto aos pobres, bem como um abandono dos princípios dos direitos humanos e dos ideais de justiça social. Essa transição é expressa, em termos midiáticos, em reportagens que contestam a condescendência com criminosos, retratando sua crueldade, primeiro com os próprios favelados, depois com os moradores da cidade formal, exigindo controles e punições mais rígidas.

Para analisarmos de que maneira se deu a transição de um discurso que trata das vítimas da favela para outro centrado nas vítimas do asfalto, selecionei uma série de reportagens sobre o tipo de crime que passou a ocupar o centro do debate público e suas

conexões com a favela: o tráfico de drogas. Também analisei reportagens que mostram a resposta da sociedade à criminalidade, expressa não mais em pesquisas, como nos anos 1980, mas em atos públicos contra a violência. E, por fim, estudei a criminalização de determinadas manifestações típicas dos territórios favelados, como os bailes funk.

Já nas primeiras semanas do ano de 1993, o debate a respeito do endurecimento das penas para crimes hediondos e outros tipos delitos demonstra a mudança na perspectiva da imprensa a respeito dos direitos e da recuperação de criminosos.

A abertura das discussões no Palácio do Planalto sobre a inclusão da pena de morte na revisão do Código Penal é retratada no trecho retirado da reportagem “Corrêa quer mobilizar estados contra crimes”, publicada pelo **Jornal do Brasil**, que embora não enfoque a favela, será abordada aqui para exemplificar a mudança que estamos analisando:

O ministro da Justiça Maurício Corrêa propôs ontem ao presidente Itamar Franco uma articulação com os governos estaduais para coibir a onda de sequestros e crimes violentos no país [...] O ministro ressaltou que o presidente 'abre as discussões em torno da pena de morte e da prisão perpétua para provocar a sociedade a discutir a criminalidade no país' (CORRÊA...,1983).

A apresentação de argumentos contra e a favor da pena, no entanto, retrata um jornalismo que preza pelo direito democrático de livre expressão de ideias, ao mesmo tempo em que questiona a eficácia do endurecimento das penas como solução para o crescimento da violência. Estes argumentos aparecem em reportagens como “Evandro é contra a consulta” e “Nos EUA, crimes não diminuíram”, publicados na mesma página.

Outro detalhe ajuda a entender a maneira pela qual a representação do debate parte da via política: a editoria em que a cobertura aparece é Política e Governo, em vez de Cidade ou Brasil, onde são publicados os episódios cotidianos ligados à violência.

O Jornal **O Globo** mostra menos precaução ao discutir o assunto. Duas reportagens em especial revelam uma representação do senso-comum bem mais inclinada à punição de crimes hediondos com mais rigor. Em “Pesquisa mostrou maioria favorável”, publicada no dia 11 de janeiro de 1993, o jornal relembra os dados de uma pesquisa feita pelo Infoglobo em fevereiro do ano anterior. Observe-se que a sondagem foi realizada sob o impacto de um evento completamente diferente dos observados naquele janeiro de 1993. Mas a força dos dados acaba por encobrir o fato.

A pesquisa efetuada após a morte por PMs de um assaltante desarmado e preso, indicava que 55,7% dos entrevistados eram favoráveis a pena capital. A consulta mostrou que 29,2% dos entrevistados defendiam a pena de morte porque consideravam ineficaz a atuação da Justiça para inibir a criminalidade. Para 23,8%, a pena de morte foi apontada como a melhor maneira de acabar com a escalada criminosa na cidade, enquanto 23,4% justificavam a necessidade da medida com a alegação de que os presídios não têm condições de recuperar os detentos”. (PESQUISA..., 1993)

Em “Simon pede debate sobre a pena de morte”, o jornal convoca duas vozes poderosas para a discussão: a Igreja e o Estado. O líder do Governo no Senado, Pedro Simon, é o primeiro a se pronunciar a favor de um plebiscito para ouvir a opinião pública sobre a questão

Menos até que o caso triste da atriz Daniella Perez, da Rede Globo, o que causou grande revolta foi o assassinato da menina Mírian Brandão, sequestrada em Minas Gerais, e que parece ter sido queimada viva. Isso cria no país um clima de revolta e medo. (SIMON..., 1993)

Num outro trecho, a Igreja, tradicional opositora à pena de morte, também se pronuncia de maneira favorável:

[...] Em Belo Horizonte, o bispo Werner Siebembrock considera viável um estudo sobre a adoção da pena de morte no Brasil.
[...] Teologicamente e biblicamente a pena de morte é aceitável - disse (SIMON..., Op. cit.)

A opinião é referendada por outra voz religiosa. Na reportagem “Padre: 'Aplicação da pena não é pecado””, o jornal dá o tiro de misericórdia sobre os argumentos contra a ideia de que uma consulta popular sobre a adoção da pena de morte é moralmente inaceitável. Invertendo a ideia de que é preciso investir na recuperação do infrator, que está na base do sistema penal, o padre defende a morte do infrator para a recuperação da sociedade.

O padre espanhol Emílio Silva de Castro, de 90 anos, autor do livro 'Pena de morte já', na terceira edição, reforçou ontem sua opinião de que a aplicação da pena capital não configura pecado, desde que a punição seja usada para 'salvar a vida da sociedade. (PADRE..., 1993)

O que a cobertura do episódio revela é uma transição na maneira de conceber as relações entre crime e sociedade. A despeito do fato de os crimes que suscitaram o debate – a morte da atriz Daniella Perez e da jovem Miriam Brandão - se configurarem como hediondos,

não vinculados à pobreza, ambos revelam uma maneira diferente de a sociedade se relacionar com a criminalidade, eximindo-se de qualquer responsabilidade pelo desvio. A resposta do Estado por que clamam as reportagens, de maneira mais contundente nas matérias de **O Globo**, é mais força e violência.

Vale a pena lembrar que, além dos crimes relatados, a pena de morte era pensada como solução para conter outros tipos de delitos, como os seqüestros, cada vez mais freqüentes no país. E que além da pena de morte, há uma pressão pelo endurecimento das penas para os diversos crimes.

A ideia de uma sociedade co-responsável pela desigualdade e, portanto, com um papel ativo na distribuição de oportunidades iguais para todos, típica da política da piedade, cede lugar à crença num estado responsável pela contenção dos riscos aos quais, virtualmente, toda sociedade está exposta. O fim do credo na recuperação de detentos e na afirmação dos direitos humanos para todos é um sintoma deste período de transição.

Também sintomático deste pensamento é a reportagem sobre os líderes do Comando Vermelho, presos em Bangu I, também de 1993. O jornal questiona não apenas a lei que beneficia criminosos perigosos, como a matéria explicita, mas também a atuação do Estado e da Igreja, frente ao que é caracterizado, em outro texto, como uma injustiça.

Beneficiados pelo que o Desipe considera comportamento exemplar e por um pedido feito ao secretário de Justiça, Nilo Batista, pelo padre Bruno Trombetta, da Pastoral Penal da Arquidiocese do Rio de Janeiro, os bandidos Paulo César Chaves, o PC., de 38 anos, e Sérgio Mendonça, o Ratazana, de 39, foram transferidos no fim do ano passado para Penitenciária Milton Dias Moreira. [...] Paulo César, responsável pela redação dos documentos do Comando Vermelho e considerado o mentor intelectual do grupo, confessou ter cometido quatro assaltos a bancos e foi condenado a 36 anos de prisão. Ratazana, um dos chefes da facção criminosa na década de 70, já cumpriu 15 dos 44 anos a que foi condenado.” (BANDIDOS..., 1993)

O traficante Eraldo Souza da Silva, o Eraldo da Rocinha, sucessor do traficante Denir Leandro da Silva, o Dênis, no comando do tráfico de drogas da favela, poderá sair da prisão nos próximos dias, pois seus advogados estão tentando conseguir sua liberdade condicional. [...] Seus advogados alegam que ele já cumpriu um terço de sua pena - ente 1981 e 1989 - e que é um preso de bom comportamento. [...] - Estamos tentando materializar todas as acusações contra Eraldo para que essa grande injustiça não seja cometida [delegado Antônio Nonato da Costa, delegado da DRE. (TRAFICANTE..., 1993)]

O foco do debate, como se apreende do texto, é o questionamento de uma legislação que já não representa o senso-comum sobre o papel da sociedade na recuperação de

criminosos. Em vez dos direitos humanos, afirma-se o direito à segurança e a necessidade de conter os riscos.

2.2 A trilha sonora do crime

Favela e tráfico tornaram-se termos indissociáveis nas reportagens sobre o crime analisadas durante o período. E mesmo em eventos não associados diretamente à atividade, a menção à favela era suficiente para evocar a associação. A cultura do medo contaminava os discursos midiáticos, deslocando o enquadramento dado aos mais diversos episódios, como o que vamos analisar neste tópico.

Para autores como Leite, Herschmann e Ventura, um fato ocorrido em 1992, fartamente noticiado nos jornais, inaugurou as representações da cidade partida na mídia. O evento, ocorrido em 18 de outubro, em plena praia de Ipanema, numa manhã de sol, ficou como conhecido como “o arrastão” e criou, para além de uma memória do medo nos cariocas, um vocabulário específico para narrar episódios de violência envolvendo moradores de favela.

Herschmann, em sua pesquisa sobre o funk, descobriu que após 1992 o termo pivete, designação comum para as crianças e jovens que perambulavam pelo Centro e Zona Sul cometendo pequenos furtos, foi substituído nas narrativas sobre crime pelo termo funkeiro. Da mesma maneira, o termo arrastão, até então associado ao furto simultâneo de várias vítimas, por grupos mais ou menos organizados, passou a estar associado às galeras funk.

Como se soube mais tarde, o espetáculo que os banhistas da Zona Sul e os espectadores de todo Brasil assistiram e tomaram por uma ação do morro contra o asfalto, algo como um assalto coletivo, foi na verdade um confronto ritualizado de galeras funk rivais de Parada de Lucas e Vigário Geral.

Como se pode imaginar, não foi apenas o fato de se tratar de um grupo de jovens pobres, na sua maioria negros e mal vestidos, nem tampouco os objetos roubados que provocaram o pânico à beira-mar. A identificação dos jovens com galeras funk, um som tipicamente periférico, e a associação dos dois grupos em confronto com as favelas rivais, remetia à disputa de território entre os traficantes das duas regiões e não deixava dúvidas: a favela desceu o morro.

Para entender como o funk tornou-se o som da favela carioca, vale lembrar sua origem, nos Bailes da Pesada promovidos no início dos anos 1970. Àquela época, o som dos DJs Big Boy e Ademir Lemos atraía jovens de todos os bairros da cidade. Nos bailes do

Canecão se reuniam até cinco mil pessoas para dançar pop, rock e soul. Na Zona Norte, o endereço era o Clube Renascença, no Andaraí. Em meados da década, a chegada das equipes de som, como a Soul Grand Prix, inaugurou uma nova fase do movimento, multiplicando muitas vezes seu número de adeptos e assimilando elementos do “Black is beautiful” americano.

Essinger relembra o Primeiro Encontro dos Blacks, no Greip da Penha, que reuniu “quase 15 mil pessoas num lugar onde só cabiam cinco mil” (ESSINGER, 2005). Como já era de se esperar, na tradicional sociedade branca/patriarcal brasileira e em pleno regime militar, aqueles encontros que reuniam uma massa de jovens, ao som das mensagens - e das imagens - do movimento negro americano acabou chamando a atenção da polícia. Fontes do autor relatam as incursões da polícia nos bailes, fardada ou à paisana, e até uma tentativa de forjar um flagrante de apreensão de drogas no escritório da Soul Grand Prix.

Por algumas vezes, tanto Filó quanto Nirto [dois precursores do movimento, na Soul Grand Prix] foram encapuzados e levados para o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) para interrogatórios. Os policiais perguntavam com rispidez pelo dinheiro que os americanos estavam colocando no país para financiar o movimento. (ESSINGER, op.cit., p.)

Ao longo dos anos 1980, os bailes perderam esta característica engajada, que a mídia brasileira chamou de Black Rio, e o charme e o soul cederam espaço para novos ritmos funky, com danças mais grupais e um vestuário distante das raízes negras. O caráter político dos primeiros anos do movimento foi se dissolvendo, ao mesmo tempo em que os bailes se tornavam uma das principais formas de lazer da juventude pobre do Rio de Janeiro (HERSCHMANN, 2000).

Como se vê, a gênese do movimento e seu desenvolvimento ao longo dos anos 1980 em nada lembram a conotação violenta adquirida na década de 1990. Como recorda Hermano Vianna, autor do pioneiro *Mundo funk carioca*, o funk representava, tanto para a classe média, que o via à distância, quanto para os freqüentadores dos bailes, uma forma de lazer dos jovens dos subúrbios e favelas da cidade.

Daí Herschmann considerar os arrastões de 1992 como a apresentação midiática do funk à Zona Sul, uma vez que o movimento, praticamente restrito às áreas pobres – embora muitas delas vizinhas aos espaços mais valorizados da cidade - não despertava o interesse da

imprensa, nem tivesse adquirido antes a conotação de ameaça à ordem pública que iria incorporar a partir de então.²⁴

Pesquisando 125 artigos sobre o assunto publicados durante os anos 1990, nos jornais **O Dia, O Globo, Jornal do Brasil e Folha de São Paulo**, Herschmann conclui que o funk praticamente não aparece nos jornais antes do episódio em Ipanema. A partir daquele momento, ocorre um processo de criminalização dos bailes, que avança até o ano de 1995. Como define Vianna, “o baile, depois do arrastão, passou a ser visto como fenômeno, antes de qualquer coisa, violento” (VIANNA, 1996, p.183).

De fato, os bailes de confronto já existiam em vários pontos da cidade, embora não fosse uma característica comum a todos eles. O que era comum, de fato, tanto naqueles quanto nos bailes de comunidade, era a denominação “galera” para definir os freqüentadores a partir de seu local de origem. As “comunidades”, que freqüentavam os bailes em grupos, se autoreconheciam a partir desta denominação, donde a identificação imediata entre os incidentes da praia e as favelas de Parada de Lucas e Vigário Geral.

É possível que o “bonde do mal de Vigário Geral”²⁵ que enfrentou Lucas naquela manhã de sol não estivesse fazendo outra coisa que repetir o ritual de embate que protagonizava nos bailes. Mas, desta vez, sob os olhos atentos e assustados dos freqüentadores da praia.

Como se não bastasse o fato de serem pobres, negros, causadores de tumultos, se aproveitassem da confusão para praticar pequenos furtos na praia, ainda se identificavam como pertencentes aos comandos dos crimes organizados que dominavam as áreas de Lucas e Vigário Geral. Deflagrava-se, naquele momento, uma guerra não apenas às características violentas de alguns freqüentadores de bailes, mas à sua própria existência.

Como Herschmann chama atenção, a maior parte das matérias e da repressão policial se concentrou justamente sobre os bailes de comunidade. O lócus da pobreza não é exclusivamente o lugar do funk, mas passou a representá-lo. “É som de preto, de favelado”²⁶.

²⁴ Como afirma Essinger (op. cit.), o soul nacional, que se desenvolveu no rastro do sucesso da música americana no Brasil, nunca foi uma unanimidade na imprensa, que considerava o ritmo um desvirtuamento da música negra de raiz brasileira, conforme depoimento do produtor da WEA, André Midani, responsável pelo lançamento de álbuns soul de grande sucesso junto ao público na época. “Quando o pobre do negro brasileiro tem a infelicidade de sair de sua favela para fazer outra coisa que não samba, depara-se com uma imprensa branca, que o acusa de estar perdendo sua negritude” (ESSINGER, op. cit., p. 37)

²⁵ Grito da galera de Vigário durante o lendário arrastão.

²⁶ “Som de Preto”, Amilcka e Chocolate.

Vários pesquisadores realizaram estudos para apreenderem os significados dos arrastões, especificamente, e dos bailes funk de modo geral. Desde o pioneiro trabalho de Vianna, que buscava entender o caráter identitário que os bailes forneciam, passando por sociólogos como Zaluar e Misse, que vão estudar o fenômeno enquanto resposta de uma juventude descrente e sem bandeiras a uma sociedade que lhe vira as costas, todos tentam traduzir um movimento do qual a maior parte dos leitores só conhece a representação midiática.

O propósito aqui não é empreender um estudo sobre o funk, seus significados ou a rede de relações que o legitima como som da favela, mas entender de que maneira e em que contexto o fenômeno ganhou visibilidade na mídia. Neste sentido, é impossível deslocar a associação entre funk e favela e o desconforto que a proximidade de bailes e galeras de funkeiros despertava entre as classes média e alta²⁷.

É neste contexto que podemos entender a participação de matérias sobre funk na amostra. Não se trata, como poderíamos pensar hoje, de reportagens sobre cultura ou comportamento, duas rubricas que abrigam manifestações artísticas, tendências, moda e estilo. Tratava-se, ao contrário, de mostrar o caos social, marcado pela violência e pelo desrespeito às normas e à moralidade.

Por isto, embora esta pesquisa não tenha reunido, sistematicamente, todas as matérias sobre funk ao longo do período - não era essa a nossa proposta - a amostra obtida na seleção aleatória mostrou o quanto a representação dos bailes e galeras estava associada ao crime. Em 11 de junho de 1995, **O Globo** deu chamada de capa para a reportagem que “revelava” a associação entre o tráfico de drogas e os bailes. Não era mais, portanto, uma representação ligada à violência das galeras, que explodia nos bailes e respingava nas ruas, e que podia ser interpretada como uma resposta catártica à desesperança da juventude pobre urbana, mas uma associação direta com o que havia de mais cruel e nocivo à sociedade.

Os 1,5 milhão de jovens que frequentam bailes *funk* no estado ouvem versões clandestinas de *raps* que exaltam o crime e recrutam 'soldados' para o comando vermelho. **O GLOBO** teve acesso a uma fita em poder da polícia com uma coletânea dessas músicas. Um *rap* homenageia o traficante Marcinho, do Morro do Alemão, e incita o assassinato de seu rival, Ernaldo Pinto Medeiros, o Uê: "É contra Uê que vou lutar/se dermos as mãos, tô com Marcinho." (GRAVAÇÕES..., 1995)

²⁷ É possível que as famílias pobres moradoras de favela se sentissem muito mais incomodadas com a vizinhança funkeira, mas suas queixas não chegaram a ganhar uma representação.

A reportagem descreve, em duas páginas cuidadosamente editadas, a rede de relações entre tráfico e funk, reproduzindo as letras que fazem apologia ao crime, ouvindo os donos das equipes de som, que “confessam” não se preocupar com a origem do dinheiro usado para patrocinar os bailes, e até MCs responsáveis pelas músicas de exaltação a traficantes.

O objetivo é provar que os bailes são o novo instrumento dos bandidos para arregimentar “soldados” para o tráfico. E para não deixar dúvidas de que não há sensacionalismo na reportagem e comprovar a veracidade das acusações, apresenta uma retranca sobre a decisão da 2ª Vara Criminal de proibir os bailes funk em Niterói, como revela o trecho a seguir:

[...] Atendendo solicitação dos promotores daquela central, o juiz Custódio de Barros Tostes, da 2ª Vara Criminal de Niterói, proibiu a realização de bailes *funk*. O pedido do MP teve como base uma investigação feita pelo serviço reservado (P2) do 12º BPM (Niterói), que recentemente apreendeu material de contabilidade de traficantes registrando o pagamento de bailes". (DONOS..., 1995)

Nenhum morador de favela duvida de que a maior parte dos eventos coletivos tem a participação ou pelo menos a aprovação dos traficantes, sem que isso implique a legitimação do crime como o poder local, mas o reconhecimento da presença de uma sociabilidade marcada pela violência. Das festas juninas da paróquia ao baile funk ou o forró, tudo precisa ser avisado e combinado. Mais do que uma demonstração de força, essa prestação de contas se faz necessária sob o argumento de que, atraindo muita gente, esses eventos interferem no “movimento”, tanto afastando os clientes tradicionais quanto possibilitando a entrada de algum “inimigo”²⁸.

A ameaça de que alguma facção rival ou mesmo invasão da polícia possa acontecer durante um momento desses não pode ser descartada, apesar do absurdo que representaria um confronto com tantos “civis” na linha de tiro. Mas o que não é absurdo nos limites do tráfico de drogas?

²⁸ Durante meu trabalho no jornal comunitário **O Cidadão**, da Maré, soube de um episódio emblemático a esse respeito. Um representante do jornal foi chamado para explicar aos traficantes de uma das comunidades, cujo tráfico estava sob o domínio do Terceiro Comando, porque a reportagem de capa fazia referência ao Comando Vermelho. A matéria sobre o CPV, o Curso Pré-Vestibular de uma ONG local, foi interpretada como uma tentativa de invasão “inimiga”, embora apenas simbólica, e impediu a distribuição do jornal. Após desfazer o mal entendido, o jornalista conseguiu distribuir a edição na favela.

A “revelação” de que o tráfico teria participação nos bailes funk não chega a ser novidade, portanto. A participação do jogo de bicho nos desfiles de Escolas de Samba também era notória e naturalizou-se durante os anos. Não quero justificar o patrocínio do tráfico, que efetivamente passou a se aproveitar da presença de tantos potenciais consumidores, muito mais do que de potenciais soldados, para aumentar seus lucros. Pretendo, sim, chamar atenção para os significados desta representação de um fenômeno cultural e sua criminalização.

Da mesma maneira, não vou me deter na análise das letras que exaltavam os bandidos locais da favela, apenas chamar atenção para o fato de que os “proibições”, da mesma maneira que o confronto das galeras, expressam uma resposta ao abandono da juventude pobre das favelas, uma revanche contra o Estado. A identificação com os traficantes da comunidade é um dos mais graves problemas enfrentados hoje, por exemplo, por ONGs que atuam nestes lugares e buscam criar novas referências positivas para crianças e jovens, não um problema criminal, mas social.

Assim como descreveu a Escola de Chicago, a anomia que caracterizava a sociedade dos anos 1990 estreitava os horizontes e as possibilidades de ascensão social de milhares de crianças e jovens pobres, que viam no crime rotas alternativas, embora ilegítimas, de se projetar, ao menos num nível local. E como veremos em diversas reportagens, essa projeção se ampliava enormemente a partir da criação de mitos, os olímpicos do crime, pela mídia.

É importante observar como nos 90 as reportagens ainda mencionavam o nome dos Comandos, uma prática que foi interrompida quando se tornou consenso a ideia de que a divulgação e a projeção só aumentavam o desejo de prestígio dos jovens e legitimavam a opção pela fama instantânea e efêmera do mundo do crime. O funk, neste sentido, capturou parte desta revolta e traduziu-a em letras que falam do cotidiano das favelas, das referências locais, das guerras internas.

Essa dimensão sociológica do movimento, no entanto, passou ao largo da imprensa neste primeiro momento, restando a dimensão criminal, que expressa a violência da favela. Note-se que na mesma edição outras matérias se referem à favela como lugar do crime. É o caso da página inteira dedicada à aventura que se tornou ser funcionário da Light, a concessionária de energia elétrica, nas comunidades do Rio. Vários técnicos deram seu depoimento, contando episódios em que estiveram à beira da morte, sob o alvo dos bandidos.

Na mesma edição, também em chamada de capa, o jornal publicou a matéria sobre o sequestro do filho do deputado Albano Reis, no momento em que “regressava do baile funk

que é realizado todas as sextas-feiras no morro do Chapéu Mangueira, no Leme”. (BANDO..., 1995). Como o texto esclarece, no entanto, embora o jovem estivesse voltando do baile, o sequestro ocorreu na esquina da Avenida Atlântica com a Rua Prado Júnior.

Sete dias depois da reportagem sobre o sequestro, o referido baile funk foi fechado pelo “xerife” de Copacabana, para alegria dos moradores, como mostra a reportagem. A palavra “xerife” não foi empregada à toa. De fato, Copacabana era representada como um território sem lei, que foi devidamente enquadrado pela autoridade policial. Mais que isso, por um herói.

Não há dúvidas de que o delegado Alídio dos Santos virou herói de Copacabana. Além de fechar inferninhos, foi ele quem interditou, há uma semana, para felicidade dos moradores do Leme, a quadra de esportes do morro do Chapéu Mangueira, onde são realizados os bailes **funk** e consumida grande quantidade de drogas, de acordo com denúncias que chegaram à delegacia. (BAILES..., 1995).

Outras matérias reiteram a conexão entre funk e crime, como a reportagem sobre uma festa para cinco mil pessoas em comemoração ao aniversário da filha de um traficante do Méier, para a qual foram contratadas quatro equipes de som: Furacão 2000, Pipol, Cash Box e Equipe Livre. Da mesma maneira, esta conexão é reforçada numa reportagem, ainda em 1994, sobre o traficante Uê, na qual o repórter se mostrava surpreso com o fato de que o criminoso não falava gírias de galera funk.

No **JB**, a pesquisa localizou uma notinha, ainda em 1993, na qual a associação entre funk e violência não estava fundada na relação com o tráfico, mas nos embates entre galeras. Em 9 de fevereiro, o jornal noticiava na página 16 a morte de um funkeiro, que para os policiais da 24ª DP fora causada por rivalidade de galeras. No mesmo ano, em 23 de abril, o jornal publicava nota sobre a arrecadação de arroz para os “pobres”, promovida por funkeiros, enquadrando a favela como lugar da carência.

Dois anos mais tarde, o jornal voltaria ao tema já tendo a associação entre tráfico e bailes funk como pano de fundo. Em 11 de junho, a reportagem sobre o sequestro do filho do deputado Albano Reis também reproduzia a narrativa do episódio segundo a qual o adolescente foi seqüestrado após deixar o baile funk. O texto ainda informa que o primo de John, Felipe Mendes, reconheceu um dos seqüestradores como o traficante **Piloto**, o que demonstra a intimidade dos freqüentadores de bailes funk com o tráfico local (Filho..., 1995).

Uma semana depois, outra matéria demonstra a ligação entre os dois mundos – o do

funk e o do tráfico. “Maconha ia para baile funk”, publicada na página 20, revela que “meia hora antes do início de um baile funk no Morro Dona Marta, em Botafogo, a polícia encontrou trinta quilos de maconha e 20 bonés da equipe de som Furacão 2000 no porta-malas do Voyage branco XP 2468” (MACONHA..., 1996). E para que fique bem clara a associação, acrescenta que o baile “têm sido motivo de protesto dos moradores de Botafogo, devido à violência da maioria dos frequentadores. Drogados, eles descem o morro para assaltar, apedrejar carros e fazer arrastões em ônibus”.

2.3 Entre a piedade e o medo ou A batalha do Rio

Como veremos adiante, é na passagem do crime comum para o tráfico de drogas que se consolida a associação hegemônica entre favela e risco. Embora a transição dos direitos humanos ao direito à segurança estivesse em curso, em alguns momentos percebia-se um embate entre os dois discursos, deixando antever as lutas pela hegemonia na construção de um senso-comum sobre a pobreza urbana.

O ano de 1993, em especial, ficou marcado por dois episódios que iriam repercutir em todo mundo e trazer de volta à pauta a questão do desrespeito aos direitos humanos, envolvendo grupos de extermínio, de um lado, e populações pobres, de outro. Embora as vítimas pertencessem a universos cognitivos distintos – os trabalhadores e os “crentes” de Vigário Geral, estes mortos dentro de casa, e os “ladrõezinhos” da Candelária, exterminados na calçada – guardam entre si a situação de vulnerabilidade, cuja ação dos policiais matadores vem confirmar.

A chacina de Vigário Geral, que na nesta pesquisa aparece em matérias sobre a repercussão do fato, ocorrido em 28 de agosto de 1993, será lembrada pelo Jornal **O Globo** na capa do Caderno Retrospectiva, sob o título “A batalha do Rio”.

Um dia depois do assassinato de quatro PMs numa emboscada de traficantes, 30 homens fortemente armados e encapuzados, entre policiais civis, militares e alcaguetes, invadiram a favela de Vigário Geral e praticaram a maior chacina da história da cidade. As duas horas de tiros e terror na madrugada de 31 de agosto custaram a vida de 21 pessoas. Uma semana depois do crime, 16 policiais já estavam presos, alguns deles integrantes do grupo 'Cavalos Corredores'. O depoimento do informante da Polícia, Ivan Custódio, do II Tribunal do Júri, estremeceu as estruturas da polícia do Rio" (A batalha..., 1993)

Assim como a chacina da Candelária, ocorrida em 23 de julho do mesmo ano, em que sete meninos foram mortos a tiros por policiais em frente a um dos pontos turísticos mais antigos da cidade, a questão que se coloca é a violação dos direitos humanos. Mas o enquadramento do fato varia entre a carência e a violência, colocando em cena, lado a lado, a piedade e o medo.

Segundo o secretário-executivo do Centro de Articulação de Populações marginalizadas (Ceap), Ivanir dos Santos, ouvido por **O Globo**, entre janeiro e junho daquele ano foram mortos 320 crianças e adolescentes, vítimas de grupos de extermínio. O **JB** lembra que a CPI do Extermínio de Meninos registrou a morte de 4.611 meninos de até 17 anos entre 1988 e 1990, em todo o país. “Em 1991, quatro crianças e adolescentes foram assassinados a cada dia e em 1992, a média diária de mortes aumentou para 4,2”. (“Quatro crianças são mortas por dia”, JB, 24/07/1993, p. 4).

Não há dúvida, portanto, quanto à questão da violação aos direitos humanos. Mas há uma disputa quanto às causas e ao significado do acontecimento em si. O **JB** vai associar o fato a uma herança da ditadura e seus métodos de “solução de problemas”. Ao mesmo tempo chama a sociedade a assumir papel ativo, a partir de uma ação política, para reverter a situação:

[...] a concepção que prevalece delas é a de uma polícia da ditadura, voltada contra o cidadão. E, como na ditadura, elas também têm núcleos clandestinos, que sequestram, torturam, esfolam, matam e dão sumiço" (A POLÍCIA..., 1993)

Não foi a primeira vez que a história da Candelária se confundiu com o destino dos marginalizados e perseguidos. Durante o regime militar, manifestantes se abrigaram no seu interior e, a partir dos anos 80, passou a ser palco de todos os tipos de manifestação, como as Diretas Já, em 1984, que reuniu 1 milhão de pessoas." (UMA CATEDRAL..., 1993)

[...] essas crianças são *ladrõezinhos* porque estão abandonadas na rua. Portanto, crime mesmo quem está cometendo são os responsáveis por eles, que os abandonaram. E os responsáveis somos todos nós". (TODOS..., 1993).

Já **O Globo** vai questionar, em editorial, a presença de menores nas ruas, acusando o governo de condescendência com o fato e a sociedade de incapacidade de realizar um diagnóstico preciso sobre o problema.

Os assassinos de meninos e adolescentes que dormiam perto da Candelária são monstros; não há outra palavra, não há outra forma mais isenta de definí-los.

É pouco manifestar horror contra a tragédia. A sociedade precisa também

buscar no espelho a imagem de suas responsabilidades para fazer do remorso a alavanca de uma reação sensata.

[...] Mas o problema permanece insolúvel enquanto alguns virem os menores de rua, indistintamente, como delinquentes; e os outros os tratarem, indistintamente, como vítimas que têm o peculiar direito de morar sob marquises e aos quais a sociedade só deve pedidos de desculpas. As duas atitudes montam o cenário dos massacres”. (RESPOSTA..., 1993)

A favela aparece, em ambos os jornais, como lugar de origem dos meninos, mas com enquadramentos diferentes. Se por um lado, remete à carência, que leva os meninos a irem morar nas ruas, por outro, remete à violência, que explica o comportamento dos menores. Como explicita o trecho de **O Globo**.

[...] Os cerca de 50 menores que dormiam ontem de madrugada na Candelária eram em sua maioria de favelas do Méier e Madureira.

[...] Os menores também deixaram seus nomes e inscrições como Comando Vermelho do Asfalto e Comando Vermelho Sinistro.

[...] Explorados por traficantes de cola, os menores da Candelária vivem de assaltos, esmolas e biscates.

Vivem, portanto, na ilegalidade, cultivam a cultura da violência, embora sejam, como demonstra o episódio, sua vítima preferencial. Outras matérias, ao longo do ano, discutirão a questão dos direitos humanos a partir de sua face mais cruel: a luta pelo direito à vida. O extermínio de menores, já denunciado em 28 de maio pelo jornal **O Globo** (OAB denuncia o extermínio de menores), de líderes comunitários em guerra com a indústria imobiliária pela posse de terras (Dossiê denuncia extermínio no Rio), divulgado em 07 de novembro, também são compreendidos pelos leitores a partir de um quadro de referência que tem a violência como elemento estruturante.

É a partir de um contexto de violência marcado pela ineficiência e desrespeito da polícia, de um lado, e de audácia e poder de fogo dos bandidos, por outro, que a discussão a respeito da intervenção das Forças Armadas ganha fôlego. No caso da Candelária, o então ministro da Justiça, Maurício Corrêa, é categórico em negar a possibilidade da intervenção.

O Rio de Janeiro oferece um clima propício à violência com seus morros e favelas. É um fenômeno que está ocorrendo na cidade, mas a hipótese de intervenção está totalmente descartada no momento - disse Corrêa (ITAMAR..., 1993)

Meses depois, a pretexto das discussões do papel das Forças Armadas definindo pela Constituição, o tema volta à pauta. Como revela o depoimento do cientista político José Murilo de Carvalho.

Até recentemente eu era totalmente contrário à utilização das Forças Armadas na defesa da lei e da ordem. Tendo em vista o que está acontecendo nas grandes metrópoles, se retirarmos o papel de polícia da Constituição, como quer o deputado Genoíno, e as Forças Armadas passarem a intervir por conta de pressões irresistíveis, essas intervenções serão inconstitucionais. Aberto o precedente ... No Rio de Janeiro, a situação já está quase fora de controle. A segurança do cidadão nas favelas está privatizada nas mãos dos traficantes. (TRAFICANTES..., 1993)

Apenas alguns dias após a publicação do debate, na cobertura do episódio sobre um confronto entre policiais e bandidos na favela de Coroadó, já se admite uma ação conjunta entre o Exército e a PF, que se efetivará, de fato, no ano seguinte, com a Operação Rio. É num contexto de território sitiado, que precisa ser defendido em nome da lei e da ordem, como reza o artigo nº142 da Constituição, que se justifica a ação das Forças Armadas.

Milhares de tiros foram disparados e cerca de 50 granadas foram detonadas ontem de manhã em quatro horas de guerra entre a polícia e traficantes da Favela do Coroadó, em Acari. Ao fim da batalha, cinco bandidos estavam mortos e havia 14 pessoas feridas: cinco favelados, cinco traficantes e quatro policiais". (A BATALHA DE ACARI..., 1993)

Para além da temática, a cobertura traz alguns elementos bastante peculiares para entender como se deu o protagonismo da mídia diante dos episódios de violência registrados ao longo da década de 1990. Em quatro páginas, a reportagem descreve em detalhes como se deu o confronto entre os 14 policiais da DRE-Niterói que entraram às 5h na Favela de Coroadó, em Acari, para checar a denúncia da chegada de uma partida de cocaína e, em vez de encontrar oito bandidos, conforme esperado, se depararam com 17 traficantes bem armados.

Foram quatro horas de tiroteio entre bandidos e policiais, que receberam o reforço de 30 soldados do 9º BPM, mais 50 do Batalhão de Choque, outros 40 dos batalhões de Olaria e São João de Meriti, além de 12 atiradores do Bope e dois helicópteros com um total de oito atiradores de elite. O aparato mobilizado, sem dúvida, já dá um tom dramático à operação. Mas a dramaticidade adquire cores fortes na narrativa e na edição da matéria.

Através de infográficos e de um resumo de fatos numa sequência temporal, a reportagem narra o cenário de guerra em que a favela se transformou. Embora o episódio se desenvolva em Acari, o selo da reportagem - uma arma saindo do morro empunhada na direção do leitor - não deixa dúvidas: a cidade está sob a mira dos traficantes. O recurso à infografia, aos selos, o emprego de diversas páginas dedicadas ao mesmo assunto não é novidade no noticiário de **O Globo**, embora seja reservado a coberturas especiais. Foi assim

na reportagem sobre a Chacina da Candelária, por exemplo. O que há de realmente novo no escopo da pesquisa é o recurso ao vocábulo guerra e seus correlatos.

As histórias dos moradores, acordados pelo som dos tiros e das granadas, contadas em textos e imagens, reforçam o horror e o medo que só a guerra pode despertar. Nos depoimentos dos favelados, as marcas de um território fora-da-lei.

O zelador Júlio César Narciso, de 33 anos, diz que não esquecerá a manhã de ontem.

[...] Nunca vi coisa igual, nem na televisão. Era tiro para todo lado. Minhas crianças choravam, gritavam e eu não podia fazer nada.

[...] A história de Júlio César se repetiu ontem, com pequenas variações, em cada casa da Favela do Coroadado que estava próxima da linha do fogo. Nos rostos dos favelados, a mesma expressão: medo, impotência, dor. (MORADORES ..., 1993)

O rosto da mãe correndo em desespero com o filho nos braços não deixa dúvidas: a cidade está em guerra. Esta e outras quatro imagens chocantes, na última página do primeiro caderno (Imagem 03), confeccionado em quatro cores – um tratamento gráfico especial para ao período - revelam o espanto da “cidade” diante da violência dos traficantes.

Não é surpresa, portanto, a declaração do diretor da Polícia Federal, coronel Wilson Romão, confirmada pelo Ministro do Exército, de que as duas instituições tinham um plano de ocupação conjunta das favelas cariocas, aguardando apenas um pedido formal do governador Leonel Brizola, conforme a reportagem “Exército e PF poderão ocupar morros”:

[...] Para o coronel Romão, os morros cariocas são verdadeiras 'zonas liberadas', onde quem manda é a criminalidade, e o problema persistirá enquanto Brizola insistir em enfrentá-lo sozinho. Romão lembrou que a revolução cubana começou assim. (EXÉRCITO ..., 1993)

Como deixa claro, o que está em jogo neste caso não é apenas a segurança dos favelados, mas a integridade territorial da cidade, uma vez que os traficantes tomaram para si as favelas e morros e a democracia, sob a ameaça “revolucionária”. A menção à revolução cubana, aqui, evoca uma série de sentidos. Para quem conheceu de perto um regime ditatorial, a declaração, vinda de um militar de alta patente, soa, no mínimo, como aviso. A associação entre traficantes e revolucionários faz lembrar o velho mito das “classes perigosas”, que serviu de justificativa para a desarticulação dos movimentos populares nas favelas e perseguição de seus líderes, durante o regime militar.

Imagem 03

16 • Rio

O GLOBO

Quarta-feira, 29 de setembro de 1993

Moradores enfrentam manhã de terror na favela

O zelador Júlio César Narciso, de 33 anos, diz que não esquecerá a manhã de ontem. Durante duas horas, ele, a mulher, os quatro filhos e um casal amigo não puderam sair de uma casa que ficou no meio do fogo cruzado de policiais e traficantes. Júlio não esquece os gritos de pavor dos filhos quando as granadas jogadas pelos traficantes explodiram a poucos metros do quarto que a família transformou em refúgio até ser resgatada por PMs. Funcionário de uma empresa de ônibus, Júlio estava se preparando para sair quando ouviu os primeiros tiros. Como sua casa, em frente ao prédio que os traficantes transformaram em trincheira, é muito frágil, ele correu para a casa dos vizinhos Adauto e Gilda.

Nunca vi coisa igual, nem na televisão. Era tiro para todo lado. Minhas crianças choravam, gritavam e eu não podia fazer nada. Não dava para chegar na janela. O pânico aumentava quando explodiam as granadas. Parecia que a explosão era dentro do quarto — disse o zelador, casado com Geila de Deus e pai de Leonardo, de 2, Rafael, de 4, Adriano, de 6, e Adriana, de 8.

A história de Júlio César se repetiu ontem, com pequenas variações, em cada casa da Favela do Coroadó que estava próxima da linha de fogo. Nos rostos dos favelados, a mesma expressão: medo, impotência, dor. Ao som de rajadas de fuzis e da explosão de granadas, famílias inteiras correram pelas vielas, tentando alcançar a Avenida Brasil — o único ponto de segurança. O tiroteio atingiu também moradores como Josefa de Jesus Costa, de 68 anos, e seu marido, Manoel Avellino da Costa, de 76. Os dois moravam na casa onde houve o cerco aos traficantes. Manoel foi ferido na coxa direita por estilhaços de granada. Sua mulher também foi atingida por estilhaços, em todo o corpo. A meta do casal, de 12 anos, ficou ferida no pescoço. Esses ficaram com marcas no corpo. Os demais terão gravada na memória essa manhã de terror.



Desesperada, mãe logo carregando o filho no colo, para escapar da linha de fogo na favela do Coroadó: quatro horas de pânico para os moradores



No chão de uma das casas, um "tapete" de carluchos: pesado tiroteio



Enviado rumo leito, homem carrega uma ambulância para levar a lugar seguro



Moradora ferida é socorrida por policiais militares, dir estômago no rosto

Carros da polícia escoltam ambulância com feridos

Com uma escolta de dois carros da Polícia Civil, a ambulância AR44 do Corpo de Bombeiros chegou ao Hospital no Hospital Getúlio Vargas, levando dois feridos. O melhor do Hospital de Santa, o Pituitário, de 15 anos, um dos feridos, morreu no hospital quando estava sendo medido. Foram atendidos também os feridos Vargas, os policiais Manoel Mendes Gomes, de 35 anos, ferido no ombro e na perna esquerda; Rui Antonio de Almeida, ferido de cabeça no rosto e no peito; e Manoel Silva, ferido no peito e no abdômen.

estilhaços, em todo o corpo. Manoel foi ferido no pescoço também por estilhaços de granada. Segundo médico do Hospital Getúlio Vargas, os feridos ficaram em observação e foram encaminhados para o Hospital de Santa. No Hospital de Santa, os feridos foram encaminhados para o Hospital de Santa. No Hospital de Santa, os feridos foram encaminhados para o Hospital de Santa.



Uma ambulância com feridos na perna direita por uma das vias da favela

MULHER ESCONDE OS FILHOS NO GUARDA-ROUPE E DEBAIXO DA CAMA

Dos filhos no guarda-roupa e os outros dois debaixo da cama. Foi o plano que a dona de casa Aparecida de Santa, de 38 anos, encontrou para proteger seus 12 filhos durante o tiroteio entre a polícia e traficantes na Favela do Coroadó. O tiroteio começou na Rua União, perto do centro de turismo entre os primeiros policiais que chegaram a favela, por volta das 3h, e os traficantes, escondidos no subterrâneo da Rua União, fecharam as portas e foram perseguidos em várias pontas por tiros vindo dos dois lados.

Ficamos quatro horas de fuzis de uma casa que temos. De vez em quando eu perguntava alguma coisa para os dois da guarda-roupa só para ouvir a voz deles — contou Aparecida.

Jorge Luiz, de 2 anos, e a menina Juliana, de 1, ficaram dentro do guarda-roupa até que a mãe substituiu a saída deles.

Como sua casa fica em frente ao local onde os traficantes se encontravam, a família de Celso Camila, de 35 anos, foi uma das que mais sofreu durante o tiroteio entre a polícia e os bandidos. Bala por bala, no tiroteio — a maioria vinha do subterrâneo onde estavam os traficantes — ficaram as paredes da favela onde Celso mora com mais seis parentes, entre eles dois crianças. Ele viu dois de um andar superior, a arma de criação de Celso, Laura Santos, de 28 anos, ficou a procurar mudando o tiroteio, mas não pôde ajudar.

A gente se escondia no quarto dos fundos. Eu tive muito medo porque os tiros eram disparados bem perto. Muitas balas entraram pela janela e se alguém estivesse lá poderia ser acertado. Ficamos mais de quatro horas num como do céu, mas não tivemos nenhum ferido — contou Laura.

Ele carregou os três filhos, morando no lado e ainda deixava um quarto pela frente, em busca de proteção. Aparecida não foi do tiroteio, desapercebida no fim do tiroteio, a procura de abrigo. Devido a proximidade com o subterrâneo dos traficantes, que fica praticamente no fundo de sua casa, balas vararam os telhados e paredes e causaram uma ameaça iminente. Depois do tiroteio, Getúlio reclamava a perda de vários móveis e objetos.

Se eu ficasse com as crianças, algumas ia ser ferido. Ficamos entediados da cama, mas as balas não paravam de voar. Eu não podia correr para a casa de minha irmã, aqui perto. Perdi quase tudo o que tinha. A polícia, o guarda-roupa, paredes, portas e janelas ficaram arrebentadas. Vou ter que arrumar tudo antes de voltar — contabilizava a moradora.

O Globo, p. 16, 29 set. 1993

Não é pouco mencionar que na reportagem do **JB** sobre o assunto, o texto também utiliza o vocábulo guerra (EXÉRCITO ..., 1993).

Dentro do escopo desta pesquisa, podemos considerar a edição que traz a cobertura do episódio de Coroadó como um divisor de águas no tratamento editorial que será dado às

reportagens sobre favela. O próprio evento em si, obviamente, traz elementos bastante peculiares, que justificariam, sob a ótica jornalística, um tratamento diferenciado. Mas o argumento vai um pouco além do episódio.

A maneira de narrar os fatos, as marcas visuais, como o selo de uma arma empunhada saindo do morro, que acompanharia, a partir dali, e ao longo de todo o ano de 1995, os eventos que supostamente envolveriam a favela, como os casos de seqüestro, e o uso de um vocabulário ligado à guerra, estabelecem uma nova gramática discursiva. Há, efetivamente, uma militarização do discurso midiático, que passa a representar o Rio de Janeiro como um território em guerra e põe de lados opostos o asfalto e a favela.

Os efeitos subjetivos desta discursividade serão sentidos ainda naquela década, sob a forma de uma cultura do medo, cultivada pelas classes média e alta, e de uma brutal estigmatização do favelado. Nas décadas seguintes, com o arrefecimento das disputas por pontos de drogas e o aumento da sensação de insegurança, se produzirá, efetivamente, uma nova territorialização da cidade, a partir da definição de áreas de risco.

Do ponto de vista simbólico, o uso de um vocabulário específico da guerra vai legitimar o uso do aparato militar para o combate ao crime nas favelas. Não estamos discutindo, aqui, a pertinência ou não do uso da força militar nos territórios favelados. O que pretendemos argumentar é que a *Guerra do Rio* é uma construção discursiva a partir da qual os fatos violentos ligados à favela passaram a ser narrados, e as ações violentas do Estado, legitimadas.

A descrição do criminoso como inimigo do estado, corolário da ideia de um poder paralelo, embute também uma nova perspectiva em relação ao desvio e ao desviante que vale a pena analisar. Talvez a matéria que melhor revele a mudança de perspectiva seja a que compara o cerco aos bandidos de Acari ao episódio da Ilha do Governador em que 200 policiais trocaram tiros com um único integrante do Comando Vermelho.

Durante 11 horas, o conjunto Habitacional dos Bancários foi palco de um tiroteio entre a polícia e José Jorge Saldanha, o Zé do Bigode, assaltante de bancos que, antes de ser morto, matou três policiais e feriu seis.

[...] Naquela madrugada de 1981, a polícia mal tinha ouvido falar da organização, que acreditava restrita ao presídio da Ilha Grande, e não imaginava que eles estavam tão bem armados. Em Acari, os policiais já sabiam do poder de fogo do CV, foram cautelosos e mataram os traficantes. (ILHA ..., 1993)

O que a reportagem parece argumentar é que a condescendência com os criminosos era fruto do desconhecimento do poder de fogo e da crueldade que viriam a demonstrar. Não é o que nossa pesquisa parece nos mostrar. Havia, efetivamente, uma condescendência com o criminoso na década anterior, fruto não do desconhecimento da sua periculosidade, mas da visão da sociedade em relação à dívida social.

O que fica claro, neste caso, é ação da imprensa no enquadramento das memórias (POLLAK, 1992), interpretando os fatos segundo o presente (HALBWACKS, 2006), e reiterando seu lugar de memória (NORA, 1993). A argumentação desenvolvida na matéria é usada para reforçar o ponto de vista segundo o qual hoje, diante do conhecimento das organizações criminosas, não há alternativa nem piedade: trata-se de exterminá-las.

A questão pública levantada por esse e outros episódios – o território sitiado – que enfoca diretamente a vitimização dos favelados diante do embate entre traficantes e policiais, deve ser vista, portanto, numa dupla perspectiva: por um lado, expressa a crença na denúncia da marginalização de populações vulneráveis. Por outro, exige do Estado mais rigor contra os criminosos, cujo poder de fogo tornou-se, virtualmente, uma ameaça a toda a sociedade.

A descrição dos armamentos em poder dos bandidos, nas matérias que levantam a questão da venda de drogas, bem como o relato dos casos de seqüestro, fornecem o substrato do primeiro argumento para caracterizar a favela como fonte de violência da cidade. No ano seguinte, com a intensificação dos casos de seqüestros e a ocorrência de episódios que “pararam” a cidade à luz do dia – confusão nos túneis, fechamento do comércio em torno de favelas e morros – outra argumentação se tornará preponderante nestes discursos: a de que os traficantes passaram a ameaçar a integridade de quem mora, trabalha ou é obrigado a passar próximo aos territórios favelados, o que obriga a uma mudança ou interrupção das rotinas diárias.

2.4 Operação Rio – O Estado sobe o morro

Sem dúvida, os episódios de violência mais marcantes dos anos de 1992 e 1993 – respectivamente, o arrastão de 12 de outubro de 1992, as chacinas da Candelária, em 23 de julho do ano seguinte, e de Vigário Geral, em 28 de agosto do mesmo ano – deixaram em todos – inclusive na imprensa internacional – a sensação de que a situação do Rio de Janeiro estava fora de controle. Mas foram os pequenos episódios do dia-a-dia que corroboraram esta certeza, ao ponto de invocar “a solução final” (VENTURA, 1994, SILVEIRA, 2006).

As representações da favela na mídia, não apenas de um território sitiado, mas efetivamente como outro território, em guerra contra o Estado, não deixavam dúvidas sobre a urgência de apelar para as forças armadas, na tentativa de preservar a lei e a ordem. Silveira (op cit.), revela que a própria tropa tinha dúvidas sobre a legitimidade da operação.

Conforme relato do capitão-de-fragata Frederico dos Santos, publicado na Revista Marítima Brasileira, em 1995, ao convocar as forças armadas, através de um convênio com o governo estadual, o governo federal se punha em contradição. Se a situação não era tão grave a ponto de o presidente da República decretar estado de defesa, por que, então, envolver as forças armadas? “Na ótica da tropa, o convênio era visto com restrições, porque as negociações políticas estariam no comando da situação ao invés das razões exclusivamente militares” (SILVEIRA, 2006, p. 38).

É preciso, portanto, analisar a questão da participação da mídia no processo não apenas de um ponto de vista sensacionalista – do jornalismo de sensações, para usar a figura de BARBOSA (2006) – ou como denúncia. Com o retorno de Leonel Brizola ao governo do Estado (1991-1994) e com os candidatos à sua sucessão já em plena campanha eleitoral, o clima de terror deve ser visto, também, como parte do posicionamento político dos jornais, como apontaria, curiosamente, um dos traficantes caçados pela polícia à época.

Um dos episódios mais emblemáticos do papel da mídia no processo que culminou com a entrada do Exército em campo, durante a Operação Rio, foi justamente incitado por uma coletiva do traficante em questão, Ernaldo Pinto Medeiros, o Uê, que comandava o tráfico de drogas no Morro do Adeus (Imagem 04). Uma ousadia para os dias de hoje, mas uma prática bastante difundida no período. **O Globo** descreveu detalhes não apenas do que ouviu sobre a guerra por pontos de venda de droga, mas sobre a personalidade, o comportamento e até o voto do traficante.

Por trás do “furo”, a reportagem revela o poder do tráfico para além da favela, “pautando” a imprensa “séria”, mas também a maneira pela qual essa mesma imprensa pautava a ação das autoridades, agendando as questões públicas.

[...] Considerado um dos últimos homens fortes do Comando Vermelho ainda fora da cadeia, Uê convocou uma entrevista anteontem à noite no Morro do Juramento, para se defender das acusações feitas desde junho, quando o traficante Orlando da Conceição, o Orlando Jogador, do Morro do Alemão, foi assassinado.

[...] O traficante disse que seu voto nas próximas eleições seria para Anthony Garotinho, candidato do PDT ao Governo do Estado. O ex-prefeito de Campos reagiu indignado.

[...] **O Globo** - Você diz que o Rio não está com esse clima todo, mas hoje há dezenas de grupos fortemente armados espalhados pela cidade ...
Uê - O crime está como sempre esteve. **Isso está assim hoje por causa das eleições** [grifo meu]. Tentam passar uma imagem falsa da cidade. Esse negócio de armas é a evolução. Antigamente se andava de Fusca. Hoje se anda de Santana, Tempira. É a mesma coisa. (TRAFICANTE ..., 1994)

Sem dúvida, a possibilidade de entrevistar “um dos últimos fortes do CV”, como diz o texto, seria tentadora para qualquer repórter. Aqui, não está em jogo, como nos casos citados nos anos 1980, a ideia de dar voz a uma classe socialmente excluída, assegurando o direito de livre expressão. Como ficará claro no texto, trata-se de mostrar a audácia de um bandido que corrobora, em gestos e palavras, a ineficácia do aparelho repressivo estatal, atingindo, em cheio, o desafeto político do jornal, cujo candidato concorreria ao governo do Estado, naquele ano, e perderia para Marcello Alencar²⁹, do PSDB.

As consequências do episódio iriam muito além do dia seguinte. Já se discutiu, em vários trabalhos, o impacto da criação de mitos como este no mundo do crime. Talvez o exemplo mais emblemático seja o do traficante Marcio Amaro de Oliveira, o Marcinho VP do Morro Dona Marta (BARCELLOS, 2003, OLIVEIRA, 2008). Depois de dar uma entrevista a três repórteres dos mais importantes jornais do Rio – **O Globo, JB e O Dia**³⁰ –, em 1996, o criminoso foi eleito prioridade número um do Governador Marcelo Alencar. Preso sucessivas vezes e condenado inclusive por vários crimes, ganhou biografia do jornalista Caco Barcellos e acabou morto, em 2003, em Bangu III, por companheiros de detenção.³¹

Como se pode ver, portanto, a entrevista com Uê não foi um episódio único na imprensa brasileira. Assim como não se pode afirmar com precisão, no caso de Marcinho VP, que os fatos subseqüentes decorreram daquela primeira entrevista, também não podemos garantir que os acontecimentos naquele ano de 1994 estejam todos vinculados à entrevista de Uê. Mas há fortes indícios tanto num caso quanto no outro.

²⁹ Siveira (2006, p. 42) considera que “se o fator Brizola não foi determinante para a realização da Operação Rio, pelo menos ajudou a efetivá-la, pois o governo federal promoveu uma forma de intervenção branca no cenário político estadual, para beneficiar o seu candidato”.

³⁰ O traficante, segundo Barcellos (idem, p. 342), havia exigido que sua identidade fosse mantida em sigilo, exigência que não foi respeitada por nenhum dos jornais.

³¹ Ventura também relata, na sua entrevista com Flávio Negão, traficante que comandava os pontos de venda em Vigário Geral à época, a presença do criminoso olímpiano nas páginas dos jornais e suas consequências. Num dos trechos, Negão diz: “Pô, se eles me pegarem eu não valho nada, eles vão me quebrar, porque eu já tou cheio de fama” (VENTURA, op. Cit, 191), referindo-se à prática policial de seqüestrar traficantes para extorquir dinheiro do bando. Neste caso, o criminoso alerta que já adquiriu tanta notoriedade na mídia que já não pode ser objeto de barganha, tem que ser morto pela polícia.

Para não deixar dúvidas sobre a periculosidade do traficante, uma retransmissão detalha o funcionamento do tráfico no Morro do Adeus, um dos redutos de Uê. Em “Exército do Adeus garante movimento semanal de R\$ 50 mil”, publicada na mesma página, o repórter explica que:

No Morro do Adeus, o tráfico de droga movimenta R\$ 50 mil por semana, a partir de uma estrutura sustentada pelo exército de 70 homens armados de pistolas, metralhadoras, fuzis de vários tipos, lança-granadas, balas traçantes (que 'riscam' o céu durante a noite), telefone celular e até rádio-receptor que capta a frequência da própria polícia, dos jornais, rádio e televisão. (EXÉRCITO ..., 1994)

E termina a cobertura com uma retransmissão sobre as impressões do repórter a respeito da figura que estava sendo entrevistada, como acontece com ídolos pop, cujos fãs têm curiosidade de conhecer o dia-a-dia, o ser humano por trás da figura pública. As observações, no entanto, não servem para revelar o homem por trás do monstro, mas para, através de um tom sarcástico, reforçar o estigma.

[...] Sua aparência confirma a tese de que bandido não tem cara. É difícil imaginar estar diante de um dos traficantes mais procurados do Rio. Simpático, falando muito rápido, sem gírias de galera funk. Foi lacônico também sobre a vida pessoal. Pai de dois filhos pequenos, Uê estaria separado. O traficante afirmou que, atualmente, sai muito pouco do Morro do Adeus:

- Com essa guerra aí, não dá para deixar o morro. Mas eu não sou prefeito do Adeus, não. Que isso fique bem claro. Quem manda aqui é a comunidade. (NÃO FUMO ..., 1994)

A resposta ao traficante viria em janeiro do ano seguinte, naquela que foi classificada pela imprensa como a maior ação conjunta das três forças Armadas já realizada pela Operação Rio, envolvendo 4.200 homens em torno das 11 favelas do Complexo do Alemão, reduto de Uê, “o traficante mais procurado da cidade” (MILITARES ..., 1995).

Imagem 04

Sexta-feira, 2 de setembro de 1994

Rio • 11

Traficante mais procurado do Rio, Uê convoca entrevista e fala de política, drogas e segurança

'A Polícia não está nem aí'

ALVARO MIRANDA

O traficante Ernando Pinto de Medeiros, o Uê, disse que a polícia procura agora culpa de todos os crimes que acontecem nas comunidades do Complexo da Maré porque não tem capacidade de investigar nada. Considerado um dos últimos homens livres do Comando Vermelho da Maré, o Uê foi entrevistado ontem à noite no Morro do Juncão, para se defender das acusações feitas de que, quando o traficante foi preso, estava escondendo o corpo de um assassino. O Uê, que mora no Morro do Juncão, foi assassinado em 1993, quando o Uê estava escondendo o corpo de um assassino.

Armadado de fuzil M-16 com munição, o Uê recebeu os jornalistas do GLOBO, de "O Dia" e "O Povo" numa casa subterrânea do morro. Estava acompanhado de um advogado e um bando fortemente armado, que foi orientado para não se aproximar dos repórteres. A primeira conversa aconteceu sobre uma loja que serve de terraço da casa. Ali ele quis primeiro conhecer os repórteres, enquanto os fotógrafos ficaram esperando num bar, sob o terraço.

Apesar da tranquilidade e do aparente equilíbrio de Uê, houve momentos de tensão. Logo após a chegada, um Apolo cinza se aproximava em alta velocidade, uma mulher, na porta do bar, abriu.

Tem um carro subindo aí? Um dos "soldados" se apanhou no meio da rua e apontou o fuzil na posição de ataque, mas logo viu que eram pessoas conhecidas. Dois casais. Depois de conversar com os repórteres na loja, Uê convidou-os a entrar na sala. Uma televisão transmitia o programa eleitoral gratuito.

Agora, tudo que aconteceu, não, Entre nós, não teve. Eu não pretendo isso. Meu negócio não tem a ver com o Almirante, nem com as outras áreas.

O GLOBO — E o Morro do Juncão? Aquela invenção não foi feita pelo seu bando?

Uê — Não tenho participação nenhuma lá. Não conheço o Cavieira.

O GLOBO — Como você vê a saída de violência na cidade?

Uê — Sou e já pretendo parar. O Rio não está com esse clima todo. Tem um candidato aí, fala isso e aparece na televisão. Newton Cruz, não vou dizer o nome, mas que está querendo fazer um clima de paz. Se quer se eleger, proponha mais alianças para a comunidade, mais escolas.

O GLOBO — Por que resolveu convocar entrevista? Você sabe que isso pode parecer um anúncio para as autoridades e a opinião pública...

Uê — Tenho consciência. Eu sei

Seis mandados de prisão contra Uê estão na Divisão de Captações da Polícia: três por tráfico de drogas, um por recepção de armas das Forças Armadas (mandado de 1987, no processo 81.871 do 1º CDM), um por homicídio e outro por furto.

Após a morte de Orlando Juncão, em junho, começaram-se nos meios policiais que o Com

Seis mandados de prisão contra Uê estão na Divisão de Captações da Polícia: três por tráfico de drogas, um por recepção de armas das Forças Armadas (mandado de 1987, no processo 81.871 do 1º CDM), um por homicídio e outro por furto.

Após a morte de Orlando Juncão, em junho, começaram-se nos meios policiais que o Com

Uê garante que não fuma maconha, não cheira cocaína e que se bebe de vez em quando: — Eu gosto mesmo é de geléia real — diz, às zanzaladas.

O apelido, conta, vem da infância, no próprio Morro do Juncão, onde nasceu e ainda vive a maior parte do tempo. Estudou até o 9º ano do 1º Grau na Escola Municipal Padre Manoel da Nóbrega, em Ramos. Não disse por que parou de estudar nem por que virou bandido.

— Esse negócio vem da infância. Sabe como é a vida...

Aos 26 anos, moreno, porte atlético, Uê usava bermuda, camisa e uma jaqueta jeans na entrevista. E só aceitou ser fotografado com o rosto coberto por outra camisa e sem usar o armamento pesado de seu "paiol" (arsenal). Só com uma pistola em cima de uma mesa. Ele conversou tranquilamente por duas horas. Evaluado, admitiu estar desconfiado:

— Sou marinho de primeira viagem com a imprensa.

Sua aparência confirma a tese de que bandido não tem cara. É difícil imaginar estar diante de um dos traficantes mais procurados do Rio. Simpático, falando muito rápido, sem gírias de galeira funk. Foi lacônico também sobre a vida pessoal. Foi de dois filhos pequenos. Uê estaria separado. O traficante afirmou que, atualmente, só muito pouco do Morro do Juncão.

— Com essa guerra aí, não dá para deixar o morro. Mas eu não sou o prefeito do Adeus, não. Que isso fique bem claro. Quem manda aqui é a comunidade.

Uê abre mais creches, oferece mais empregos.

O GLOBO — Acha que a PM deveria instalar um DPO no Morro do Adeus?

Uê — O morro é muito pequeno, não tem espaço para DPO.

O GLOBO — O que vocês fazem para a comunidade?

Uê — Nós fazemos aquilo que o poder público não faz.

O GLOBO — Quer dizer que vocês é o prefeito do morro?

Uê — Nada disso. Não sou o dono do morro. Dona do morro é a comunidade. Quem vem de fora pode montar sua casa lá à vontade. Do morro não tem lei.

Uê — No Garotinho. Ele promete abrir mais creches, oferecer mais empregos.

O GLOBO — Afinal, vocês tem mais problema com a polícia ou com outros grupos?

Uê — Não tem problema com a polícia, nem com traficante. Essa guerra é pessoal.

O GLOBO — Também consta que o Comando Vermelho teria condenado você por causa do Juncão...

Uê — Não, não sei quem não sou eu quem tem o olho grande. Todos os amigos entendem que o olho grande não sou eu.

O GLOBO — Você votaria em quem nessas eleições?

Uê — No Garotinho. Ele promete

Uê garante que não fuma maconha, não cheira cocaína e que se bebe de vez em quando: — Eu gosto mesmo é de geléia real — diz, às zanzaladas.

O apelido, conta, vem da infância, no próprio Morro do Juncão, onde nasceu e ainda vive a maior parte do tempo. Estudou até o 9º ano do 1º Grau na Escola Municipal Padre Manoel da Nóbrega, em Ramos. Não disse por que parou de estudar nem por que virou bandido.

— Esse negócio vem da infância. Sabe como é a vida...

Aos 26 anos, moreno, porte atlético, Uê usava bermuda, camisa e uma jaqueta jeans na entrevista. E só aceitou ser fotografado com o rosto coberto por outra camisa e sem usar o armamento pesado de seu "paiol" (arsenal). Só com uma pistola em cima de uma mesa. Ele conversou tranquilamente por duas horas. Evaluado, admitiu estar desconfiado:

— Sou marinho de primeira viagem com a imprensa.

Sua aparência confirma a tese de que bandido não tem cara. É difícil imaginar estar diante de um dos traficantes mais procurados do Rio. Simpático, falando muito rápido, sem gírias de galeira funk. Foi lacônico também sobre a vida pessoal. Foi de dois filhos pequenos. Uê estaria separado. O traficante afirmou que, atualmente, só muito pouco do Morro do Juncão.

— Com essa guerra aí, não dá para deixar o morro. Mas eu não sou o prefeito do Adeus, não. Que isso fique bem claro. Quem manda aqui é a comunidade.

Uê abre mais creches, oferece mais empregos.

O GLOBO — Acha que a PM deveria instalar um DPO no Morro do Adeus?

Uê — O morro é muito pequeno, não tem espaço para DPO.

O GLOBO — O que vocês fazem para a comunidade?

Uê — Nós fazemos aquilo que o poder público não faz.

O GLOBO — Quer dizer que vocês é o prefeito do morro?

Uê — Nada disso. Não sou o dono do morro. Dona do morro é a comunidade. Quem vem de fora pode montar sua casa lá à vontade. Do morro não tem lei.

Uê — No Garotinho. Ele promete

O Globo, p. 11, 02 set. 1994

Mas a Operação Rio começaria ainda em 1994, e ganharia destaque na capa dos jornais em 16 de dezembro, com a ocupação do Pavão-Pavãozinho, em Copacabana, e

O jornal dedica página inteira à cobertura, mostrando detalhes pitorescos do episódio, como o dos paranaenses que tiraram foto ao lado do blindado cascavel usado na operação (detalhe da capa) e o do turista alemão, “que deixou a praia de lado para acompanhar a movimentação dos soldados” (BLINDADOS ..., 1994); a do casarão usado no Pavão-Pavãozinho como base da operação, à venda por um preço abaixo do mercado, depois que a “guerra” tomou conta dos dois morros (CASA ..., 1994); e o armamento apreendido no local (OPERAÇÃO ..., 1994).

Vale lembrar que não foi a primeira vez na década que as Forças Armadas subiram os morros para dar segurança à cidade. Durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio-92), realizada entre 3 e 14 de junho de 1992, no Rio de Janeiro, militares ocuparam morros e favelas, inibindo a ação de traficantes e outros tipos de criminosos, criando um clima de “segurança artificial” em toda a cidade. A sensação, como vimos, foi evocada em diversos debates, ao longo de 1993, sobre a necessidade de empregar as Forças Armadas no combate à criminalidade no Rio de Janeiro.

Do discurso à prática, a ocupação do Pavão-Pavãozinho teve a peculiaridade de colocar um ouvidor para atender os moradores, um defensor público, e um posto médico-odontológico. Como se vê, a ideia de ocupação social implantada pelas UPPs tem alguns precedentes. A reportagem de **O Globo** faz questão de mostrar os transtornos que a operação causou ao bairro. Do trânsito interrompido ao barulho causado pelos helicópteros, fica claro o desconforto que a presença incômoda da favela trouxe ao tradicional bairro do Rio. Por fim, enfatiza a ideia de uma “contaminação” que mais tarde vai tomar conta dos discursos a respeito das zonas de contato entre “asfalto” e “favela”, expressa, nesta cobertura, pela retranca “Soldados vasculham um prédio inteiro”. Embora não cite a favela, o texto deixa claro que a proximidade traz problemas para seus moradores.

[...] Os soldados não tinham mandado judicial e continuaram a revista depois das 18h, quando, segundo a lei, o domicílio se torna inviolável. (SOLDADOS ..., 1994)

A questão pública que se levanta nesta e em outras reportagens que assinalam uma interrupção das rotinas cotidianas por conta dessa proximidade é a da favela como fonte de violência. A vítima, nestas circunstâncias, não é mais o morador da favela, mas o da cidade formal, obrigado a conviver com um dia-a-dia de incertezas por conta da proximidade das comunidades pobres. Nem a polícia, como se vê no texto, respeita o direito dos moradores.

Não se fala, no entanto, na violação dos domicílios dos favelados. Ao contrário, enfatiza-se a informação de que os “(...) moradores não foram impedidos de entrar ou sair dos morros, mas todos eram obrigados a fazer o cadastramento e passar por revistas nos acessos” (Exército ocupa morros da Zona Sul).

Na página seguinte, quatro outras matérias que tratam de operações policiais são também enquadradas a partir da violência, associadas, a partir do uso do mesmo selo, à cobertura anterior, embora não tenham uma relação direta com ela. Numa delas, que fala sobre a prisão de Rogério da Silva, acusado de ser “um dos principais gerentes” do tráfico no Morro do Dendê, o repórter explica o nexo:

O cerco das Forças Armadas aos morros e favelas do Rio, está deixando os traficantes de drogas desesperados: além de não estarem conseguindo, com a mesma facilidade, comprador para seus estoques de cocaína e maconha, eles não encontram até quem queria trabalhar de 'avião' (pessoa encarregada da venda)" (GERENTE ..., 1994)

Ao mesmo tempo em que reforça o prestígio dos olímpianos do crime, no caso Miltinho do Dendê, a reportagem encampa o discurso das autoridades, que passam a atribuir todo tipo de crime a uma reação desesperada dos traficantes, impedidos de exercerem sua atividade principal nas favelas e morros da cidade, conforme interpretação do **JB**.

Os números divulgados ontem pela Polícia Civil indicam que a asfixia das favelas pelo Exército - a primeira ocupação foi no Morro Dona Marta, em Botafogo, em 18 de novembro - levou os traficantes a diversificar suas atividades: houve um crescimento do número de sequestros e assaltos a banco. O dado confirma a previsão do comandante da Coordenação de Segurança Integrada (Cosi), general Roberto Jugurtha Câmara Senna, de que as operações nas favelas *empurrariam* os traficantes para o asfalto. (CAI ..., 1994)

O antagonismo morro X asfalto é descrito em termos bem claros, designando a favela como locus do crime e a cidade formal como lugar da vida cotidiana. A representação da cidade partida já não leva mais em conta as diferenças de classe ou de oportunidade, mas prende-se tão somente à questão da violência, colocando ambos não apenas em campos opostos, mas efetivamente em confronto, em combate.

Assim podemos interpretar, por exemplo, a reação das autoridades às entrevistas de traficantes publicadas nos jornais. No dia 20 de dezembro, um dia depois de **O Globo** publicar uma matéria com quatro criminosos do Morro do Dezoito, que estariam negando a instituição de um toque de recolher na favela, o Exército ocuparia o vizinho Morro da Caixa

D'Água (EXÉRCITO ..., 1994). A pergunta pertinente, neste caso, é: quem estaria provocando as autoridades, os bandidos ou a imprensa?

O **JB** teria outra interpretação para a ação: ela seria uma ofensiva do Exército contra a audácia dos criminosos da região, que teriam invadido a 24ª DP no dia anterior, conforme explica o texto:

O ataque à 24ª DP provocou ontem uma imensa operação militar no Morro da Caixa d'Água, em Piedade. Mais de 1.000 soldados do Exército fecharam, a partir das 17h, todas as 16 ruas que dão acesso ao morro e entraram na favela, fazendo revistas em praticamente todas as casas. Para bloquear as entradas, o Exército utilizou quatro tanques Cascavel - que ficaram com os canhões apontados para o morro - e dois tanques Urutu, além de seis caminhões e dez jipes, alguns com metralhadoras. A operação contou com o apoio de 300 homens da Polícia Militar. (Exército ..., 1994).

Talvez seja difícil hoje, 18 anos depois, diante de tantos cercos, invasões e ocupações de favelas e morros, aos quais “nos acostumamos”, ler com isenção os números da Operação Rio. É possível que, efetivamente, a preocupação dos jornais em detalhar, com minúcias, cada passo da operação, fosse uma tentativa de mostrar algo além da periculosidade dos bandidos. Talvez haja nas entrelinhas uma vontade de revelar, também, a insanidade, o desespero e o despreparo do poder público em lidar com uma situação que já estava fora de seu controle.

O número absurdo de soldados e policiais, os tanques de guerra com os canhões apontados para o morro, o armamento pesado, tudo é escandalosamente desproporcional ou propositadamente escandaloso, artificial, encenado para impressionar, mais do que para combater “o crime organizado”, que no morro, no mais das vezes, corresponde a uns poucos jovens e adolescentes de pés descalços, embora muito bem armados. É difícil, para o pesquisador, descobrir a intencionalidade por trás da notícia, que busca na frieza dos números sua pretensa objetividade. A descrição do ambiente, a disposição das informações, tudo transpira opinião, julgamento, protagonismo.

A política tradicional, partidária, sem dúvida tem sua parcela de colaboração no jogo das informações. A própria imprensa afirmaria, dois anos depois do início, que a operação não teria atingido os objetivos prometidos, revelando-se muito mais uma jogada política do que uma ação no sentido de restabelecer o estado de direito e as liberdades democráticas naqueles territórios (SILVEIRA, op cit, apud **JB** 10/11/1996).

Também acreditamos que entre as brechas, ou talvez escancaradamente, se interpretarmos a descrição dos números da operação como uma denúncia do absurdo que ela

representa, pode-se vislumbrar o desejo de chamar atenção para a violência contra a população dos morros. Colocar a favela na mira dos canhões é representá-la como fonte de violência, o perigo que ameaça a cidade, mas também é representá-la como território sitiado, sob um estado de exceção.

O fantasma da intervenção militar e o medo da violência se entrelaçam em discursos polifônicos, que não podem ser interpretados de uma forma maniqueísta. Assim é que vemos os jornais tanto convocando a ação do Exército contra inimigos do Estado, quanto vigiando o comportamento dos militares frente à população favelada, embora a descrição dos personagens seja cada vez mais breve e bem diferente das histórias de vida contadas nas reportagens sobre moradores de favela nos anos 1980.

Na operação do Exército no Pavão-Pavãozinho, publicada em 16 de dezembro de 1994, o **JB** já denunciava que “portando mandados de prisão e de busca e apreensão, os militares revistaram barracos tentando encontrar armas e drogas. No entanto, nenhum desses documentos foi mostrado aos jornalistas que acompanharam a ação” (EXÉRCITO ..., 1994).

O melhor exemplo do que dissemos, no entanto, aconteceu na cobertura da Operação Rio no Complexo do Alemão, reduto de Uê. Mais uma vez nos perguntamos, ao analisar os textos, se a isenção jornalística falou mais alto do que as convicções pessoais sobre democracia e direitos humanos no relato dos repórteres. A ocupação dos acessos ao Alemão e adjacências foi descrita como a maior da Operação Rio, mobilizando 4.200 homens das três forças armadas. **O Globo** descreveria assim a ação, em chamada de capa:

[...] A primeira ação conjunta das três Forças Armadas começou às 5h com veículos blindados cercando os acessos às favelas e 11 helicópteros para desembarcar os soldados que revistaram casas sob protestos dos moradores. À noite, os militares proibiram reuniões nas favelas, mandaram o comércio fechar e sugeriram que ninguém saísse de casa” (Militares ..., 1995).

As arbitrariedades contra os moradores são destacadas na retranscrição “Moradores reclamam de soldados”, publicada na página 15. O texto revela que “O clima de tensão imperou durante o dia todo, com os moradores reclamando da truculência dos soldados e até denunciando torturas e agressões” e conta a história de um jogador de futebol do Bonsucesso que exibia marcas, “que afirmava serem de tortura”. Embora a atribuição da denúncia ao personagem e não ao jornalista colocar em xeque a veracidade dos fatos, vislumbramos a intenção do jornal em questionar os métodos violentos empregados na operação e realizar uma separação entre trabalhadores e bandidos.

Por outro lado, cobra mais efetividade ao revelar que:

Preocupadas em isolar as vias de acesso das 11 favelas do Complexo do Alemão, as Forças Armadas deixaram livres os acessos para o Morro do Adeus, em Ramos, onde mora a família e se sustenta o império de Ernaldo Pinto Medeiros, o Uê. O Adeus e o Juramento, em Vicente de Carvalho, outro local frequentado pelo traficante, não foram incomodados. (MORRO ..., 1995).

O **JB** faz uma denúncia mais contundente. Em “Forças Armadas usam violência no Alemão”, publicada na página 12, com selo de uma arma contra o fundo do Pão-de-Açúcar sob um alvo, o texto revela que "Arbitrariedade, violência, desrespeito aos direitos humanos e agressão física a moradores e jornalistas foram as marcas deixadas ontem pelas Forças Armadas no Complexo do Alemão, na maior ação já realizada pela Operação Rio”.

É preciso destacar que o episódio apresentou uma peculiaridade em relação à imprensa: o fotógrafo Alaor Filho, o repórter Nelson Carlos e o motorista Carlos Alberto Silva Nascimento, todos do **Jornal do Brasil**, foram agredidos pelos militares e Alaor teve a câmera roubada, depois de flagrar soldados num momento de descanso. E como já dizia Samuel Wainer, “Jornalista, como sabemos, não pode sequer ser agredido, muito menos morrer: para os demais jornalistas trata-se de atentado ao patrimônio nacional” (VENTURA, 2004).³²

O fato que em **O Globo** foi mencionado de maneira rápida, no **Jornal do Brasil** deu o tom da cobertura, como mostra da truculência e o do desrespeito aos direitos humanos da operação. Dois trechos da reportagem, em especial, mostram como a violência pôs no mesmo lado jornalistas e favelados:

[...] O fotógrafo foi espancado sobre o capô de um carro. Os agressores eram comandados por um oficial encapuzado.

Quando o repórter do **JB**, Nelson Carlos, se aproximou, recebeu socos no rosto. Nelson disse que denunciaria a agressão ao governador. Em resposta, uma ameaça. "A gente quebra (gíria do crime que significa matar) vocês todinhos até o jornal". Outro militar acrescentou: "Pode falar com o governador e com quem você quiser. Quem está mandando aqui somos nós".

[...] Violência - Vários moradores do Complexo do Alemão denunciavam aos jornalistas espancamentos e maus-tratos. Alessandro Fortunato, 18 anos, mostrava escoriações nas duas pernas, segundo ele feitas por fuzileiros que o arrancaram da cama. "Eu quis mostrar que jogava nos juniores do Bonsucesso, mas eles não deixaram", contou. Numa fila indiana, detidos gritavam que haviam sido espancados e que eram trabalhadores. (FORÇAS ..., 1995)

³² O que queremos analisar aqui são as motivações para a cobertura do fato, não o profissional em si, que merece todo nosso respeito e admiração.

Outra retransmissão condensa, numa única imagem, o significado da operação no Morro do Alemão, para o jornal. “Ação mobilizou 4.200 homens”, publicada na mesma página, é ilustrada por uma foto, de Alaor Filho, mostrando um tanque com militares em roupas camufladas. Ao fundo, se lê uma faixa com publicidade de uma empresa de dedetização: Não perdoa: Mata.

Silveira lembra que o balanço da operação nos jornais revelou o despreparo dos soldados em tratar diretamente com a população civil, uma vez que são treinados para desmobilizar e aniquilar o inimigo. “Mas neste caso os inimigos estavam representados muitas vezes pelos moradores e jornalistas que foram expostos à humilhação pública por patrulhas militares que guarneciam as entradas e saídas das favelas” (SILVEIRA, 2006, p. 40). Isso teria criado uma antipatia da população em áreas que muitas vezes são as de origem dos próprios soldados.

Um ano antes do início da operação, no entanto, a mídia protagonizava um episódio que buscava, justamente, encontrar uma solução para a violência fora da ocupação armada das favelas. Como descreve Ventura (op. Cit.), a reunião que uniria os três mais importantes jornais do Rio em torno de um único propósito, a mobilização da sociedade contra a violência, foi marcada por uma “tendência do plenário no sentido do ânimo positivo, da paz e não da guerra”, realçada pelo discurso Rubem César, futuro presidente do Movimento Viva Rio. Mais do que uma reação social, o movimento simboliza uma nova maneira de reagir, pautada não pela política partidária, mas por redes associativas que agem no limiar entre o Estado e o Mercado.

2.5 Protagonismo social e a morte da política

A década de 1990 também ficaria marcada como aquela em que a mídia descobre um novo ator social no cenário público brasileiro, as Organizações Não-Governamentais. O evento fundador dessa nova visibilidade foi o Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, evento paralelo à Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Rio-92.

Como saliente Landim, o Fórum serviu para afirmar na cena política “o mundo diversificado, recente, não muito visível e pouco estudado do associativismo brasileiro” (LANDIM, 1995, p. 34), a tal ponto que Vianna defende a ideia de uma “descoberta” das

ONGs, “pela mídia, pelo governo brasileiro e também por grande parte da população” (VIANNA, 1992).

Mas não foi só a visibilidade destes atores que mudou ao longo dos anos 1990. A rigor, no período militar e durante a redemocratização, estas instituições já estavam presentes na vida política brasileira, em geral prestando assistência a movimentos populares de todos os tipos. Consolidada a democracia, o perfil de atuação dos novos atores sociais vai se distanciar desse modelo tradicional, seja porque durante a ditadura a associação entre ONGs e movimentos sociais se desse em torno de uma resistência política à repressão estatal, seja porque num contexto democrático têm a chance de transcender os interesses específicos dos setores sociais que apoiavam.

À medida que a Nova República se mostrava incapaz de resolver os problemas sociais que o país enfrentava, as ONGs passaram a se posicionar no cenário político falando em nome de um interesse público. Como analisa Muçouçah:

Elas puderam se afirmar junto à opinião pública enquanto interlocutoras para a discussão de uma série de assuntos. Finalmente, elas abandonaram o confinamento a que estavam submetidas nos bastidores dos movimentos sociais, para virem a ocupar o centro do palco na esfera pública. (MUÇOUÇA, 1995, p.3)

Buarque e Vaisenchner apontam duas mudanças fundamentais no cenário brasileiro para o surgimento dessa nova esfera pública. Em primeiro lugar o rompimento com a ideia de que a organização da classe operária representaria a perfeição de coletivo político e única força revolucionária legítima, dando espaço para o surgimento de grupos de ação em torno de objetivos específicos, vislumbrando ganhos no curto prazo.

Se, anteriormente, aquilo que fundamentava a organização popular era a representação de uma determinada classe, naquele momento o que passava a validar a sua existência era o trabalho que a mesma empreendia ou poderia empreender junto às populações (BUARQUE E VAISENCHER, 2001, p.4)

Por outro lado, a definição dos direitos sociais e da participação cidadã pela Constituição de 1988 expandiam o espaço público, fazendo, “com que novos atores, para além dos sindicatos e partidos, se colocassem como legítimos interlocutores dos governos” (idem).

Por fim, como lembra Pinto, as ONGs adquirem singularidade no espaço público a partir de uma característica específica, que as distingue dos movimentos sociais: sua relação

com financiadores, o que as obriga a atingir metas, prestar contas, organizar-se em diretoria, conselhos e corpo de funcionários. “Isto pode levar, pelo menos em tese, a um processo de auto-referência muito grande, no qual sua reprodução como organização tenha quase tanta centralidade como a causa que defende” (2006, p. 656).

Embora o momento político e social tenha possibilitado a emergência desses novos atores e a realização de um grande evento midiático tenha lhes dado visibilidade, durante a década de 1990, como relatam pesquisadores da época, a presença de indivíduos vindos da sociedade civil, reunidos em torno de siglas pouco conhecidas, para defenderem o interesse público ou afirmar valores éticos causava “enorme estranheza” (MUÇOUÇA, op. cit.).

A solução, em muitos casos, era adotar como “patrocinador”, um nome público, acima de qualquer suspeita, de modo a criar um vínculo e dotar de credibilidade a campanha empreendida. Foi assim com a Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida, cujo rosto é o do sociólogo Herbert de Souza, um verdadeiro “santo”, como define Muçouça³³.

Perseguido pelo regime militar, debilitado pela hemofilia e pela Aids, Betinho falava de ética, cidadania e solidariedade com autoridade e conseguiu dois feitos igualmente importantes e interdependentes: organizou Comitês de arrecadação de alimentos em todo o Brasil e obteve uma mídia espontânea fabulosa para sua campanha. Em outras palavras, recolocou na agenda pública a questão social³⁴.

Na nossa amostra, a campanha de Betinho aparece de modo tímido, não por falta de inserções, mas porque nem sempre o tema estava associado à favela e a seus correlatos. Mas a frequência e a maneira como ela aparece ou é citada demonstram a força política deste novo ator social.

Em 07 de novembro de 1993, o jornal **O Globo** faz uma reportagem especial sobre a fome no Rio de Janeiro, a partir dos locais onde são distribuídos alimentos gratuitamente à população pobre. Nos textos, relatos não de indigentes, mas de trabalhadores cujo salário é insuficiente para prover o básico ao longo do mês, como conta a reportagem:

[...] de cada dez pessoas que moram nas ruas, sete trabalham no mercado informal, aponta o estudo da Fundação Leão XIII. Porém, o dinheiro não garante o prato de comida no final do dia e as filas de indigentes nos locais

³³ No texto aqui citado, produzido para o encontro da Anpocs, o autor se perguntava quantos mais teremos de “canonizar” até vencermos as desconfianças dos cidadãos brasileiros em relação a seus iguais.

³⁴ Como veremos no capítulo seguinte, a questão da cidadania acabou por abarcar as diversas bandeiras encampadas pelas ONGs e questões específicas, como direito à alimentação e à saúde, deixaram a cena midiática.

de distribuição de sopa pontilham o novo mapa da fome no Rio. (FILAS ..., 1993).

A reportagem foi conhecer os personagens que se enfileiram nas portas dos quartéis da Polícia Militar para receber o que sobrou do rancho dos militares e os “passageiros” da “Rota da Solidariedade” do Pastor Caio Fábio, que distribuía sopa dentro de ônibus, em São Gonçalo. Caio Fábio, que àquele momento compunha o Conselho de Segurança Alimentar, é outro dos “patrocinadores” que estariam à frente de algumas ONGs importantes ao longo da década, como a Fábrica da Esperança, fundada em Acari, em 1995.

A repórter também conheceu a ação da Neva Volontéreo, instituição criada pelo ex-frade franciscano Leonardo Boff e seu irmão, que distribuía refeições diariamente a 600 crianças de comunidades pobres em Petrópolis. E por fim, relatou o trabalho de recolocação de moradores de rua e de prédios públicos invadidos no Centro da cidade, realizado pela Fundação Leão XIII. Para se aproximarem destas populações, a estratégia da instituição foi vencê-los pelo estômago.

Entre os personagens da matéria, a repórter observa Jane da Conceição, 38 anos, casada com um catador de papel e mãe de três filhos, sendo um deles desaparecido. Com o Segundo Grau incompleto, a dona de casa sonhava com uma vida nova no terreno doado pelo Governo Estadual em Parada Angélica e pôs na parede uma página de revista, recolhida no lixo, que dizia: “No mundo encantado dos golfinhos não há abandonados. Todos são filhos da mesma sociedade. Ao contrário de nós, homens e mulheres”. (UMA RELAÇÃO ..., 1993).

A ideia de que a sociedade é responsável pelos seus membros está presente em outros trechos da matéria, que tem uma retranca só com a opinião de Betinho, para quem a solidariedade é virtude do brasileiro. Embora a ONG fundada por ele tocasse em várias questões – cidadania, miséria, vida – a questão pública premente que se colocava naquele momento era a da fome.

A campanha de maior visibilidade da instituição levantava essa bandeira: Natal sem fome. Em nome dela foram feitos leilões, vigílias, comitês de arrecadação. Betinho trouxe para a esfera pública um sentido de solidariedade diferente dos anos 1980, quando se acreditava que a democracia, e com ela as mudanças na estrutura social, resolveriam os problemas da população brasileira. Em vez de lutar por uma sociedade em que todos tivessem as mesmas oportunidades no futuro, optava-se por remediar hoje as consequências de uma

herança social perversa. E nada mais urgente no cotidiano dos milhares de brasileiros abaixo da linha da pobreza do que a fome.³⁵

Mas havia outra questão que a “sociedade organizada” considerava urgente, igualmente associada à pobreza: a violência urbana. Para combatê-la, um grupo de cidadãos organizou-se e fez, nas palavras de Ventura, o que todo mundo estava acostumado a fazer em momentos de aflição: telefonou para Betinho. Não seria a primeira vez que o sociólogo emprestaria sua imagem para uma campanha em favor de uma causa social. A especificidade daquela, no entanto, estava nos atores envolvidos. Reunindo os três mais importantes jornais cariocas dos anos 1990 – **JB**, **O Globo** e **O Dia** – o Viva Rio é talvez o exemplo mais explícito do protagonismo social assumido pela imprensa no período.

Ventura detalha, em seu livro-reportagem *Cidade Partida*, os momentos que antecederam a criação do Viva Rio. O primeiro encontro entre Walter de Mattos Júnior, de **O Dia**, e Betinho, a decisão de convocar os outros dois jornais e inimigos históricos, na figura de Manoel Francisco Brito (**JB**) e João Roberto Marinho (**O Globo**), os outros nomes que viriam a integrar o Comitê Executivo do movimento, que só mais tarde se tornaria ONG, e a decisão de organizar uma manifestação pública da indignação carioca contra toda forma de violência contra a cidade.

No entanto, o movimento não queria apenas manifestar-se, mas mobilizar a sociedade, canalizando e dando voz ao sentimento de indignação contra o estado de violência na cidade. A paralisação de dois minutos, ao meio-dia de 17 de dezembro de 1993, ocorreu de fato, mas o movimento perenizou sua ação, tornando-se efetivamente uma das vozes mais ouvidas no debate público a respeito da violência. Na retrospectiva de 1993 do jornal **O Globo**, o movimento assim seria lembrado:

Num ano de violência para a cidade, o "arrastão" de outubro foi quase nada perto de chacinas como a de Vigário Geral e a da Candelária. No final do ano, através do 'Viva Rio', esboçou-se um movimento de reação a esse estado de coisas, em que o governo do estado é mero espectador. (A BATALHA ..., 1993).

O movimento continuaria ativo no ano seguinte, ainda com a bandeira contra a violência. Numa de suas aparições midiáticas, convocou Carlos Gregório, o Gordo, ex-chefe do Comando Vermelho, e àquela altura preso, a dar seu testemunho na campanha Rio,

³⁵ Daí o slogan que ficaria associado à campanha: “Quem tem fome tem pressa”.

desarme-se, promovida pela ONG. (VIVA ..., 1994). E se tornaria, em 1995, um dos principais interlocutores junto ao governo na discussão pública da violência.

Outra ONG ganharia espaço de interlocução junto ao governo no debate público da segurança, o Movimento Rio Contra o Crime. Integrado por um grupo de perfil bem próximo ao que deu origem ao Viva Rio – 25 empresários de diversos setores, inclusive de mídia, que representavam “99% do PIB carioca” (CALDEIRA, p. 276) – seria o responsável pela obtenção de recursos privados para implantação de um dos serviços mais efetivos de combate ao crime: o Disque-Denúncia.

Embora não se tornasse um “movimento”, mas um serviço administrado pela Central de Inteligência de Segurança Pública, o Disque-Denúncia ampliava a todo cidadão do Rio a experiência de influenciar os rumos da segurança pública, inaugurada pelo Viva Rio e pelo Rio Contra o Crime. Ao longo de 1995, várias reportagens do **Jornal do Brasil** sobre o assunto traziam um selo com o telefone do Disque-Denúncia, como a série de matérias publicadas no dia 27 de outubro sobre a onda de seqüestros no Rio.

Num único dia, 25 de outubro, três jovens foram seqüestrados em pontos diferentes da cidade. O caso da estudante Gabriela Dias Leite, filha do empresário Antonio Dias Leite Junior, dono do canal Multishow, libertada com a ajuda de informações do Disque Denúncia no dia 26, seria chamada principal da capa do **JB** no dia 27. Além deste, o jornal daria suítes dos seqüestros de Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira, filho do presidente da Firjan, e Marcos Chiesa, filho do empresário José Chiesa, dono da churrascaria Oásis. Ambos os pais teriam papel destacado num outro evento, que se daria ainda naquele ano, conforme analisaremos mais tarde.

A referência ao Disque-Denúncia, no alto das sete páginas de noticiário sobre a violência, era uma convocação do jornal ao cidadão comum contra a ação dos criminosos, reiterada na própria fala do chefe de Polícia Civil Hélio Luz e do governador Marcello Alencar: “Sem o apoio da população, teríamos dificuldade” (DOIS ..., 1995). Havia de fato, na mídia, um clima de renascimento da participação popular na vida pública, que não passava pelos canais tradicionais de manifestação – partidos, sindicatos, igrejas – mas organizados em torno de interesses específicos, capazes de abarcar segmentos da população com pouca ou nenhuma outra afinidade.

Mas é importante salientar o papel central da mídia nesse processo de organização. Seja pelo envolvimento de seus participantes de forma direta nos movimentos – muito explícito no caso do Viva Rio – seja pela divulgação das bandeiras e das ações de cada

movimento, a mídia assume um papel ainda mais relevante neste modelo de política sem partido.

Claro que não ignoramos o fato de que o ataque ou a defesa de partidos ou políticos pudesse estar implícito em diferentes contextos. No entanto, queremos chamar atenção para o fato de que este debate público sobre segurança, promovido pelos novos movimentos sociais, só foi possível graças à mediação da imprensa. Mas, além de mediadora, a imprensa tornou-se, como demonstramos, um ator social do processo, participando e definindo os contornos da nova esfera pública democrática brasileira. Como assinala Caldeira:

A política de segurança pública não se articula mais fora dos meios de comunicação de massa, mas por dentro deles. As lideranças das ONGs passam a tentar pautar o espaço jornalístico, mas são, por outro lado, formatadas pela mídia. É o reconhecimento na prática dos grupos de pressão, dos movimentos sociais e das ONGs, de que o lugar de mediação do poder está contido pelos meios de comunicação. (CALDEIRA, p. 268).

É curioso que nenhum dos dois movimentos – nem o Viva Rio, nem o Rio Contra o Crime – se identificassem como ONGs na mídia, o que talvez se devesse ao pouco reconhecimento da sigla junto à população, a despeito do episódio da Rio-92. Seu cartão de apresentação era justamente sua causa, no caso das duas, a questão da segurança pública. No caso específico das favelas, outro evento midiático, organizado por estes novos movimentos sociais, deixará claro não apenas a conexão entre pobreza e crime, mas também revelará o projeto de cidade por trás das articulações políticas na arena midiática.

2.6 Reage, Rio!

Boorstin cunhou nos anos 1960 um conceito muito interessante para categorizar um tipo de notícia cada vez mais comum na imprensa: o pseudo-evento. Com ele, tentava dar conta de inúmeros acontecimentos que só se realizavam para virar notícia. Era uma espécie de inversão do curso “natural”, em que primeiro surge o fato, para depois surgir a notícia. Pseudo-eventos são fatos “produzidos”, muitas vezes pela própria mídia, para renderem notícias. Na categoria, ele inclui desde simples entrevistas – que efetivamente são fatos provocados pelo entrevistador – até eventos mais complexos.

Embora não seja uma característica exclusiva da imprensa atual – o autor identifica seu surgimento ainda no século XIX – é um fenômeno que vem se acelerando. Na sua origem,

segundo Boorstin, estaria a revolução gráfica, que permitiu a produção, preservação, transmissão e disseminação de imagens numa escala e numa velocidade muito maiores. O uso do telégrafo, que viabilizou, de certo modo, a criação da primeira agência de notícias, a adoção da rotativa nos jornais, a invenção do rádio e da fotografia são algumas das inovações técnicas que permitiram a adoção de um processo de produção completamente diferente nos jornais.

Diferente da imprensa do Século XVII, em que o plágio e a cópia eram admitidos e não criminalizados, os jornais do século seguinte mudaram seu perfil e passaram a buscar cada vez mais o ineditismo, a exclusividade, o furo jornalístico.

O público leitor também começava a mostrar interesse por um jornalismo pautado pela informação e pela novidade. Mais do que isto, o leitor espera um jornal repleto de notícias todos os dias. Como há um número limitado de fatos cujo conhecimento chega aos jornais com potencial de tornarem-se notícias, os jornalistas assumem uma nova função: de newsgaters passam a atuar como newsmakers.

A categoria criada por Boorstin é bastante útil para entender o evento que vamos analisar neste tópico. O Reage Rio, caminhada que reuniu, em novembro de 1995, 200 mil pessoas no centro da cidade num ato simbólico em defesa da paz, foi, antes de tudo, um evento produzido pela imprensa e para a imprensa.

Ainda que se argumente a participação e o protagonismo da sociedade civil na organização do evento, é inegável o apelo imagético – e altamente midiático – da manifestação, além do fato peculiar de a imprensa ter participação direta nos movimentos sociais que o apoiaram. Mas, como pretendo demonstrar, a mídia ainda “provocou” o debate em torno da necessidade de uma reação pública a partir da cobertura de uma série de eventos que o antecederam.

Não se pode atribuir a um único fator o surgimento do Reage Rio, mas certamente o número alarmante de seqüestros naquele ano – e o acesso à mídia de alguns seqüestrados –, a percepção de que ao menos uma parte da população estava disposta a se mover, demonstrada na adesão ao Disque-Denúncia, bem como a existência de um movimento de pressão organizado na sociedade civil possibilitaram a articulação dos diferentes atores que deflagraram a iniciativa.

Embora os números oficiais sobre seqüestros variem conforme a fonte e a forma de classificação, pelo menos num ponto todos concordam: o ano de 1995 foi um dos piores da série histórica para a década de 1990, registrando 122 casos, segundo a Secretaria de Estado

de Segurança Pública³⁶. Só perde para o ano de 1992, que teve 124 casos registrados. Mas os números apresentam, ainda, outro importante viés, as sub-notificações. A polícia admitia que, em 1995, 33% dos casos não eram informados à polícia, uma vez que as famílias preferiam negociar diretamente com os sequestradores.

Um destes sequestrados, o publicitário Roberto Medina, deu seu depoimento para a reportagem especial “O medo como herança”, do **JB**, que ouviu vários cidadãos que passaram pela mesma experiência. Em seu texto, Medina se pergunta “O que mais precisa acontecer para a sociedade se indignar? (...) Precisamos ir para as ruas mostrar nossa indignação” (O MEDO ..., 1995).

O convite à ação é corroborado por outros depoimentos, que mostram a dor e o sofrimento de vítimas e parentes de vítimas de sequestros, bem como pela análise especialista da psicóloga e membro do grupo Tortura Nunca Mais, Maria Beatriz Sá Leilão: “As pessoas sequestradas são vítimas de um ato de autoritarismo. São cassadas no seu direito de cidadania e na sua potência de movimento, de ir e vir, de falar, de decidir, são silenciadas” (O MEDO ..., op. cit).

Protestar contra o estado de coisas, portanto, é um ato de cidadania, de defesa da democracia, em jogo no momento em que a cidade está subjugada pela ação dos sequestradores. Mas a despeito do ato violento, desumano e criminoso que o sequestro efetivamente representa, é preciso se perguntar que projeto de cidade está por trás dos discursos que pedem uma ação efetiva contra os atos de violência que não apenas interrompem as rotinas cotidianas dos cidadãos, mas mancham a imagem da cidade, como a mesma reportagem enfatiza.

Como o próprio jornal já vinha alertando, a violência trazia enormes prejuízos econômicos para a cidade. Em 1994, chamada de capa enfatizava esta preocupação:

De 1988 a 1991 o país deixou de ganhar US\$ 5 bilhões com o turismo em consequência da violência. O levantamento é da Fundação Getúlio Vargas, que anotou no período um crescimento médio de 21,43% de ganhos no setor em todo o mundo. Na América Latina, além do Brasil, a Colômbia também teve prejuízos. O Rio deixou de arrecadar US\$ 600 milhões." (TURISMO ..., 1994).

³⁶Subsecretaria de Planejamento Operacional, Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro – 1998 Fundação CIDE (Apud, Caldeira).

A associação entre Brasil e Colômbia deixa muito clara a conexão entre o tráfico de drogas e a perda de receita com o turismo, enfatizada pelo pesquisador que coordenou o trabalho, Ib Teixeira, segundo o qual “a queda no setor turístico só pode ser atribuída à onda de violência” (RIO ..., 1994).

A presença de empresários na matéria de repercussão da onda de seqüestros em 1995, então, deve ser vista num quadro econômico-social de perdas para a cidade, em função da imagem violenta que havia se consolidado dentro e fora do país. A cultura do medo afastava os investimentos privados, não apenas em função de um quadro de instabilidade social, que altera as rotinas, mas também em função do próprio risco que se tornou ser empresário e morar no Rio de Janeiro.

Donald Stuart, presidente do Grupo Ecisa, dono do Norte Shopping, ouvido pela reportagem resume a situação: “É muito difícil avaliar se isso vai afastar os investimentos do Rio. Mas se esses seqüestros se repetirem, os empresários podem dar uma parada para pensar”. Mas antes que seu depoimento soe como ameaça, ela mostra a disposição do empresariado em colaborar: “Apóio a idéia de se formar um fundo com dinheiro de empresários para ajudar a reestruturar a polícia”.

O vice-presidente da Firjan, João Lagoeiro Barará, também ouvido para a matéria, faz uma declaração curiosa, mais apropriada para um ocupante de cargo público do que para diretor de uma entidade de classe privada. Informando que foi criado um conselho especial para trabalhar na área de segurança, com o objetivo de captar recursos da iniciativa privada e fazer contatos com as autoridades, ele define as prioridades para as favelas: “Nós observamos que grande parte das favelas está em lugares planos, com casas de alvenaria. Precisamos colocar o poder público na rua e dificultar a ação e o abrigo de bandidos”. (FIRJAN ..., 1993).

Faltava a própria mídia reconhecer seu papel na divulgação de casos de violência espetaculares, que produzia no imaginário a cultura do medo, a que se referia Soares, tão nociva quanto a própria violência. A coluna de Dora Kramer, no **JB**, naquele dia 27, reconhece, em parte, a participação da imprensa na criação dos olímpicos do crime, cujo poder simbólico é maior que o poder de fogo.

"[...] Traficantes cansaram de convocar entrevistas nos morros aos quais compareciam comportados repórteres a tratar bandidos respeitando-lhes os pactos como se marginais não fossem". (RIO ..., 1995). Por outro lado, a crítica reduz todo o esforço de ouvir o “outro lado” à subserviência, sepultando a defesa dos direitos humanos.

Estavam lançadas as bases de um movimento que começou a se afirmar naquele momento, cujo propósito, do ponto de vista simbólico, era unir toda a cidade numa manifestação única pela paz, e do ponto de vista prático, era arrecadar R\$ 500 milhões para reequipar a polícia e urbanizar as favelas. Como demonstra a capa da edição sobre o resgate da estudante Carolina (Imagem 07), a contenção da onda de seqüestros e outros crimes passava por uma ação saneadora das favelas, onde se concentravam os principais traficantes do Rio de Janeiro e se localizavam os cativeiros das vítimas de sequestros.

É possível que, como no caso do Disque-Denúncia, cuja implantação contou com a bondosa ajuda do empresariado, fosse possível arrecadar a quantia sem erguer um único lenço branco. Disposição em colaborar já havia, como revelavam os depoimentos publicados no **Jornal do Brasil**. Mas para que se começasse a construir uma nova imagem da cidade, os lenços brancos estampados nos jornais seriam, sem dúvida, mais efetivos, no curto prazo, do que as armas e os novos sistemas de inteligência da polícia.

Embora a paz fosse a bandeira levantada pelo movimento, é contra o pano de fundo da guerra que são enquadrados os discursos a respeito do movimento que tomou as páginas dos jornais antes e depois do dia 28 de novembro de 1995, data da caminhada Reage, Rio, que teve a adesão pública de instituições como Ação da Cidadania e Viva Rio, além do Secretário de Governo do Município, Milton Coelho da Graça, a Presidente da Associação dos Familiares da Vítima da Violência, Vera Dias Carneiro, o presidente da Associação Comercial do Rio, Humberto Motta, o presidente da associação Brasileira das Agências de Publicidade, Jonas Suassuna, o administrador de Copacabana, Antônio Índio da Costa, o Secretário de Indústria, Comércio e Turismo do estado, Ronaldo César Coelho, o Pastor Caio Fábio e o Arcebispo do Rio, Dom Eugênio Salles.

Nossa pesquisa sorteou o dia 27 de novembro, véspera da caminhada marcada pelo movimento. É bastante ilustrativo para o tipo de discussão que estamos desenvolvendo o fato de que a principal notícia do dia seja um evento produzido com a participação direta da mídia.

Nos jornais, via-se um clima de euforia, algo como uma véspera da final da copa do mundo, como se pode imaginar analisando as imagens de capa de **JB** (Imagem 08) e **O Globo** (Imagem 09). A seleção convocada para aquela partida, no entanto, contava não apenas com atletas, mas olímpianos dos mais variados grupos, como demonstra o time escalado para a foto de capa de ambos os jornais.

O curioso é que, embora a manchete, e no caso do **JB** até mesmo a legenda publicada sob a foto, se referissem ao Reage Rio, a imagem, propriamente, se relacionava ao lançamento da campanha Natal sem Fome, feito no Maracanã. Dois times de artistas e atletas disputaram uma partida de futebol antes do clássico Vasco e Botafogo para divulgar a iniciativa de Betinho. Aproveitando o evento, o sociólogo teria convidado a população a comparecer ao Reage Rio.

Embora, como a matéria revele, a partida simbólica tenha se iniciado com um Maracanã ainda vazio, já que a torcida deixou para chegar ao estádio mais perto da hora do jogo principal, a partida dos notáveis desbancou o clássico: em plena segunda-feira, quando o esporte ocupa a área nobre dos jornais, o Reage Rio conquistou o melhor espaço do jornal.

Imagem 08

JORNAL DO BRASIL

ATENDIMENTO
AO ASSINANTE
589-5000

© JORNAL DO BRASIL, S.A. 1995

RIO DE JANEIRO • Segunda-feira • 27 DE NOVEMBRO DE 1995

Preço para o Rio: R\$ 1,00



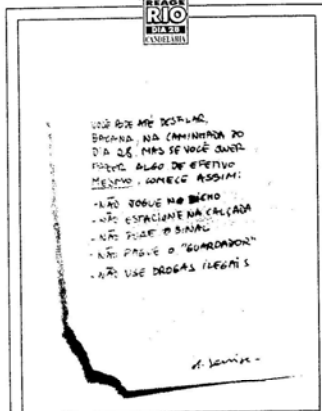
Era dia do botafoguense Túlio (C), mas o flamenguista Betinho (E) e o tricolor Chico Buarque foram ao Maracanã chamar a torcida para o Reage Rio

Cidade pára amanhã com Reage Rio

A cidade vai parar amanhã à tarde para a caminhada do Movimento Reage Rio. Além de comércio e escolas, ônibus também funcionarão com expediente reduzido. O Banco Central definirá hoje o horário de fechamento das agências — provavelmente às 15h. Restaurantes municipais encerrarão o atendimento ao público também às 15h, e as estações de 16h.

Outen, o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, convoca os torcedores da partida entre Botafogo e Vasco a participarem da Caminhada pela Paz. Ao lado do atacante Túlio e do compadre Chico Buarque, ele deu o pontapé inicial para a caminhada entre os limites Funchal e Biala, que incluem artistas e ex-jogadores em benefício da Campanha da Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida.

Na Avenida Rio Branco, coordenadores e participantes do Reage Rio fizeram reconhecimento do trecho onde pretendem reunir amanhã um milhão de pessoas. Na sede do Viva Rio foram acertados os últimos detalhes da marcha contra a violência. (Cotões da Política, pág. 2, e pág. 14)



DANIEL SENISE

Artista plástico, 40 anos, e a Caminhada pela Paz
"Cada um deve fazer esta caminhada, sozinho, todos os dias."

Botafogo vence e se aproxima das semifinais

O Botafogo praticamente assegurou uma vaga nas semifinais do Campeonato Brasileiro, ao derrotar o Vasco por 2 a 0, ontem à tarde, no Maracanã, com gols de Túlio e Donizete.

O Botafogo passou a somar 26 pontos no Grupo A, contra 20 do Corinthians, segundo colocado. Para alcançar a classificação, o time paulista precisa vencer o Bahia, em Sal-

vador, e o Vasco, em São Paulo, e ainda torcer para o alvinegro carioca perder seus próximos compromissos, diante do Santos, na Vila Belmiro, e do Fluminense.

Caso isso ocorra, é necessário também que o Corinthians, que empatou ontem com o Fluminense, supere o Botafogo no saldo de gols. O Botafogo tem 18 gols de saldo; o time paulista, três.

Brasil ganha no vôlei masculino

Sem maiores problemas, a Seleção Brasileira de Vôlei masculino derrotou, na madrugada de ontem, a Argentina por 3 sets a 0 na Copa do Mundo que classificará três equipes para os Jogos Olímpicos de Atlanta.

Romário faz teste definitivo

"Estou bem e vou provar isso no treino", garantiu Romário, que faz hoje teste decisivo para subir se volta ao ataque do Flamengo no primeiro jogo da final da Supercopa, quarta-feira, com o Independente, em Buenos Aires.

ESPORTE

Governador vai fazer devassa nas ONGs do Rio

O governador Marcello Alencar prepara uma devassa nas Organizações Não-Governamentais que atuam no Rio de Janeiro, de que algumas são "fachadas para oportunistas". Em meio à polémica aberta com a apreensão, na quinta-feira, de cocaina na Fábrica de Esperança, mantida por entidade dirigida pelo pastor Caio Fábio, Marcello definirá hoje, com os secretários de Segurança, de Fazenda e de Trabalho, como será a investigação. (Página 16)

UFRJ divulga gabaritos de seu vestibular

A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) divulgou os gabaritos das provas de ontem, as primeiras do vestibular deste ano. As provas tiveram um baixo índice de falhas (5%) e foram realizadas no Rio e em outras sete cidades próximas. Pouco mais de 40 mil candidatos disputaram 6.118 vagas e a maioria dos estudantes achou as questões relativamente fáceis. O concurso continua com novas testes nos dias 3 e 13 de dezembro. (Página 13)



Aswad lembra luta contra preconceito

Tony Gad e Brinsley Forde, do grupo de reggae inglês Aswad — que toca no Hollywood Rock, em janeiro —, lembram que, há 20 anos, eram rejeitados pelos negros. (Página 4)

Elton John não empolga cariocas

Sem efeitos especiais e com a amplificação deficiente do som, o idolo pop Elton John (acima) não conseguiu empolgar os milhares de fãs que lotaram o estádio do Flamengo, no último sábado, para ver seu único show no Rio. (Páginas 1 e 2)

TEMPO
No Rio e em Niterói, céu parcialmente nublado a partir das 14h por influência de uma frente fria. Temperaturas entre 17°C e 21°C. Ventos de 15 a 20 km/h. No Mar, maré baixa. Temperatura da água do mar: 20°C.

COTACÕES
DOLAR: 1 dólar = R\$ 1,00. COTACÃO DO DÓLAR: 1 dólar = R\$ 1,00. COTACÃO DO EURO: 1 euro = R\$ 1,00. COTACÃO DO YEN: 1 yen = R\$ 1,00. COTACÃO DO PÊSO ARGENTINO: 1 peso = R\$ 1,00. COTACÃO DO PÊSO URUGUAIANO: 1 peso = R\$ 1,00. COTACÃO DO PÊSO VENEZOLANO: 1 peso = R\$ 1,00. COTACÃO DO PÊSO COLOMBIANO: 1 peso = R\$ 1,00. COTACÃO DO PÊSO GUATEMALTENO: 1 peso = R\$ 1,00. COTACÃO DO PÊSO HONDURUENSE: 1 peso = R\$ 1,00. COTACÃO DO PÊSO NICARAGUENSE: 1 peso = R\$ 1,00. COTACÃO DO PÊSO COSTA RICENSE: 1 peso = R\$ 1,00. COTACÃO DO PÊSO SALVADORENSE: 1 peso = R\$ 1,00. COTACÃO DO PÊSO GUATEMALTENO: 1 peso = R\$ 1,00. COTACÃO DO PÊSO HONDURUENSE: 1 peso = R\$ 1,00. COTACÃO DO PÊSO NICARAGUENSE: 1 peso = R\$ 1,00. COTACÃO DO PÊSO COSTA RICENSE: 1 peso = R\$ 1,00. COTACÃO DO PÊSO SALVADORENSE: 1 peso = R\$ 1,00.

Atos CV N° 233
Atos CV N° 233
Atos CV N° 233
Atos CV N° 233
Atos CV N° 233
Atos CV N° 233
Atos CV N° 233
Atos CV N° 233
Atos CV N° 233
Atos CV N° 233

**Você pode
ser cliente
do Banco
de Boston.**

Informações:
(021) 224-6152
BANCO DE BOSTON
Atendimento de 1ª classe

JB, 27 nov. 1995

O tempo no Rio: céu parcialmente nublado a nublado, com possibilidade de chuvas esparsas no decorrer do período. Temperatura estável. Ventos de quadrante norte, de fracos a moderados, com rajadas ocasionais. Visibilidade boa. A máxima de ontem foi 32,8°, em Bangs, e a mínima, de 16,5°, no Alto do Rio Negro. **Próximos**

O GLOBO

INDICADORES FINANCEIROS: Débito Comercial: R\$ 9.964 (cont. pag); R\$ 9.965 (avulsa); Parafuso: R\$ 3.962 (compr.); R\$ 3.968 (avulsa); Tendido (cascudo do 830): R\$ 9.935 (compr.); R\$ 9.937 (avulsa); Salário-mínimo: R\$ 100 (vot. Inveniente); R\$ 9.952 (vot. Inveniente); R\$ 35.20 (vot. Inveniente); para IPTU residencial (salv. excessos discriminados pela Prefeitura); Comercial: ISS e Aluguel: R\$ 70,50; Utilidade TRF (vot. 23.11): 1.616,94; Over: pagamento: 4.18; Utilidade TRF (vot. 23.11): 2.826,68.

Vice-presidentes
ROGÉRIO MARINHO **JOÃO ROBERTO MARINHO**

Fundador: IRINEU MARINHO Presidente: ROBERTO MARINHO
ANO LXXI — RIO DE JANEIRO, SEGUNDA-FEIRA, 27 DE NOVEMBRO DE 1995 — Nº 22.660

Diretor de Redação
 MÉRVAL BÉGIN

Os organizadores do Reage Rio lançarão, após a caminhada de amanhã, uma campanha para arrecadar R\$ 500 milhões junto a empresários e aos Governos federal, estadual e municipal. Juntamente com os R\$ 500 milhões que o BID investirá em projetos no Rio, será de R\$ 1 bilhão o total a ser investido na reforma da polícia e nas favelas.

No Maracanã, antes do jogo Botafogo e Vasco, o sociólogo Betinho lançou o "Natal sem fome" e convidou os torcedores a participarem do Reage Rio.

■ O pastor Caio Fábio vai processar o governador Marcello Alencar, que acusou funcionários da Fábrica da Esperança de conivência com o tráfico. **Páginas 11 e 13**

■ O pastor Caio Fábio vai processar o governador Marcello Alencar, que acusou funcionários da Fábrica da Esperança de conivência com o tráfico. Páginas 11 a 13

REAGE RIO: dia 28, Candelária, 16h

Disque-denúncia:
fone 253.1177

A inadimplência das empresas privadas provocou um rombo de R\$ 300 milhões no Banerj. Entre os maiores devedores estão o Jornal do Brasil S.A., que deve R\$ 43,78 milhões, e a Cooperativa Agrícola de Cotia, com R\$ 10,7 milhões. Até o fim do ano passado, o JB atinha mensalmente seu débito sem pagar um centavo, graças a um contrato de prestação de serviços ao banco. **Página 10**

Aliados defendem a demissão de Graziano

Os líderes dos partidos governistas no Congresso defendem a exoneração do presidente do Inara, Francisco Graziano, suspeito de ter encomendado o grampo nos telefones do embaixador Júlio César Gomes dos Santos.

— Parece que está claro que Graziano foi o responsável. Cabe ao Governo tomar as providências — disse o líder do PMDB na Câmara, Michael Tímone.

Página 3

Página 19

Página 5

Aroeira

Free as a bird



Small Business

Romance de intrigas e bytes

Com exclusividade, o primeiro capítulo da tradução brasileira de "Microservos", romance de Douglas Coupland. O autor de "Geração X" leva o leitor para um universo nerd regado a bytes e intrigas. **Página 14**

■ A tropa do Comitê para Democratização da Informática vai marcar presença amanhã na caminhada "Neste Rio, com micros ligados na Internet". **Página 6**

■ Ricardo Rangel comenta o papel do setor crescente da Intel, gigante dos chips. **Página 3**

QUINA Concurso 159

04 11 24 25 32

SENA Concurso 401

10 **11** **14** **15** **25** **37**

Fruição

R\$ 1,00

Classificados para o Grande Rio e assinantes

Segundo Caderno

Elton empolga com 'hits'

Diante de uma platéia de 30 mil pessoas que lotou o Estádio do Flamengo, o cantor Elton John encerrou no último sábado sua turnê "Made in England". Num show de mais de duas horas, o artista fez gracinhas, destex a fama de mal-humorado e soube empolgar com clássicos como "Rocket man" e "Your song", que dedicou ao Rio de Janeiro. Por falta de organização, cerca de cinco mil pessoas ainda estavam na fila da entrada quando o show começou. Páginas 1 e 2

MAURO RASI

■ A princesa Diana é uma mistura de Marilyn, Sigal e Madre Teresa de Calcutá. Imagem: Ana Bolina dando entrevista. **Página 8**



Elton John: simpote par uma platela de 30 mil

**Friburgo: polícia
cerca irmãos que
assassinaram 14**

Página 16

BB não explica destino de R\$ 273 milhões

Página 21

Mapa mostra ameaça à Mata Atlântica no NE

Melo Ambiente, página 18

O evento que atraiu para a Rio Branco 200 mil pessoas debaixo de chuva foi pródigo em belas imagens, que se multiplicaram no dia seguinte à manifestação, na cobertura feita pelos principais jornais do país. Naquele dia 27, no entanto, a preocupação era com a mobilização dos moradores do Rio, e as imagens que mais se viam eram a de artistas, esportistas, políticos e lideranças de todos os tipos expressando a mesma mensagem: eu vou.

A caminhada mostrava-se, portanto, um evento imperdível, seja lá qual fosse a sua causa. Conforme explicava o texto de Marceu Vieira, colunista de Coisas da Política: “Muita gente vai à caminhada só por modismo. Mas fazer da solidariedade um modismo é uma proeza” (O RIO ..., 1995). E prosseguia analisando o surgimento e a evolução do movimento.

[...] A manifestação de amanhã nasceu do medo do Rio rico, com a onda disseminada de sequestros. Mas, aos poucos, graças à solidariedade espontânea desta terra, transformou-se numa marcha de todos contra tudo que é ruim. É contra a distância que separa o Rio-favela, o Rio olhado com preconceito ou pavor na praia, do Rio-asfalto, Rio que, quando sobe o morro é para comprar droga (O RIO ..., Op. cit)

A despeito das boas intenções do jornalista, a solidariedade não era a palavra de ordem do evento, cujo enquadramento é o da violência. Nas páginas subseqüentes dedicadas à cobertura do Reage Rio, o selo do Disque-denúncia no alto da página reafirmava o estopim daquela manifestação.

No jornal **O Globo**, o uso do selo Sequestro, com um vulto encapuzado portando uma metralhadora, é ainda mais direto na associação do evento com a “onda de violência”. Ambos os jornais veicularam um anúncio assinado por entidades de classe da área de mídia e associações de empresários: “Falta um dia para o Rio mudar do vermelho pro branco”.

O branco e o vermelho, colocados aqui em campos opostos, são referências diretas à paz e à guerra, à pureza e à sujeira, ao sangue derramado das vítimas da violência. Mas, como em publicidade nada é só o que parece, poderia, também, ser uma referência à facção mais violenta da cidade, o Comando Vermelho, e até a política brizolista, cujo partido adotou o vermelho como cor símbolo, e que no discurso midiático foi associada ao crescimento da violência urbana. O texto do anúncio é quem vai fixar os sentidos:

Dia 28, às 17 horas, na Candelária, um milhão de pessoas vão caminhar pela paz. Vá de branco. Pendure lençóis brancos nas janelas, coloque fitas brancas no pulso, nas antenas dos carros, nas roupas, convoque os amigos, os vizinhos, os parentes. O Rio precisa de todos. (FALTA ..., 1995)

O uso do modo imperativo, muito comum nos anúncios publicitários, de ordens claras e diretas, indica o protagonismo da mídia no evento. Não se tratava, apenas, de cobrir os acontecimentos, mas de antecipá-los, definindo o que se esperava da manifestação.

Outros anúncios publicados em **O Globo** têm o mesmo tom prescritivo: “Mantida em cativeiro. Até quando?”, diz a mensagem da Ótica Ponto de Vista – A ótica que olha pelo Rio. Além da assinatura, o anúncio traz a logo do evento e um pequeno texto: “Caminhada pela paz. Candelária, 28 de Novembro, 17h. Use branco. Nas roupas, nas janelas, na alma”. A imagem que ilustra o anúncio é de uma touca ninja e a sugestão é que não apenas as vítimas de seqüestros são mantidas em cativeiro, mas toda a cidade.

Como se pode notar por estes ou por outros dois exemplos que analisaremos a seguir, o Reage Rio foi também, ao menos para **O Globo**, uma ótima oportunidade comercial. O Motel Shalimar, que embarcou na onda do Reage Rio, publicou um anúncio na página 11. Ao lado, outro anúncio, da churrascaria Oásis, cujo texto poderia ser considerado de um humor macabro: “A Oásis pede a todos os cariocas que participem da passeata Reage Rio, dia 28. Para que mais ninguém sinta na carne o que a gente sentiu”.

A associação óbvia, para os leitores da época, era com o sequestro de Marcos Chiesa, filho de um dos donos do restaurante. Sentir na carne significava passar pela mesma experiência que a vítima e a família do adolescente. Além disso, era uma referência à especialidade da casa. Observa-se, portanto, um esforço em criar, se não uma identificação, já que boa parte da população não estaria na mira dos seqüestradores, ao menos um sentimento de solidariedade em torno dos episódios de sequestro.

Do ponto de vista editorial, os textos ilustram, mais uma vez, o papel dos novos movimentos sociais na definição das prioridades públicas. O slogan do evento, 1 milhão de pessoas por R\$ 1 bilhão de reais, demonstrava que não se tratava apenas de um ato simbólico. Na reportagem “Meta é R\$ 500 milhões para o Rio”, publicada na página 12, o repórter relata o encontro dos organizadores da campanha, no dia anterior, na sede do Viva Rio. Eles planejavam o “Day after” da caminhada, quando sairiam a campo para obter R\$ 500 milhões junto à iniciativa privada e aos governos federal, estadual e municipal. Os outros R\$ 500 milhões, informavam, já estavam prometidos pelo BID para o Favela-Bairro e para o Baixada Viva. Rubem César, do Viva Rio, esclarecia como seriam usados os recursos obtidos.

[...] A primeira [frente] será direcionada para as favelas, que serão beneficiadas com investimentos em serviços como arruamento, saneamento, educação, saúde e segurança.

-Vamos criar também oportunidades de esporte, cultura e formação profissional para a juventude. Implantar os Centros Comunitários de Defesa da Cidadania em todas as favelas médias e grandes também é o nosso objetivo. (META ..., 1995)

Esta nova perspectiva de aplicação do dinheiro público, que passa ao largo do paroquialismo político tradicional, representa um esforço dos movimentos sociais para socializar o debate das prioridades e trazê-lo para um nível local. Ainda que a participação no debate continue restrita a uns poucos cidadãos, esta ampliação é um fato novo na cidade e reflete a representatividade destes grupos de pressão junto ao poder público.

Mas, sem dúvida, não se pode pensar na força destes movimentos sem a participação da mídia. Daí a presença de jornais e jornalistas em torno das siglas que movimentavam a nova cena política carioca naqueles anos 90.

2.7 Favela-bairro?

Embora as ações proposta pelo Reage Rio para as favelas revelassem uma preocupação social com seus moradores, é inegável que todas só faziam sentido no contexto de combate à violência. Daí este ter se tornado o enquadramento principal, mesmo em matérias que se referiam a questões básicas, como saneamento, educação e saúde. Não se trata da política da piedade, mas da cultura do medo, que precisa ser combatida com ações que integrem as duas cidades.

É também da proposta de integração que surge o projeto Favela-bairro, implementado na primeira gestão do prefeito César Maia. Mas para entender melhor em que condições emergiram as questões públicas endereçadas à população favelada, é preciso entender o conceito norteador não apenas do Favela-Bairro, mas do “Rio Sempre Rio”, o plano estratégico desenvolvido na gestão César Maia (1993-1996). O projeto se inspirava no modelo catalão, que previa uma “participação ativa dos agentes tanto na elaboração e definição de estratégias como no compromisso, financiamento e execução das ações” (COMPANS, 2005 p. 191, apud CAMARGO, 2011).

Em Barcelona, a aplicação de um projeto baseado no marketing urbano conseguiu mudar a imagem da cidade, de região portuária em acelerado processo de desindustrialização, para grande pólo turístico. Grandes intervenções urbanísticas, associadas a uma campanha eficiente de gestão da marca deram à cidade novas funções, reposicionando-a como metrópole global.

No caso do Rio de Janeiro, resgatar a imagem do Rio acolhedor e cordial era tão importante quanto intervir no espaço urbano. Mas para isto era necessário criar uma agenda de consenso entre representantes públicos, privados e movimentos sociais, que garantisse um engajamento em torno do projeto de mudança. Isto porque, como argumenta Camargo,

A aprovação popular pode, assim, promover o sucesso ou o fracasso das estratégias econômico-territoriais propostas pelos governos locais nas ações de marketing urbano. Sabendo-se que apenas uma parcela da população participaria diretamente dos benefícios dos projetos, é importante passar a idéia de que os benefícios seriam usufruídos pela sociedade como um todo. (CAMARGO, 2011, p. 32).

Experiências de gestão de cidades a partir do marketing urbano não eram novidade em outros países. Os anos 1990 assistiram, segundo a autora, à terceira geração de projetos baseados no marketing urbano, que concebiam a cidade como produto a ser comercializado. Analisando os pontos fortes e fracos, as oportunidades e desafios deste produto frente ao mercado global, se posicionaria a cidade para competir em condições vantajosas em relação a outros destinos do mundo na atração de novos negócios.

No caso do Rio de Janeiro, o consenso a respeito da agenda pública para revitalizar a imagem e a economia do Rio foi construído com a participação de 301 instituições públicas, empresas privadas e representantes da sociedade civil organizada, reunidos no Conselho da Cidade. Entre os membros, nada menos que 11 órgãos de imprensa: **Gazeta Mercantil**, **Jornal do Brasil**, **Jornal do Commercio**, **O Dia**, **O Globo**, **Istoé**, **Veja**, Sistema Globo de Rádio, TV Bandeirantes, Band/RJ e TV Globo.

A participação da imprensa não se deu apenas em torno da negociação de um consenso sobre a agenda pública para reposicionar a cidade, de modo a torná-la “acolhedora, participativa, competitiva, integrada interna e externamente, com acesso e oportunidades para a melhoria de vida de seus cidadãos, tornando-se um pólo de atratividade regional, nacional e internacional (PECRJ, 1995, p. 10-11)”. Dois executivos da área de mídia tiveram assento no Conselho Diretor, Luiz Fernando Ferreira Levy, representante da **Gazeta Mercantil**, e João Roberto Marinho, de **O Globo**, que participou, também, do Consórcio Mantenedor, formado por um grupo de 51 empresas que deram apoio financeiro ao projeto.

Oficialmente, o plano foi lançado em setembro de 1995, mas suas diretrizes já vinham sendo adotadas em todas as ações da Prefeitura, incluindo o Favela-Bairro. Foi firmado um convênio entre a Prefeitura, a Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ) e a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan) em novembro de 1993 para sua execução.

Entre os 14 grupos de trabalho constituídos para a elaboração do plano, foi criado um para analisar os projetos e propostas para a segurança e violência urbana, que, conforme argumentamos, se tornou uma questão central não apenas para a experiência cotidiana, mas também para a imagem do Rio de Janeiro. A participação fundamental da mídia na discussão do tema, tanto no papel de fórum quanto no de representante da organização civil, não apenas era reconhecida, como também era corroborada pelas ações do poder público.

É também verdade que não se muda a imagem de uma cidade sem a participação da mídia. Havia no protagonismo social da imprensa em relação à questão da violência um jogo de interesses com o poder público, que se expressava na tensão entre o dever profissional de relatar os fatos objetivamente e o desejo de participar da construção de um projeto de cidade³⁷.

Em relação ao favela-bairro, como foi dito, a proposta era a de integrar as áreas irregulares à cidade formal. Para isso, deveria complementar ou construir a estrutura urbana principal – saneamento e democratização de acessos, criando condições de possibilitar a leitura da favela como cidade. Também previa a intervenção nos loteamentos irregulares, promovendo a regularização urbanística e fundiária.

As comunidades-alvo desta primeira fase do projeto foram as que possuíam um número entre 500 e 2.500 domicílios, com déficit de infra-estrutura, possibilidade de urbanização e carência socioeconômica. Partia-se, portanto, de um diagnóstico de carência nestas localidades, embora a amostra indique o quão distantes do frame carência estas comunidades estavam nos discursos midiáticos.

No corpus analisado, são poucas as referências à questão da habitação. Em muitos casos, aparece como questão secundária, tendo a violência ocupado o lugar de destaque. No **JB**, contabilizamos nos anos 1990 apenas metade das matérias sobre habitação publicadas nos anos 1980. Considerando que a década de 80 tem apenas 29% do total de matérias da década seguinte, essa diferença é ainda mais importante. **O Globo** publicou apenas 30% do número de matérias sobre habitação e favela em relação ao período anterior. Isto numa amostra 100% maior que a da década de 1980.

Há, portanto, uma redução importante no nível de interesse da mídia na questão da habitação nas matérias sobre favela e isto talvez explique as poucas referências ao programa

³⁷ Lembro-me de presenciar uma visita do Chefe de Polícia Civil, Hélio Luz, à redação do Jornal do Brasil, onde trabalhava, para conceder uma entrevista. O delegado foi recebido de pé, sob aplausos, pelos jornalistas. A cena, que em outro ambiente soaria como reconhecimento do cidadão comum pelo trabalho honesto e competente – no filme *Tropa de Elite 2* o capitão Nascimento protagoniza uma cena desta, num bar – numa redação de jornal assume, sem dúvida, outros significados.

Favela-Bairro, que teve início em 1994. No **JB** não localizamos matérias sobre o assunto e em **O Globo** há uma única referência ao Favela-Bairro. Embora o projeto tenha uma série de nuances envolvendo o marketing da cidade, no discurso da mídia ele aparece associado à questão da habitação, por isto optei por enquadrá-lo sob o frame da carência.

Publicada no jornal **O Globo** no dia 27 de novembro de 1995, portanto após o lançamento oficial do plano “Rio Sempre Rio”, a reportagem “Prefeitura inicia obras em mais duas favelas” (p. 17) indicava que o projeto estava ainda no início, mas que tinha objetivos bem ambiciosos para tão pouco tempo: “Segundo a Prefeitura, as obras devem atingir cerca de 30 comunidades até o final da gestão César Maia, consumindo cerca de US\$300 milhões” (PREFEITURA ..., 1995)³⁸.

As questões de habitação, educação e saúde, no entanto, aparecem na amostra dos anos 1990 em outras reportagens referentes a ações públicas e iniciativas de ONGs, em parceria com instituições privadas. Mas nem sempre são enquadradas a partir da carência. Nas reportagens do Jornal **O Globo** sobre os surtos de cólera em 1993 e 1994, por exemplo, há um deslocamento dos significados associados à doença, identificada às precárias condições de higiene das localidades afetadas, enquadrando a favela a partir da sujeira, a mancha na paisagem dos discursos higienistas.

Como se vêem nas fotos da página, o lixo acumulado é identificado como a fonte da doença. Na imagem que ilustra a reportagem sobre o risco representado pela ingestão dos peixes da Baía de Guanabara, a legenda esclarece: “Na maré alta, o mar de lixo invade as palafitas na antiga colônia do Caju”. (NAS COLÔNIAS ..., 1993).

Como vimos ao longo do capítulo, os anos 1990 registraram mudanças importantes em relação à década anterior, tanto em relação às questões principais e ao enquadramento quanto à construção da representação da favela dentro dos discursos. É a partir do repertório da violência que são construídas as narrativas analisadas, mesmo quando se referem a questões de direitos humanos ou a manifestações culturais, como o funk, criminalizado a partir de uma associação com os traficantes. Também há uma redução importante no número de matérias que se reportam ao universo da carência, praticamente restritas à questão da habitação.

No que diz respeito à violência, o tráfico de drogas torna-se a preocupação central das discussões e as narrativas a respeito dos confrontos entre traficantes e polícias dão origem a dois tipos de representação que vão marcar a favela: como zona de guerra e como fator de risco para o aumento da criminalidade. Estas representações vão promover um importante

³⁸ Segundo o Instituto Pereira Passos (2003), no entanto, esse investimento só foi atingido no ano 2000, já na segunda gestão de César Maia.

deslocamento no debate público a respeito das vítimas da violência. Se no início da pesquisa são os favelados as vítimas preferenciais, evidenciadas por um discurso que levanta a questão da favela como território sitiado, ao final, são as vítimas do asfalto que ocupam o centro das atenções, numa construção que realça o papel da favela como fonte de violência.

O debate público sobre as soluções para a criminalidade se dá a partir da mídia, que ocupa não apenas o papel de fórum de discussão, como na década anterior, mas torna-se, efetivamente, protagonista, propondo soluções para o problema da violência nas favelas, através de movimentos sociais ou como interlocutora direta do poder público.

A necessidade de recuperar a imagem da cidade e os capitais em fuga é um dos motores principais desta mudança que se acredita possível, não para se resgatar uma dívida social, mas para restabelecer o direito à segurança. Embora a violência enquadre os discursos, ainda se acredita num projeto que reintegre as duas cidades, através de intervenções urbanísticas e sociais, mas também pelo poder das armas. Como veremos, na década seguinte, as armas falaram mais alto.

Capítulo 3 – Os anos 2000

“[...] embora sempre haja acolhida e estímulo à diversidade cultural, há sempre também uma correspondente contenção dela.” (RUTHERFORD, 1986, p. 35)

3.1 Vítimas e bandidos

É tentadora a ideia de conceber os acontecimentos de uma década em linha de continuidade com as décadas passadas e seguintes. Quando se analisam as reportagens sobre determinado tema ao longo do tempo, essa tentação se torna ainda maior, uma vez que a mídia se esforça exatamente para construir essa continuidade histórica, atribuindo sentido e fixando o significado dos fatos narrados. Desnaturalizar essa narrativa, portanto, requer um esforço de análise que aponte a armadilha sem cair nela.

Os eventos que irei analisar ao longo deste capítulo certamente foram narrados de um ponto de vista que privilegia a continuidade e propõe uma interpretação a partir de uma chave de leitura baseada em causa e efeito e, acima de tudo, em vítimas e culpados. A centralidade da discussão sobre segurança pública no noticiário, como vimos, já era um dado relevante na década de 1990, que por sua vez remetia às políticas sociais e de segurança pública adotadas em anos anteriores. O “efeito Brizola”, invocado em vários momentos para interpretar a “evolução” do crime no Rio de Janeiro, permanecia no horizonte midiático como explicação para o estado a que a situação chegou nos anos 2000.

Como vimos, no entanto, no próprio período em que Brizola esteve à frente do Governo do Estado não havia um consenso sobre os efeitos maléficos de sua política de direitos humanos sobre o crescimento da criminalidade. Ao contrário, a crença no restabelecimento da democracia e na universalização dos direitos fundamentais era vista como forma de combate às injustiças sociais e, como consequência, ao crime.

O que me propus aqui é, sem desconsiderar o debate que estabelecia conexões entre os fatos do período e os dos anos anteriores, pensar o que há de específico na discussão empreendida ao longo dos anos 2000³⁹.

É desnecessário, embora não devesse ser, dizer que a violência foi o enquadramento principal das matérias analisadas ao longo do período 2002-2004. Mas se no início dos anos 1990 a favela era pensada principalmente como território sitiado, tendo seus moradores como

³⁹ Este capítulo retoma algumas das ideias e conclusões expostas na dissertação que defendemos em 2008 nesta universidade, tendo como corpus o noticiário televisivo do ano de 2002. Aqui, além de ampliarmos a amostra, procuramos estabelecer relações entre este e os demais períodos analisados.

as principais vítimas, nos anos 2000 a audiência ocupa o lugar de vítima, real ou simbólica, de uma violência que transborda dos morros para o asfalto.

Uma referência obrigatória para discutir a questão da violência no noticiário do período são os trabalhos de Vaz. Neles, emergem três conceituações-chave para compreendermos a especificidade do debate ao longo da década: a emergência do conceito de risco, a crença no poder humano em evitar o sofrimento e a construção de uma comunidade de vítimas virtuais. O argumento principal da sua análise pode ser assim resumido:

“As narrativas de crimes, atentados e acidentes contêm uma classificação hierárquica dos seres humanos fundada no poder presumido da ação humana diante do sofrimento; a classificação traz consigo um potente motivo para sua validação e interiorização, que é a identificação com os sofrendores através das emoções de medo, compaixão e indignação; essas emoções, por sua vez, dependem de crenças sobre o poder presumido da ação humana. A conceituação das formas de subjetividade depende da análise dos mecanismos historicamente singulares de atribuição de responsabilidade”. (VAZ, 2009:59)

O objeto das análises de Vaz são as narrativas sobre o sofrimento evitável. Na sociedade contemporânea, argumenta, o direito à felicidade aparece com um dos mais fundamentais. O limite para concretizá-lo situa-se numa estreita faixa entre o desejo e o risco, que nos leva a antecipar as consequências de nossos atos, produzindo uma estranha forma de arrependimento a priori.

Essa crença no poder da ação humana de evitar o sofrimento atribui, ainda, a uma instância superior a capacidade de conter aqueles que, incapazes de se controlar, expõe os outros a riscos que não escolheram correr. E define que para todo sofrimento não evitado há um culpado. A partir deste ponto de vista, toda uma corrente de pesquisadores analisa as narrativas da imprensa sobre catástrofes naturais, acidentes e crimes.

Chama atenção no argumento a possibilidade de aplicação à análise da gramática discursiva a partir da qual são construídas as narrativas sobre os eventos ligados à favela.

O surgimento de uma comunidade de vítimas virtuais acontece a partir da construção de um senso-comum a respeito da origem da violência – o poder paralelo dos traficantes instalados nos morros e favelas –, do estabelecimento de uma necessária distinção entre “nós”, cidadãos de bem que pagamos nossos impostos, de um lado, e “eles” que ameaçam nossa segurança, do outro, e da incapacidade ou negligência do Estado em conter os riscos aos quais eles nos submetem.

As matérias sobre trocas de tiros entre policiais e bandidos ou entre traficantes de facções rivais aparecem como lugar privilegiado para afirmação desta retórica que não apenas constrói uma subjetividade específica para o leitor - identificado com a vítima virtual dos crimes narrados, uma vez que poderia estar no lugar dela – mas também em relação à cidade, que passa a ser definida em termos de áreas de risco.

Essas duas posições subjetivas – a da vítima potencial ou virtual – e da cidade dividida em áreas de riscos, que emergem das narrativas de crimes envolvendo a favela, passam a pautar também as ações do Estado, pressionado pela “opinião pública” a tomar providências em relação aos fatos narrados, de modo a conter os riscos.

Do ponto de vista jornalístico, a narrativa do sofrimento que relaciona crime e favela caracteriza-se por uma estrutura bastante singular. Diferente da narrativa da piedade, em que o sofredor é um terceiro, que desperta a compaixão do leitor, nas narrativas do sofrimento evitável o leitor é convocado a tomar o lugar da vítima. Os sofrimentos narrados são despersonalizados, uma vez que atingem uma vítima aleatória, e as circunstâncias em que ocorrem colocam o leitor na cena do crime. Tipicamente, no caso da favela, são as trocas de tiros que atingem motoristas nas vias expressas próximas às comunidades ou moradores de áreas atingidas pelo fenômeno da favelização do seu entorno.

Se os efeitos subjetivos desta construção são expressos a partir do medo e da sensação de insegurança em determinadas áreas da cidade ou a partir de determinados horários, os efeitos sociais desta representação são dramáticos. Os anos 2000 registraram índices alarmantes de autos de resistência, mortes “em combate”, e se caracterizam como um período em que os favelados encontraram maior dificuldade em manter suas rotinas. Fechamento de escolas e comércio e restrições à circulação em qualquer horário do dia ou da noite são apenas duas das principais consequências da representação de uma cidade em guerra.

É obvio que nada disso se deu apenas no nível retórico. As disputas de território entre traficantes e a ação violenta do Estado na captura e extermínio dos principais líderes do tráfico efetivamente transformaram a vida de milhares de moradores da cidade, principalmente os das favelas. Mas o que quero argumentar é que não se pode isolar a violência do tráfico da sua representação midiática, nem tão pouco se pode atribuir a violência do noticiário a uma tentativa objetiva de retratar a violência do cotidiano. As relações entre uma e outra têm um vínculo estreito e indissolúvel, como pretendo demonstrar.

3.2 Morre Tim Lopes – O risco real por trás da notícia

Um bom ponto de partida para análise é exame quantitativo das questões principais do noticiário ao longo de 2002. Em oito edições do jornal **O Globo**, que correspondem aos meses de janeiro a maio, registramos seis matérias que levantam a questão da favela como fonte da violência, de um total de 29 encontradas ao longo do ano. O que ocorreu nos últimos sete meses para que, em apenas seis edições, o número de reportagens sobre a questão desse um salto?

A imprensa, sem dúvida, não inventa fatos. Mas não há dúvidas de que influencia o surgimento de alguns deles. A violência já era uma preocupação nos primeiros meses do ano, e as reportagens que tratavam de episódios violentos levantavam, principalmente, a questão da vulnerabilidade dos moradores de favelas, vivendo sob um território sitiado.

No dia 28 de maio, por exemplo, o jornal **O Globo** denunciava o surgimento dos refugiados do tráfico, pessoas que abandonavam suas casas na linha de tiro, deixando quase tudo para trás. No caso, moradores do Morro dos Macacos, que, como informa a reportagem, “Fugindo da guerra do tráfico que aterroriza a comunidade desde sexta-feira, eles levavam colchonetes, sacolas de roupa e comida. No rosto, medo e incerteza” (VIOLÊNCIA ..., 2002).

Em outro parágrafo, a reportagem detalha a situação sócio-econômica da população, lançando luzes não apenas sobre suas mazelas, mas também fazendo pensar sobre as condições de pobreza e abandono em que se produzem personagens como aqueles – vítimas e bandidos:

Os antigos escravos da fazenda formaram os primeiros mocambos, depois da abolição da Escravidão. Hoje, são mais de 4.451 moradores vivendo no Morro dos Macacos, segundo dados do IBGE de 1996.
[...] Todos vivem hoje em condições precárias. O projeto favela-bairro, anunciado para o Morro dos Macacos, foi feito apenas na parte baixa.
(VIOLÊNCIA ..., op cit)

Embora as questões levantadas sejam enquadradas pela violência, a carência também aparece enquadrando reportagens que tratam de questões como a fome, a saúde, a habitação e o desemprego. E mesmo a cultura comparece com seu repertório em matérias sobre música e turismo. Num ano que começou com o anúncio do presidente Fernando Henrique Cardoso de que o social teria prioridade, e em que a campanha presidencial recolocaria a fome em pauta, a diversidade de questões e enquadramentos retratava as discussões do momento.

O próprio noticiário internacional referendava a necessidade de voltar a investir no social, conforme manchete do dia 2 de fevereiro do jornal **O Globo**: “EUA assumem luta contra a pobreza para vencer terror”. Ainda que as ações, mais tarde, desmentissem as intenções, as palavras do secretário de Estado americano, Colinn Powell, na palestra inaugural do Fórum Econômico Mundial, não deixavam dúvida sobre a tônica do momento: segundo ele, o país estaria comprometido “não apenas com a luta contra o terrorismo, mas está igualmente em guerra contra a pobreza e a falta de esperança que alimentam o ódio desses grupos” (EUA ..., 2002).

Essa tendência a realçar o social sofreria uma inflexão a partir do dia 2 de junho. Um fato jornalístico marcaria o noticiário do ano, as representações do Rio de Janeiro, o processo produtivo das empresas de comunicação e a atitude das autoridades do estado em relação ao tráfico de drogas nos morros e favelas. Tim Lopes, experiente repórter da TV Globo, premiado em 2001 pela reportagem “Feira das drogas”, exibida no Fantástico, foi seqüestrado por traficantes na Vila Cruzeiro, quando apurava denúncia de moradores sobre consumo de drogas e exploração sexual de menores no baile funk da região⁴⁰.

Seria a quarta vez que o repórter entraria na favela para fazer a reportagem e a segunda em que levava uma câmera escondida. Reconhecido por traficantes, que se ressentiam da redução dos negócios na presença da imprensa, foi levado até o alto da Grota, onde havia um cemitério clandestino, julgado por um “tribunal” do tráfico, torturado, morto e esquartejado. O corpo foi queimado num “microondas”⁴¹, de onde restaram apenas fragmentos da câmera, um cordão e a arcada dentária, que permitiram sua identificação.

Não é preciso analisar a crueldade do assassinato, nem discutir as responsabilidades pela execução. Para além da disputa discursiva para dar significado à morte do repórter, pretendemos analisar, aqui, os impactos do fato em três níveis: no nível do processo jornalístico, no nível das representações sobre o tráfico de drogas nas favelas e no das ações do Estado.

A morte do repórter foi objeto de uma disputa que, por um lado, denunciava o poder nos traficantes, a partir das restrições de acesso dos jornalistas às favelas e, por outro, protestava contra o risco imposto pelas empresas de comunicação aos seus profissionais. Se

⁴⁰ Uma versão para os fatos que antecederam e sucederam a morte do jornalista está descrita no site do <http://www.timlopes.com.br/casotimlopesmobilizatodoopais.htm>.

⁴¹ Os traficantes costumam se livrar dos corpos de suas vítimas queimando-os entre pneus, o que é conhecido como “microondas”.

no plano da memória prevaleceu a associação entre Tim Lopes e a liberdade de imprensa, no plano dos processos jornalísticos, venceu a defesa da integridade do profissional de imprensa.

É verdade que a presença de jornalistas nas favelas era cada vez mais rara desde o final dos anos 1990, e a presença de Tim Lopes “disfarçado” no baile com uma câmara escondida só confirma o fato. Embora algumas reportagens da década anterior revelem uma “intimidade” entre criminosos e repórteres, é preciso relativizar essa relação de proximidade. As “entrevistas coletivas” concedidas por traficantes eram negociadas e em muitos casos convocadas pelos próprios bandidos. Qualquer reportagem nas favelas era cuidadosamente acompanhada por algum mediador. Cada lado conhecia o poder do outro e tirava proveito desta relação.

Nos anos 2000, a dificuldade de acesso tornou-se ainda maior, o que pode ser explicado pelo próprio noticiário. Como vimos ao longo da análise dos anos 1990, cada nova entrevista ou reportagem era sucedida por uma ação repressiva do Estado, o que significava baixas e prejuízos para o lucrativo comércio de drogas, com mortes, prisões e extorsões.

Zuenir Ventura, em artigo lúcido publicado no **JB** em 12 de novembro de 1994 comentava o mecanismo da extorsão policial a traficantes, cujo valor subia na mesma proporção que a visibilidade do criminoso na imprensa. Como resumiu o jornalista: “A imprensa faz o papel de inocente útil, ajudando a manter o mecanismo em funcionamento” (HAJA ..., 1994).

Por outro lado, as relações entre imprensa e moradores, também marcadas por desconfianças de ambos os lados, tornavam-se ainda mais problemáticas. Ainda restava a esperança de que o jornalismo pudesse denunciar as arbitrariedades infringidas por policiais e bandidos aos moradores - o que se pode concluir do próprio estopim para a reportagem de Tim na Vila Cruzeiro, a denúncia de moradores de venda de drogas e comércio de sexo nos bailes funk. Mas o medo e a insegurança, aos poucos, criaram um cinturão de silêncio em torno dos morros e favelas da cidade.

Na reportagem sobre os refugiados do tráfico, por exemplo, o morador “ouvido”, identificado apenas como X, optou pelo anonimato. As únicas informações que prestou, além da óbvia – de que deixava o morro por medo dos confrontos entre traficantes – era de que junto com ele partiam a mulher, o filho de oito meses, o irmão e três sobrinhos. Qualquer outra declaração poderia significar uma sentença de morte. Nestas circunstâncias, apenas duas vozes se ouviam na favela: a da polícia e a das armas dos traficantes.

Depois da morte de Tim, a distância entre o repórter e a notícia se ampliou. Os cuidados em relação à cobertura de eventos em favelas foram redobrados. Nas poucas ocasiões em que se aproximavam das favelas, invariavelmente acompanhados de policiais, os jornalistas passaram a usar colete à prova de balas⁴².

Os reflexos deste novo processo produtivo podem ser vistos num noticiário cada vez mais centrado nas fontes oficiais. Isto explica, em parte, o fato de que as matérias sobre violência passem a retratar cada vez mais as vítimas do asfalto, já que as da favela estão ainda mais distantes. Daí a questão principal do período ter se deslocado da favela como território sitiado para a favela fonte de violência. Mas o que explica a “onda de violência” que transbordou do morro em direção à cidade?

É verdade que a violência havia atingido níveis preocupantes, como em todas as grandes cidades do mundo. E que a sensação de desproteção que perpassa a vida moderna só aumenta diante das estatísticas e das notícias de jornal. Pode-se argumentar que efetivamente houve um aumento dos casos de violência a partir de meados do ano, mas, como já argumentamos, uma coisa é o fato, outra é sua representação midiática. Acreditamos que o transbordamento desta violência para as páginas de jornal tem sim uma relação direta com a indignação da imprensa diante da morte do repórter e com a resposta do Estado ao clamor por uma solução.

Diante da comoção criada pela execução de Tim, o secretário de Segurança Pública, Roberto Aguiar, estabeleceu um prazo de quatro meses para captura do principal acusado do crime, Elias Maluco, prazo cumprido à risca pela Polícia Civil. No dia 19 de setembro, com apoio de 250 policiais, a “Operação Sufoco” localizou e prendeu o criminoso numa casa na favela da Grota, uma das comunidades do Complexo do Alemão. O fato mereceu chamada principal na capa de **O Globo** (Imagem 10) e sete páginas de cobertura. No **JB**, a matéria também teve destaque de capa e quatro páginas de repercussão.

Na matéria principal de **O Globo**, “Elias Maluco perdeu”, e nas demais publicadas na página 14, há um relato detalhado das ações que levaram à captura do criminoso sem que um tiro fosse disparado, como enfatiza o texto. Também há menção ao fato de todas as revistas às casas dos moradores terem sido realizadas mediante mandatos de busca e apreensão.

⁴² O que não impediu a morte do cinegrafista da TV Bandeirantes Gelson Domingos, em 6 de novembro de 2011, quando acompanhava a incursão da polícia à favela de Antares, na Zona Oeste da cidade.

Imagem 10

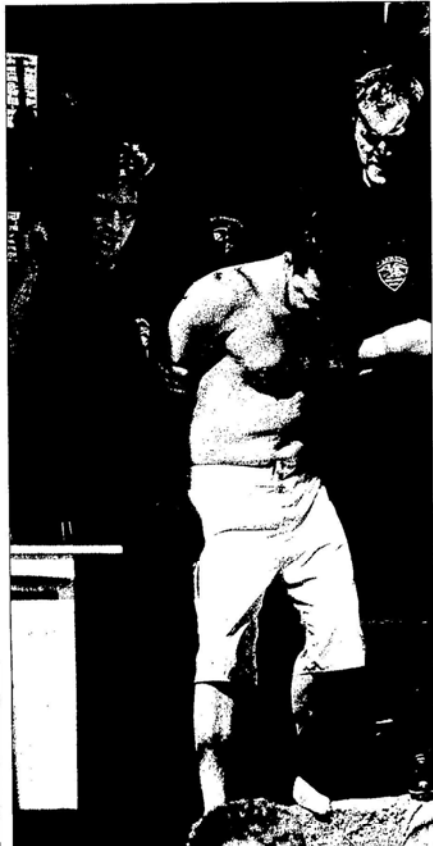
DÓLAR CHEGA A R\$ 3,45, A SEGUNDA MAIOR COTAÇÃO NO REAL • PÁGINA 23

O GLOBO

Indador: IRINEU MARINHO

RIO DE JANEIRO, SEXTA-FEIRA, 20 DE SETEMBRO DE 2002 • ANO XXVIII • Nº 25.247 • WWW.oglobo.com.br

Presidente: ROBERTO MARINHO



O TRAFICANTE Elias Maluco, escollado por policiais civis, é levado preso na Favela da Grota

'Perdi, chefe. Mas não esculacha'

Elias Maluco é preso 109 dias após a morte de Tim

• Uma semana antes do prazo dado pelo secretário de Segurança, Roberto Aguiar, o traficante Elias Maluco foi preso ontem de manhã por policiais civis na Favela da Grota, onde há 109 dias comandou o assassinato do jornalista Tim Lopes. Nenhum tiro foi disparado. Descalço e sem camisa, o bandido se rendeu sem oferecer resistência. "Perdi, chefe, perdi. Mas não esculacha", foi a única coisa que disse, pedindo para não ser morto. A prisão foi possível graças a uma megaoperação de inteligência envolvendo rastreamento de telefones, vigilância da favela pelo novo dirigível da

polícia e a ajuda do Disque-Denúncia. Na Justiça, Elias negou ser traficante, dizendo-se pintor de automóveis. A governadora Benedita da Silva cancelou a agenda e foi comemorar a prisão com a cúpula da polícia: "Honramos o compromisso com a família do Tim Lopes e com a população". Policiais se abraçavam e faziam o V da vitória. Na rua, pessoas também comemoraram quando o comboio com o bandido cruzou a cidade. O traficante Paulo César Silva dos Santos, o Linho, é agora o alvo da polícia. Páginas 14 a 20

e editorial "Derrota do medo"



O SECRETÁRIO de Segurança, Roberto Aguiar, e a governadora Benedita da Silva, comemoram com flores

SEGUNDO CADERNO

• Aos 65 anos, esbanjando técnica vocal e boa forma física, Elza Soares estreia seu novo show, no melhor momento de sua carreira.

REVISTA RIO SHOW

• Especialistas em sete áreas — do cinema à literatura — elegem, cada uma na sua praia, os melhores palcos de cultura da cidade.

CORTE PARA CURTIR
OGLOBO

VEJA HOJE NA REVISTA RIO SHOW, PROMOÇÃO DO AZZURRA RESTAURANTE

1ª EDIÇÃO
Propriedade intelectual e gráfica: Rocio Lima
R\$ 1,70
Disponível para o Grande Rio: 12 páginas
5 cadernos: 96 páginas

ELEIÇÕES 2002

Benedita agora sonha com 2º turno

'Prendemos o nosso Bin Laden', afirma secretário de governo, comparando Elias Maluco ao terrorista

• Os petistas acreditam que a prisão de Elias Maluco poderá dar alento à candidatura do PT ao governo do Rio, Benedita da Silva, a ponto de forçar a disputa do segundo turno no estado. Hoje, a candidata do PSB, Rosinha Mathews, venceria no primeiro turno, com 46%, de acordo

com o Ibope. Benedita está em terceiro, com 12%. "Prendemos o nosso Bin Laden. Para nós, chegar ao segundo turno é lucro", afirmou o secretário de governo de Benedita, Val Carvalho, comparando Elias Maluco ao terrorista.

Páginas 3 a 5
e Miriam Leitão

Rosinha, a quase Xuxa

• Duas razões podem explicar o tratamento de quase Xuxa que a candidata do PSB ao governo, Rosinha Ma-

thews, recebe nas ruas. Apresentada como a "candidata do piscinão", ela conta ainda com carisma pessoal. Página 8



— Parabéns para nós!

Lula usa Collor contra Serra, que o compara a Maluf

• José Serra conseguiu levar o PT a responder aos ataques pela primeira vez no programa de TV. Em reação ao tuco, que critica Lula pela falta de diploma, o PT lembrou que o ex-presidente Collor o tinha. Na ofensiva, a propaganda de Serra mostrou que o programa de Lula sobre farmácias populares é idêntico ao que Duda Mendonça fez para Maluf em 98. Página 11 e Arnaldo Bloch

Enquanto a página 14 apresenta uma série de reportagens sobre os heróis do dia, na página seguinte o jornal mostra um infográfico detalhando o local do esconderijo, e reproduz as conversas telefônicas entre o traficante e membros do bando, obtidas pela polícia. Um antetítulo expressivo vai marcar esta e as demais páginas da cobertura: o poder do Estado. Numa referência ao “poder paralelo” dos traficantes, dá o tom triunfalista que vai marcar a cobertura.

A página 16 faz outra comparação significativa: “Silêncio no morro, comemoração no asfalto” é o título da reportagem principal, que resume bem o conteúdo. Do morro, só há mesmo a referência ao “silêncio da aparente tranquilidade”, enquanto no asfalto se ouvem várias vozes de comemoração e apoio à ação policial. No pé da matéria, a única frase sobre o casal de idosos que morava no local usado pelo bandido para se refugiar: “O casal morador da casa que serviu de esconderijo abandonou o imóvel e esqueceu um aparelho de som tocando músicas bíblicas”.

Na página 17, aparecem as referências ao peso político da prisão no processo eleitoral em curso, outra pista para a “escalada de violência” que desceu os morros e invadiu os jornais: no cargo desde o desligamento de Anthony Garotinho, que concorreria aquele ano à presidência da República, Benedita da Silva tinha enfrentado debaixo de críticas uma disputa de traficantes nos morros da Tijuca, uma operação mal-sucedida em Vigário Geral, que acabou atingindo um músico do grupo Rappa, e uma rebelião em Bangu I, com prisão de reféns e documento assinado pelos líderes do Comando Vermelho presos na unidade.

Na reportagem “Um trabalho minucioso da polícia”, finalmente a voz do morro quebra o silêncio: o líder comunitário André Fernandes, do Morro Santa Marta, questiona os métodos usados pela polícia para captura do traficante. “Não sei se a polícia faria tamanha operação entrando em centenas de casas, em outro lugar que não a favela” (UM TRABALHO ..., 2002). Mas é difícil imaginar que o protesto repercutiria na sociedade diante da vitória “pacífica” da polícia sobre o crime organizado.

Nas páginas seguintes, o jornal traça um perfil de Tim e reconstitui as circunstâncias de sua morte. Da mesma forma, faz um perfil de Elias Maluco e lembra o fim dos outros nove envolvidos no crime. Tim Lopes não inventou Elias Maluco. Foi o traficante, segundo a polícia, quem executou os quatro policiais em Vigário Geral, em 1993, razão pela qual no dia seguinte 50 agentes entraram na favela e executaram 21 moradores, nenhum deles envolvido no tráfico.

Em 1996 Elias foi preso em flagrante por tráfico de drogas, e solto depois, graças a um habeas corpus. Era o último de uma lista de dez bandidos pertencentes ao Comando Vermelho procurados pela polícia, com pelo menos seis processos instaurados. Nos doze meses que antecederam sua prisão, o bandido teria executado outras 60 vítimas.

A morte de Tim deu visibilidade e determinou onde a polícia deveria concentrar seus esforços para dar uma resposta à sociedade. Na mesma edição, o jornal divulgaria o próximo alvo: Linho, principal chefe da quadrilha rival, o Terceiro Comando, e líder do comércio de drogas na região da Maré.

No **JB** (Imagem 11), a cobertura repete o roteiro das comemorações entre membros da polícia e do governo do Estado, faz uma cronologia dos fatos desde a morte de Tim Lopes, avalia as consequências políticas da prisão para as eleições estaduais, reproduz as conversas telefônicas com membros do bando, mas relata com muito mais intimidade a maneira pela qual a ação policial foi vivida dentro do morro. Sem um discurso agressivo ou denunciador, a reportagem revela o medo, a insegurança e a vulnerabilidade das últimas vítimas de Elias Maluco: um casal de idosos, cuja mulher é doente e cega.

[...] Momentos após a prisão, o local foi abandonado pelos donos. O rádio estava ligado na Rádio Melodia, de programação evangélica, o telefone não parava de tocar, as luzes acesas. Um copo de água ficou pela metade sobre a mesa, ao lado de um boné preto, e o canário belga foi esquecido do lado de fora."

[...] Uma vizinha, Darci da Silva, 61 anos, estava assustada. 'Ele deve ter entrado escondido. A Jaciara é doente e, por isso, deixava a porta aberta', contou.

[...] Depois da prisão, Jaciara passou mal e foi levada a um hospital. Ela e o marido, segundo Francisco, foram para a casa de uma das filhas. Logo após a prisão de Elias Maluco, toda a polícia deixou a favela. (Elias é preso a 200 m de base policial, **JB**, 20/09/2002, p. C3)

Num noticiário que valorizaria cada vez mais a fonte oficial e a vítima do asfalto, a reportagem é um dos poucos exemplos de uma representação da favela como território sitiado e a do morador como vítima preferencial da violência do Estado e dos bandidos naquele ano.

JORNAL DO BRASIL

DESDE
1891

www.jb.com.br

ANO 112 N° 165

RIO DE JANEIRO, SÁBADO, 20 DE SETEMBRO DE 2002

Preso acusado de matar Tim Lopes

Depois de 109 dias de busca e 50 horas de cerco, 'Elias Maluco' é capturado no Morro do Alemão

Embratel nega dívida à Telemar

Obrigada pela Justiça a pagar uma conta de R\$ 87,8 milhões à Telemar, a Embratel desmentiu o ponto do diabolismo e alega que vai recorrer para não arcar com o restante. A disputa se refere a um mercado milionário, o das tarifas de interconexão - o que uma operadora paga por utilizar a rede de telecomunicações da outra. A Embratel se reconhece a parte da dívida que foi paga ontem: R\$ 76,5 milhões. A controladora da Embratel, a americana WorldCom, poderá rever para baixo seus resultados em mais US\$ 2 bilhões. O balanço da companhia brasileira teria sido usado para inflar os resultados da matriz. **PÁGINA A14**

Elias Maluco é apresentado após a captura no Morro do Alemão. O sucesso da operação, sem que um tiro fosse disparado, levou o presidente Fernando Henrique a elogiar a governadora Benedita da Silva

"Perdi, chefe, mas não esculha, não". As palavras do traficante Elias Pereira da Silva, o Elias Maluco, ao ser preso, às 8h45 de ontem, encerraram uma das maiores caçadas da polícia do Rio. Desarmado, sem resistir, o principal acusado do assassinato do jornalista Tim Lopes foi capturado, por 15 policiais da Divisão de Capturas Oeste da Polícia, escondido em uma casa num dos acessos da Favela da Grota, no Complexo do Alemão, onde Tim foi executado. Denúncia anônima levou os policiais ao esconderijo, a 200 metros de uma das bases da "Operação Sufoco", cerco final ao bandido, montada pela polícia há dois dias. Três meses e meio depois do assassinato do repórter, a prisão, sem um tiro disparado, foi festejada pela governadora Benedita

da Silva e por toda a cúpula da Segurança. Não fazemos pacto ou acordo com facções criminosas. A prisão sem derramamento de sangue é um exemplo de como a polícia deve agir. Estamos honrando um compromisso com a família de Tim Lopes - disse a governadora. Dos nove acusados de participar da captura, tortura e execução de Tim Lopes, no dia 2 de junho, Elias Maluco era o único ainda foragido. Ontem, em depoimento no 1º Tribunal do Júri, ele negou a participação no crime e afirmou ser pintor de automóveis. Está preso no Batalhão de Choque da Polícia.

ELIAS PEREIRA DA SILVA

PARA PEDRO DO COUTTO, PRISÃO PODE MUDAR RUMO DA SUCESSÃO NO RIO. **PÁGINA A4**

NESTA EDIÇÃO

PROGRAMA

LIVROS BARATOS NO PORTO DO RIO

Começa, no Armazém 5, no Cais do Porto, a segunda edição da Primavera dos Livros, feita alternativa com editoras pequenas e médias, que oferecem descontos de 20% a 40%.

YASMIN BRUNET ESTRÉIA NOS EUA

Filha da modelo Luiza Brunet, Yasmin, de 14 anos, fez seu primeiro desfile no exterior. Vestiu um biquíni Rens Châna na Semana de Moda de Nova York.

JO GERAL

BATALHÃO

Para 500 dos leitores do JB, o Coluna, Fernando Benedita, não deve permanecer em Bangu 1. A pergunta de hoje: Elias Maluco deve ficar no Batalhão de Choque da PM? Responda em www.jb.com.br

O TEMPO

HOJE AMANHÃ DOMINGO
Dia 21 21h 19h 17h
22h 20h 18h 16h

ÍNDICE

BRASIL A2
EXTERIO A3
MISÉRIA A7
ECONOMIA E NEGÓCIOS A9
PREVISÕES A11
ESPORTES A12
CULTURA A13
CASA A14
CASA A15
CASA A16
CASA A17
CASA A18
CASA A19
CASA A20

Venda avulsa para RJ, MG, ES, SP: R\$ 1,50
Assinatura ao assinante
0800-707-2000

Especulação e crise global: dólar a R\$ 3,45

Risco Brasil sobe e já é o terceiro maior do mundo

Em dia de grande tensão internacional, com o aumento do risco de guerra entre Estados Unidos e Irã, o dólar sobe e o risco Brasil sobe. O risco Brasil subiu 4,93% e fechou em 2.043 pontos, o terceiro maior do mundo, atrás da Argentina e da Nigéria. A Bolsa de Valores de São Paulo recuou 1,47%, puxada pelas quedas nos mercados internacionais. Só o Dow Jones, principal índice da Bolsa de Nova York, caiu 2,83% e voltou a ficar abaixo dos 8.000 pontos. "Juntos com um momento delicado interno com uma situação complicada externa", explicou Marcelo Mesquita, diretor de Pesquisas do banco suíço UBS Warburg no Brasil. **PÁGINA A9**

A VOLTA DO TERROR

AÇÃO MATA CINCO EM TEL AVIV

Israel volta a cercar Arafat após atentado

RAMALA - O Exército israelense invadiu ontem, em Ramala, o quartel-general do presidente da Autoridade Nacional Palestina, Yasser Arafat, horas depois que atentado num ônibus matou cinco pessoas e deixou mais de 60 feridos - seis em estado grave - em Tel Aviv. Ouvi um grande estouro e corri para fora, onde as pessoas estavam sentadas, almoçando - contou Ofer Menachem, dono de um café próximo ao local do at-

VOLUNTÁRIO examinou o ônibus no qual ocorreu o atentado, comido por um terrorista suicida palestino no Centro de Tel Aviv. O ataque, cometido a bordo rodado da nação israelense, interrompeu seis semanas de relativa calma na região.

que realizado por um terrorista suicida palestino. - Vi pessoas cobertas de sangue saindo pelas janelas do ônibus e gritando. O atentado aconteceu menos de 24 horas depois que outro terrorista suicida explodiu uma bomba no Norte de Israel, matando um policial israelense. As duas ações puseram fim à calma das últimas seis semanas na região.

JORNAL DO BRASIL PÁGINA A7

Serra quer atrair o apoio de Tasso

O comando da campanha do candidato José Serra, preocupado com a possibilidade de migração de votos de Ciro Gomes para Luiz Inácio Lula da Silva no Ceará, está fazendo uma ofensiva junto ao governador. O objetivo é atrair Tasso Jereissati, que, mesmo sendo do PSDB, após Ciro, do PTB, a preocupação de estado-maior do PSDB no comitê de Serra é que o crescimento de Lula possa dar ao candidato do PT a maioria absoluta e a vitória

no primeiro turno, no dia 6 de outubro. O comando da campanha de Ciro Gomes requisitou, no Tribunal Superior Eleitoral, informações sobre a mais recente pesquisa do Ibope, que mostra o candidato da Frente Trabalhista em quarto lugar, atrás de Anthony Garotinho (PSB).

Ontem Garotinho fez campanha em Curitiba, onde visitou a presidente da Pastoral da Criança, Zilda Arns, agenda já cumprida por Lula, Serra e Ciro.

A página da candidatura de Lula na internet existe desde ontem um editorial, assinado pelo assessor de imprensa Ricardo Kotschen. No texto, ele compara os ataques de Serra ao candidato do PT, no horário gratuito, à "farsa" montada por Fernando Collor na eleição de 1989. **PÁGINA A3**

Investimentos

anos 2000. Em 48% das matérias sobre favela, era esta a questão principal. Apenas em 13% a questão levantada era a do território sitiado, que reconhece a situação de vulnerabilidade das populações faveladas. Somando todas as reportagens em que os discursos são enquadrados pelo repertório da violência, teremos 68% da amostra, ou 42 matérias.

Daí por diante, o número de matérias enquadradas pela violência aumentará ainda mais, chegando a 80% no último ano analisado na década, que teve, também, o maior número de matérias sobre a favela, 79. As questões levantadas, no entanto, terão uma distribuição um pouco diferente, revelando algumas mudanças na maneira de conceber os pobres na cidade.

Tabela 07

Questão Pública	Enquadramento	Máticas 2002	% 2002	Máticas 2003	% 2003	Máticas 2004	% 2004
Educação	Carência	1	2%	0	0%	3	4%
Fome	Carência	2	3%	0	0%	0	0%
Emprego	Carência	1	2%	0	0%	1	1%
Habitação	Carência	2	3%	1	2%	3	4%
Direitos Humanos	Carência	0	0%	0	0%	0	0%
Saúde	Carência	3	5%	0	0%	2	3%
Crime comum	Criminalidade/ Violência	2	2%	1	2%	0	0%
Fonte de violência	Criminalidade/ Violência	29	48%	18	39%	34	43%
Venda de drogas	Criminalidade/ Violência	3	5%	9	20%	9	11%
Território sitiado	Criminalidade/ Violência	8	13%	7	15%	20	25%
Ameaça ecológica	Mancha na paisagem urbana	0	0%	1	2%	1	1%
Sujeira/decadência	Mancha na paisagem urbana	1	2%	1	2%	0	0%
Illegalidade	Mancha na paisagem urbana	0	0%	4	9%	3	4%
Berço do Samba	Cultura popular/ Autêntica	1	2%	0	0%	1	1%
Funk	Cultura popular/ Autêntica	1	2%	1	2%	0	0%
Turismo	Cultura popular/ Autêntica	4	7%	2	4%	0	0%
Artes cênicas	Cultura popular/ Autêntica	1	2%	1	2%	1	1%
Desvalorização imobiliária	Criminalidade/ Violência	0	0%	0	0%	1	1%
Rap	Cultura popular/ Autêntica	1	2%	0	0%	0	0%

O Globo – Análise quantitativa consolidada anos 2000

No **Jornal do Brasil** (Tabela 08), em que a cobertura de assuntos ligados à favela tradicionalmente era menor, chama atenção o aumento no número de reportagens de 25, em 2002, para 60 em 2004, acompanhado, também, de um crescimento na participação da

violência como enquadramento, de 80% para 88%. Curiosamente, através da violência outras questões ligadas à pobreza ganharão visibilidade.

Tabela 08

Questão Pública	Enquadramento	Matérias 2002	Pencentual	Matérias 2003	Pencentual	Matérias 2004	Pencentual
Educação	Carência	0	0%	1	4%	1	2%
Fome	Carência	1	4%	0	0%	0	0%
Emprego	Carência	0	0%	0	0%	0	0%
Habitação	Carência	0	0%	1	4%	1	2%
Direitos Humanos	Carência	0	0%	0	0%	0	0%
Saúde	Carência	1	4%	2	7%	0	0%
Crime comum	Criminalidade/ Violência	0	0%	0	0%	0	0%
Fonte de violência	Criminalidade/ Violência	13	52%	12	43%	35	58%
Venda de drogas	Criminalidade/ Violência	1	4%	4	14%	5	8%
Território sitiado	Criminalidade/ Violência	6	24%	5	18%	17	28%
Ameaça ecológica	Mancha na paisagem urbana	2	8%	0	0%	0	0%
Sujeira/decadência	Mancha na paisagem urbana	0	0%	0	0%	0	0%
Illegalidade	Mancha na paisagem urbana	0	0%	0	0%	0	0%
Berço do Samba	Cultura popular/ Autêntica	0	0%	0	0%	0	0%
Funk	Cultura popular/ Autêntica	0	0%	0	0%	0	0%
Turismo	Cultura popular/ Autêntica	0	0%	0	0%	0	0%
Artes cênicas	Cultura popular/ Autêntica	0	0%	3	11%	1	2%
Rap	Cultura popular/ Autêntica	1	4%	0	0%	0	0%

JB – Análise quantitativa consolidada anos 2000

No dia 11 de novembro de 2002, a edição seguinte à da prisão de Elias Maluco, na nossa amostra, identificamos uma mudança importante na cobertura do tráfico no Rio: o jornal **O Globo** deixou de mencionar o nome das facções em disputa pelo comércio de

drogas, identificando-as apenas por seus líderes ou explicando que se trata de quadrilhas rivais.

O jornal percebeu que cada realização espetacular de uma facção divulgada nos jornais era respondida por outra ação ainda mais espetacular da rival, à espera da mesma visibilidade midiática. A “guerra” travada nos morros, portanto, não era apenas pelos pontos de venda de drogas, mas efetivamente por poder, e a visibilidade das ações na imprensa referendava o poder das facções perante suas rivais, o Estado e toda a sociedade.

Embora a suspensão do nome das facções seja um avanço, a presença constante dos “donos” dos negócios nas favelas continuou a compor um quadro de celebridades do crime.

Já discutimos aqui o impacto da fama instantânea e fugaz dos traficantes sobre a subjetividade de moradores nascidos e criados em favelas, em situação de privação e sem projetos de vida. Vários pesquisadores se debruçam sobre a situação do jovem na sociedade contemporânea, sobretudo aqueles que habitam os espaços mais pobres das grandes cidades, simultaneamente bombardeados por promessas de felicidade da propaganda e mecanismos implícitos de exclusão social – “boa” aparência, formação escolar, experiência profissional, referências pessoais e comerciais e tantos outros.

Numa sociedade, como a vigente no início dos anos 2000, com poucos instrumentos de democratização das oportunidades de acesso à educação e emprego, a entrada no crime representava, para muitos daqueles jovens, a oportunidade de realizar os sonhos de consumo e obter o poder e a fama assegurados pelas armas.

3.3- Lula presidente - a pobreza volta à pauta

Nos últimos dias do ano de 2002, já consolidado o processo eleitoral e definido o novo presidente, as expectativas da mídia se voltaram para o programa de governo e o compromisso social assumidos durante a campanha de Lula. À luz dessas promessas são analisados os últimos números do IBGE sobre a pobreza no país, que atingiria, naquele ano, 54 milhões de brasileiros, quase 1/3 da população.

“O retrato da pobreza no Brasil” é mostrado por **O Globo**, na edição de 04 de dezembro, numa favela na periferia do Piauí, onde o Secretário de Desenvolvimento Urbano do governo federal, Ovídio de Angelis, esteve para anunciar a liberação de recursos para a prefeitura. De Santiago, o presidente eleito faz um alerta sobre os números do IBGE: "(...)

Não há democracia política que resista a tão dramáticas diferenças sociais. O agravamento das desigualdades é um convite às soluções de força" (UMA DEFESA ..., 2002).

Na edição do dia 2 de janeiro, o discurso do presidente, empossado no dia anterior, convocava os brasileiros a transformar o fim da fome em uma grande causa nacional e anunciava uma política que "(...) combinada com ações de saúde, educação, entre outras, seja capaz de prevenir a violência, reprimir a criminalidade e restabelecer a segurança dos cidadãos e cidadãs" ('HOJE ...,' 2003).

Na mesma edição, o chefe da Polícia Civil, na posse da governadora do Rio, Rosinha Matheus, anunciava a intenção de restabelecer os acordos com o Exército, a Marinha e a Aeronáutica para que áreas de risco pudessem ser ocupadas por tropas federais. É nessa tensão entre o reconhecimento de uma dívida social, esquecida nos anos 1990, e o desejo de manter os pobres sob vigilância que a pobreza será representada ao longo de 2003. Vale a pena registrar que apesar da visibilidade da pobreza nos discursos do governo, no que diz respeito às reportagens sobre a favela carioca, as questões ligadas à carência ficaram em segundo plano.

O que não significa que as questões sociais ficaram esquecidas. Sem dúvida, uma análise apurada vai nos mostrar que tais problemas são discutidos, mas não definem o enquadramento, nem se apresentam como questão principal das matérias. Ao contrário, como argumentaremos adiante, é partir da violência que muitas das necessidades dos moradores de favelas tornam-se visíveis, o que diferencia bastante estas matérias daquelas produzidas ao longo dos anos 1980, por exemplo.

É em 2003 que a favela como fonte de violência aparece em menor número de matérias na década, com 39% dos casos, no jornal **O Globo**. Isto não representou uma redução no número de reportagens que enquadram a favela a partir da violência. Ao contrário, houve um crescimento em relação ao ano anterior. Mas o reconhecimento do problema das drogas, que aparece em 20% da amostra, e do favelado como principal vítima dos confrontos, em 16% dos casos, mudou o quadro a partir do qual os problemas ligados à favela puderam ser examinados.

O **JB** também registra um percentual menor de matérias que tratam a favela como fonte de violência como questão central – de 52% para 43%. Também foca a cobertura no tráfico de drogas – de 4% para 14%. Embora não amplie a representação do favelado como vítima da violência – que passa de 24% para 18%.

Também chama atenção o fato de que algumas questões antes tratadas sob a ótica da carência ou da cultura apareçam enquadradas pela violência, como a matéria “Exclusão mata em Manguinhos”, publicada no **JB** em 27 de abril. A reportagem divulga um estudo realizado pela Fiocruz, cujo campus principal está numa área vizinha à favela. A pesquisa analisa dados do SUS de 1996 a 2000 e revela que de cada dez jovens que morreram no período, oito foram assassinados. E conclui que a reversão do quadro depende de uma transformação nos componentes sociais da região, a partir de um conjunto articulado de políticas públicas.

Outra reportagem relevante para a nossa análise ganhou chamada de capa do dia 25 de maio do **JB**. “Os Artistas da Maré” é o título do texto-legenda que acompanha a foto de um músico de costas para o leitor, segurando um violão de frente para o Morro do Timbau, na Maré. A legenda diz que “Alex Aguiar, o ‘Cazuza’, da Vila do João, é um dos artistas que resistem, com criatividade e talento, à rotina de violência do Complexo da Maré”. Ao lado da foto, outra chamada para uma matéria que trata do drama da pobreza: “ONU: sede e fome no Brasil são alarmantes”.

Podemos considerar preocupante a invasão da violência sobre o noticiário de cultura ou saúde. Ou interpretar como um bom sinal a discussão de outras questões que tocam na violência, mas não se esgotam nela. Em relação a 2002, por exemplo, o estudo que relaciona saúde e violência abriu o dobro de espaço do ano anterior para discutir os efeitos perversos do crime sobre a qualidade de vida nas favelas.

Já a matéria sobre os artistas da Maré revela as dificuldades de se viver de arte num ambiente em que falta o básico, como revela o depoimento de ‘Cazuza’: “Não podemos cobrar pelos shows. Quem toca aqui, toca por amor. A gente só pede comida” (ARTE ..., 2003).

Mas a arte não resistiu ao apelo espetacular de “mais uma vítima da violência no Rio”: o assalto e agressão ao juiz Luiz Fux, do Superior Tribunal de Justiça, dentro de seu apartamento, em Copacabana (MINISTRO ..., 2003). Com o selo “A guerra do Rio”, a chamada substituiu a foto dos artistas da Maré (Imagem 12) na segunda edição do jornal (Imagem 13).

Os critérios de atualidade – o crime aconteceu dois dias antes - e raridade – um juiz, que decide o destino de criminosos, ser subjugado por eles – podem ser invocados para justificar a substituição da chamada de capa. Ou que a reportagem sobre os artistas não tivesse um gancho⁴³, fosse uma matéria fria⁴⁴. Ou ainda considerar que a mudança de capa seja uma

⁴³ Gancho é um fato recente a partir do qual algumas questões emergem, ganham atualidade.

resposta à exclusiva publicada naquele domingo pelo jornal **O Globo**, sobre o faturamento do crime. São todas justificativas, jornalisticamente falando, válidas para a mudança de capa.

Mas também não há como negar que o leitor do **JB** se identificaria muito mais com a vítima de Copacabana, virtualmente qualquer morador da Zona Sul do Rio, do que com as vítimas da Maré, que resistem à violência através da arte. Diante dos riscos que os “cidadãos cariocas” correm dentro de casa, até mesmo a matéria sobre a fome e a sede no Brasil, denunciadas pela ONU, perdem o destaque.

⁴⁴ Dizer que uma matéria é fria não significa considerar que não tenha apelo jornalístico, mas ressaltar seu caráter atemporal. Claro que uma matéria sobre a arte em meio à violência está relacionada a um fato atual, mas não necessariamente precisa ser publicada no dia seguinte, sob pena de “envelhecer”, cair da pauta.

JORNAL DO BRASIL

www.jb.com.br

ANO 113 ☆ Nº 47 RIO DE JANEIRO ☆ DOMINGO, 25 DE MAIO DE 2003

NA REVISTA

NOVIDADES PARA UM SORRISO MELHOR

INFORME ECONÔMICO

84 HIDRELÉTRICAS ESPERAM A APROVAÇÃO DO IBAMA

A14

CONTRA-ATAQUE

CHIQUINHO DA MANGUEIRA E O COMBATE AO TRÁFICO

C1

Flamengo enfrenta Atlético na Arena

O Flamengo enfrenta hoje o Atlético Paranaense, às 16h, em Curitiba, e a pressão da torcida na Arena da Baixada. O técnico Nelson Baptista exige o time apresente o futebol que tem exibido na Copa do Brasil, mas que não consegue repetir no Campeonato Brasileiro, no qual está há dois jogos em vitória e precisando melhorar a posição na tabela. **PÁGINAS C9 e C10**

OS ARTISTAS DA MARÉ

ALEX Aguiar, o "Cazuza" da Vila do João, é um dos artistas que resistem, com criatividade e talento, à rotina de violência do Complexo da Maré. **PÁGINA C3**

ONU: sede e fome no Brasil são alarmantes

Acesso à qualidade da água é equiparada à de alimentos

DIEGO ESCOSTEGUY DA SILVA - BRASIL - Documento do Projeto Nacional de Relatores de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais e Culturais, feito em parceria entre a Secretaria Especial de Direitos Humanos e as Nações Unidas, recomenda ao governo brasileiro que "acelere" o processo de criação de uma política nacional de segurança alimentar. Flávio Valente, relator do projeto e espécie de fiscal da ONU no Fome Zero, afirma no documento ver com "preocupação" a "ênfase exagerada" do governo em garantir à população apenas acesso aos alimentos. O relatório é uma radiografia da situação da fome e do acesso à água e à terra no Brasil. No começo deste mês, ele foi apresentado em Genebra, numa reunião da Comissão de Direitos Humanos da ONU. Além das considerações sobre o Fome Zero, o documento traz conclusões preocupantes sobre o problema da sede no país.

PÁGINA C1

Estrelas da arquitetura eletem os melhores projetos de interiores. Herança da escravidão na culinária e nos ritmos faz de Salvador *point* cultural.

LINGUA VIVA

AS PALAVRAS E O MUNDO DE OLAVO BILAC

Desmiso da Silva discute sobre a "Última flor do Lácio" e termos como "vibetê", "maca" e "desastre". **B2**

Parente defende a autonomia das agências

Ex-ministro-chefe da Casa Civil e coordenador da Câmara de Gestão da Crise de Energia, no apagar das luzes do governo FHC, Pedro Parente recorre às lições do raciocínio de 2001 para advertir sobre o risco de a atual reestruturação do setor elétrico eliminar conquistas como a estrutura regulatória das agências. Mesmo assim, defende a proposta da ministra Dilma Rousseff de fortalecer a pasta das Minas e Energia. **PÁGINA A14**

A ÚLTIMA CARTADA DE WILZAN GUANANES. PÁGINA A17

Brasileiro não sabe quando se aposentar

Valor de benefícios do INSS está assustando

NICK DE PAULA REPORTER DO JB

Enquanto a reforma da Previdência do governo Lula ocupa o centro das discussões, a maioria dos trabalhadores brasileiros ainda não se deu conta nem das mudanças nas regras da aposentadoria que foram feitas pelo governo passado e que se concentraram nos trabalhadores do setor privado, pagos pelo INSS. Mas, na hora de pedir a aposentadoria, os trabalhadores começam a sentir esse impacto. Há casos em que a redução no valor dos benefícios é tão grande que muitos devolvem o dinheiro já depositado pelo INSS para contribuir mais tempo e elevar o valor.

PÁGINA A15

NOVO PRESIDENTE

Kirchner assume hoje na Argentina

BUENOS AIRES - São árduas as tarefas que esperam o novo presidente da Argentina, Néstor Kirchner. Olhando ao seu redor quando deixar o Congresso Nacional, onde toma posse hoje, Kirchner se depara com a principal delas: tirar os argentinos da pobreza. Os dados são contundentes. Quase 21 milhões dos 36 milhões de argentinos são pobres. Deste total, quase 10 milhões são indigentes. A taxa de desemprego alcança 17,8% da população economicamente ativa, mas o índice real pode ser muito maior, dizem especialistas.

KIRCHNER CONTINUA NA PÁGINA A7

BARCELONOS MATAM INTEGRANTES DO PARTIDO BATH. PÁG. A9

CONFIANÇA

AO LADO DE SUA ESPOSA, O NOVO PRESIDENTE TENTARÁ demonstrar que não teme a luta que terá de travar com a situação econômica desastrosa de seu país

Este jornal está cheio de boas notícias.

BAHIA

INDICE

OPINION, POLÍTICA A2

OPINION JB A6

MUNDO A7

ECONOMIA E NEGÓCIOS A10

INDICADORES A12

EDITORIAL A18

CAPAS A18

OUTRAS OPINIÕES A18

MEMÓRIA JB A20

ESPECIAL A24

RIO C1

TEMPO C3

ESPORTES C5

MARCA PELTER B3

Venda avulsa R\$ 2,00

MD. ES. SP. R\$ 3,00

Atendimento ao assinante Rio (21) 2323-1000

Demais Estados 0800-707-2000

Horário: 2ª a 6ª de 8h30 às 18h. Sábado, domingo e feriados de 7h às 14h

NOVO PRESIDENTE

Kirchner assume hoje na Argentina

BAHIA

Imagem 13

JORNAL DO BRASIL DESDE 1891
www.jb.com.br

ANO 113 ☆ Nº 47 RIO DE JANEIRO ☆ DOMINGO, 25 DE MAIO DE 2003 1ª SEGUNDA EDIÇÃO

domingo NA REVISTA NOVIDADES PARA UM SORRISO MELHOR

INFORME ECONÔMICO 84 HIDRELÉTRICAS ESPERAM A APROVAÇÃO DO IBAMA A14

CONTRA-ATAQUE CHIQUINHO DA MANGUEIRA E O COMBATE AO TRÁFICO C2

Lula admite que pratica juro de FH

Em Cuzco, no Peru, falando durante a 17ª Cúpula do Grupo do Rio, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que o Brasil ainda pratica a política de juros da era FH.

— Estamos preparando uma virada na economia. Temos que ter uma taxa de juros compatível com o modelo econômico que queremos para o Brasil. O compromisso é mudar a política econômica — disse Lula.

Sobre as declarações de José Dirceu de que os juros altos sufocam a economia, Lula afirmou que o ministro pode falar "o que quiser". Voltou a atacar o protecionismo dos países industrializados, criticando o que chamou de "subsídios milionários e medidas de defesa comercial arbitrárias". PÁG. A6

■ EDITORIAL: SOCIEDADE DIVIDIDA: PÁGINA A18

Conselho da Varig cai e fusão decola

ALBERTO KOMATSU
REPORTER DO JN

A Varig deu ontem o primeiro passo rumo à maior reestruturação administrativa de sua história e sinaliza que está disposta a acelerar o processo de fusão com a TAM.

Durante assembleia no Hotel Glória, o poder máximo da

empresa, o Colégio Deliberante da Fundação Ruben Berta, formado por 220 funcionários, destituiu seus sete representantes, que pertenciam ao Conselho Curador da FRB. Yutaka Imagawa, tido como um empecilho à união com a TAM, deu lugar a Norberto Hoffman.

■ AVIAÇÃO: CONTINUA NA PÁGINA A15

A GUERRA DO RIO

Ministro do STJ é espancado por ladrões

Bandidos invadem casa do juiz Fux

JOANA DALE E SÁBINA NETTO
ESPECIAL PARA O JN

O ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Luiz Fux, de 50 anos, é mais uma vítima da violência no Rio. O juiz foi agredido a golpes de marreta nos joelhos e no rosto por quatro assaltantes que invadiram seu apartamento na Rua Dias da Rocha, em Copacabana, às 21h de sexta-feira. Fux foi internado no Hospital Copa D'Or, e deverá receber alta amanhã.

■ AGRESSÃO A JUIZ: CONTINUA NA PÁG. C1

■ UNIVERSITÁRIA É MORTA EM FALSA BULTE: PÁGINA A21

■ EDITORIAL: AGREDIDOS E HUMILHADOS: PÁGINA A18

ABATIMENTO: Rodrigo e Mariana, filhos do juiz Luiz Fux, ao saírem, ontem à tarde, da 13ª DP. Seu pai está internado na Copa D'Or, com hematomas na face, no couro cabeludo e no joelho esquerdo. PÁG. C1

LIÇÕES DO PASSADO

Parente defende a autonomia das agências

Pedro Parente: elogios à ministra da Energia e advertência

Ex-ministro-chefe da Casa Civil e coordenador da Câmara de Gestão da Crise de Energia, ao apagar as luzes do governo FH, Pedro Parente recorre às lições do raciocínio de 2001 para advertir sobre o risco de a atual reformulação do setor elétrico eliminar conquistas como a estrutura regulatória das agências.

Mesmo assim, defende a proposta da ministra Dilma Rousseff de fortalecer a pasta das Minas e Energia. PÁGINA A24

■ A ÚLTIMA CARTADA DE NIZAN GUANARES: PÁGINA A17

ONU: sede e fome no Brasil são alarmantes

Relatório pede prioridade ao acesso à água

DIEGO ESCOSTEGUY
DA SECURUS DE BRASÍLIA

BRASÍLIA — Documento do Projeto Nacional de Relatores de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais e Culturais, feito em parceria entre a Secretaria Especial de Direitos Humanos e as Nações Unidas, recomenda ao governo brasileiro que "acelere" o processo de criação de uma política nacional de segurança alimentar. O estudo vê com "preocupação" a "ênfase exagerada" do governo em garantir à população apenas acesso aos alimentos.

O relatório é uma radiografia da situação da fome e do acesso à água e à terra no Brasil. No começo deste mês, ele foi apresentado em Genebra, numa reunião da Comissão de Direitos Humanos da ONU.

■ ÁGUA: CONTINUA NA PÁGINA A3

SONHO ARGENTINO

Brasileiro não sabe quando se aposentar

Valor de benefícios assusta

NICE DE PAULA
REPORTER DO JN

Enquanto a reforma da Previdência do governo Lula ocupa o centro das discussões, a maioria dos trabalhadores brasileiros ainda não se deu conta nem das mudanças nas regras da aposentadoria que foram feitas pelo governo passado e que se concentraram nos trabalhadores do setor privado, pagos pelo INSS.

Mas, na hora de pedir a aposentadoria, os trabalhadores começam a sentir esse impacto. Há casos em que a redução no valor dos benefícios

é tão grande que muitos devolvem o dinheiro já depositado pelo INSS para contribuir mais tempo e elevar o valor.

■ APOSENTADORIA: CONTINUA NA PÁGINA A20

Este jornal está cheio de boas notícias:

BAHIA

NESTA EDIÇÃO

Viagem
Horário da Hora
Os meus quilômetros

O TEMPO

25 de maio
Temperatura
Máx. 28
Mín. 22
Máx. 28
Mín. 22

ÍNDICE

OPINIONÁRIOS A2
INFORME JB A6
MUNDO A7
ECONOMIA & NEGÓCIOS A10
INDICADORES A17
EDITORIAL A18
CARTAS A18
OUTRAS OPINIÕES A19
MUNDO JB A20
BOLSA A21
PIB A21
TEMPO C3
ESPORTES C5
MÚSICA E LITERATURA C7

Venda avulsa
RJ: R\$ 3,00
MG, ES, SP: R\$ 3,00

Atendimento ao assinante
R\$ (24) 2323-5000

Diário dos Estados
0800-707-2000

Horário: 2ª a 6ª de 6h30 às 18h. Sábados, domingos e feriados de 7h às 5h.

JB, 25 mai. 2003, 2ª edição

Diante de uma representação estereotipada, que invariavelmente põe o favelado em dois extremos — o pobre-coitado ou o bandido — chama a atenção a reportagem publicada no

Jornal **O Globo** no dia 06 de abril de 2003, sobre o balanço dos 100 primeiros dias do governo Lula. O texto põe lado a lado economistas, líderes sindicais e da indústria, personalidades ligadas às causas sociais e a gente comum que ajudou a eleger o novo presidente. Três personagens são favelados.

Um deles é o vendedor Edmilson Laurentino, morador da Baixa do Sapateiro. Calçando chinelos de dedo, vestindo camiseta e bermuda, ele é fotografado à porta de uma construção com tijolo aparente, uma imagem que em tudo enquadra a favela a partir da carência. Mas seu discurso destoa frontalmente dessa representação social. Em vez de reivindicar melhorias ou reclamar da própria situação, faz uma análise lúcida sobre a política econômica e seus reflexos sobre o grau de investimento internacional (Imagem 14).

[...] Aconteceu o contrário do que as visões pessimistas previam: o dólar está caindo e o risco-Brasil já está em menos de mil pontos. Para cair ainda mais, chegar ao patamar da Rússia, por exemplo, precisa das reformas tributárias e da Previdência. Será que o Congresso vai fazer isso? (BONS ..., 2003)

Embora seja “natural” e desejável que o eleitor possa expressar sua opinião a respeito de seus governantes, não é comum ver este tipo específico de eleitor falando a respeito de temas complexos, ao lado dos especialistas no assunto. Acreditamos que hiper-visibilidade da pobreza, proporcionada por um presidente pobre, cria condições para que outras vozes possam participar do debate político nos termos propostos. Debater a pobreza a partir de um repertório que não desqualifica ou relativiza a opinião do pobre cria novas representações e democratiza o discurso jornalístico.

por ela. É a partir do repertório da violência que o valor estético – ou ético – de muitas iniciativas artísticas é reconhecido. Analisar a emergência destas questões requer, necessariamente, uma reflexão a respeito da relação ambígua dos moradores da cidade formal com a violência ou sua representação estetizada.

Bentes, (2002) produziu uma das mais instigantes reflexões a respeito do tema, tendo em vista uma série de filmes e documentários lançados entre os anos 1990 e 2000, entre eles o emblemático “Cidade de Deus”, de Fernando Meirelles, cuja repercussão capturamos em nossa amostra. Para pensar as imagens da pobreza contemporânea no circuito audiovisual, a autora parte da Estética da fome, o manifesto-documento escrito por Glauber Rocha em 1965 contestando a representação do sofrimento Latino-Americano num discurso humanista folclorizado e paternalista, que conduzia a um “choro conformado” (BENTES, 2002, p. 244).

A questão proposta por Glauber é “como mostrar o sofrimento, como representar os territórios da pobreza, dos deserdados, dos excluídos, sem cair no folclore, no paternalismo ou num humanismo conformista e piegas?” (BENTES, idem), seguida de uma questão estética, que seria a de encontrar os recursos dramáticos e cênicos para expressar esse sofrimento de modo a colocar o espectador dentro da ação, não apenas da cena. A Estética da fome é a resposta política, ética e estética, “capaz de criar um intolerável e um insuportável diante dessas imagens” (BENTES, idem).

O contraponto desta proposta política adotada pelo cinema novo na cultura contemporânea é a “cosmética da fome”, que substitui o corpo-a-corpo com o real pela câmera que surfa sobre a realidade. O *favela-movie* aposta na narrativa clássica dos filmes de gangster, acrescentando porções de velocidade e movimento dos cliques da MTV para dotar de ritmo as histórias. A favela surge nos filmes como lugar exótico, proporcionando um passeio seguro e surpreendente pelo território do outro. Um cinema que fala do local com uma linguagem global.

Diferente da pobreza referida no Cinema Novo não há lugar para piedade ou cumplicidade nestes produtos midiáticos: trata-se da mera contemplação dos pobres em guerra contra eles mesmos, uma violência destituída de sentido, que chega à pura espetacularidade em “Cidade de Deus”.

Outra questão levantada pela autora nos interessa particularmente para entender as condições em que reportagens sobre a “cultura da favela” aparecem no período é a emergência de um mercado para os discursos periféricos. A ascensão de uma estética

periférica – da música ao vocabulário - alimentou um mercado de consumo das produções típicas da favela.

Os significados para o sucesso destas produções, portanto, são múltiplos, mas as condições em que emergem, sem dúvida, são as de uma cena midiática repleta das imagens da favela, cada vez mais espetaculares e cinematográficas. Nas matérias sobre cultura que localizamos estão em jogo as duas representações destes territórios – o exótico e o repositório da cultura popular, autêntica. O choque entre o arcaico e o moderno, que está intrinsecamente ligado à favela, e é constantemente recuperado pela indústria cultural, gerou uma curiosidade em torno das produções, e por que não dizer uma surpresa, com sua qualidade técnica e artística.

A favela como fonte de uma cultura exótica é representada em textos como “Os bacanas sobem o morro”, publicado em 29 de setembro de 2003, no Jornal **O Globo**, na coluna Gente Boa, um bom exemplo, aliás, da ascensão de novos tipos e personagens à cena midiática. Espécie de coluna social alternativa, ela coloca lado a lado o mundo das celebridades tradicionais – atores, esportistas, músicos – com a gente comum dos subúrbios e favelas, por si só um indício de ascensão da periferia à cena midiática.

Na nota, Joaquim Ferreira do Santos conta como foi a festa de lançamento do CD de um grupo da Rocinha, o Pur’Amizade, “descoberto” pelo então ministro da Cultura, Gilberto Gil. A ‘intimidade’ do repórter com a geográfica local e a presença de tantos nomes da cena midiática criam uma representação glamourizada da favela, bem diferente daquela presente nos relatos policiais.

O exemplo típico da segunda abordagem – a favela como repositório de uma cultura autêntica – é atualizada em reportagens como “A vitoriosa umbigada da Serrinha”, publicada na capa do jornal **O Globo**, no dia 23 de junho de 2003. O texto recupera a história de uma tradição cultural que resistiu e se modernizou, conquistando admiradores nos círculos da alta cultura, transformada em espetáculo para consumo no Teatro Carlos Gomes, no Centro da Cidade.

Em ambos os casos, o caderno de cultura aparece como refúgio de uma representação que passa ao largo da violência, e mesmo ignora a violência, realçando sua integração ao tecido social pelo viés da cultura. Em 2002, vários outros exemplos de notas, reportagens e entrevistas no Segundo Caderno enfatizavam essa representação, como a notinha sobre o tombamento da primeira casa construída na Rocinha, publicada na coluna de Ancelmo Gois,

em 04 de dezembro, ou a entrevista com André Midani, ex-homem forte da indústria fonográfica internacional, que declara:

[...] Hoje a universidade não tem nada a dizer para a gente. Artistas como Nara Leão, Geraldo Vandré e Carlinhos Lyra eram da classe média, mas diziam que as classes menos favorecidas tinham que ter seu próprio discurso. Como não tinham, tornaram-se porta-vozes da desgraça dos outros. Atualmente, o discurso está nas favelas. (A MÚSICA ..., 2002)

Embora pequena, e decrescente, a participação de matérias que enquadravam a favela pela cultura criaram um ruído na representação hegemônica, problematizando o discurso do senso-comum e apresentando questões ligadas a um universo cultural popular entre a tradição e o pop. Em 2002, 15% da amostra de **O Globo** trouxeram o enquadramento. Em 2003, 9%. No ano seguinte, apenas 2%.

No **Jornal do Brasil**, essa representação da favela ligada a questões de cultura apresenta-se ainda mais acanhada. Em 2003, melhor ano da *favela-cult*, localizamos três matérias sobre artes cênicas, totalizando 15% da amostra. Duas delas se referem à reportagem sobre um workshop promovido pela companhia americana Forsythe, do coreógrafo William Forsythe, para um grupo de 20 jovens da Maré. Nem a matéria nem o workshop propriamente aconteceram na favela, mas evocaram todo o repertório da favela a partir da cultura popular:

[...] Durante o aquecimento do workshop, eram os meninos oriundos das favelas cariocas que davam a partida nos exercícios. Evocavam os gestos do funk, saltos do rap e toda a ginga genuína das referências populares. Forsythe assistia com sorriso rasgado no rosto. (Forsythe ..., 2003)

Menos estereotipada, a produção teatral do Nós do Morro ganhou espaço na coluna social de Heloisa Tolipan, no dia 19 de dezembro de 2004 (MORRO ..., 2004). O espetáculo divulgado também aconteceu no asfalto, mas chama atenção nestas iniciativas da favela nos palcos e nas telas a temática das produções, que giram em torno do cotidiano da população favelada, em situações do morro ou do asfalto.

Embora tratem da violência, falam a partir de outra perspectiva, enfocando a vitimização do favelado pelas forças policiais e por sua própria condição social, como atesta o nome do CD da banda Stereo Maracanã, que caiu nas graças de Tárík de Souza no dia 28 de junho de 2002: Combatente. Dão um nó no repertório da violência, problematizando as construções do senso-comum a respeito de vítima e bandido nas relações favela x asfalto.

Aos poucos, porém, a favela autêntica-exótica dos cadernos de cultura, que emergiu no início da década em produções dos próprios moradores, sucumbiria à representação hemônica, criada em produtos midiáticos da ficção ou da realidade. Ao final, prevaleceu a mensagem de Cidade de Deus, cuja síntese poderia ser condensada pelas palavras do delegado Ricardo Hallack, diretor da Delegacia de Repressão ao Crime Organizado: “Mal prendemos um, aparece outro. Mal morre um, outro aparece. Sabemos que a rotatividade é grande. Enquanto houver consumo, o negócio do tráfico vai continuar” (‘LINHO’ ..., 2002)

3.5 Ainda a guerra do Rio – a cidade sitiada

A “crise” da segurança pública que acompanhou o governo de Benedita da Silva e se agravou com a chegada de Rosinha Matheus faz mais uma vítima em abril de 2003. O Governo do Estado anunciou a substituição do Secretário de Segurança Josias Quintal por Anthony Garotinho. O estopim da crise teriam sido os “boatos” de intervenção federal no Rio.

O que se seguiu à mudança foram dois confrontos – os armados, nas favelas, e os discursivos, na mídia. A politização do combate à segurança pública se deu em torno de três questões principais: discussão sobre a intervenção das Forças Armadas nos morros e favelas do Rio para combater o tráfico de drogas, o desarmamento da população civil e o consumo de drogas no asfalto como financiador do tráfico de armas na favela.

A edição que marca o tom do debate, em ambos os jornais, é a do dia 06 de abril de 2003, a mesma que avalia, no caso de **O Globo** (Imagem 16), os 100 dias de Lula no poder. A capa do **JB** em especial traz uma mensagem bastante clara a respeito das representações da cidade no noticiário que se seguiria e se tornaria cada vez mais violento a partir do ano seguinte: o cerco final a Saddam, manchete principal sobre a Guerra do Iraque, tem sua continuidade na Guerra do Rio, matéria exclusiva sobre o “loteamento” dos pontos de venda de drogas de Copacabana a Ipanema. Na foto, a favela do Pavão-Pavãozinho aparece como um ruído na paisagem entre os prédios de luxo da Zona Sul carioca (Imagem 15).

A metáfora da guerra, como vimos, começou a ser utilizada a partir dos anos 1990 para descrever episódios de violência envolvendo traficantes. A partir de tais discursos, a intervenção das Forças Armadas nas favelas ganhou legitimidade. Nos anos 2000, como vemos na edição do **JB**, “A guerra do Rio” passou a nomear um tipo de cobertura específica,

como uma rubrica, sob a qual diversas operações policiais ou confrontos entre traficantes foram abordados.

Não podemos afirmar que é a primeira vez que a expressão, usada como selo ou antetítulo, aparece no jornal, uma vez que a amostra seleciona algumas datas ao longo dos anos. Mas dentro deste corpus, é a primeira vez que registramos sua utilização.

Em **O Globo**, na mesma edição, as duas imagens se repetem, a da Guerra de Bush e a da Guerra do Rio. A sequência de leitura produz uma construção discursiva bastante

consistente a respeito da relação entre os dois assuntos, embora a expressão “Guerra do Rio” não seja usada diretamente na capa, apenas no interior da edição.

Imagem 16

CONCURSO PÚBLICO DE ANGRA DOS REIS ABRE 370 VAGAS • BOA CHANCE

O GLOBO

Fundador: IRINEU MARINHO RIO DE JANEIRO, DOMINGO, 6 DE ABRIL DE 2003 • ANO LXXVIII • Nº 25.445 • WWW.oglobo.com.br Presidente: ROBERTO MARINHO

REVISTA DA TV

Como os vampiros se divertem na novela

SEGUNDO CADERNO

Hector Babenco debate 'Carandiru'

MORAR BEM

Cães estão ganhando espaço nos condomínios

JORNAL DA FAMÍLIA

Jurandir Freire

• O psicanalista Jurandir Freire Costa diz que a cultura das sensações e a obsessão por boa forma e juventude estão deixando as pessoas deprimidas e incapacitadas para o amor.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Depois da guerra

• Em seu artigo de estreia no GLOBO, o ex-presidente analisa o mundo após a guerra do Iraque. Página 19

Reajuste de plano de saúde deve ser de 7%

• O ministro da Saúde, Humberto Costa, disse que o aumento dos planos de saúde individuais, a partir de maio, ficará em cerca de 7%, mas as operadoras estão pedindo entre 15% e 20%. Página 33

A hora da verdade para a Ferrari

• Michael Schumacher ou Rubens Barrichello: um dos dois tem de vencer o GP do Brasil, hoje, às 14h, para adiar a Ferrari de uma crise por falta de conquistas. Páginas 43 a 46 e Celso Tibério

R\$ 3,00

Os acertos e erros de Lula em 100 dias

Presidente colhe bons resultados na economia e na política, mas descoordenação atrasa o social

• Os primeiros cem dias do governo Lula mostram vitórias na economia e força política no Congresso. Mas o presidente ainda paga o preço de ter inchado o Ministério, o que afeta a área social. O excesso de marketing atrapalhou o Fome Zero e a volta do fisiologismo político paralisa a Saúde. Homem forte do governo, o ministro José Dirceu, em entrevista a HELENA CELESTINO, diz que não há paralisação administrativa nem corporativismo: "Fizemos uma mudança sob controle." Páginas 3 a 15

OPERÁRIOS no lugar onde será construída a ponte de Itinga, no Vale do Jequitinhonha: promessa de Lula

a debush

Tropas americanas fazem incursão ao centro de Bagdá

Tanques chegam ao coração da capital iraquiana e enfrentam resistência

• Os EUA anunciaram ontem que suas tropas chegaram, pela primeira vez, ao centro de Bagdá, com dezenas de tanques, numa missão de reconhecimento. As forças anglo-americanas enfrentaram resistência e pelo menos um soldado ocidental teria morrido. O Iraque nega a incursão, mas o Comando Central dos EUA garante que as tropas já podem se deslocar em Bagdá quando quiserem.

CHICO
CHOQUE E PAVOR

Cartunistas sem espaço nos EUA

• Cartunistas americanos afirmam que a guerra contra o terror decretada pelo governo Bush, desde o 11 de Setembro, tem limitado o espaço para críticas bem-humoradas à política americana. Na Grã-Bretanha, piadas contra a guerra ao Iraque são censuradas. Caderno especial e editorial "Dúvidas cruéis"

Rio gasta R\$ 78 milhões/mês contra tráfico, sem resultados

Polícia apreende menos de 15% das armas e das drogas vendidas nas ruas e nos morros da cidade

• Um levantamento inédito feito pela Secretaria estadual de Segurança Pública revela que são gastos mais de R\$ 78 milhões por ano — cerca de R\$ 78 milhões por mês — no combate ao tráfico de drogas no Rio. A soma equivale a cerca de 70% do orçamento da secretaria este ano. Apesar da mobilização de 60% da polícia na repressão ao tráfico, apenas 15% das armas e drogas são apreendidas. Os gastos incluem os custos de manutenção de 10 mil traficantes que cumprem pena nas prisões do estado. Página 21

Policiais ocupam fazenda de traficante

• Uma fazenda em Mangaratiba, confiscada de um traficante, foi ocupada legalmente por policiais e autoridades municipais, que fizeram nas terras um verdadeiro loteamento irregular. Também um bar em Paraisópolis, tomado pela Justiça de outro traficante, foi ocupado por um oficial do Exército e os cavalos sumiram. Página 22

Ocupação legal: a casa de um delegado em fazenda confiscada do tráfico em Mangaratiba

O pior é a conclusão a que chegamos lendo as duas manchetes: enquanto a Guerra de Bush está perto do fim, a do Rio está longe de acabar, como se apreende da ressalva feita pela redação: “Rio gasta R\$ 78 milhões/mês contra o tráfico, sem resultados”.

A manchete se refere à reportagem sobre os gastos do Estado com a segurança, incluindo salários de policiais e custos do sistema prisional. É uma matéria que constrói um lugar bastante específico para o leitor, o de consumidor, consistente com a relação Estado-cidadão vigente no período contemporâneo. A lógica que rege o texto, portanto, é a de uma prestação de contas ao cidadão-consumidor, que paga um custo alto pela segurança pública, mas recebe um serviço ineficiente.

No interior do jornal, a matéria “A conta da insegurança” (Imagem 17) traz como selo uma imagem de fuzil apontado em direção a motoristas, ao que parece na Linha Vermelha, tendo ao fundo uma favela. Sobre a imagem a expressão “A guerra do Rio”, que será usada nas duas páginas seguintes do noticiário, e voltará a aparecer em outras edições com ou sem a imagem do fuzil. Vale chamar a atenção para o fato de que ao desvincular a expressão da imagem da favela, o jornal não produz um deslocamento do seu significado, mas, ao contrário, reitera a ideia de que é a associação é tão natural que não é necessário mais usar a imagem para explicá-la.

Guerra também é a expressão usada no título do infográfico que ilustra a matéria sobre os custos do combate ao tráfico de drogas (Conheça as finanças da guerra, **O Globo**, p. 21, 06 abr. 2003). Na página 23, outro retrato da cidade em guerra: uma matéria aborda os efeitos da violência sobre o psiquismo infantil. Ao contrário do que se poderia supor, o texto não fala da rotina perversa a que as crianças pobres moradoras de áreas em conflito estão sujeitas, mas da comunidade de pequenas vítimas das classes média e alta que “acompanha tudo pelo noticiário” (COMO ..., 2003).

O gancho da matéria é a morte da adolescente Gabriela Prado Ribeiro, baleada no dia 25 de março quando iria se encontrar com a mãe na estação do metrô São Francisco Xavier, na Tijuca, zona Norte da cidade. A morte é lembrada num pequeno texto, na mesma página, sobre uma passeata que reuniu 2.500 pessoas na Tijuca, para pedir paz.

Imagem 17

Domingo, 6 de abril de 2003 O GLOBO RIO

A conta da insegurança

UM POLICIAL militar aponta a arma para uma favela: as ações de repressão ao crime organizado consomem a maior parte do orçamento de segurança, o que deixa em segundo plano as políticas de prevenção

Combate ao tráfico consome 70% do orçamento da polícia sem obter resultados

A GUERRA DO RIO

Resultado Garcia

Conheça as finanças da guerra

Polícia

O levantamento da Secretaria de Segurança Pública concluiu que a polícia estadual gasta R\$ 938.640.000,00 por ano no combate ao crime organizado. Ou seja, R\$ 78.220.000,00 por mês.

NESSÉ CÁLCULO FORAM COMPUTADOS

O custo do ICR, Instituto de Criminalística Carlos D'Avila, custa R\$ 750,00, a maioria para confirmar se a substância apreendida pela polícia é entorpecente. Para isso, é preciso fazer análises químicas. O do ICR, custa pouco acima de R\$ 800.

ALGUNS EXEMPLOS DE GASTOS

O custo de uma operação, por exemplo, sem exames laboratoriais, é de R\$ 100 e valor hora-trabalho de cada funcionário é de R\$ 130 por hora. Para uma operação com 10 policiais, R\$ 30 por hora de material de consumo, R\$ 630 em equipamentos.

Em setembro de 2002, por exemplo, a Secretaria de Segurança Pública gastou R\$ 2.582.500,00 na compra de 1.400 fuzis M-16 da fábrica americana Colt, para combater o crime organizado.

O ORÇAMENTO DA SEGURANÇA

O valor pedido para a Secretaria de Segurança Pública neste ano é de R\$ 1.360.620.992,00, dos quais R\$ 1.238.422.000,00 estão comprometidos com o pagamento de pessoal, R\$ 70.771.599,00 com custos de manutenção do órgão e R\$ 51.427.393,90 destinados a investimentos (fidelidade, compra de materiais e equipamentos permanentes, compra de armas, criação de novos serviços).

equipeiros militares (armas de guerra, como bazucas), análises, seqüestros e roubos de cargas. Não foram computados os gastos com interceptações telefônicas autorizadas pela Justiça, transcrições das gravações, exames de contaminação de vases nem com munição — hoje, a cada dez tiros, nove são com balas perdidas. Também não foram somados os gastos com tratamento de policiais feridos em confrontos nem os com tratamento de pessoal.

Para o pesquisador Inámar Martins, da FIC, é preciso considerar também o que o estado deve de arcuar com as ações criminais de traficantes. E mais: os custos com os processos no Ministério Público e nos Juízes Criminais. No cálculo do professor Dr. Trézenta, especialista da violência, se aproximam do que está sendo investido pela Secretaria de Segurança. Segundo ele, a polícia gasta 700 milhões por ano para reprimir o tráfico.

Na estrutura da Secretaria de Segurança estão envolvidos diretamente no combate ao crime organizado a Subsecretaria de Inteligência (SSI), o Centro de Inteligência da Polícia Civil (Cinpol), a 2ª Seção do Estado-Maior da Polícia Militar, a Coordenação de Recursos Especiais (Cerve), as Delegacias de Repressão às Ações Criminosas Organizadas (Draco), de Repres-

ção a Entorpecentes (DRE), de Roubos e Furtos de Automóveis (DREA), de Roubos e Furtos (DRF), de Roubos e Furtos de Cargas (DRFC), Anti-Saque (DAS), de Repressão às Armas e Explosivos (DRAE) e Polímer, além do Bope.

O presidente da Associação dos Delegados de Polícia (Adelpol), Waldemar Roach, lamenta que o Orçamento da Segurança, assinado em 1999 com prazo de dois anos, não tenha sido renovado. O combate ao crime organizado está previsto na legislação brasileira. Mas o secretário de Segurança, Aníbal Quintanilha, afirma que o estado até agora não recebeu um só tostão desse contrato. O acordo previa o repasse de 30% do arrecadado nos fidejuss dos leilões das drogas traficadas, mas o governo estadual teria que financiar o leilão. Nenhum leilão foi feito. Agora, o governo estadual quer renovar o contrato.

O chefe da Polícia Civil, Álvaro Dias, diz que o repasse de verbas federais para combater os gastos da polícia estadual. A coordenação da Central de Inquirição do Procurador Geral de Justiça, Mônica de Pina, explica que o tráfico e o contrabando de armas já são considerados crimes transnacionais. São produtos que, em sua maioria, vêm de fora e percorrem rotas que atravessam vários estados do país. Esta é a alegação principal usada pelo governo estadual para revidar a assinatura de convênio com repasse de verbas para o combate ao crime organizado no Rio.

O secretário Aníbal Quintanilha sugere a aprovação de emenda constitucional para destinar receita para a área de segurança pública, entendendo o mesmo tratamento dado à educação e à saúde. Além disso, ele quer que a União repasse ao estado R\$ 5 milhões por mês destinados ao custeio das ações desenvolvidas pela polícia fluminense na prevenção e repressão ao tráfico. O secretário reivindica ainda que a polícia estadual passe a controlar e fiscalizar as empresas de segurança particulares, atribuição da Polícia Federal. Segundo Dias, 50% das armas compradas por essas empresas vão parar nos arsenais das instituições, por meio do trabalho no porto.

Segundo dados da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Vigilância, no Rio existem 213 empresas com o total de 41.273 empregados. Este número sobe para perto de 150 mil seguradoras se considerarmos as empresas clandestinas.

GRILAGEM CHAPA BRANCA EM TERREIRAS DO TRÁFICO

na página 27

UMA PROPOSTA DE CONVÊNIO COM 15 ITENS

São os seguintes principais itens das novas propostas do estado para renovação de convênio com a União para o combate ao tráfico:

1. Composição na execução dos serviços de prevenção e repressão ao tráfico de entorpecentes.
2. Emenda constitucional destinando recursos para segurança, como já existe para educação e saúde.
3. Exatidão a organização institucional dos órgãos responsáveis pela segurança a fim de garantir a eficiência de suas atividades.
4. Alteração do prazo legal para a entrega judicial, hoje de 15 dias, para 30 dias, renovável a critério da autoridade judicial.
5. Edição de dispositivo legal que estabeleça obrigatoriamente as empresas permissionárias e concessionárias de serviços públicos disponibilizarem aos órgãos de segurança acesso imediato aos cadastros de seus usuários, obrigando todas as operações de Internet a manter cadastro atualizado.
6. Edição de dispositivo que estabeleça regras para telefones, controle e localização de atividades de entretenimento e diversões públicas pela polícia estadual (seção do Departamento de Controle e Fiscalização de Bônus Públicos).
7. Promoção de reuniões na delegacia para aplicação de penas em casos para quem pratica crimes contra pessoas ou em razão de sua condição.
8. Recurso integral para o estudo de gênero e bens, valores e material ilícito apreendido.
9. A União disponibilizará dados estatísticos e os recursos financeiros, bem como o repasse de recursos liberados necessários à implementação dos serviços de prevenção e repressão ao tráfico.
10. A União deverá implementar cursos de aperfeiçoamento dos profissionais estaduais de segurança de âmbito nacional e internacional, voltados ao controle do tráfico.
11. Promover a integração dos sistemas de inteligência da União (leis e militares) com os seus centros estatísticos, disponibilizando os recursos necessários ao atendimento de fato.
12. Implementar programas para melhorar as condições sociais dos policiais, priorizando habitação, saúde e educação.
13. Combate profissionalizado de redes de segurança máfia, para combater a rede judicial.
14. Deixar ao estado a custeio das atividades de segurança pública.
15. A União deverá repassar imediatamente R\$ 5 milhões destinados ao custeio das ações de prevenção e repressão ao tráfico, com verbas necessárias ao cumprimento do convênio.

NO GLOBO ON LINE.

Que notícias devem ser adotadas no combate ao crime? Opine www.globo.com.br/rio

O Globo, 6 abr. 2003

O Jornal O Globo, porém, já usara a expressão “A Guerra do Rio” em outras matérias, como se conclui analisando a coluna de Gois, do dia 05 de abril, embora, neste caso, esteja lá para lembrar que numa guerra há vítimas dos dois lados. A nota traz “o número de baixas no

exército dos bandidos em confronto com as tropas da polícia” e revela o crescimento entre 1998, último ano do governo Marcello Alencar, e 2002, último ano de Garotinho-Benedita: 165%. Também neste caso não é possível identificar quando a expressão passou a ser utilizada. Mas podemos analisar em que situações voltará a aparecer.

Em ambos os casos, trata-se da ação do Estado contra o tráfico de drogas, especificamente. Embora estejam no horizonte outros conflitos provocados pela disputa por pontos de venda e atentados de bandidos no asfalto – como os ocorridos no dia 24 de fevereiro, que ficou conhecido no noticiário do ano como a Segunda Sem Lei.

Neste contexto de guerra começam a tomar forma três campanhas para reduzir a violência: o desarmamento da população civil, o combate ao consumo de drogas e a redução da maioria penal. Em todas elas, o que está em jogo é a adesão da sociedade, seja para encampar a ideia, alterando seus hábitos, seja para endossar politicamente uma mudança na legislação.

Nos dois primeiros casos, o argumento é parecido: quem compra armas ou consome drogas financia o poder de fogo dos bandidos. Da mesma forma, o que se pretende, nas duas abordagens, é conectar o consumo à violência, como se apreende do trecho de uma das reportagens sobre a compra de drogas pela classe média no asfalto: “[...] Quem usa drogas está financiando a próxima remessa e a compra de armas, mas muitos não se dão conta disso porque comprem de pessoas muito parecidas com eles” (O VÍCIO ..., 2003)

Já no dia 23 de junho, a segunda questão vem à tona, na entrevista com o sociólogo Luiz Antonio de Souza, da PUC. Em “O maior problema são as armas leves”, ele apresenta as conclusões de pesquisas sobre violência e conclui que o desarmamento é uma das medidas necessárias para a redução da violência, reiterando o discurso da campanha “Brasil sem armas”. A discussão levaria, mais tarde, ao referendo sobre a proibição da venda de armas de fogo no país, ocorrido em 23 de outubro de 2005.

Já em relação à maioria penal, a sociedade é convocada a opinar sobre a necessidade de mudança na legislação, de maneira a inibir a criminalidade entre menores de 21 anos. A discussão, que aparece na pesquisa pela primeira vez na reportagem “Uma juventude fora-da-lei”, em 23 de Junho de 2003. Na reportagem, discute-se a aplicação das penas aos menores de idade e a capacidade do Estado de reinseri-los na sociedade diante de tantos dilemas pessoais e familiares enfrentados pelos jovens infratores. Mas, como um boxe da matéria deixa claro, “a inocência entre eles há muito ficou para trás” (A TRISTE ..., 2003).

O tema voltaria às páginas do jornal em outros momentos, de maneira mais explícita, como em “Maioridade aos 16 anos divide igreja e judiciário”, manchete de capa do dia 15 de novembro do mesmo ano.

Mas enquanto se discute no plano político o compromisso da sociedade com o combate da violência, em que todos têm um papel a desempenhar, ganha corpo, mais uma vez, o discurso que reitera o papel do Estado na contenção dos riscos. Neste caso, a possibilidade de uma intervenção federal com o emprego das Forças Armadas no combate ao crime. Mas, desta vez, a discussão não se encerra com a entrada das tropas nas favelas, já empregadas em outros casos: se estende ao emprego dos soldados no policiamento das ruas da cidade. Entidades de defesa dos direitos humanos são convocadas a protestar contra a medida, já ventilada no início do ano, e que serviria de estopim para a substituição do secretário de Segurança, na época.

Se “A Guerra do Rio” foi efetivamente nomeada em 2003, em 2004 ela apareceria nos jornais analisados com mais intensidade, produzindo uma atmosfera de medo e insegurança para toda a população da cidade. Note-se que estamos falando aqui a respeito de dois fenômenos: o primeiro é a violência que atingiu a cidade naquele ano. Segundo levantamento do próprio **O Globo**, a partir das informações fornecidas por sete batalhões da PM e pela Inspetoria da Polícia Civil, havia na cidade 92 favelas “onde viraram rotina os conflitos entre policiais e bandidos ou entre os próprios traficantes. Esse número representa 18% do total de comunidades carentes”, o que é bastante, mas não suficiente para declarar uma guerra no Rio. (FAVELAS ..., 2003).

O segundo fenômeno é a visibilidade da violência e sua relação com a cultura do medo instaurada na cidade. Esta, sem dúvida, tem relação direta com as áreas em que confrontos aconteceram e seu papel estratégico na geografia da cidade. Como a própria matéria resume:

A guerra do tráfico transbordou do morro para o asfalto em vários pontos do Rio, como em Vila Isabel, onde no mês passado traficantes enfrentaram a PM nas ruas do bairro e foram fotografados circulando com fuzis nas mãos. Na guerra entre as quadrilhas da Rocinha e do Vidigal, a violência também chega ao asfalto e frequentemente a Avenida Niemeyer é fechada por causa dos tiros. No Centro, quadrilhas instaladas em várias favelas travam uma das mais violentas guerras pelo controle do tráfico. (op. cit)

As disputas por controle de pontos de venda de drogas em regiões centrais, ou tradicionais redutos das classes média e alta, obtiveram ampla cobertura na imprensa de todo o país. Na matéria citada, a metáfora guerra foi usada nove vezes para referir-se aos confrontos.

Já em 23 de janeiro de 2004, **O Globo** voltaria a usar a expressão “A guerra do Rio” como ante-título da página que reporta dois episódios violentos na cidade, um na Favela Três Pontes, em Santa Cruz, e outro no bairro Maré (aqui denominado Complexo da Maré), que é considerado pelo jornal “a faixa de Gaza carioca”, numa referência ao território palestino situado entre Israel e Egito em que a população civil vive em constante clima de guerra, por conta dos confrontos pela posse da região.

Para que não haja dúvidas sobre a situação de guerra vivida na cidade, outra comparação bélica: em “Pior do que no Iraque”, o texto revela que lá, em 24 horas, foram cinco mortes a menos que no Rio. No canto inferior esquerdo da página, a mesma lógica do cidadão-consumidor ampara a pergunta do **Globo online**: O combate ao tráfico é eficaz? Mas é o próprio jornal que dá a resposta, a partir do noticiário.

Chama atenção, em ambos os casos, a representação dúbia dos moradores nas reportagens. Na Maré, “Moradores ameaçaram fechar a Avenida Brasil. Outros lamentavam não conseguir vender suas casas para deixar a favela” (PAVOR ..., 2004), depois do tiroteio que matou um dos homens da confiança de Linho, número um na lista da polícia carioca, após a prisão de Elias Maluco. A foto que ilustra a reportagem revela os corpos dos mortos no confronto, sob os olhares curiosos dos moradores, muitos deles crianças. Não há dor, nem piedade nas expressões, apenas curiosidade.

Já a reportagem sobre a chacina em Santa Cruz, em que nove pessoas foram mortas, o texto expressa a dramaticidade do evento, narrado, a certa altura, a partir do ponto de vista de uma criança, filha de uma das vítimas.

Depois de assistir à mãe Flor de Liz de Souza ser executada pelos dois homens armados que invadiram a sua casa, a filha de 6 anos cobriu o corpo da mãe com um cobertor, abraçou os irmãos e, chorando, foi buscar ajuda na casa de uma vizinha. À tarde, os bandidos voltaram à favela e mataram mais três pessoas. (BANDIDOS ..., 2004).

A imagem de uma moradora desesperada na foto da reportagem é reforçada pela legenda “A mulher de uma das vítimas da chacina reluta a passar sobre um dos corpos”. Mas a despeito da crueldade dos assassinos – a maior parte das vítimas foi morta dormindo, uma delas foi executada diante dos filhos menores – o caso teve menos repercussão que outros similares, como a Chacinas de Vigário Geral e Acari, ou o confronto de policiais e bandidos em Coroadó, todos da década de 1990.

Além do fato de que, como argumentamos, houve um deslocamento discursivo, das vítimas da favela para as vítimas do asfalto, há uma pista no texto que nos sugere outra

explicação: o fato de a casa ocupada pelos moradores assassinados pertencer a um traficante que, expulso da comunidade, voltou em busca de vingança. A inocência dos moradores, portanto, está em xeque. Há duas vozes do discurso, uma que denuncia o desrespeito aos direitos humanos entre a população favelada e outra que aponta para um possível envolvimento das vítimas numa disputa de traficantes. Embora não se construa um conflito claro entre as duas posições, há uma nítida tentativa de explicar o motivo das mortes.

Chama atenção, neste caso, também, uma maior aproximação entre o jornalista e suas fontes. Embora a fórmula “os moradores disseram” prevaleça na narração, e as hipóteses para explicar o caso apareçam na voz na polícia, o texto revela a presença do repórter na cena do crime, indicando que a proibição de entrar na favela, após a morte de Tim, não se estendia a todo o Estado. Em alguns lugares, e em determinados momentos, de acordo com o interesse da ocasião, os jornalistas tinham acesso às favelas. Como consequência, a narrativa incorpora a perspectiva dos moradores, com uma descrição detalhada dos fatos e nomes dos envolvidos.

Diferente da narrativa de Santa Cruz, a da faixa de gaza carioca deixa pouco espaço para a expressão dos moradores. Prevaecem as vozes da polícia, e as principais vítimas estão no entorno da favela, como se vê na página seguinte. Sempre com o ante-título “A guerra do Rio”, as reportagens “Rotinas se alteram pelo medo da Linha Amarela” e “Fechamentos da pista e tiroteios pelo caminho” mostram os transtornos causados pela violência nas favelas aos moradores da cidade formal, obrigados a cruzar os territórios proibidos.

Outros episódios reiteram a representação dúbia dos moradores da favela no meio da Guerra do Rio. Em 15 de outubro, um dia após a morte de Irapuan David Lopes, o Gangan, chefe da venda de drogas no Morro do Zinco, no Estácio, o jornal **O Globo** publicava a reportagem “Gangan é sepultado com gritos de guerra”. A narrativa representa o bandido como o herói morto da favela, e os moradores presentes ao enterro, como seus admiradores.

[...] Mais de 300 pessoas, em sua maioria mulheres, crianças e adolescentes, lotaram Kombis e ônibus alugados para comparecer ao velório e ao sepultamento do bandido de 35 anos, morto anteontem numa suposta troca de tiros com policiais civis no Morro de São Carlos, no Estácio.

[...] O grupo ainda cantou trechos do Hino Nacional e do Hino do Flamengo, adaptando a letra para aclamar o traficante como herói.

E para reafirmar a periculosidade do grupo, utiliza a fórmula que seria repetida inúmeras vezes, em textos e imagens, na cobertura de manifestações públicas de favelados durante a década: “(...) Mais de cem policiais militares e civis foram mobilizados para evitar tumultos no cemitério e nas vias de acesso” (GANGAN ..., 2004). A ideia de um morador de

favela desajustado à ordem da cidade, baderneiro, violento, incapaz de expressar suas causas de maneira racional, permeia esta estrutura discursiva e legitima a ação policial.

No **JB**, a representação é relativizada pelo reconhecimento de que se trata de um grupo carente de lideranças e abandonado pelo Estado. Nem por isso, revela-se menos calcada em preconceitos e fundadora de estigma.

A área territorial, o tráfico já tinha: os morros e favelas do Rio de Janeiro. O povo, ainda que dividido entre a adoração e o temor, eram os trabalhadores e as donas-de-casa, pessoas de baixo poder aquisitivo que recebem de braços abertos o assistencialismo de traficantes como Irapuan david lopes, 34 anos, o Gangan, morto na madrugada de quarta-feira no Morro de São Carlos. Faltava apenas um hino. Não falta mais.

(...) No enterro de ontem, uma demonstração desse poder: cerca de 20 kombis e quatro vans alugadas levaram mais de 300 pessoas ao enterro. (...) Era uma nação à margem que celebrava seu herói bandido. (HINO ..., 2004).

A ideia de uma nação à margem, que invoca a imagem do marginalizado, carente, se contrapõe a outra, a do marginal, criminoso. O favelado, portanto, transita entre os dois mundos, o da carência e o da marginalidade, que mantém uma relação de simbiose: um alimenta-se do outro.

Ao descrever este mundo à margem, o jornal também constrói uma representação da favela como alteridade radical: esta nação à margem do Rio tem uma área territorial, uma população, uma liderança e até um hino próprio. Não integra a cidade.

Essa representação da favela e do favelado a partir das lideranças criminosas repete uma fórmula já utilizada em outros episódios, como o da morte do Luciano Barbosa da Silva, o Lulu, que controlava o tráfico na Rocinha, considerado o mais rentável do Rio de Janeiro naquele período. Apresentado como um traficante querido pela comunidade, por causa do estilo assistencialista, Lulu foi morto pela polícia, após uma denúncia anônima sobre seu esconderijo. No dia 15 de abril de 2004, em quatro páginas, todas enquadradas pelo ante-título “A Guerra do Rio”, **O Globo** repercute a morte do traficante e faz uma retrospectiva da evolução do tráfico de drogas na cidade.

O episódio reitera as duas representações do morador da favela⁴⁵: se por um lado é vítima preferencial da violência, expressa pela invasão iminente de uma nova liderança, ainda

⁴⁵ Não é à toa que naquele ano um grupo de moradores de favelas criaria o movimento “Posso me identificar?”, que buscava dar visibilidade às mortes e à violação das garantias fundamentais dos moradores de favela. Para conhecer o movimento <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2004/04/277977.shtml>. A angústia dos favelados frente à confusão entre “morador” e “bandido” também se revela de maneira contundente na pesquisa “Violência, crime e polícia: O que os favelados dizem quando falam desses temas?”.

mais tirana, por outro é conivente com o crime, beneficiando-se da proteção e dos favores pessoais de traficantes criados na comunidade.

Estas duas representações se revelam na reportagem em retrancas como “Guerra na favela já causou 12 mortos” (**O Globo**, 15 abr. 2004) o texto reitera a convivência do morador com o crime na favela a partir de afirmações como a do secretário de Segurança, Anthony Garotinho: “Determinei que a polícia cuidasse das principais vias da cidade para evitar manifestações e invasões de comunidades” (GUERRA ..., 2004). A declaração insinua que as manifestações de moradores em protesto pela morte de supostos traficantes haviam se tornado rotina. Em outro trecho, o repórter é o próprio sujeito da enunciação, indicando que presenciou o fato narrado.

Logo que foi confirmada a morte de Lulu, várias mulheres da Rocinha foram para a porta do Hospital Miguel Couto. Encontraram o hospital cercado por soldados do Bope do 23º BPM. Chorando e criticando a ação da Polícia Militar, elas disseram que o traficante fora executado. Segundo a polícia, as mulheres são viúvas do bandido. (idem)

Já na matéria “A Rocinha agora está nas mãos de Deus”, o texto revela a situação vulnerável dos moradores, expostos à ação dos humores e personalidades dos traficantes. Como declara a ex-diretora da Secretaria Nacional de Segurança Pública e professora da Universidade Cândido Mendes, Jaqueline Muniz, “os moradores da Rocinha terão que se adaptar, pois vivem sob o ‘império do medo’” (A ROCINHA ..., 2004).

Entre a convivência e a inocência, emerge uma representação cheia de nuances, cuja fragilidade também se revela a partir dos números. Na página 13, na reportagem “Renda baixa e pouca escolaridade”, o leitor descobre que “os moradores da Rocinha têm a quarta menor renda da cidade (R\$ 434), superando apenas a dos moradores das favelas do Jacarezinho, da Maré e do Complexo do Alemão”, justamente as áreas mais críticas do Rio.

O Globo dedica 12 páginas à cobertura não apenas do episódio da Rocinha, mas da Guerra do Rio, colocando em cena diferentes questões públicas relacionadas à favela. A violência, sem dúvida, perpassa diversos dos discursos, sendo o enquadramento principal em 19 das 21 reportagens analisadas na edição.

Das 11 páginas dedicadas a questões da favela, nove trazem o ante-título “A Guerra do Rio”. Apenas a página de Opinião, que convida três personalidades ligadas ao mundo da

A pesquisa reitera a preocupação dos moradores em identificar-se enquanto trabalhadores, realizando, assim, um esforço de “limpeza moral” (MACHADO DA SILVA e LEITE, 2007)

justiça para analisar os conflitos da Rocinha, e a crônica de Cora Rónai, no Segundo Caderno, não o fazem. Estas páginas trazem elementos bastante interessantes para nossa análise.

No caso da crônica de Cora Rónai, jornalista precursora na cobertura de assuntos de tecnologia, chama atenção o fato de dedicar uma coluna inteira sobre o assunto, como ela mesma explica, depois que “o tempo fechou sobre a nossa, apesar de tudo e sempre amada, cidade” (Omissão ..., 2004). Como de praxe, sua coluna retrata de que modo assuntos em destaque repercutiram na internet e sua escolha para o tema da semana mostra a relevância que o conflito teve nas redes sociais.

Já a página de opinião revela algumas das interpretações para o conflito e as soluções em estudo, entre elas a construção de um polêmico muro isolando as vias expressas, notadamente os trechos da Linha Vermelha e da Linha Amarela que cortam o bairro Maré, como já visto, a Faixa de Gaza carioca.

Uma voz, em especial, reitera nossa crença de que o uso da expressão “A Guerra do Rio” em determinadas reportagens tem um propósito bastante definido. Irene Khan, secretária-geral da Anistia Internacional, lembrava no seu artigo que

[...] Esta não é uma cidade em clima de guerra, como muitos querem nos fazer acreditar, mas uma cidade que colhe os frutos de anos de negligência social, de arraigada corrupção institucional e da falta de políticas de segurança de longo prazo.

[...] Existe hoje uma rede do medo promovida por elementos da mídia e por alguns líderes políticos que querem que acreditemos que na busca pela 'segurança' qualquer coisa é válida, até mesmo retroceder nos direitos fundamentais que conquistamos com anos de luta. (O FRACASSO ..., 2004)

Embora pareça contraditório, não é uma voz isolada no noticiário. Já discutimos como as diferentes dimensões do discurso – o texto, propriamente, a prática discursiva e a prática social – atuam na produção de sentidos. A defesa dos direitos dos favelados, expressos claramente no artigo analisado, mas também em reportagens que enfocam a vulnerabilidade dos moradores frente à violência dos bandidos e a arbitrariedade da polícia, são produzidos num contexto de contestação da autoridade do Estado, na figura do secretário de Segurança e da Governadora.

É o discurso presente em reportagens como “União decide não enviar tropas para o Estado”, que explicita a incapacidade dos gestores públicos em articular ações eficazes contra a criminalidade, explicitando o jogo político por trás das decisões, já que “(...) Pela lei, o governo só poderia mandar tropas para o Rio se as Forças Armadas assumissem o controle da

segurança pública do estado” (UNIÃO ..., 2004). Isto implicaria, naturalmente, em aceitar a incompetência local para resolver a questão.

Mas o que pretendemos analisar no episódio é outra construção, que se origina numa prática social atravessada pelo medo e que, mesmo reconhecendo a presença de uma cidade partida, coloca de um mesmo lado vítimas do asfalto e da favela, produzindo um sentimento de solidariedade às avessas. Não se trata de afirmar a vulnerabilidade do outro, mas de reconhecer sua própria vulnerabilidade na dor alheia. Invoca-se uma ação enérgica sobre a insegurança na favela para garantir a segurança fora dela.

O melhor exemplo desta construção discursiva está no Caderno Barra do **Jornal do Brasil**, que dedicou cinco páginas ao episódio da morte de Lulu na Rocinha. Na capa do suplemento, duas fotos revelam a representação da favela como território sitiado (Imagem 18). Neste caso, a presença da polícia em uniforme de guerra perante uma população de chinelos de dedo mostra a dramaticidade da situação. A foto do alto da página, em particular, traduz a sensação de medo e impotência dos moradores: um jovem com as mãos na cabeça diante de dois policiais armados.

Mas no texto outros personagens revelam seu medo e perplexidade diante da situação. Sob o título “Vidas roubadas pelo medo”, a matéria relata a mudança na rotina da família Queiroz, vizinha da Rocinha e do Vidigal. “No começo da noite, pais e filhos recolhem-se capitulados pelo risco” (VIDAS ..., 2004). E prossegue narrando a mudança na rotina das famílias da favela. “Na Rocinha, o toque de recolher é ainda mais cedo, quatro da tarde, e famílias também se desdobram para segui-lo” (idem). Embora mesmo no texto fique explícita a diferença das transformações cotidianas, a reportagem afirma: “A mira da guerra iguala favela e asfalto” (idem).

Imagem 18

Barra

JORNAL DO BRASIL QUINTA-FEIRA, 15 DE ABRIL DE 2004

**QUINTA-FEIRA
DANÇA NA BARRA**

O galista Jefferson Gonçalves apresenta-se no Maestro. A noite reserva ainda MPB e rock nos bares da região. **PÁGINA 5**

**MÁQUINAS PODEROSAS
DESFILAM NO RIOCENTRO**

O 2º Salão de Carros Personalizados começa hoje com modelos ao melhor estilo do filme Velozes e Furiosos. **PÁGINA 5**

VIOLÊNCIA
Banho de feridas intangíveis

A dimensão da mais recente banha de violência é muito maior do que os 13 ou mais mortos contabilizados, maior do que o banquete-banque da vez entre serifes do tráfico. Maior até do que a usadia inescapável dos bandidos, proporcional a um programa de segurança nacional não importam os parâmetros, mas a ausência deles, irrita os sentimentos.

Como todas, nossa guerra deixa feridas intangíveis. Vida e alma subtraídas pelo misto de medo e impotência. E a restauração exige urgência, inteligência, cooperação. Menos política e mais ação, a curto, médio e longo prazos. Ou seguiremos retilos.

Vidas roubadas pelo Medo

São Conrado sitiado pela guerra urbana

Muito mais do que os habitantes de São Conrado têm vivido uma semana de terror. A guerra urbana patrocinada pelo tráfico acaba com o sossego de quem reside ali: são reféns da mesma violência que leva o pânico aos que ocupam barracos na favela da Rocinha e causa prejuízos a comerciantes que vivem a clientela desaparecer em meio a rotina de caos.

Não são poucos os moradores do bairro que têm evitado sair de casa após as oito da noite. E há quem mude até o posicionamento dos móveis para sair da linha de tiro. **PÁGINA 6**

OCUPADA por policiais, a Rocinha vive amedrontada sob toque de recolher e a lei da mordada imposta pelo tráfico

Nuvem de terror muda hábitos, mutila o comércio, subtrai o direito de ir e vir

Amanhã faz uma semana que o mais recente capítulo da guerra do tráfico transcalçou nos no cativeiro do medo. Mudamos hábitos, buscamos abrigo tal preta acobardada pelo predador. E, freguesas da chuva de terror não dão conta de arrefecer a ferida exposta, mitigar as sequelas impostas pela insegurança.

Sequelas como a que corta em pedacinhos a rotina da família Queiroz, vizinha da violência que banha a Rocinha e o Vidigal. No começo da noite, pais e filhos recolhem-se capitulados pelo risco. Na Rocinha, o toque de recolher é ainda mais cedo: quatro da tarde, e famílias também se desdobram para segurar. A mira da guerra iguala favela e asfalto.

Moro há muito tempo na Rocinha e nunca havia me sentido tão inseguro, tão desamparado - desabafou P. ao JJB Barra, pedindo anonimato, o semblante carregado de quem passou a dormir debaixo da cama premitida pela roleta do banque-banque.

Enquanto o jogo-de-empurrar político turva a perspectiva de soluções além do esquadrão paliativo, moradores, comerciantes, estudantes e trabalhadores pagam o pato de uma região sitiada pelo medo.

Sob o clima do toque de recolher

Trabalhadores negociam com os patrões a volta para casa mais cedo. Jovens controlam o apetite da saída noturna. Pais afligem-se quando os filhos deixam as asas dos grandes condomínios para enfrentar o mundo até a faculdade (como a PUC, na Gávea). Casas noturnas da Barra amargam queda de até 70% da frequência desde que a violência explodiu na Rocinha, há quase uma semana. Este é o retrato sombrio de uma região dominada pela atmosfera do toque de recolher. **PÁGINA 3**

Amanhã
Ana Ramalho estréia a coluna 'Tudo de bom'
Girando
Santuário em Vargem Grande vira moda
PÁGINA 4

JB, 15 abr. 2004.

Sem ignorar o fato de que os tiroteios efetivamente ameaçam a vida dos moradores ou motoristas no entorno de regiões em conflito, queremos chamar atenção para dois fatos: o primeiro é de que a vitimização do morador do asfalto ganha muito mais destaque nas histórias de medo narradas. O segundo é de que se produz no nível discursivo uma falsa equivalência, uma vez que a probabilidade de tornar-se vítima é bem maior quando se está no centro do conflito. O subtítulo que vai acompanhar a cobertura do episódio nas páginas seguinte é ilustrativo do nosso argumento: refêns do medo.

É o medo da violência, como chamamos a atenção, que une os moradores da cidade formal em torno de uma comunidade de vítimas virtuais da criminalidade que territorializou as favelas. E as várias histórias contadas na edição revelam esta estrutura discursiva, como vemos em matérias como “Toque de recolher tácito” (JB Barra, p. 3), “Quando a casa vira cativeiro” (JB Barra, p. 6) e “Estado de vigília” (JB Barra, p. 3).

Se o recurso às imagens da “guerra” legitimam o discurso que iguala as vítimas do asfalto e as do morro, o editorial da página 02 deixa claro o que as diferencia.

[...] É uma guerra de verdade, travada numa área nobre que serve de abrigo a cidadãos de bem, muitos deles fiéis contribuintes do mais elevado IPTU do Estado.

[...] O morador da Barra e bairros vizinhos que parte em direção à Zona Sul ou ao Centro vê naquele trecho da Lagoa-Barra um obstáculo a ameaçá-lo.

[...] E assim dá-se a divisão: quem mora neste lado do túnel fica por aqui, ou busca trajetos alternativos, ou se arrisca a cruzar a nossa Faixa de Gaza. Quem reside na vizinha Zona Sul faz o mesmo. E ficamos todos refêns de uma violência que há muito passou dos limites.

A cidade está partida não pelo antagonismo asfalto x favela, mas porque a favela tornou-se uma linha divisória que impede o contato entre as diversas áreas da 'cidade'. (A CIDADE ..., 2004)

O texto traz, sem dúvida, uma interpretação bastante particular da cidade partida (VENTURA, 1994), que não faz justiça à referência original, mas expressa de modo contundente a mudança que analisamos. Se no contexto dos anos 1990 a cidade partida referia-se à tentativa de unir dois mundos a partir do protagonismo social das ONGs, nos 2000 aponta para o reconhecimento da impossibilidade de reconciliá-los e para o desejo explícito de eliminá-las da paisagem.

Como também expressa a colunista social Hildegard Angel. Diante dos conflitos na região Rocinha-Vidigal, ela propõem uma eliminação radical das favelas, ao que parece, apoiada por seus leitores:

Gente, vocês não podem imaginar como repercute a ideia lançada aqui, com a apresentação de um projeto inédito de erradicação das favelas de São Conrado.

[...] O fato real é que as favelas nas encostas deixaram de ser apenas um problema grave social. São uma questão de segurança. Isto é, da insegurança, dos cidadãos cariocas, alvos humanos do tráfico armado até os dentes, com seus AR 15 apontados pras suas cabeças, lá do alto das encostas, em posição privilegiada de domínio. (HILDEGARD ..., 2004)

Há, decerto, outras perspectivas sobre o assunto, mas alguns elementos comuns perpassam boa parte delas: a construção, no discurso, de uma relação Estado-consumidor - expressa em trechos como “fiéis contribuintes do mais elevado IPTU do Estado” (A CIDADE ..., 2004); o medo de uma violência difusa, que atinge vítimas aleatórias (VAZ, 2005), diferente da violência dos 1990, que escolhia suas vítimas preferenciais entre empresários e seus familiares; e o reconhecimento de que a favela tornou-se um entrave ao exercício de ir e vir na cidade.

A materialização deste discurso numa ação política deu-se em dezembro daquele ano, que veria ainda muitos episódios de violência envolvendo a morte ou prisão de chefes de tráfico em diversas favelas e a posterior instalação de uma disputa pela posse dos pontos de venda de drogas. Beatriz Kuhn, moradora da Lagoa, resolveu usar a “varanda de sua cobertura para mostrar sua indignação: ela pendurou uma faixa com a palavra 'Basta' e criou o Movimento Basta, contra a violência. Beatriz acha que o sentimento de medo é saudável.” (MORADORES ..., 2004).

Também legitimou o início do treinamento dos policiais da Força Nacional de Segurança, em maio daquele ano, que, ainda sob o impacto da “guerra” na Rocinha, elegeria o Rio de Janeiro como seu primeiro alvo. A solução política encontrada para intervenção no Estado era a composição de uma tropa formada por policiais militares emprestados de vários estados, que estariam sob o comando da autoridade local⁴⁶.

3.5 Eco-limites - a contenção da favela

Entre 1991 e 2000, a população favelada do Rio cresceu 23,78%, segundo o IBGE, com um aumento de 882.483 para 1.092.783 habitantes. No mesmo período, a taxa de

⁴⁶ Vale ressaltar que a Força Nacional de Segurança Pública só veio a atuar no Rio de Janeiro em 2007, sua quarta missão, apoiando a operação preparatória para os jogos Pan-americanos. Encerrado o evento, foi criada uma missão específica para policiamento de pontos turísticos, orla, vias expressas e Complexo do Alemão.

crescimento populacional do Rio foi de 0,38%. Entender a expansão da favela, no entanto, requer um entendimento sobre a questão habitacional do país. Em 2004, o Ministério das Cidades estimava em 7,2 milhões o déficit de moradias brasileiro.

A expansão populacional implicou, necessariamente, no avanço das favelas sobre áreas vizinhas, entre elas manguezais e áreas florestais. A rigor, nunca foi diferente. Boa parte das ocupações ocorreu nas encostas de morros cobertas por Mata Atlântica e regiões alagadiças de mangues e lagoas. A contenção de favelas em áreas ambientais não representou uma mudança de conteúdo na política de erradicação de núcleos favelados, mas uma mudança de argumento. Impedir o crescimento das favelas tornou-se questão ambiental.

A primeira experiência na implantação dos eco-limites ocorreu em 2001, na Rocinha. Em 2004, durante o episódio da morte de Lulu, o secretário municipal de Urbanismo contabilizava 65 edificações erguidas depois dos Eco-Limites. No entanto, não era a habitação a questão principal da reportagem, mas o território sitiado: a presença do tráfico e os conflitos entre traficantes inibiam a fiscalização da prefeitura.

Já em agosto, ambientalistas saudavam o veto de Lula ao projeto de lei que excluía a proteção do Código Florestal das cidades brasileiras. Graças a ele, defendia o texto, o Rio conseguia preservar seus 13% de área urbana não edificada. Embora o texto não explicitasse as ameaças ambientais, a foto principal da página deixa a questão bem clara. Erguida sobre uma encosta, uma favela avança mata adentro. A legenda fixa o sentido da imagem: “A favelização no entorno do Parque Nacional da Tijuca, que teve 115 denúncias de desmatamento” (CÓDIGO ..., 2004). Não há referência sobre a questão da habitação, apenas sobre a questão ambiental (Imagem 19). Nestes discursos, a favela é enquadrada pelo repertório do câncer urbano, mancha na paisagem que alimentou os discursos remocionistas do início do século XX.

A habitação só aparece como questão pública na matéria que faz um balanço da “Era” César Maia, iniciada em 1993, no seu primeiro mandato, e continuada por dois mandatos consecutivos, o primeiro através de seu vice-prefeito, Luiz Paulo Conde, e o segundo, após ser novamente eleito.

O texto relaciona, de maneira direta, o crescimento das favelas, como a Rocinha, que aparece em dois momentos em fotos, em 1992 e em 1994, e a ausência de uma política habitacional eficaz. A promessa de construir cem mil casas populares, a partir de 2000, acabou se concretizando em 28.658 unidades habitacionais. Embora o balanço apareça desvinculado da situação sócio-econômica da cidade e do país, no período, o texto deixa

antever as causas do crescimento, para além da incompetência administrativa dos gestores públicos:

[...] - Viemos para Rio das Pedras há 20 anos. Pagávamos aluguel e, há alguns anos, construímos um barraco no Pantanal. Não temos para onde ir e temos de melhorar nossa casa – diz a diarista Damiana dos Santos. (FAVELA ..., 2004).

Como o depoimento revela, o crescimento das favelas não é obra de três mandatos, mas uma construção histórica arraigada num sistema social econômico perverso e exclusivo. Mas como salientamos, a conexão entre favela e destruição do meio-ambiente é reiterada, não apenas na imagem da Rocinha, como também na afirmação de uma nova zona de expansão em Rio das Pedras, às margens de um manguezal.

De território da carência, o enquadramento mais comum em matérias que abordam a questão da habitação, a favela é enquadrada como mancha na paisagem, nos textos que levantam a questão do meio-ambiente. No **Jornal do Brasil**, a única matéria que levanta a questão da habitação – “Em ritmo de favelização” é enquadrada pelo repertório da favela como mancha na paisagem.

Nesta análise, portanto, se constata que a cobertura jornalística dos eventos ligados à favela concentrou-se quase que exclusivamente sobre as disputas de traficantes e seus reflexos sobre a população do asfalto. Mesmo quando põe lado a lado as vítimas da favela e do asfalto, as primeiras entram em cena para reiterar a vulnerabilidade das últimas, fiéis contribuintes. Institui-se uma relação centrada na figura do cidadão-consumidor, que cobra do Estado mais rigor na punição dos culpados e na contenção dos riscos.

A localização privilegiada das favelas retratadas nas reportagens – Centro, bairros tradicionais da Zona Norte e Zona Sul da cidade - criou um clima de medo e produziu uma representação da cidade em guerra. A Guerra do Rio, que começou a ser construída nos discursos a partir dos anos 1990, tornou-se, de fato, uma rubrica a partir da qual episódios envolvendo as favelas passaram a ser narrados.

Essa maneira de narrar os fatos relacionados à favela – sempre em referência aos comandos e traficantes que dominam a venda de drogas na região – é definida não apenas pela espetacularidade dos eventos, mas a partir de uma experiência jornalística cada vez mais distante do lócus da notícia. Sobretudo após a morte de Tim Lopes, as informações sobre a favela são obtidas a partir das fontes policiais, o que marca profundamente a seleção das informações e a versão de fatos.

Domingo, 19 de setembro de 2004

O GLOBO

RIO • 19

BALANÇO: Problemas de moradia, de mendicância, de desordem na Zona Sul, de transportes e na área de saúde

Favelas mantêm o ritmo de crescimento

Para professor de instituto da UFRJ, solução depende de política habitacional na qual a prefeitura se engaje

Os números e a mudança nas paisagens comprovam que as favelas não pararam de crescer na era Cesar Maia, iniciada em 1993. Fotografia da Associação de Moradores do Alto Gávea, de julho de 1992, comparada com foto da semana passada, mostra o quanto ficou mais ocupado e com prédios mais altos o trecho da Rocinha separado do Parque Penhaço. Dois irmãos por um muro de concreto, de dois metros de altura, erguido na década de 80. Mesmo a favela Bandeira, um, sob o Viaduto de Maria da Graça, destruída pelo fogo em 2001, renasce das cinzas.

Depois do incêndio, a ajuda que a prefeitura nos deu foi uma única cesta básica. Passou um tempo na casa da minha mãe. Não tive alternativa senão reconstruir o barraco — diz Carla Lúcia Silva de Paulo, que vive ali com a filha de 3 anos e o marido desempregado.

Em Rio das Pedras, o avanço sobre o manguezal se deu a partir de 1996. Agora, alguns barracos construídos na localidade conhecida como Pantanal estão virando casas de alvenaria. Como a da família Santos, com 13 pessoas, que está sendo erguida.

Vieram para Rio das Pedras há 20 anos. Pagávamos aluguel e, há alguns anos, construímos um barraco no Pantanal. Não temos para onde ir e temos de melhorar nossa casa — diz a diarista Damiata dos Santos.

População favelada cresceu quase 24% de 91 a 2000

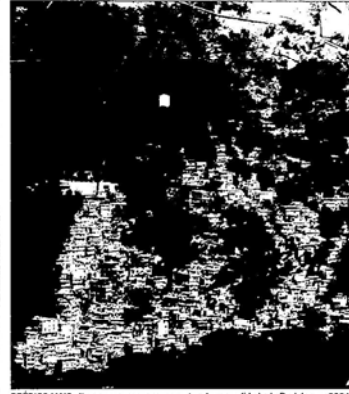
Os censos do IBGE de 1991 e 2000 contabilizaram um aumento de 23,7% na população favelada do Rio, que passou de 882.453 para 1.092.783 de pessoas. Nesse período, a taxa de crescimento anual foi de 2,4% nas favelas e de 0,38% na cidade.

Enquanto não houver uma política habitacional, na qual o município se engaje, com oferta de moradia, as favelas vão continuar crescendo — diz o professor Luiz Cesar Queiroz Ribeiro, do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (Ippur), da UFRJ.

Na campanha de 2000, Cesar Maia garantiu que construída cem mil casas populares. Depois de eleito, reduziu a promessa para 50 mil. A Secretaria de Habitação contabiliza 28.658 unidades habitacionais, incluindo não só casas construídas e em construção, mas também cartas de crédito concedidas e desapropriações.



TRECHO DA Rocinha separado por muro do Parque Penhaço Dois Irmãos em 1992



PRÉDIOS MAIS altos e com menos espaço entre eles: a realidade da Rocinha em 2004

Promessas na área de transportes ficam no papel

Lagoa-Barra ainda espera viaduto

Os engarrafamentos na Lagoa-Barra e as vans que transportam passageiros clandestinamente são exemplos de que o Rio engatinha em transportes. Antes de assumir, Cesar Maia prometeu construir um viaduto na Praça Sibelius para desalugar o trânsito e legalizar as "linhas". A solução para a Lagoa-Barra ficou pelo caminho, como outros projetos anunciados que não saíram do papel, entre eles a construção do Trans-Pan (linha de metrô unindo a Barra aos aeroportos); além de linhas de VLTs no Centro e na Barra.

A tentativa de disciplinar o transporte clandestino não decolou: as linhas de vans não foram licitadas. E mais de duas mil autorizações provisórias foram distribuídas irregularmente em favor da chamada milícia das vans em um esquema que, segundo a polícia, envolveu funcionários da prefeitura. Em 2003, o engenheiro Paulo Roberto da Costa Paiva, que tentava disciplinar o serviço, foi assassinado.

O secretário de Transportes, Aroldo de Oliveira, argumenta que quase todos os projetos foram detalhados. Análise o adiamento dos programas à crise econômica e à demora para a emissão de licenças ambientais, entre outros fatores. No caso do VLT da Barra, será assinado amanhã um contrato com o governo francês para desenvolver o estudo de viabilidade. Quanto às vans, Aroldo alega que pretendia fazer um estudo de origem e destino das linhas, mas destituiu ao saber que o estado preparava um Plano Diretor de Transportes para a Região Metropolitana, que ficou pronto este ano.

"Enquanto não houver política habitacional em que o município se engaje as favelas vão continuar crescendo"

LUÍZ CESAR QUEIROZ RIBEIRO
Professor do Ippur/UFRJ

"De manhã, embaixo dos coqueiros a Avenida Atlântica parece um acampamento"

RODRIGO MAGALHÃES
Sociedade Amigos de Copacabana

Filas e dívidas comprometem a Saúde

Auditorias comprovam problemas

A empresa doméstica Ana Cláudia Vieira Gomes, de 25 anos, já passou madrugadas na fila do Posto de Saúde Alvimar de Carvalho, em Pedra de Guaratiba, para conseguir uma senha que lhe assegure a consulta, após uma espera que pode chegar a oito horas. A situação não é muito diferente para os moradores do Conjunto Bandeirantes, em Vargem Pequena. O posto construído há quatro anos já não funciona, e hoje sequer consta da listagem oficial da prefeitura. A solução é buscar atendimento em outro bairro. Essas casas são exemplos de que a saúde é o setor que tem um dos piores desempenhos da gestão de Cesar Maia, como ele mesmo admitiu publicamente.

O secretário de Saúde, Ronaldo Cesar Coelho, se defende. Argumenta que a pasta passa por uma ampla reforma administrativa e que, em razão disso, ocorrem problemas. Auditorias feitas pelo Tribunal de Contas do Município, porém, indicam outras causas para a crise. Em um dos documentos, os técnicos observam que ocorrem constantemente atrasos no pagamento de empresas de conservação e outras prestadoras de serviço. Em 2004, por exemplo, a saúde iniciou o ano com dívidas (restos a pagar) de R\$ 94,7 milhões com fornecedores. Ronaldo argumenta que a dimensão da rede — são mais de 130 hospitais e postos — justifica os atrasos. Alega também que houve avanços. Cita como exemplo o programa Remédio em Casa, que envia medicamentos pelo correio para pacientes com doenças crônicas.

Aplicações permitem investimentos

A prefeitura recorreu a aplicações financeiras para multiplicar suas receitas nos últimos anos. Graças aos juros, conseguiu fechar 2003 com investimentos de mais de R\$ 500 milhões em obras e outros projetos. O município, porém, só pode manter suas reservas em alta (R\$ 2,9 bilhões no fim de julho) porque em 2002 deixou de recolher à União cerca de R\$ 800 milhões que geraram um passivo que continuasse a pagar suas dívidas com juros de 6% ao ano. Com isso, a taxa cobrada passou para 9% em 12 meses. Para Raul Velloso, especialista em contas públicas, a tática é válida.

Em situações de crise econômica como o país enfrenta recentemente, o administrador é forçado a avaliar o que é melhor: ter recursos para investir de imediato na infra-estrutura que a cidade precisa ou conseguir vantagens a longo prazo — disse ele.

Decretos reforçam normas, mas a desordem permanece na Zona Sul

Banhista sofre com cachorros, frescobol e excesso de camelôs na areia

A série de reportagens "Rio sem Lei" mostra que Cesar Maia não conseguiu pôr ordem na Zona Sul. Apesar dos novos decretos reforçando normas, nas praias cachorros passeiam livremente, banhistas jogam frescobol junto ao mar e camelôs insistem em vender bebidas em garra e alimentos preparados na hora, além de descabecear o limite mínimo de 50 metros de distância entre as barracas. Já nos estacionamento da orla, Kombis servem de depósito de mercadorias.

As infrações cometidas por ônibus e vans extrapolam os limites da Zona Sul, indiferentes a eventuais punições, elas avançam sinais, param fora de balsa e em fila dupla e zigzagam entre os carros.

Os meninos também continuam ocupando sem cerimônia as calçadas, principalmente da Zona Sul e do Centro.

De manhã, embaixo dos coqueiros a Avenida Atlântica parece um acampamento — diz o presidente da Sociedade dos Amigos de Copacabana, Rodrigo Magalhães, que pediu recentemente à Secretaria de Assistência Social que encontre uma solução para os menores.



MENDIGOS DORMEM no Túnel 5A Freixo Alvim, em Copacabana

A secretária diz que, desde outubro de 2003, ampliou o número de vagas em seus abrigos de 1.590 para 2.441 (53%). Mas alega que só pode tirar alguns da rua por convênio.

A manutenção dos corredores reurbanizados pelo Rio Cidade é delicada. Só em dezembro de 2003, a conservação de quatro áreas (Leblon, Ipanema, Botafogo e Copacabana) passou a ser feita por empresas contratadas. Há problemas também nos Rio Cidades concluídos na atual gestão em Ilanópolis, parte dos chuveiros está com defeito.

Revitalização da Zona Portuária é só parcial

Sem a filial do Guggenheim, os investimentos na região prosseguem em ritmo mais lento

Como a ancora do plano de revitalização da Zona Portuária acabou não indo adiante, apenas parte do programa foi deslançada. O prefeito planeja construir uma filial do Museu Guggenheim e gastou R\$ 10 milhões com o estudo de viabilidade e consultorias. O contrato para a execução do projeto foi assinado, mas esbarrou numa liminar judicial.

Na área portuária estão sendo construídas a Cidade do Samba e a vila olímpica da Gamboa. As obras ficam prontas no fim do ano, segundo o secretário de Urbanismo, Alfredo Sirós. O Armazém 5, do Calo do Porto, é usado pela Secretaria das Culturas. O Armazém da Cidadania, na Rua Barão de Teffé, foi reformado.

No meio ambiente, o Rio ganhou o Eco Orla na Praia da Reserva, entre Barra e Recreio. O projeto de urbanização é executado na Praia da Macumba e foi paralisado pela Frema na Praia de Guaratiba. O acesso ao Corcovado também recebeu melhorias, inclusive escada rolante. E o empenho da prefeitura na decisão da União

de ampliar o Parque da Tijuca.

A implantação do Parque do Meadonha criou opção de lazer para moradores da Vila Kennedy e bairros vizinhos. Conhecido como "Piscinão do Cesar Maia", fica próximo ao Complexo Penitenciário de Bangu e é frequentado mesmo em dias úmidos. O espaço conta também com churrasqueiras e trilhas.

Manutenção de parques demora a começar

A conservação dos parques sofre problemas. O Dois Irmãos tem postes mas ainda não tem iluminação.

Havia uma briga antiga com a Light. Agora, a Light está desativando um projeto para lá — diz o secretário de Meio Ambiente, Ayrton Nerez.

A sinalização das Palmeiras está malconservada. Após meses de abandono, o Parque da Cidade está sendo limpo e recebeu novas placas. Mas a vigilância é deficiente.

— A porta fica aberta à noite devido aos moradores da comunidade (Parque da Cidade). Lá acontece de tudo — diz Paulo Bento, morador da favela.

O Globo, 19 set. 2004.

Embora a menção aos comandos seja suprimida no período, a produção de olimpianos do crime — figuras midiáticas ligados ao mundo do tráfico — permanece ao longo da análise, criando-se uma hipervisibilidade do favelado-criminoso em detrimento do favelado-morador.

Esta hegemonia é contestada em matérias sobre cultura, que criam um ruído na representação dominante, colocando em destaque não apenas personagens diferentes, mas histórias que contestam a centralidade da violência na vida destas localidades.

Já os temas ligados ao universo da carência ficam cada vez mais em segundo plano, ganhando visibilidade a partir de questões que se enquadram no repertório da violência. Embora a pobreza volte à pauta, no período, será preciso uma transformação radical na configuração do tráfico para que efetivamente se liberte a pauta. Antes, porém, assistiremos ao aprofundamento da crise de segurança, com a emergência não da metáfora da guerra, já desgastada, mas a do terrorismo.

Capítulo 4 - O ano de 2010

“[...] O Alemão era o coração do mal.” (A senhora ..., 2010)

4.1 A morte do jornal

Antes de iniciarmos a análise do noticiário do ano de 2010, ponto final desta pesquisa, é preciso fazer uma ressalva a respeito do material empírico. Como alertamos já na introdução deste trabalho, o **Jornal do Brasil** sofreu, a partir dos anos 1980, um processo progressivo de perda de publicidade, assinaturas e prestígio junto ao mercado, não necessariamente nesta ordem.

Em 31 de setembro de 2010, a circulação impressa do veículo foi interrompida, a pretexto de uma migração estratégica para o formato online. A morte do jornal era um fato esperado há alguns anos e sua concretização traz muitos significados, para além do esgotamento de um modelo de negócios já falido.

O ano de 2010 condensa, como nenhum outro, o processo de distanciamento do jornal do seu antigo concorrente direto. Se antes rivalizava com **O Globo** na cobertura das questões públicas vistas como mais importantes para a agenda da cidade, como tantos casos ligados às questões de habitação, criminalidade e direitos humanos, agora se refugiava cada vez mais nas reportagens de cultura e comportamento – que afinal sempre tiveram destaque na pauta – e nas questões específicas dos bairros da Zona Sul.

À exceção do noticiário político e internacional, boa parte dele pautado pelas agências de notícia – e de umas poucas matérias de cidade – também pautadas pelos serviços online – o jornal tornou-se frio, quase todo produzido a partir de matérias de gaveta.⁴⁷

Pode-se interpretar esta mudança de várias maneiras e a mais óbvia delas é como um sintoma da decadência econômica, que obrigou o jornal a dispensar boa parte dos repórteres e condenou os poucos que restaram a um jornalismo burocrático, feito quase que exclusivamente dentro da redação. Mas também é possível ler esse aparente descolamento da “realidade” como sintoma da perda da capacidade de agendamento das questões públicas.

Nem todas as matérias publicadas num jornal diário são “notícias”, ou seja, novidades, acontecimentos recém-ocorridos. Mas o tratamento dado a elas e a capacidade de agendamento dos jornais impregna o noticiário deste sentido de novidade, transformando mesmo fatos antigos em revelações, descobertas, o equivalente à notícia. O que transforma o

⁴⁷ Matérias de gaveta são reportagens que, ao contrário das notícias, não envelhecem, podendo ser guardados por longos períodos. Por isto, se constituem num importante recurso para os editores evitarem buracos nas edições diárias.

fato em notícia, portanto, é menos um critério de temporalidade – embora todos os manuais de redação enfatizem a atualidade com um dos mais importantes valores-notícia.

A atualidade, no entanto, é dada pelo próprio jornalismo. Publicar é tornar público e mesmo um fato antigo oculto é novo quando se torna público. É a publicação que cria a notícia, que não existe a priori. Existem fatos, que podem ou não se tornar notícia.

Portanto, o aparente descolamento da realidade, caracterizado por um jornalismo despido de atualidade não é apenas um sintoma da falta de recursos, mas, principalmente, da falta de capacidade de pautar a sociedade.

No caso específico desta pesquisa, o material do **JB** selecionado para o ano de 2010 restringiu-se a apenas sete matérias. Claro que a proposta não é examinar todo o ano, mas a amostra aleatória aponta a tendência de determinado período. Com isso, podemos concluir que as questões ligadas à favela perderam importância dentro da nova proposta do jornal – muito mais focada nos bairros da Zona Sul. Mas a “agenda pública”, como examinaremos a seguir, nunca esteve tão preocupada com a favela, o que evidencia as questões que apontamos até aqui.

Além disso, é preciso relativizar a importância da favela na pauta, uma vez que a circulação do jornal impresso foi interrompida a três meses do final do ano. E ainda precisamos chamar a atenção para o volume de páginas dedicadas à editoria de cidade no jornal.

Considerando que foram seis as edições selecionadas – a do dia 31 de setembro não estava disponível para consulta na Biblioteca Nacional - podemos considerar que o volume de páginas dedicadas à cidade foi drasticamente reduzido e, dentro dele, a favela também perdeu espaço. Pesquisamos em um total de 53 matérias, em 31 páginas, incluindo a cobertura política e a editoria de cultura, e selecionamos sete textos para análise. Ou seja, 13% das reportagens publicadas se referiam à favela de maneira direta.

Para efeito de comparação, numa única edição, a do dia 29 abr., **O Globo** publicou em três páginas de noticiário sete matérias sobre favela. Desta maneira, é preciso relativizar a importância da amostra fornecida pelo **JB** no ano de 2010 para o tipo de análise empreendida – a que aponta para o senso-comum construído nos jornais. Por isto, **O Globo** será nossa referência principal para a análise do período, enquanto o **JB** nos fornecerá material complementar.

4.2 A paz que vem da guerra

Seria impossível escrever este capítulo desta breve história dos discursos sobre favela sem recorrer à imprensa. Considerando que esta é uma história dos discursos na mídia, parece redundante esta afirmativa, mas o que quero dizer é que os fatos analisados são tão recentes que a melhor referência para pensá-los está mesmo na imprensa. Nem o pensamento social, nem os estudos de criminologia produziram ainda um consenso, mesmo que provisório, a respeito do assunto que toma conta das discussões recentes sobre a favela: a pacificação.

Por isso, além das edições selecionadas para a pesquisa, lancei mão de uma série de outras reportagens publicadas ao longo do ano que nos ajudam a pensar o significado da nova política de segurança do Estado e seus efeitos sociais e discursivos – se é possível separar uns dos outros. A proposta deste capítulo é pensar a pacificação não apenas como uma iniciativa do governo, mas como catalisadora de um processo de mudança na imagem e na geografia da cidade, não apenas a física, mas, sobretudo, a das sociabilidades.

Implantada no final do ano de 2008, a política de pacificação de favelas foi recebida de maneira tímida pela mídia, se a compararmos à cobertura de outras ações policiais em favelas, como a Operação Rio. O Morro Santa Marta, em Botafogo, foi o primeiro a receber uma Unidade de Polícia Pacificadora - UPP -, sigla que viria a definir uma nova gramática discursiva a respeito de favelas.

O pouco destaque da mídia às primeiras ações da nova política de segurança do Rio de Janeiro pode ser interpretado como um sintoma da descrença no poder do Estado para combater o “crime organizado” nos morros e favelas do Rio de Janeiro, a partir de uma polícia mal paga e corrupta. Ou talvez expresse uma desconfiança em relação aos números tímidos da operação.

Se pensarmos que, em 1994, o Estado mobilizou 1.500 homens do Exército, Bope e polícias civil e militar para ocupar os morros do Pavão-Pavãozinho e Cantagalo, os 120 recrutas recém-saídos de um curso de policiamento comunitário da PM responsáveis pela pacificação do Dona Marta, em 2008, pareceriam, de fato, insuficientes. O novo modelo de ação, no entanto, inibiu a presença ostensiva de traficantes armados nas favelas ocupadas e inaugurou novas possibilidades para os seus moradores.

À medida que as unidades eram instaladas, acompanhadas de ações sócio-educativas e comerciais, novos espaços se abriam para a favela nos jornais. Mas, ainda que questões como educação, cultura e até turismo ganhassem a pauta, invariavelmente eram enquadradas

pelo repertório da violência. Só é possível pensar a paz num contexto de guerra. Das 90 matérias selecionadas na pesquisa de O Globo, 25 faziam referência à política de segurança do Rio de Janeiro.

O funcionamento das Unidades de Polícia Pacificadora é baseado numa ocupação sistemática dos territórios dominados por traficantes a fim de evitar que o tráfico volte a se instalar após a retirada da polícia e adota o conceito de policiamento comunitário, que propõe a criação de um vínculo entre policiais e moradores. O modelo foi adotado em cidades com altos índices de violência e ação criminosa organizada, como Bogotá. Lá, além de definir prioridades em relação à segurança de cada localidade, a população também participa fornecendo informações sigilosas às centrais de inteligência e denunciando atividades suspeitas.

No Rio de Janeiro, a ocupação dos territórios precede a instalação das sedes das UPPs e a escolha das primeiras comunidades a receberem a iniciativa tem um sentido bem claro. Após o Santa Marta, foram inauguradas as unidades de Cidade de Deus e Jardim Batam, na Zona Oeste, Morro da Babilônia e Cantagalo, na Zona Sul, todas ao longo de 2009.

Em 2010, ano da nossa pesquisa, foi a vez de Tabajaras, Borel, Formiga, Andaraí, Salgueiro, Turano e Morro dos Macacos, na região da Grande Tijuca, receberem o projeto, além do Morro da Providência, no Centro. Como se pode observar na sequência de instalações, a estratégia é cobrir determinada área geográfica de maneira a abafar o comércio de drogas naquela região. Foi assim na Zona Sul, bem como na região da Grande Tijuca.

No Borel, a primeira comunidade ocupada na Zona Norte, a ação da polícia já estava consolidada no discurso de pacificação criado para descrever as ações dentro da nova política de segurança. As palavras-chave deste discurso são, além de pacificação, retomada e libertação. Na lógica desta estrutura discursiva, os territórios favelados precisam ser retomados das mãos dos criminosos e os moradores destas áreas, libertados.

A presença de soldados armados com fuzis e de tanques blindados nas fotografias que ilustram as matérias dá a dimensão da guerra empreendida pelo Estado para retomar os territórios. O caráter “pacífico” da ocupação, no entanto, é enfatizado na cobertura, como se vê na chamada de capa do jornal **O Globo** de 29 de abril: “PM ocupa sete favelas da Tijuca sem nenhum tiro”, segundo a qual “A polícia conseguiu retomar o Morro do Borel, que durante décadas foi um perigoso reduto do crime, libertando cerca de 20 mil moradores” (PM ..., 2010).

Em duas páginas, o jornal dá os detalhes da operação, que contou com a participação de 250 PMs e 150 homens do Bope. A representação da favela como fonte da violência que esteve tantos anos associada ao tradicional bairro da Tijuca é enfatizada na fala do secretário de Segurança, José Mariano Beltrame: "[...] Para pacificar a Tijuca como um todo temos que fazer isso (a ocupação) num número importante de favelas" (AGORA ..., 2010), e encampada num suelto que assim descreve a região: "Por abrigar algumas das mais impenetráveis favelas do Rio, os morros da Tijuca tornaram-se um bunker da criminalidade" (IRREVERSÍVEL ..., 2010).

No **JB**, a dicotomia favela x asfalto fica ainda mais clara na reportagem sobre a ocupação, "Aliviada, Tijuca comemora a paz". A pacificação, neste caso, não é representada como benefício para os moradores da favela, mas para os do bairro formal:

Aproximadamente 200 mil moradores da Tijuca (Zona Norte) comemoram desde ontem o fim do poder armado nas favelas do bairro.
[...] A nova ordem nos morros do bairro, anunciada em primeira mão pela coluna Informe **JB** em 23 de dezembro, já teve reflexos no asfalto. Com a expectativa do aumento da segurança, a Associação Comercial da Tijuca já prevê um crescimento imediato de 10% nas vendas das lojas. (ALIVIADA ..., 2010)

Portanto, os tijucanos legítimos é que foram libertados e voltaram a gozar da liberdade de ir, vir e consumir, como enfatiza o vice-presidente da Associação, Jaime Miranda: "Nosso bairro sempre sofreu e carregou durante anos uma fama de ser um local violento. Por isso, estamos felizes com a chegada da UPP" (idem).

A reportagem, no entanto, revela que a felicidade do asfalto não encontrou unanimidade no morro, conforme depoimento de moradora que preferiu não se identificar, como é de praxe nestes casos. "Esses caras subiram aqui para acabar com o lazer dos outros e trazer ainda mais problemas para quem já não tem quase nada" (idem), registrou o repórter.

Mesmo em **O Globo**, em que os depoimentos refletiam um posicionamento a favor da ocupação, os moradores preferiram não se identificar, com razão. Em várias das comunidades "pacificadas" ainda existe a presença do tráfico, mas de maneira menos ostensiva. O movimento voltou à característica de origem, nos anos 1970, quando o comércio de drogas acontecia de maneira discreta, sem armamento pesado e em pontos escondidos das favelas.

Há, portanto, uma polifonia nos discursos de "pacificação" – que, aliás, é o antetítulo da cobertura de **O Globo**. A predominância de soldados armados nas fotos da reportagem e o

cerceamento da voz dos moradores demonstram que a libertação tem um custo alto, a despeito dos benefícios inegáveis que a restrição ao comércio de drogas proporciona aos favelados.

A imagem mais emblemática desta contradição entre a paz e a guerra foi registrada pela fotógrafa Márcia Foletto, de **O Globo**. Na Laje da Kombi, onde funcionava um ponto de venda de drogas, um policial fincou duas bandeiras: a do Brasil e a do Bope. Repleta de significados, a imagem representa a chegada do Estado à favela, mas revela que é a força policial quem garante sua permanência.

O primeiro significado da pacificação, portanto, é de uma resposta do poder público à reivindicação da cidade formal por mais segurança. Estar seguro, neste caso, requer um controle maior do que acontece nos morros e favelas da cidade. A relevância da violência como questão pública é corroborada por informações e opiniões, divulgados no jornal ao longo do ano.

No dia 8 de junho, uma pesquisa da FGV, publicada no jornal **O Globo**, “revela que moradores da Zona Sul e da Barra se sentem menos livres para ir e vir”, conforme antecipa o subtítulo. “Geografia do medo” é o nome da reportagem, e condensa de maneira clara a preocupação com a questão que tomou conta da cena pública a partir de meados dos anos 1990. A pesquisa ouviu três grupos de moradores: o “asfalto” [grifo deles] da Zona Sul, Barra da Tijuca e Santa Teresa, o “asfalto” das zonas Norte, Oeste e Central, e o Complexo do Alemão.

Como era de se esperar, o maior percentual dos que se sentiam livres para ir a qualquer lugar que quisessem a qualquer hora estava no Complexo do Alemão, a despeito do fato de o “risco de um homem ser morto numa favela ser maior do que no asfalto” (GEOGRAFIA ..., 2010) como enfatizou o sociólogo Gláucio Soares, do Iuperj, ouvido pela reportagem.

Os coordenadores da pesquisa e estudiosos da área de segurança tomaram o cuidado de relativizar os dados da pesquisa, ressaltando o fato de se tratar de uma percepção dos moradores, vinculada não a taxas de criminalidade, mas à sensação de insegurança diante da distância do seu espaço de origem.

Isto, no entanto, não impediu que uma moradora do “asfalto” desse sua opinião pessoal. Alçada à representante da sociedade civil, a coordenadora do Projeto de Segurança de Ipanema, Ignez Barreto, considerou que no Alemão as pessoas “devem ter liberdade até para dormir de janelas abertas (...) mas, no asfalto, o carioca não pode sequer parar num sinal de trânsito sem correr o risco de ser assaltado” (idem).

A retórica do risco expressa na fala da vítima virtual é corroborada pela edição da página, não apenas a partir de títulos, subtítulos e gráficos, mas ainda por outra reportagem sobre a instalação da segunda UPP na Tijuca. Na foto da matéria, vê-se uma turma de policiais formada em frente a uma favela, não identificada na legenda, que destaca apenas o fato de o capitão Bruno Amaral, responsável pela primeira UPP, ser morador da Tijuca.

Os elementos visuais da página orientam a leitura no sentido do problema à solução. Se a favela, fonte de insegurança, local proibido, como informa a primeira reportagem, sente-se segura, resta ao asfalto tomar o morro, para restabelecer seu direito de ir e vir. A solução, como indica a edição, está na instalação de UPPs.

Por outro lado, a discursividade da página destoa frontalmente da ideia de que as UPPs representam uma libertação dos moradores de territórios subjugados pelo crime. Afinal, se os moradores de favelas se sentem mais livres para ir e vir na cidade, a quem a pacificação devolve a liberdade? Esta dubiedade dos discursos sobre a política de segurança vai acompanhar toda a cobertura dos dois jornais analisados e tomar a cena nas redes sociais, como veremos mais à frente na análise dos episódios ocorridos, justamente, no Complexo do Alemão.

Outra informação, publicada no dia 21 de dezembro, corrobora o lugar que a segurança/insegurança manteve na agenda pública do Rio de Janeiro. No orçamento para o estado, aprovado pela Alerj, a segurança receberia o segundo maior volume de recursos em 2011, com uma previsão de R\$ 4,9 bilhões, perdendo apenas para a educação. As UPPs, que a princípio teriam um orçamento de R\$ 27 milhões, ganharam um reforço de caixa, associado, na reportagem, às ocupações do Cruzeiro e do Alemão, no final de novembro. Com isto, o montante subiu para R\$ 34 milhões.

Na semana anterior, o próprio jornal fez os cálculos de quanto investimento seria necessário para colocar um UPP em cada favela do Rio. A manchete principal do dia 13 de dezembro revela que “UPP em todas as favelas do Rio custaria R\$ 321 milhões” e complementa: “Investimento é equivalente a apenas um milésimo do PIB do estado”. Os cálculos do jornal baseiam-se no custo de cada policial por ano, e consideram a instalação de uma unidade do programa para cada cem habitantes de favela, o que daria 107 UPPs com uma média de 100 policiais (Imagem 20).

Imagem 20



O Globo, 13 dez. 2010

Observa-se que, apesar de todo o discurso de ocupação social, pregado pelo governo do estado, o jornal resume a pacificação das favelas à questão policial. Em “O preço da pacificação”, um pequeno box com os números utilizados no cálculo, o jornal reitera a ideia

de que o custo para se manter a ordem nos territórios favelados é bastante razoável. Se lembrarmos que o Reage, Rio, por exemplo, pretendia captar R\$ 1 bilhão para reequipar a polícia e urbanizar as favelas, como forma de combater a violência, a cifra de R\$ 321 milhões é bastante acanhada, como é acanhada a proposta defendida, de defender a paz apenas com uso das armas.

Na ocupação dos Morros dos Macacos, noticiada na página 21 de **O Globo** em 18 de outubro, esta contradição fica bastante clara. Numa foto à beira da piscina que antes pertencia a traficantes, crianças fazem pose para as lentes, algumas delas simulando o uso de armas. O título da reportagem resume o paradoxo: “Pôr fim à cultura da violência, o novo desafio”.

O lançamento da UPP Social, no mês de agosto, revela que o governo do estado tem consciência desse desafio. Mas, diferente da política da piedade, que enfatizava o resgate da dívida social para com os mais pobres, no discurso da ocupação, o social está ligado ao conceito de cidadania, que implica em direitos e deveres. Como explica a reportagem, a proposta do programa é a de se tornar "um novo modelo de gestão pública que pretende, até 2016, dar aos moradores de comunidades pacificadas os mesmos direitos e deveres do restante da sociedade, como coleta de lixo e regularização fundiária." (UPP SOCIAL ..., 2010).

A inclusão da favela à cidade formal, portanto, se dá numa relação de ordenamento e adequação ao modelo de relação entre o Estado e o cidadão baseado no esquema empresa-cliente, vigente no “asfalto”. Aliás, não são poucas as iniciativas do mercado privado, propriamente, em comunidades pacificadas. A ascensão não apenas da classe C, que em 2008 passou a concentrar 47,75% da renda do país, mas a descoberta dos consumidores na base da pirâmide, cerca de 155 milhões de pessoas, que ganharam mais visibilidade com a pacificação, incentivou a chegada ou o fortalecimento de ações empresariais nas favelas.

Não há motivos para desconfiar da lucratividade dos negócios na favela, mas também não se pode desconsiderar o fato de que a publicidade espontânea gerada por estas ações têm uma influência positiva para as empresas que cultivam o marketing social. Algumas chegaram ao ponto de fazer campanhas publicitárias com as imagens destas ações “sociais”. Numa delas, do Sistema Firjan, patrocinador do Prêmio Faz Diferença, do jornal **O Globo**, o texto diz: “A paz veio para proteger os moradores. A cidadania, para proteger a paz. O Sesi Cidadania, para fazer diferença”.

O próprio Prêmio, aliás, indicou Rene Silva, morador e criador de um jornal comunitário no Morro do Alemão, como uma das personalidades do ano de 2010, na categoria

Megazine. Outro indicado por sua ação junto a moradores de favela foi Cacá Diegues, na categoria Cinema, idealizador do “5x Favela, agora por nós mesmos”. A pacificação teve uma contribuição decisiva, mas muitos outros fatores influenciaram a ascensão da estética e das causas das periferias urbanas. A favela, sem dúvida, entrou na moda.

4.3 Verão das UPPs

É também a redefinição discursiva e antropológica o que garante a ocupação da favela por novos personagens, identificados com causas sociais, como artistas e chefes de estado, ou com a estética da favela, que na esteira do sucesso de “Cidade de Deus” tomou conta da cena cultural.

Medeiros (2007), que investiga a importância que a favela assumiu como destino turístico, analisa a questão a partir de dois fenômenos: na conjuntura de expansão dos chamados *reality tours* e a partir da circulação e consumo, em nível global, da favela como *trademark*, como um signo a que estão associados significados ambivalentes de violência e autenticidade.

No nosso caso, especificamente, a ideia de uma favela ao mesmo tempo sexy e violenta – tributária das imagens reproduzidas mundo afora por “Cidade de Deus” e outras produções cinematográficas – ajuda a entender a proporção que as favelas pacificadas assumiram na cena cultural carioca.

De certa forma, a favela, tantas vezes execrada nos projetos urbanísticos de remodelação da cidade, assume um novo status e é apropriada pela cultura culta como símbolo de uma autenticidade de que o contemporâneo se ressentia. E nestes termos é convertida a traço cultural da cidade e do país. Como resume Medeiros, que investigou o uso da expressão favela em empreendimentos fora do país, ‘a força da marca favela tornou-se, portanto, capaz de transcender o referente territorial, promovendo o que é brasileiro e tudo mais que pretenda ser “alternativo”, “descolado”, “reciclado”. (MEDEIROS, 2007, p.65).

Mas também podemos identificar essa nova representação da favela dentro da nova geografia econômica, que desafia os conceitos tradicionais de periferia e centro. A emergência de novas potências econômicas, com suas contradições e sua cultura múltipla, questionando os padrões do bom gosto, pôs em cena personagens e histórias também vistas como periféricas, mas que condensam, de maneira crua, o cotidiano confuso e instável das supermetrópoles atuais.

A estética da favela presente nas produções culturais representa, a um só tempo, a cultura autêntica que se deseja e a instabilidade contemporânea que se quer evitar, expressando uma tensão contínua. A pacificação era o que faltava para que se pudesse experimentar essa multiplicidade para além das telas.

Favelas pacificadas entraram no roteiro cult da cidade e ganharam uma nova representação na mídia. Se há controvérsias sobre a libertação dos moradores da favela com a chegada da força de pacificação, não há dúvida que as UPPs libertaram a pauta dos jornais. Acostumados a um reducionismo da vida nas favelas à dimensão da violência, repórteres começaram a “descobrir” novos ângulos dos territórios favelados, proporcionando aos leitores um tour seguro e curioso.

Ao longo de 2010 foram várias as reportagens sobre locais descolados para se visitar nos morros, os pontos que oferecem uma vista privilegiada da cidade, os melhores botecos da região. A inclusão da favela à cidade, após a “retomada” dos territórios sitiados, se deu de muitas maneiras: pela oferta de serviços públicos, pela chegada de grandes empresas, mas, sem dúvidas, se deveu, principalmente, a integração pela via da cultura.

Como bem observou o ex-capitão e atual especialista em segurança pública Rodrigo Pimentel – um dos personagens que inspiraram o filme “Tropa de Elite” - os centros culturais tornaram-se uma ferramenta de pacificação mais eficiente que a UPP (VIGÁRIO ..., 2010).

Em 27 de agosto, o Rio Show, mais importante guia cultural do Rio de Janeiro, rendeu-se aos encantos da favela, com a matéria de capa “A periferia no centro”. Examinando a imagem de capa – uma colagem de elementos visuais que tanto remetem à cultura hip-hop e à favela quanto ao *kitsch*, justamente o alternativo e o descolado de que fala Medeiros – se apreende que alguma coisa está fora da ordem – ou será um reordenamento oportuno, no momento em que o país, e a cidade, em especial, se preparam para sediar grandes eventos que dependem, e muito, da imagem dos anfitriões para obter sucesso?

Não quero desmerecer as produções culturais que alçaram a favela à condição de fornecedora de produtos ou experiências estéticas de qualidade. Também não me proponho a analisar o salto quantitativo e qualitativo das produções feitas por moradores de favela. Minha proposta é identificar, além destes, os demais fatores históricos, econômicos e culturais que possibilitaram sua visibilidade.

É preciso problematizar o fato de que tal visibilidade ocorre num momento de mudança da imagem da cidade, importante, sem dúvida, para seus moradores, mas, sobretudo, necessária para atender a compromissos pactuados em fóruns internacionais. Assim, a questão

da violência, que monopolizava o noticiário sobre a favela, passou a dividir espaço com temas de cultura e comportamento, como os grafites do pavão-Pavãozinho, as galerias e museus da Maré, o elevador do Cantagalo, a parada LGBTT da Rocinha, a comida dos botecos do Morro Santa Marta ou do Morro do Pinto, ou simplesmente a arquitetura sinuosa e surpreendente que caracteriza a favela. Assim é que a **Rocinha's view** ganhou espaço na coluna social do **JB**, em 28 de maio.

Tem 220 metros quadrados e três quartos o apartamento que o cantor inglês George Michael comprou em São Conrado. [...] Detalhe: o cantor quer que a sala de jantar esteja no cômodo com vista para a Rocinha". (ROCINHA'S ..., 2010)

É preciso, no entanto, analisar estas reportagens a partir não só da questão construída, mas também do enquadramento adotado. Boa parte delas trata da cultura e do cotidiano de comunidades pacificadas. Portanto, é contra o pano de fundo da violência que se colocam.⁴⁸

Além da arte culta e dos roteiros populares consagrados, outras expressões culturais ganharam relevo, como o baile de 15 anos da estudante Noemi Costa Faria de Souza, do Chapéu Mangueira, que reuniu 13 adolescentes e 13 cadetes da PM para uma valsa, na quadra da comunidade. A construção discursiva, no entanto, evidencia o que parece uma situação paradoxal, além de apontar, mais uma vez, para a política da pacificação, lembrando que aquele era um território em guerra.

Um anos e três meses depois de receber uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), o Morro do Chapéu Mangueira, no Leme, na Zona Sul, teve sua primeira festa em que moradores e policiais confraternizaram lado a lado.

[...] - Além da integração, isso mostra a aceitação do trabalho da PM. Antes, essa quadra era usada para bailes funk organizados por traficantes - destacou Coque. (POLICIAIS ..., 2010)

Por trás da integração, a notícia reitera a ideia de que moradores e policiais estão em campos opostos. No que diz respeito à produção midiática, portanto, esta integração entre a cidade formal e a informal pela via da cultura não significou o apagamento das diferenças. Há um processo de produção de alteridade implícito na discursividade sobre os locais e os personagens que povoam os territórios pobres da cidade.

⁴⁸ Embora a seleção aleatória tenha coberto poucas matérias sobre cultura, na análise de todas as matérias, que realizamos ao longo de 2010, o número de exemplos é bastante significativo.

A criação de uma Assessoria Especial de Cultura e Território, para ocupar as comunidades já libertadas do tráfico com projetos culturais, revela as diferenças de tratamento entre a favela e a cidade formal. Isto, obviamente, não desqualifica a iniciativa, levada a cabo pelo reconhecido produtor cultural Marcus Vinícius Faustini, que fornece a chave de leitura para esta e outras ações:

[...] A vocação do Rio de 2014 e 2016 não é a sala de espetáculo, mas a rua. Depois de aplaudir o pôr do sol na praia de Ipanema, o turista pode vir ouvir um sambinha na Providência ou ver um show de MCs no Borel. O Rio é uma cidade de encontros. Não podemos deixar que se transforme na cidade do medo. (Depois ..., 2010)

Por trás da espetacularização da diferença, vendida como produto para consumo nos eventos internacionais, a cidade continua partida e o enquadramento a partir do qual são apreendidos os acontecimentos da favela ainda é a violência. Mas há uma bem-vinda inversão na questão pública principal das matérias analisadas. Desde meados dos anos 1990, a favela como fonte de violência assumiu a liderança da pauta, enquanto a questão do território sitiado, que revela a fragilidade da população pobre frente à territorialização do tráfico, vinha em segundo lugar. Em 2010, essa relação volta a se inverter no jornal **O Globo**, com 38% das matérias enfocando a favela como território sitiado e 29% apresentando a favela como fonte de violência.

De todo modo, é a criminalidade/violência que enquadra a maior parte das matérias, mesmo quando o antetítulo fala em pacificação, como é o caso da reportagem sobre a ocupação do Borel. A violência ainda toma conta do noticiário, com uma participação de 72% na amostra (Tabela 9).

Tabela 9

Questão Pública	Enquadramento	Frequência no noticiário	Percutual
Habitação	Carência	4	4%
Direitos Humanos	Carência	1	1%
Crime comum	Criminalidade/ Violência	2	2%
Fonte de violência	Criminalidade/ Violência	26	29%
Venda de drogas	Criminalidade/ Violência	3	3%
Território sitiado	Criminalidade/ Violência	34	38%
Ameaça ecológica	Mancha na paisagem urbana	2	2%
Sujeira/ decadência	Mancha na paisagem urbana	2	2%
Illegalidade	Mancha na paisagem urbana	11	12%
Berço do Samba	Cultura popular/ Autêntica	3	3%
Artes cênicas	Cultura popular/ Autêntica	2	2%

O Globo – Análise quantitativa consolidada 2010

Como disse o psicólogo Luiz Alberto Py, “(...) tirar a violência da alma das pessoas leva mais tempo” (PÔR FIM ..., 2010). Embora ele se refira aos meninos e meninas de favelas que se espelham no exemplo de traficantes, a frase se aplica muito bem à memória da mídia, sempre empenhada em reforçar a lembrança de aquele já foi um território proibido. Mas também mostrando que é possível mudar. A capacidade de empreender a mudança, como veremos no próximo tópico, converteu confiança em votos e produziu uma das campanhas menos disputadas dos últimos anos no Estado.

4.4 Clientelismo político e criminalidade nas eleições 2010

Pensar as UPPs a partir da política tem dois significados: o de analisar o fator UPP nas eleições de 2010, as primeiras pós-política de pacificação, e examinar de que maneira elas reinscrevem o eleitor da favela na vida política da cidade.

Dois fatos políticos marcaram as eleições de 2010 no Rio de Janeiro: de um lado, o cerceamento à circulação de políticos em favelas, sobretudo naquelas que contavam com candidatos próprios, apoiados pelo tráfico ou pela milícia⁴⁹. De outro, o uso das UPP como plataforma política para reeleição do candidato ao Governo do Estado.

A tradicional “política da bica d’água”, que garantia a troca de votos em favelas por pequenos favores a intermediários, foi substituída ao longo dos anos 1990 pela oferta direta de serviços à população pobre, através do centros sociais. Ambos, no entanto, tinham uma mesma característica: garantiam ao candidato “de fora” a fidelidade de um eleitorado carente dos direitos mais básicos e disposto a trocar seu voto por mercadorias políticas (MACHADO DA SILVA, 1967, ZALUAR, 1994).

Ao longo dos anos 2000, com o domínio de traficantes sobre as associações de moradores, que funcionavam como intermediárias, e com um eleitorado cada vez mais descrente da ação política nas favelas, as relações entre candidatos e comunidades sofreram muitas alterações.

O ápice desta mudança, no entanto, foi visto com maior clareza a partir das eleições de 2008. Naquele ano, a pedido dos candidatos, o Tribunal Superior Eleitoral convocou as Forças Armadas para ocuparem áreas sob o domínio do tráfico ou das milícias, às quais os políticos não tinham acesso. A chamada Operação Guanabara contou com a presença de soldados da Marinha e do Exército em 27 comunidades do Estado e a presença dos candidatos era garantida pelo efetivo de mais de 3.500 homens entre 12h e 18h.

Em 2010, as queixas de candidatos se repetiram. Se em outras eleições, a circulação dos políticos era negociada com os líderes do tráfico local, como de resto todo evento público, nestas, alguns candidatos tiveram o acesso negado ou precisaram mudar o roteiro por imposição do tráfico.

Nesta pesquisa, localizamos uma matéria que tratava de incidentes entre políticos e traficantes no Norte Fluminense. Em visita às favelas de Nova Holanda e Nova Esperança, em

⁴⁹ As milícias são um fenômeno ainda recente e pouco estudado, e embora tenham chegado às páginas dos jornais, não aparece na nossa pesquisa sobre favela.

Macaé, os candidatos Fernando Gabeira, do PV, e César Maia, do DEM, foram impedidos de entrar numa determinada área.

[...] Gabeira dialogou com membros da associação de moradores e ganhou passe livre na região, desde que fosse respeitado o itinerário e que os fotógrafos e cinegrafistas, que acompanhavam os candidatos, baixassem os equipamentos em determinados pontos do trajeto. (TRAFICANTES ..., 2010)

Os significados desta nova modalidade de territorialização, com uso da força, tendo como objetivo assegurar não o domínio do tráfico, mas o domínio do voto, carece de um estudo mais aprofundado, tanto em relação às experiências cotidianas de candidatos e eleitores das favelas, durante a campanha, quanto em relação aos seus efeitos na eleição de políticos.

A quantidade de candidatos cuja eleição foi contestada com base na lei da Ficha Limpa dá uma dimensão das ligações entre política e crime, sobretudo no caso de milicianos, e aponta para a efetividade do poder armado sobre o voto. No caso específico desta investigação, interessa analisar a questão que se levanta nos discursos. Mais uma vez, é o território sitiado, enquadrada pela violência. De maneira direta, ou indireta, portanto, a segurança monopolizou a discussão política na disputa para o governo do Estado.

Outro sintoma deste monopólio foi a própria eleição, ainda em primeiro turno, do governador Sérgio Cabral, cuja campanha teve as UPPs como uma das principais bandeiras. Na edição do dia 3 de outubro, dia do pleito, **O Globo** mostrava o último dia de campanha e tomava como certa a reeleição do candidato do PMDB. Na foto principal da matéria, Cabral caminha de muletas pelo Morro Santa Marta, ao lado de políticos, moradores e de uma policial (Imagem 21). Abaixo, outra foto, do candidato Gabeira ao lado de Marina Silva, cumprimentando populares. O texto de certa maneira explica a discrepância entre o espaço dedicado a um e a outro candidato:

[...] Em 28 anos, o estado não tinha uma campanha eleitoral para governador com tão baixa competitividade. Candidato à reeleição, Sérgio Cabral, que concorre pelo PMDB, manteve, na maior parte do tempo, mais de 40 pontos percentuais de vantagem sobre seu principal adversário, Fernando Gabeira, do PV. (CABRAL ..., 2010)

O Globo, 3 out. 2010.

Ontem, para o último dia de campanha, Cabral visitou uma UPP, uma das principais bandeiras de sua candidatura. Ele foi ao Morro Dona Marta, primeira favela pacificada no Rio, em dezembro de 2008. E prometeu, além da construção de 64 moradias na comunidade, aumentar o efetivo da Polícia Militar dos atuais cerca de 40 mil policiais para 65 mil até 2014 (em 2007, primeiro ano de seu governo, eram 37.950 PMs). (CABRAL ..., 2010)

O fortalecimento de um estado policialesco, que obteve aprovação nas urnas, é efetivamente corroborado pelo jornal. Na primeira entrevista após a reeleição, o jornal questiona qual será a estratégia para impedir a sensação de insegurança, ao que o governador responde “Cada vez mais o policiamento ostensivo e uma política de inteligência na prisão de criminosos”. A pergunta seguinte elucida o sentido da anterior: “Uma de suas promessas é levar UPPs a todas as comunidades do estado dominadas pelo tráfico e pela milícia. Quantas UPPs serão?” (A POPULAÇÃO ..., 2010).

A própria campanha para a presidência, que nas duas eleições disputadas por Lula concentrou a discussão na questão social, incorporou a questão da segurança, como indica a afirmação do presidente, noticiada com destaque: “(...) Lula, que participou do lançamento oficial do Rio Top Tour, projeto de turismo social na favela, afirmou que o programa só foi possível graças ao novo modelo de policiamento” (LULA ..., 2010).

O texto reitera a ideia de que a chegada da polícia é fundamental para que as iniciativas de geração de emprego e renda, bem como a oferta de serviços, cheguem a estas localidades. Os dois temas – a geração de emprego e renda e a chegada das UPPs – estão frequentemente ligados numa relação de simbiose: a pacificação permite a entrada do capital privado nas favelas, enquanto o aumento de oportunidades de trabalho justifica o emprego do policiamento ostensivo.

Ambos podem ser vistos, também, como iniciativas de enquadramento da vida na favela aos padrões da cidade formal. O “choque de ordem”, que tornou-se uma das palavras-chave das gestões estadual/municipal no período, com seu discurso moralizante, quer atingir todos os setores da vida social, inclusive os das favelas.

Não defendo a informalidade, a sonegação de impostos, o “gato”, tão característico destes territórios – não apenas pelo desinteresse das empresas em prover serviços legalmente, mas também, ou justamente, pela falta de recursos materiais de seus moradores. Nem pretendo discutir os benefícios da legalização dos negócios que prosperam na favela, as

garantias do emprego formal, o aquecimento da economia proporcionado pela incorporação dessa massa de consumidores.

Mas considero importante chamar atenção para o contexto em que as iniciativas ligadas à favela se inserem e seus significados no plano econômico e político, não apenas social. O desenvolvimento de programas de transferência de renda, que aumentou o poder de compra da população mais pobres, e a necessidade de fortalecer o mercado de consumo interno, de modo a reduzir a vulnerabilidade frente às crises mundiais, também modificaram a percepção em relação à favela. Os olhos do mercado estão voltados para ela. Faltava tirar o tráfico da linha de frente para melhorar a visibilidade.

O pacote UPP/cultura/serviços/emprego frequentemente está associado, de maneira a mostrar os benefícios da política de pacificação à população favelada, uma vez que a população do asfalto não tem dúvidas a respeito. Estes discursos, no entanto, começam a ganhar forma aos poucos, já que o argumento principal para a entrada era a necessidade de retomar os territórios das mãos de traficantes e milicianos.

A partir deste arcabouço é possível pensar a presença dos moradores de favela no cenário político. A chegada do Estado sob suas múltiplas possibilidades de presença – e não apenas a policial – representou, sim, um avanço e um ganho para a população favelada. Mas foi suficiente para modificar seu espaço de ação política?

A incipiente organização em nível local, solapada durante o período de ditadura e mais tarde aniquilada pelo poder do tráfico, e a tradição clientelista, alimentada pelo longo período de carência absoluta, produziram um quadro de fragilidade democrática profunda. No momento em que as forças de pacificação chegam à favela, com a promessa de libertar a população, e o Estado e a iniciativa privada sobem o morro, para garantir a oferta de serviços e empregos, o morador ganha autonomia para manifestar-se politicamente de outra forma, que não seja através do voto clientelista?

Certamente são questões que merecem uma investigação e que não cabem no escopo desta pesquisa, mas precisam ser problematizadas a fim de pensarmos os discursos construídos a partir de palavras como liberdade e democracia⁵⁰. Nenhuma matéria localizada

⁵⁰ Após os episódios de ocupação do Complexo da Penha, que analisarei no último tópico deste capítulo, **O Globo** criou o blog Favela Livre, que se apresenta como “Um blog que traz à tona histórias vividas por moradores oprimidos pela violência do crime organizado em favelas do Rio. Conteúdo produzido por jornalistas do **GLOBO**, pesquisadores e aberto à colaboração de moradores, que têm garantido o anonimato”. No entanto, a iniciativa tem se resumido à velha editoria de polícia, com as pautas tradicionais de operações policiais.

na pesquisa se refere à atividade política *strictus sensus* por parte dos favelados. Como antes, são representados como pacientes da ação de políticos dos mais diferentes matizes.

A integração favela X asfalto nos jornais, conforme analisamos, se dá pela via da cultura e do consumo, ambas tratadas como atividades emancipadoras: ao mesmo tempo que revelam uma subjetividade reprimida, reafirmam a capacidade da população mais pobre de geração de valor. É certo que a reivindicação de mais visibilidade e de liberdade para criar ou consumir é uma reivindicação política. E a obtenção deste direito, nas condições do Rio cidade-escassa, não é apenas concessão, será sempre conquista. Mas em que medida contribuirá para a consolidação democrática, no contexto concreto de uma liberdade vigiada?

Vale a pena pensar a partir das palavras de um Canclini menos otimista com a integração pelo consumo:

Depois de concedido o crédito, continua-se a influir na conduta futura do tomador porque todo pagamento a prestação é um disciplinamento moral: quem compra um automóvel em quarenta prestações mensais ou uma casa para pagar em vinte anos assume compromissos sobre a permanência no trabalho, a continuidade do matrimônio, a responsabilidade com os filhos, ou seja, sobre como vai administrar o tempo por amplos períodos. (CANCLINI, 2004)

A favela pacificada não será como antes, e não apenas pela ausência do tráfico, ou pela presença de outros atores, além da tradicional força policial. Mas porque a integração pretendida requer uma disciplina específica e necessária ao funcionamento dos mecanismos formais. Mas será outra na força e na capacidade de organização de seus moradores em torno de objetivos e reivindicações comuns? E qual será a visibilidade destas ações, que não se organizam em torno dos canais tradicionais, nem mesmo das ONGs, estas já imbuídas de um sentido de ação que encontra formas de manifestação nos mecanismos legais de participação política?

Um recente episódio no Complexo do Alemão, prontamente interpretado na imprensa como reação ensaiada do tráfico para retomar suas atividades no território perdido, revela o quanto estamos distantes de um modelo de democracia que dê conta das múltiplas formas de manifestações populares. Ao mesmo tempo, revela uma recente apropriação popular de canais alternativos ou das brechas na comunicação hegemônica para se manifestar, como veremos mais à frente.

4.5 Educação e habitação na linha de tiro

Uma reportagem publicada no dia 17 de julho no jornal **O Globo** exemplifica de maneira contundente o percurso da piedade ao risco que esta pesquisa empreendeu ao longo das quatro décadas analisadas. O deslocamento das questões principais em relação aos territórios marcados pela pobreza, bem como do enquadramento a partir do qual as narrativas são construídas está descrito de forma bem clara em “O bicho-papão chegou”, matéria que narra a morte do menino Wesley Gilbert Rodrigues de Andrade, aluno do Ciep Rubens Gomes, em Costa Barros, Zona Norte do Rio.

Wesley morreu durante um confronto entre policiais e traficantes da região, quando participava de uma aula de matemática no Ciep. Sentado junto à janela, foi atingido no tórax e caiu ferido da sala de aula, segurando um lápis. O jornal lembra que a escola foi uma das dez que fizeram parte da série de reportagens “O x da questão – Rascunhos do futuro” que focalizou a educação em escolas atingidas pela violência e problemas sociais.

Toda a reportagem é conduzida de modo a afirmar o papel da imprensa de porta-voz da sociedade. Neste sentido, a morte do estudante demonstra que o faro jornalístico apontou para a direção certa. Se houve falha, foi do Estado em não admitir o risco e contê-lo com uma ação firme. Referendando o diagnóstico, a reportagem apresenta o questionário respondido pelo próprio Wesley, à época da série sobre educação, em que ele apresenta os tiros como o principal problema da comunidade. O próprio título da matéria “O bicho-papão chegou” dialoga com a outra reportagem “Bala-perdida, o bicho-papão”, que apontava o medo dos tiroteios como a principal preocupação de 29% dos estudantes.

A maneira como a reportagem constrói o risco revela a importância que a criminalidade violenta assumiu na sociedade e a forma como a favela passou a incorporar o lugar do risco contemporâneo. Alguns elementos estruturantes da narrativa remetem à construção da favela como área de risco, como as tradicionais fórmulas “cercado por favela” e “a menos de 200 metros do morro”. Mas há dois outros que chamam a atenção. Primeiro, o menino não é descrito como morador da favela. Apresentado como estudante, são paulino e líder do grêmio estudantil, aparece numa fotografia com a camisa do São Paulo, na sala de troféus do clube. É a vítima com a qual todo morador do asfalto pode indentificar-se.

Já os moradores da favela, que colocaram fogo em pneus e interromperam o trânsito em protesto pela morte do menino, da qual acusam os policiais, têm, mais uma vez, uma representação dúbia. Não podem ser vítimas, simplesmente. Sua reação demonstra violência e

irracionalidade. Há um descolamento entre o aluno e o favelado. Como se fosse possível operar uma separação entre o estudante e o morador: o primeiro, vítima da violência nas áreas de risco, o segundo, parte do problema.

Embora a reportagem informe que os moradores acusam a polícia de iniciar o tiroteio que provocou a reação dos traficantes, sobre a passarela em frente ao Ciep, problematizando, assim, o tratamento do Estado às populações mais pobres, não são enfocadas outras questões ligadas à pobreza.

Não há menção a outros problemas enfrentados pela escola, ou indicadores que revelem a situação de vulnerabilidade – o chamado risco social – das comunidades no entorno, das quais os alunos fazem parte. A questão principal da reportagem, portanto, não pode ser a da educação, mas a da favela como fonte de violência.

O depoimento do padrasto do rapaz, que aparece no **JB**, reforça a conexão entre a favela e o risco. Afirmando que a "tragédia poderia ter acontecido antes, já que a escola fica numa área onde sempre há tiroteio", ele questiona "Não sei como o Estado permitiu que a escola funcionasse ali" (BALA PERDIDA MATA ..., 2010).

4.6 Notícias do front: o espetáculo da guerra midiática e a comunicação das brechas

Episódios de violência, como estes, reforçavam a necessidade de mais ação nos locais não ocupados, a fim de promover a pacificação de toda a cidade – o que não inclui os municípios da Baixada, fique bem claro.

Embora a política das UPPs produzisse quedas importantes nos índices de criminalidade divulgados pelo governo do Estado, ainda no início do ano começou a circular no jornal **O Globo** a informação de que bandidos fugidos de outros territórios ocupados pelas UPPs estariam se abrigando no Complexo do Alemão. Situado numa extensa área, que vai de Bonsucesso à Penha, o conjunto de favelas àquela altura era considerado um dos mais impenetráveis do Estado.

Não era a primeira vez que a região aparecia como o bunker do tráfico no Rio de Janeiro. Durante a Operação Rio, em 1995, a invasão do complexo é apresentada como a maior ação militar, envolvendo 4.200 homens. Considero oportuna a comparação entre a cobertura midiática das duas operações, uma vez que me parece sintomática de certo tipo de pensamento social, traduzido em certo tipo de cobertura jornalística.

Como vimos, a *Guerra do Rio* é uma construção discursiva a partir da qual os fatos violentos ligados à favela passaram a ser narrados ainda durante os anos 1990. Mas ainda que a metáfora da guerra fosse invocada tanto para justificar os métodos de combate ao tráfico quanto para descrever seus efeitos no cotidiano da população carioca, havia, no pensamento social, um consenso sobre a ausência de objetivos políticos na ação de traficantes. A guerra, portanto, era uma metáfora.

Embora a territorialização das favelas fosse vista como ameaça à democracia, não estava em questão a possibilidade de perda da soberania nos territórios favelados. A ausência do Estado, mais que a presença do traficante, é que criava as condições de existência de um “poder paralelo”, também contestado no discurso sociológico.

Os traficantes não tinham objetivos políticos. Negociavam o silêncio dos moradores com a troca de pequenos favores e, a partir do final dos anos 1990, com a invasão de pontos de venda por traficantes de facções rivais, passaram a manter relações cada vez mais impessoais com as localidades em que exerciam seus negócios. Garantiam sua permanência simplesmente pela força. Embora a metáfora da guerra alicerçasse as narrativas sobre o combate ao crime, o discurso midiático também tangenciava a relativa instabilidade da representação do tráfico como poder paralelo.

No ano de 2010, a cobertura da ocupação do Complexo do Alemão traz outra discussão, embalada pela construção de um cenário em guerra: os traficantes seriam, de fato, uma organização terrorista? As vozes convocadas para responder à pergunta não são mais a dos sociólogos, embora algumas delas ainda permaneçam na cena midiática, como Alba Zaluar. Mas são os criminologistas, os especialistas em operações militares e os estudiosos de guerra que embasam a discussão, oferecendo ao leitor um aparato teórico e analítico a partir do qual se posicionar.

Outra característica específica da cobertura está no emprego de uma técnica de apuração e redação que desloca o leitor para o centro dos acontecimentos. Essa estratégia se aproxima bastante da empregada pela imprensa americana na Guerra do Golfo, conforme analisa Andersen (1995). Em sua pesquisa, ela levanta uma série de atributos que podem, também, nos ajudar a analisar os recentes episódios no Complexo do Alemão.

Andersen parte do pressuposto de que os executivos da mídia estavam diante de um dilema: tinham uma programação de altíssima audiência à qual nenhum anunciante gostaria de associar sua imagem. A solução, neste caso, foi travestir o conflito de cores positivas. Para chegar a tal efeito, a cobertura lançou mão de uma série de estratégias, como a utilização de

uma linguagem visual inspirada no cinema e nos games, a narrativa dos realities, e a criação de uma comunidade em torno da noção de patriotismo. Podemos identificar todas estas influências, em maior ou menor grau, no caso do episódio analisado, mas, em particular, acredito que a noção de patriotismo, que pressupõe a ideia de fazer parte, forneça uma importante chave de leitura.

Conforme argumentarei, a edição das páginas sobre a ocupação não apenas descreve as operações policiais e militares na região, como procura criar um consenso a respeito delas, referendado pelas informações publicadas e, principalmente, pelo depoimento daqueles que se consideram afetados pelo acontecimento. A recorrência a mensagens de famosos e anônimos, bem como a extensão da cobertura às redes sociais, não são apenas representações da expressão popular, mas, efetivamente, uma resposta à provocação midiática. Uma boa mostra desta adesão ao discurso unificado foi a criação do selo Paz, disponibilizado pelo microblog da editoria Rio de **O Globo**, no dia 28 de novembro e baixado por milhares de internautas.

Mais uma vez, identificamos não apenas o agendamento, mas efetivamente o protagonismo da mídia na geração de fatos que vão influenciar a sociedade, seja no nível político, seja no nível da sociabilidade.

Por fim, analisarei a forma pela qual o jornal assegura seu lugar de guardião da história, criando um fato memorável. A referência a episódios épicos e o uso de expressões que remetem à ideia de acontecimento histórico são as duas estratégias utilizadas para estabelecer significados para os acontecimentos narrados.

Antes de prosseguirmos com a argumentação, vale ressaltar que não se pretende discutir a pertinência das estratégias e táticas adotadas pela cúpula de segurança para ocupação do Complexo do Alemão, nem julgar sua eficácia – embora esteja no nosso horizonte a proposta de problematizar a libertação dos territórios favelados e a eliminação do tráfico de drogas no Rio de Janeiro. Enquanto houver pobreza e desigualdade extremas, o modelo de atuação do tráfico continuará a se perpetuar. Mas o foco principal da pesquisa será a análise dos discursos sobre a ocupação, seus significados e representações criadas, além de seus efeitos sociais.

O fato gerador da ocupação do Alemão, e da discussão sobre a presença ou não de grupos terroristas no Rio de Janeiro, foi uma série de ações coordenadas, em vários pontos da cidade, tendo como alvos veículos particulares e de transporte coletivo. A primeira ocorrência, registrada na nossa pesquisa, aparece no dia 11 de novembro. A reportagem

“Bandidos incendeiam quatro carros”, publicada na página 17 de **O Globo**, revela o início dos ataques:

A polícia está investigando uma nova modalidade de crime, na qual bandidos incendeiam veículos. Ontem à noite, dois homens numa moto jogaram coquetéis molotov em dois carros estacionados na Rua Paulo VI, perto do Morro Azul, no Flamengo.
[...] Segundo setores de inteligência da polícia, esse tipo de atentado está acontecendo a mando dos chefes do tráfico, com o objetivo de causar pânico na população, uma vez que estão perdendo o controle de favelas para as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). (BANDIDOS ..., 2010)

A ligação entre os atentados e uma ação coordenada do tráfico em represália à política de pacificação das favelas desloca o confronto dos territórios dominados pelo crime e coloca os “civis” na linha de fogo. Embora não seja a primeira vez que criminosos utilizem esta estratégia – em 2005 uma onda de incêndios a ônibus já havia inaugurado este tipo de ação – a associação põe em cena uma representação do traficante como terrorista.

A intensificação dos atentados – num único dia, 25 de novembro, foram 44 veículos – provocou uma reação da cúpula de segurança do Estado, que decidiu ocupar a Vila Cruzeiro – “o principal bunker do tráfico no Rio” (O DIA ..., 2010). A cobertura desta operação será o foco da nossa análise. Embora para efeitos quantitativos, a pesquisa tenha selecionado apenas o dia 28 de novembro, para análise qualitativa do episódio optei por trabalhar com quatro edições consecutivas: 26, 27, 28 e 29 de novembro. A partir delas, pretendo identificar as representações, valores e interesses em jogo nos discursos sobre a *Guerra do Rio*.

Nossa primeira edição analisada, a do dia 26 de novembro, traz uma única manchete na capa: “O Dia D da guerra ao tráfico” (Imagem 22). Três subtítulos dão o tom da cobertura: “Com inédito apoio da Marinha, tropas do Bope desembarcam na Penha e ocupam bunker do tráfico”; “Traficantes fogem em massa para o Alemão, mas mantém ataques incendiários à cidade”; “População aplaude polícia e acompanha operação pela TV em clima de ‘Tropa de elite 3’”.

Na foto principal, um tanque americano M-113, de uso exclusivo da Marinha, considerado estratégico na ocupação da Vila Cruzeiro, uma vez que usa esteiras, em vez de rodas, conseguindo literalmente passar por cima dos obstáculos colocados pelos traficantes nas entradas da favela. Abaixo da manchete, duas imagens da TV Globo, que correram o mundo através da internet, mostrando os traficantes fugindo em direção ao Morro do Alemão, por um acesso na mata.

Imagem 22

oglobo.com.br

O GLOBO

IRINEU MARINHO (1876-1925)
RIO DE JANEIRO, SEXTA-FEIRA, 26 DE NOVEMBRO DE 2010 • ANO LXXXVI • Nº 28.235
ROBERTO MARINHO (1904-2003)

Nesta edição, caderno especial

O BLINDADO americano M-113, da Marinha, abre o caminho para os caveirões do Batalhão de Operações Policiais Especiais: apoio logístico foi decisivo para a retomada de território do tráfico na Zona Norte

O Dia D da guerra ao tráfico

Com inédito apoio da Marinha, tropas do Bope desembarcam na Penha e ocupam bunker do tráfico

Traficantes fogem em massa para o Alemão, mas mantêm ataques incendiários à cidade

População aplaude polícia e acompanha operação pela TV em clima de 'Tropa de elite 3'

SEM CONDIÇÕES de reagir, os bandidos armados tomam o caminho do vizinho Complexo do Alemão

EM FILA INDIANA, os traficantes chegam ao novo refúgio, que já foi cercado por policiais civis e federais

• Seis blindados do Corpo de Fuzileiros Navais, da Marinha, transportando militares e policiais do Bope, fizeram a diferença ontem em operação policial histórica que retomou, na Vila Cruzeiro, na Penha, o principal bunker do tráfico no Rio. O comboio foi aplaudido pelas pessoas nas ruas. Numa semelhança simbólica com o desembarque das tropas aliadas na Normandia — que abriu as portas para a derrota da Alemanha nazista —, a ação na cidade foi o Dia D do combate ao tráfico que, desde domingo, realiza ataques em vários locais. Só ontem foram mais 44 veículos incendiados, alguns já na Zona Sul. Apesar de os blindados da Marinha terem metralhadora .50, o armamento não foi usado. Houve intenso tiroteio entre as forças de segurança (cerca de 600 policiais civis, militares e fuzileiros) e traficantes. Quando perceberam que era impossível deter os blindados — que têm esteiras em vez dos pneus dos caveirões —, os bandidos recuaram e fugiram em direção ao vizinho Complexo do Alemão, sem que fossem detidos. As imagens da fuga de cerca de 200 bandidos armados de fuzis, transmitidas do helicóptero da TV Globo e exibidas ao vivo, causaram perplexidade e foram assistidas em clima de uma ainda inexistente versão de "Tropa de elite 3". O episódio repercutiu no mundo inteiro. A Polícia Federal entrou na guerra, participando do cerco às imediações do Complexo do Alemão. O secretário de Segurança, José Mariano Beltrame, disse que caiu o porto seguro do tráfico, agradeceu à Marinha, mas criticou o Exército. À noite, o Ministério da Defesa anunciou o envio de 800 homens do Exército, 10 blindados, dois helicópteros da FAB e equipamentos. Caderno especial, Merval Pereira, página 4, Miriam Leitão, página 30, e Dos Leitores, página 8

2ª Edição Metropolitana • Preço desta exemplar no Estado do Rio de Janeiro: R\$ 2,00 • Circulam com esta edição: Classificados, Segundo Caderno, Rio Show e Caderno Esportes. 138 páginas

O Globo, 26 nov. 2010

Parece mesmo que a cobertura da invasão do Morro do Alemão pelas Forças Armadas era esperada há muito pela imprensa. Já no ano de 1994, quando a Operação Rio II levou os tanques do Exército à favela, o astuto Zuenir Ventura, que conviveu dez meses com os soldados do outro lado do front, em Vigário Geral, alertava a imprensa sobre a avidez com que ansiava pela “solução final”, ao mesmo tempo em que temia um retrocesso no processo democrático. Num artigo publicado no **JB** em 12 de novembro, em tom de repreensão, comparava o clima que antecedeu à ocupação das favelas, efetivada menos de uma semana depois, a um dos momentos mais importantes para a libertação do território francês do domínio alemão, durante a Segunda Guerra.

O sigilo que cerca as preparações bélicas está aumentando a expectativa e gerando especulações. Há sempre um repórter entrando pela redação cheio de boatos e excitação, com ar de quem anuncia o desembarque da Normandia: 'Parece que vai ser essa noite.' O sujeito oculto da frase nem precisa ser pronunciado. Todo mundo sabe. O não-dito é a 'invasão' - a invasão das favelas. (Haja ..., 1994)

Dezesseis anos depois, o editor da primeira página de **O Globo** repete a comparação, não mais em tom de repreensão, mas de modo triunfalista. No texto, sua representação particular do episódio: “(...) Numa semelhança simbólica com o desembarque das tropas aliadas na Normandia – que abriu as portas para a derrota da Alemanha nazista – a ação na cidade foi o Dia D do combate ao tráfico que, desde domingo, realiza ataques em vários locais” (O DIA ..., 2010).

Duas outras referências chamam atenção no evento escolhido para comparação: a menção ao Dia D, como ficou conhecida a data que marcou o início da derrocada do nazismo, e o fato de se tratar de uma batalha contra os alemães. O Alemão – que, aliás, é uma gíria muito usada pelos traficantes para denominar seus rivais -, é o inimigo que ameaça a democracia e a supremacia territorial.

Outras referências povoam a cobertura do evento. No canto direito da página, uma charge representa o Cristo vestindo um uniforme preto com o nome da polícia e óculos Ray Ban. De braços abertos, não é o Cristo quem olha por nós, mas o policial redentor. Dificilmente poderíamos encontrar melhor exemplo da crença do poder humano de evitar o sofrimento.

A cobertura ganhou um caderno especial com 16 páginas, produzidos por 45 profissionais, entre repórteres, redatores e editores-assistentes, além de três diagramadores, sob coordenação do editor da editoria Rio. Alguns elementos estruturam e ancoram a

cobertura, produzindo um consenso a respeito dos significados dos fatos reportados. O primeiro deles, sem dúvida, é o de que se trata de um episódio de guerra. “A guerra do Rio”, como de costume, é o antetítulo que permeia toda a cobertura, no alto da página. Desta vez, a imagem-símbolo é o M-113, blindado da Marinha que permitiu a passagem das tropas sobre todos os obstáculos colocados pelos traficantes.

Como o esperado confronto entre as forças policiais e os bandidos não aconteceu, as imagens que reforçam a retórica da guerra são as dos veículos queimados em toda a cidade e a de policiais empunhando fuzis a pé ou nos comboios que seguiam para a região, considerada no jornal como a Faixa de Gaza da vez⁵¹.

Já na capa do caderno especial, a foto de um ônibus queimando, em plena Avenida Presidente Vargas, e com a Candelária ao fundo, é emblemática da situação de descontrole social em que ocorreram os eventos no Complexo da Penha (Imagem 23). Aliás, a construção de um nexo entre a invasão do conjunto de favelas que compõem Vila Cruzeiro e Alemão e os ataques em toda a cidade é bem definida pelo comandante do Estado-Maior da PM, coronel Álvaro Garcia: “Esta região sempre trouxe transtorno para a cidade, e agora chegamos aqui para resolver” (A RECONQUISTA ..., 2010). Há, portanto, uma relação direta entre a favela e a segurança no asfalto.

Mais uma vez vale ressaltar que conhecemos bem de perto o que significa viver sob o domínio do terror do tráfico. E reconhecemos que as ações na cidade, àquela época, poderiam, de fato, ter o objetivo de tirar o foco da polícia da ocupação de favelas e colocá-lo sob as ruas do Rio, preservando os lucros do tráfico. Mas também sabemos que a verdadeira guerra contra o narcotráfico não será decidida apenas com a chegada da polícia às regiões marcadas pela venda de drogas, mas depende de uma série de outras ações coordenadas – e talvez muito menos espetaculares – cuja discussão não cabe no escopo desta pesquisa.

O que vemos, no entanto, são representações de uma ação redentora, muito bem explicitada pela imagem do policial-Rambo, que surge, na página 2, em meio à fumaça apontando seu fuzil na direção do inimigo. A tomada do fotógrafo, num plano bem de frente para o acontecimento, sugere uma foto de divulgação de um novo filme policial de Hollywood. Como outras guerras recentes, às quais assistimos pela TV, esta também está repleta de imagens filmadas ao vivo pelas câmeras de TV e reproduzidas nos jornais. E sem dúvida as dos traficantes em fuga para o morro do Alemão, onde se dará o próximo capítulo da trama, foram as mais emblemáticas do momento.

⁵¹ Como vimos, Maré e Rocinha já assumiram esta posição em outros momentos de conflito.

Imagem 23


O GLOBO
A GUERRA DO RIO

SEXTA-FEIRA, 26 DE NOVEMBRO DE 2010 • 3ª edição



TRAFICANTES FOGEM pelo alto da Vila Cruzeiro, na Penha, que dá acesso ao Complexo do Alemão. Mais de 200 bandidos se embrenharam pela mata. Polícia Federal ajuda no cerco para capturar o bando

A fortaleza era de papel

Traficantes da Vila Cruzeiro abandonam o reduto, considerado inexpugnável, diante da tática da polícia, que chegou em seis blindados da Marinha. Mas os ataques nas ruas continuam



UM CARRO blindado cedido pela Marinha é pilotado por fuzileiro naval

Numa ação ousada, que envolveu cerca de 600 homens e logística da Marinha do Brasil, a polícia do Rio deu uma resposta ao tráfico que entra para a história do Rio como uma das mais contundentes dos últimos anos. Com ela, cai por terra um velho mito, sempre lembrado desde o início das Unidades de Polícia Pacificadora, de que os grandes complexos de favelas da cidade, como a Penha e o Alemão, eram territórios do tráfico quase inexpugnáveis. No final da tarde de ontem, a imagem de policiais no alto da encosta, onde havia o cruzeiro que dá nome à favela, era emblemática. A fortaleza do narcotráfico revelou-se de papel, suscetível a uma operação que combinasse tropa treinada e surpresa tática.

Foi tudo o que aconteceu ontem. De símbolo do poder paralelo, que a dominou por anos, a Vila Cruzeiro passa a troféu do estado, que retomou uma área de mais 200 mil metros quadrados, que estava alijada da cidade formal. Passando sobre todas as barricadas que os traficantes instalaram nos acessos ao morro, principalmente usando pneus em chamas, os carros blindados sobre esteiras, pilotados por fuzileiros navais — em vez dos caveiros que fatalmente ficariam nos obstáculos, por terem pneus —, avançaram por dentro das vielas, empurrando o que estivesse pela frente e obrigando os traficantes a uma fuga em massa pela mata — foram pelo menos 200. Agora, são as polícias Civil e Federal que fazem um cerco na região para capturar o bando.

ro, o subchefe operacional da Polícia Civil, delegado Rodrigo Oliveira, disse a frase que resumiu o feito: — A comunidade hoje pertence ao estado. Enquanto novos ataques se multiplicavam em pontos aleatórios, a equipe da segurança adotou uma estratégia de risco. Ao contrário do que se esperava, a considerar situações semelhantes vividas no passado, a polícia não se limitou a combater os focos de terror no asfalto. A tropa, que tinha o Bope à frente, foi para o confronto, tomando de assalto o campo do inimigo. Enquanto combatia no front, nas ruas a situação ainda era de medo. Ontem, pelo menos 21 ônibus e microônibus foram incendiados, além de 14 carros de passeio, cinco vans e Kombis, três caminhões e uma moto. Entre

os bairros que presenciaram as ações criminosas, estão Centro, Penha, Madureira, Méier, Tijuca e Cachambi. No mais violento, na Tijuca, um trocador de ônibus teve 60% do corpo queimados. Fora do Rio, foram registradas ocorrências em São Gonçalo, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Cabo Frio e Macaé. Bandidos também jogaram granadas no pátio do Departamento de Policiamento Ostensivo (DPO) da Chatuba, em Mesquita, e no estacionamento do supermercado Guanabara de Bonsucesso. Ninguém se feriu. Desde domingo, a guerra do Rio registrou 188 prisões e 32 mortes. O balanço da operação de ontem — o nosso Dia D — não se resume, no entanto, a uma contabilidade numérica. É a herança que deixará para a política de segurança do Rio só será entendida no decorrer da batalha. ■



MAIS UMA ação do tráfico à noite: bandidos atacaram um ônibus, que foi totalmente destruído pelas chamas, em plena Avenida Presidente Vargas, no Centro, com a igreja da Candelária ao fundo. Ninguém se feriu

Outras imagens constroem a narrativa: os mapas da região conflagrada, os infográficos com desenhos das armas da polícia, acompanhados de uma minuciosa descrição de suas características técnicas, gráficos com indicadores da região, fotos de arquivo que produzem uma memória dos acontecimentos no Alemão para a cidade – a morte de Tim Lopes, duas operações policiais, em 2007 e em 2008, a ocupação durante a visita do presidente Lula, a construção do teleférico. Dos moradores, a única imagem se refere à outra operação, em Honório Gurgel, revelando que o Complexo da Penha não era o único alvo da polícia, naquele momento, embora a reportagem nos faça acreditar que sim.

Entre a covardia dos bandidos e a supremacia policial revelada nos números, nas imagens e no texto, a ausência dos favelados seria um mero detalhe naquela cobertura, fato que, como veremos, vai se modificando nos dias subseqüentes. Diante da guerra, a situação dos civis importa menos do que o desfecho no front. Os textos também reforçam a retórica da guerra, adotando um tipo de discurso bastante comum neste tipo de cobertura: o da testemunha ocular dos fatos.

O repórter Antônio Werneck, como típico correspondente de guerra, narra em primeira pessoa suas impressões sobre os eventos do dia. Diferente do restante da cobertura, preocupada com os números, as armas, os detalhes táticos, as declarações de autoridades e personagens, o texto é construído a partir de uma experiência íntima com o perigo. Os cheiros, os sons, a visão de um cenário destruído impregnam a narrativa de uma forte carga emotiva e levam o leitor direto para o cenário da guerra.

A inevitável comparação com outras guerras também se realiza em retrancas que reproduzem a opinião de acadêmicos especializados no assunto. Ou nas declarações de líderes de ONGs brasileiras e de países que viveram a experiência do conflito armado para combater o narcotráfico. E até uma inexplicável comparação com a guerra do Iraque, justificada no texto pelo fato de tratar-se da ocupação de áreas pobres marcadas por conflitos.

Em relação à argumentação que estruturou a edição, gostaríamos de chamar atenção para dois outros detalhes: o primeiro é o apoio da população às ações da polícia, manifestado, por exemplo, nas declarações colhidas nos textos, como as da retranca “População aplaude a passagem da tropa”. Na foto, rostos atentos diante do comboio. Nem um sinal de aprovação ou entusiasmo. Mas a manchete enquadra e ressignifica a imagem. E as imagens do Eu-repórter, editoria que publica material enviado por internautas, reforçando a ansiedade da população por uma ação efetiva. A participação do material produzido pela internet também terá uma função decisiva ao longo da cobertura, como veremos.

Outro detalhe importante é revelado a partir de dois infográficos publicados nas páginas 6 e 11. Destacando a página central do caderno, as duas podem ser vistas espelhadas, como um conjunto único, e mostram a localização dos ataques a veículos e prédios públicos em relação à localização de UPPs.

Há, portanto, um apoio tácito – ou explícito – à política de segurança do governo do Estado, que subjaz a construção deste tipo de argumentação: onde há UPPs, há menos violência. A população anseia pelas ocupações e aplaude as ações da polícia neste sentido. A UPP é o caminho e a solução para o problema que tanto aflige o carioca do asfalto.

No dia seguinte, a cobertura terá um foco mais amplo, dividindo-se entre as ações no Alemão, para onde migraram os bandidos fugidos, e o Cruzeiro, onde a população tentava retomar a rotina. A capa expressa esta tensão, entre o território arrasado, mas em processo de recuperação, e o território conflagrado, representado por duas fotos: a de um grupo de moradores da região, diante das motos abandonados pelos criminosos em fuga, e a de dois traficantes, empunhando suas armas num desafio à polícia.

Nas doze páginas de cobertura da Guerra do Rio, desta vez incorporadas ao primeiro caderno, o jornal detalha a participação de 800 paraquedistas no confronto, autorizada pelo presidente Lula, a redução dos ataques a veículos na cidade, a reação dos moradores do Cruzeiro, diante do cenário arrasado, uma discussão sobre o conteúdo terrorista das ações de traficantes, e uma incipiente campanha, iniciada pela internet, de apoio às ações do Estado, inspiradas num sentimento de patriotismo carioca.

Do ponto de vista comercial, a edição diferencia-se da anterior porque incorpora páginas inteiras de publicidade ao noticiário, como a página da Rede Globo, e anúncios nas páginas com matérias, como os do Disque-Denúncia. Inclui-se, entre eles, a campanha produzida e financiada por um conjunto de sete entidades de mídia com a assinatura “O Rio vai vencer” e hashtag incentivando a divulgação da campanha no twitter.

Em relação ao dia anterior, a cobertura reduz o tom triunfalista e encara com cuidado a operação no Alemão, que no dia anterior fez diversos policiais e civis feridos. As imagens de um militar e de um morador no chão, bem como o relato do fotógrafo Marcelo Piu revelam que a guerra não chegou ao fim, como parecia, mas mudou de cenário. Neste momento, portanto, as manifestações de apoio têm um papel fundamental, uma vez que a reação dos traficantes às tentativas de tomada de território aumentara o risco de baixas entre civis.

Os leitores têm, dessa maneira, um papel distinto do de espectadores. Eles fazem parte. São deslocados para o centro do conflito. Neste sentido, é bem sintomática, também a

reportagem “Blindado se torna estrela da operação”, publicada na página 31. Tal como os correspondentes da Guerra do Golfo descritos por Andersen, a equipe de reportagem de O Globo embarca no Mowag Piranha da Marinha ao lado de policiais do Bope e comandantes dos fuzileiros navais rumo à Vila Cruzeiro. Como resultado, fotos do interior do veículo e uma descrição sobre a sensação de estar num tanque de guerra, da qual, virtualmente, o leitor participa.

Neste clima, chegamos à edição de 28 de novembro, incluída estatisticamente no corpus da pesquisa. Um caderno especial com dez páginas registrou os últimos acontecimentos relacionados à ocupação do Complexo da Penha, tanto no conjunto de favelas do Cruzeiro quanto no Alemão, além de outras ações para deter o poder do tráfico na cidade, e a reação dos cariocas às operações da polícia, inclusive na internet.

As três fotos principais da capa, naquela edição, se referiam ao evento: a imagem do êxodo dos moradores do Alemão, obrigados a mostrar seus pertences antes de deixar o morro, o tanque Urutu usado pelo Exército, e a prisão de Mister M, tido como gerente do tráfico local e único a se render após ultimato da polícia. A manchete enquadrava todas as imagens e lhes fixava os significados: “Bandidos não aceitam ultimato e polícia decide invadir Alemão hoje”.

No interior do jornal, uma foto ainda mais contundente: diante de um tanque Urutu, moradores suspendem as camisas para mostrar que não têm nada a esconder. Fechada no dia anterior, a manchete da capa antecipava o que aconteceria naquela manhã: “Negociação fracassa e Alemão será invadido” (Imagem 24). Conforme o texto explicitava:

[...] Depois de horas de uma negociação difícil e infrutífera no coração de uma das favelas mais violentas do Rio, intermediada por José Júnior, um dos nomes mais conhecidos no Rio por seus trabalhos sociais junto ao AfroReggae, o destino da batalha começa a ser traçado nas primeiras horas da manhã deste domingo. É hoje a invasão. (NEGOCIAÇÃO ..., 2010)

O jornal apostava todas as fichas na informação da polícia, amparado por um toque de recolher dado na noite anterior: a partir das 19h30, os próprios moradores foram impedidos de subir o morro. Mais uma vez lembrando que naquele lugar foi morto o jornalista Tim Lopes, o jornal reiterava a informação de que o Estado havia mobilizado 2.600 homens para a operação e que segundo o governador não havia possibilidade de recuo, mas aceitava a rendição dentro das normas internacionais.


O GLOBO
A GUERRA DO RIO

DOMINGO, 28 DE NOVEMBRO DE 2010



DIANTE DE UM tanque usado para retomar a comunidade, moradores levantam as camisas para mostrar que estão desarmados

Negociação fracassa e Alemão será invadido

AfroReggae tenta obter rendição dos traficantes, mas só um se entrega; ocupação começa nesta manhã

Ana Cláudia Costa, Gustavo Goulart, Marcelo Dutra, Natanael Damasceno e Renata Monti

Um ultimato. Numa última tentativa para evitar um banho de sangue, em que exigia a rendição imediata dos traficantes, a polícia esperou durante todo o sábado que eles se entregassem, deixando especialmente tenso o dia de ontem no entorno do Complexo do Alemão, em que cada gesto, de um lado e outro, parecia alimentar uma guerra psicológica em que policiais e bandidos mediram forças. Depois de horas de uma negociação difícil e infrutífera no coração de uma das favelas mais violentas do Rio, intermediada por José Júnior, um dos nomes mais conhecidos no Rio por seus trabalhos sociais junto ao AfroReggae, o destino da batalha começa a ser traçado nas primeiras horas da manhã deste domingo. É hoje a invasão. O prenúncio de que a hora da decisão estava próxima foi dado ainda na final da noite quando, por volta das 19h30m, até mesmo moradores passaram a ser impedidos de entrar no morro. No front, está, de um lado, um efetivo de 2.500 homens formado pelas tropas mais preparadas da polícia fluminense, além de militares das Forças Armadas. E de outro, na resistência, pelo menos 600 bandidos fortemente armados.

Ontem, o comando das operações chegou a levar, várias vezes, tanques de guerra até a fronteira do Alemão, fazendo menção de que poderia invadir o território inimigo. Mas só hoje deve-se avançar sobre a mais fechada comunidade do estado, onde foi assassinado barbaramente o jornalista Tim Lopes.

Dando primeiro um aviso e depois afirmando que se tratava de uma ordem, o comandante da Polícia Militar, Mário Sérgio Duarte, disse que o objetivo era poupar vidas. O recado foi direto: a rendição seria possível, em segurança, dentro das normas internacionais — com mãos e fuzis na cabeça.

— Não há nenhuma hipótese de os traficantes ficarem aqui. Eles devem se entregar a tempo porque depois vai ficar complicado —

disse Duarte. — Quem sair vai ter que se entregar com as mãos e armas sobre a cabeça.

Pela TV, no decorrer das horas, a polícia difundiu que já não se tratava mais de um recado, mas de uma ordem. Era lembrado que o estado do Rio possui armas, homens, munição e equipamentos em quantidade suficiente para sustentar um ataque de longa duração. A invasão, era dito, poderia acontecer a qualquer momento. Eventuais barreiras impostas por traficantes ou até mesmo o uso de dinamites — assinalava-se — não seriam problema para a progressão dos militares rumo ao domínio total do morro. Há recursos para "varrer tudo que estiver

pela frente", falava o comandante da PM.

Pouco depois do meio dia, José Júnior do AfroReggae surgiu para negociar com os bandidos enfileirados no complexo. Acompanhado por um grupo, Júnior deu uma rápida parada na subida da Rua Nova ao chegar ao Alemão, fez alguns telefonemas e subiu dizendo que ia até o alto do morro "resolver a parada". Ao descer, o fracasso da operação ficou claro. Não houve acordo. Sem dar entrevistas, o coordenador do AfroReggae pediu uma hora e meia e disse que, mais tarde, falaria com jornalistas. Depois, pelo Twitter, Júnior mostrou-se inseguro sobre o que poderá acontecer

daqui para frente:

— Agora é torcer pelo bom senso e por dias melhores. Os complexos da Penha e do Alemão, assim como o Rio, nunca mais serão os mesmos.

Apenas um bandido se entregou. Convinco pela mãe — que afirmava ter lido dez filhos, todos, com exceção de um, trabalhadores —, Diego Raimundo da Silva dos Santos, de 25 anos, o Mister M, que integra o alto escalão do tráfico do Alemão, foi levado até um ponto na Grota, uma localidade no Alemão, para se entregar. A rendição foi negociada com o delegado da 6ª DP (Esfíquio), Luiz Alberto de Andrade, que já atuara na área da Penha. No local combinado com o traficante, a polícia deixou uma caixa com algemas. Na delegacia, Mister M ria o tempo todo, parecendo debochar da situação. José Júnior, que conhece a família, esteve lá para dar apoio à mãe do bandido.

Além de não se entregarem, os bandidos ainda tentaram uma estratégia arriscada para escapar. Muitos largaram as armas e tentaram deixar o Alemão como se fossem moradores comuns. A expectativa era de não ser parado na barreira. Outra possibilidade, se pegos por um policial, era não ser identificado como integrante do bando já que alguns sequer têm antecedentes criminais. Ao longo do dia, 32 pessoas foram detidas. Muitas tentando este recurso. Mas foram reconhecidas. Apenas um menor admitiu fazer parte da quadrilha de traficantes.

O governador Sérgio Cabral divulgou nota oficial no início da noite, garantindo que não haverá recuo.

— As operações são essenciais para garantir o ir e vir das pessoas. O momento é de retomada de territórios, de afirmação da ordem e do estado de direito democrático — dizia a nota. — Estamos todos unidos. Todos com o mesmo propósito: seguir em frente, sem qualquer recuo, na busca da libertação das pessoas do poder de bandidos nas comunidades.

Hoje, a polícia quer retomar o Alemão. Depois do Dia D, em que chegou ao cume da Vila Cruzeiro, espera-se recuperar mais um território carioca por direito. ■

Do que ri o traficante Mister M?



• O traficante Diego Raimundo da Silva dos Santos, de 25 anos, conhecido como Mister M, não parece preocupado com os anos de prisão que deverá cumprir. Braço direito do chefe do tráfico do Alemão, Luciano Marilano da Silva, o Pezão, ele é acusado de ter participado em 2008 da morte de Antônio Ferreira, o Tota, que até então controlava o tráfico na favela. Estaria ainda por trás das ordens da última onda de ataques. Em um vídeo do ano passado, aparece num baile funk na favela segurando um fuzil. O Disque-Denúncia ofereceu R\$ 1 mil por informações que levassem a sua captura.

Num pequeno boxe, ainda na capa, o jornal se perguntava: “Do que ri o traficante Mister M?”, único a se render por intercessão da mãe. Mas no texto principal, já havia respondido à pergunta: “Mister M ria o tempo todo, parecendo debochar da situação” (DO QUE RI ..., 2010).⁵²

Toda a atmosfera da cobertura gira em torno da expectativa da invasão. Nas entrelinhas, os personagens deixam antever a angústia de um massacre. Na página 2, esta mensagem é bastante clara, do título – Êxodo após o ultimato da PM – às fotos, de famílias deixando às pressas a região. Na página 3, uma reportagem sobre a tentativa frustrada e não-oficial de obter a rendição dos bandidos, empreendida por José Junior, do AfroReggae (Imagem 25), e outros mediadores de conflitos em áreas conflagradas.

Outras três páginas são dedicadas à discussão das ações da polícia neste e em outros episódios envolvendo o tráfico de drogas, uma quarta analisa o trabalho da Prefeitura na retirada dos destroços e recuperação dos serviços públicos, atingidos durante os conflitos. O tom triunfalista, que marcou o primeiro dia da cobertura, retorna na última página, com a reportagem “A hora do social e do urbanismo”, em que são anunciados R\$ 400 milhões em investimentos para o Complexo da Penha, através do programa Morar Carioca, que previa a construção de moradias, comércio popular, áreas de lazer e preservação ambiental, espaços de educação e cultura, clínica da família e, claro, uma unidade de Polícia Pacificadora. Num box, a reportagem resume os acontecimentos dos últimos dias que marcaram a região, além de relembrar, mais uma vez, o fato de que ali foi assassinado o jornalista Tim Lopes.⁵³

É também sobre a Vila Cruzeiro a outra reportagem da edição que fala não do medo, mas da esperança de dias melhores. “Esperança de paz na caixa de fósforos” reproduz as palavras de uma moradora que, sem identificar-se, entrega uma caixa de fósforos à equipe de reportagem da TV Globo. Dentro dela, uma mensagem de apoio às forças do Estado e um pedido de paz para a cidade.

Sem dúvida, poderíamos problematizar as condições em que esta fala emerge, já que reitera o discurso da pacificação e exalta o trabalho das forças militares, consideradas como heróicas. Mas sem dúvida é relevante marcar a possibilidade de expressão do favelado, por tanto tempo tolhida pelo medo do tráfico e pela desconfiança da imprensa.

⁵² Numa entrevista à rede Record, Mister M, já solto e trabalhando para o AfroReggae, daria sua versão. Convencido pela mãe e pelo irmão evangélico a se render, teria descido o Alemão ao lado dos dois sem ser reconhecido pelos vários policiais pelos quais passou até o pé do morro, onde se entregou ao policial, diante da imprensa. E sem um arranhão, o que lhe parecia improvável naquela situação.

⁵³ Tim Lopes é também o nome de uma escola municipal, construída na Avenida Itararé, num dos acessos ao Morro do Alemão, e inaugurada em junho daquele ano.

Imagem 25

Domingo, 28 de novembro de 2010 O GLOBO ESPECIAL • 3

A GUERRA DO RIO

AfroReggae tentou fazer diferença

Coordenador da ONG, José Júnior, buscou convencer traficantes a se entregarem

Isabela Dantas

A invasão iminente do Complexo do Alemão já tinha sido anunciada pelo comandante da PM, coronel Mário Sérgio Duarte, o mandar, pela manhã, um aviso aos traficantes de que a hora de se render era aquela. Nos acessos às favelas, policiais e viaturas se posicionavam, quando o coordenador-executivo do AfroReggae, José Júnior, chegou à comunidade, pouco antes das 14h. Acompanhado de cinco pessoas, entre elas o pastor Rogério Menezes e o presidente da Associação de Moradores da Grota, Wagner Bororo, e vestido de uma camiseta do AfroReggae, Júnior entrou no complexo de favelas disposto a tentar a rendição dos bandidos.

O desfecho das negociações — que se revelaram infrutíferas — pode ser acompanhado em parte pelo perfil de Júnior no Twitter. O coordenador da ONG justificou a medida, dizendo que tinha ido ao Alemão por conta própria, agradeceu mensagens de apoio recebidas e afirmou que estava bem de saúde.

“Tô com o pastor Rogério, Chechena, JB, Cristiano, Bororo e equipe. Vimos por livre e espontânea vontade. Todos os riscos são da nossa responsabilidade. Obrigado pelas mensagens. Tô bem”, escreveu o coordenador do AfroReggae.

Narração pelo Twitter

• O grupo de José Júnior circunavejou o Complexo do Alemão durante toda a tarde, passando diversas vezes pela Rua Joaquim de Queiroz. Perto da Avenida Ipiranga, Júnior chegou a ser agredido por cerca de dez pessoas munidas com bandeiras brancas. Os moradores faziam uma manifestação pela paz e um homem, usando um alto-falante, informava a todo momento para que os moradores não ficassem no meio da rua porque o tráfico “não está dormindo” e que era hora de chegada do almoço dos “meninos do movimento”.

Meia hora depois de chegar ao complexo, Júnior fez a menção no Twitter aos policiais que estão no Alemão.

“Também conversei com alguns policiais e vi que todos querem resolver da melhor maneira possível. Minutos depois, agradeceu o apoio recebido.

“Nessas horas que sentimos a presença de uma força muito maior que nos magnetiza em prol de uma energia maior.”

Às 15h40m, pouco mais de uma hora e meia depois de ter chegado ao epicentro das ações policiais, o coordenador do AfroReggae chegou a anunciar via internet as primeiras rendições de traficantes.

“Já tem gente se entregando espontaneamente”, escreveu.

Às 16h, José Júnior publicou no Twitter uma foto do grupo que subia a ladeira, com o título “Equipe do bem”. O líder do AfroReggae afirmou também que conlia no governador Sérgio Cabral. “Confio, Admiro e Respeito muito o @SergioCabralRJ”, escreveu.

‘Eu sou o Bope do AfroReggae’

• Carioca de 42 anos, Júnior foi produtor de festas antes de ajudar a montar o AfroReggae. Da produção de eventos de cunho afro é que acabou surgindo a ideia de criação de um jornal para, inicialmente, divulgar a programação do grupo. O periódico foi o primeiro passo para o surgimento da ONG, que se oficializaria e ganharia corpo depois da Chacina de Vigário Geral, em agosto de 1992.

O homem que é a personificação da ONG não tem formação

Dominga Pinheiro

MEDIADOR DA PAZ. O coordenador do AfroReggae, José Júnior (de camisa preta e óculos escuros), tentou, sem sucesso, negociar a rendição dos traficantes. Ele foi acompanhado por cinco pessoas, entre elas, o pastor Rogério Menezes e o presidente da Associação de Moradores da Grota, Wagner Bororo



De Vigário Geral para o mundo

Grupo cruza fronteiras e administra hoje 74 projetos sociais

• Fundado oficialmente em 1993, o Grupo Cultural AfroReggae surgiu para oferecer atividades socioculturais para jovens moradores de favelas como forma de fortalecer sua auto-estima, contribuir para a construção de sua cidadania e afastá-los do narcotráfico. O grupo pretendia transformar a realidade de jovens moradores de favelas utilizando a educação, a arte e a cultura como instrumentos de inserção social.

O cenário do projeto foi o jornal AfroReggae Notícias, cuja primeira edição circulou em agosto de 1992. O grupo começou a ganhar notoriedade depois da chacina de Vigário Geral, naquele mesmo mês de agosto, em que 21 moradores foram mortos. Um mês depois, os produtores do AfroReggae Notícias chegaram à favela oferecendo oficinas de música, capoeira, reciclagem de lixo e dança afro.

De Vigário, a entidade se expandiu chegando hoje a outras quatro grandes favelas: Complexo do Alemão, Cantagalo, Parada de Lucas e Nova Era, esta em Nova Iguaçu. Nas pretensões do grupo, está inaugurar um núcleo da ONG na Vila Cruzeiro. Hoje, o AfroReggae administra 74 projetos sociais. Os trabalhos foram desenvolvidos inclusive em outros países como a Inglaterra. A música manteve-se como vertente: este ano, até um bloco do grupo desfilou na orla da Zona Sul.

Em outubro de 2009, um bloqueio tomou conta do grupo, com a morte de Evandro João da Silva, coordenador do AfroReggae, num assalto no Centro. O caso ganhou ainda mais repercussão porque imagens mostraram PMs liberando os bandidos e pegando os pertences de Evandro.

O drama voltou ao AfroReggae em abril deste ano. O menino violonista Diego, de 12 anos, que emocionou o país ao chorar durante cerimônia em homenagem a Evandro em 2009, morreu em decorrência de uma leucemia aguda. A foto da criança deu o Prêmio Esso 2010 ao programa do GLOBO, Marcos Tristão.

Uma das vertentes do AfroReggae que mais ganharam força nos últimos tempos foi o projeto Empregabilidade, coordenado pelo ex-presidário Norton Guimarães. Segundo o grupo, o programa de reinserção no mercado formal com carteira assinada já beneficiou 1.050 jovens, 685 deles saídos do tráfico ou de presídios. Há atualmente 24 empresas parceiras da iniciativa. Entre os casos emblemáticos de recuperação está o de Cláudio Fontoura Puma, de 47 anos, mostrado este ano pelo GLOBO. Depois de três décadas envolvidos com crimes graves, ele atualmente trabalha com carteira assinada na ONG.

MÚSICA e uma das vertentes do AfroReggae: este ano bloco desfilou na Zona Sul



Pastor e mediador de conflitos

• O pastor Rogério Menezes, que acompanhou José Júnior ao morro, é apresentado no site do AfroReggae como o mediador de conflitos do grupo. Na página, há um link para uma reportagem da Revista Trip sobre o religioso. Com título “Bilindado por Deus” o texto diz que “no fogo cruzado da guerra travada entre polícia e tráfico de drogas, um homem circula imune”. Diz ainda que o pastor age há 17 anos na intermediação de conflitos com traficantes e é “respeitado por bandidos e políticos, por comunidades carentes e pelo Bope”. A reportagem narra um encontro do pastor com 13 traficantes, em julho deste ano, em uma comunidade não identificada. Na segunda temporada do programa “Conexões Urbanas”, produzido pelo AfroReggae e exibido no canal Multishow este ano, Rogério aparece acompanhando José Júnior em visita realizada no Complexo Penitenciário de Bangu para entrevistar presos.

Acadêmica, tendo apenas completado o Ensino Fundamental. Em julho deste ano, em entrevista ao Conselho da Revista Megazine, do GLOBO, o apresentador do “Conexões Urbanas”, do canal Multishow, não teve problemas em dizer que foi mais aluno e que o pai cortava um dobrado para que estudasse. “As garotas não me davam confiança, eu era muito feio, cheio de espinhas. Só fui respeitado quando comecei a brigar bem. Era uma máquina de bater e isso me inseria. Foi mudando aos poucos e meus amigos foram sendo mortos. Eu não morri porque não quis”.

Na entrevista, ele lembrou os tempos em que a relação com a polícia não era tão boa assim. “Fui preso duas vezes por bater em PM”, disse à época. De lá saiu ainda do trabalho de mediador das guerras do tráfico. “So vou quando não tem jeito. Eu sou o Bope do AfroReggae”, afirmou em julho. Hoje, Júnior conversa tanto com bandidos quanto com empresários e intelectuais.

Em 2005, ele foi condecorado com a medalha Pedro Ernesto, concedida pela Câmara do Rio, e com a Medalha do Mérito Segurança Pública do Governo do Estado, Grazi Cavaleiro. No ano seguinte, seu nome figurou na lista dos mais brasileiros Gerais da Atualidade, elaborada pelos editores e repórteres do GLOBO. Ainda em 2006, foi eleito Jovem Líder para o Futuro Mundial no Fórum Econômico Mundial de Davos, na Suíça.

Risico defende hoje uma política de assistência para traficantes de drogas. A proposta para tirar jovens do tráfico e reintegrá-los na sociedade por meio de políticas públicas de geração de empregos foi discutida na campanha eleitoral deste ano. Para o episódio Anistia, do “Conexões Urbanas”, já veiculada, ele ouvia um ex-governador colombiano anistiado e que hoje participa de grupos de convencimento para tirar outros jovens da guerrilha. Também foram entrevistados vários chefes do tráfico, cumprindo pena em cadeias do Rio. “Na Colômbia, a anistia funciona. Eles confessam os crimes. Nos casos mais gra-

ves, pagam cinco anos de prisão e entram em programas de ressocialização”, disse Júnior ao GLOBO em julho passado.

De lá vai ainda do Complexo do Alemão: “É a favela mais estigmatizada, por causa do poder do tráfico. Mas nunca se discute a publicidade no meio disso tudo. O cara vê o título Nike de R\$ 780, e a campanha diz: ou você tem ou não é nada. Ai o sujeito quer ser aceito e, às vezes, pega o caminho do crime. Quando tinha 14 anos, eu quis roubar para comprar um Nike”.

O Globo, 28 nov. 2010

Poder expressar-se na própria linguagem, sem a censura típica aos vícios e erros gramaticais, que dá um tom artificial à fala da gente comum, é uma conquista. A democratização do discurso, de que fala Fairclough, tem na incorporação da fala cotidiana um dos mais importantes sintomas.

Ainda que, na construção discursiva da reportagem, a comunicação das brechas venha a se somar ao coro de aprovações na cidade formal e na internet, onde os avatares de famosos e anônimos foram substituídos por mensagens como “Rio Eu Te amo”. O sentimento de patriotismo, a sensação de fazer parte, de que fala Andersen (op. cit), marcam a participação dos jornalistas-cidadãos que enviaram suas contribuições ou simplesmente participaram da onda de patriotismo que invadiu as redes sociais.

Além de mostrar que a ocupação dos territórios favelados é o caminho seguro para obter a paz na cidade, a aprovação popular justificava as ações contra os bandidos e diante dos “civis”, conforme expressava uma moradora: “Para todos os lugares que eu vou eles abrem as bolsas e as sacolas, procurando por algo, mas todos sabemos que é uma necessidade nesse momento” (ESPERANÇA ..., 2010).

No dia 29 de novembro, o jornal estampa na capa uma foto de dois policiais sob o teleférico do Alemão, com uma bandeira do Brasil hasteada: sinal incontestável do sucesso da temida operação do dia anterior. Em 20 páginas, de um caderno especial, a cobertura reforça a mensagem de que o Rio reencontrou a paz. Na primeira página do caderno, a pomba branca voa sobre tropa (Imagem 26). Na página 3, as bandeiras do Rio e do Brasil, mais uma vez, acima da imagem de uma moradora com uma camisa branca onde se lê a palavra paz em letras maiúsculas.

Nas páginas seguintes, imagens da prisão de traficantes e da apreensão de drogas contrastam com as fotos dos “guerreiros do Alemão”, as tropas vitoriosas em comemoração. Na última capa, um lençol azul com a palavra paz tremulando, pendurado em um varal sobre a favela, complementa a mensagem: a guerra acabou.

Relatos em primeira pessoa de quatro repórteres que participaram da cobertura reiteram a ideia de que a ocupação devolveu a paz aos moradores. Relatam histórias de favelados que antes temiam e evitavam o contato com a imprensa, temendo represálias, e agora a procurava para dar informações e opiniões sobre os últimos fatos. Mas não é exatamente o que se vê nas imagens de moradores, olhares assustados, famílias inteiras reunidas, abrigadas em suas casas ou, ao contrário, fugindo de casa ainda incrédulas. Só o rosto das crianças revela alguma alegria, como mesmo em tempos de “guerra” se pode flagrar.

Imagem 26


O GLOBO
A GUERRA DO RIO

SEGUNDA-FEIRA, 29 DE NOVEMBRO DE 2010 • 2ª edição



A TROPA com mais de 2.600 homens chegou rápido ao alto do Complexo do Alemão: em pouco mais de uma hora após a invasão já tinha dominado o Areal, a região de mais difícil acesso do conjunto de favelas

A senhora liberdade abriu as asas sobre nós

População comemora libertação histórica em operação exemplar, sem sequer um inocente ferido

Rabiscados por uma moradora do Complexo do Alemão e depositados numa cabine de ódio, os versos de um samba que pede liberdade, imortalizados pela Imperatriz Leopoldinense, escola de samba de Ramos, se tornaram realidade num dos maiores conjuntos de favelas do Rio. Depois de pelo menos 30 anos de domínio do tráfico, a polícia, com tropas das Forças Armadas, levou ontem pouco mais de uma hora para chegar ao alto do maço. Foram momentos de intensa expectativa. Mas, logo, um dos momentos mais marcantes e emocionantes dos últimos dias de ataques de terror, e contra-ataques das forças de segurança, seria presenciado: a Bandeira do Brasil tremulava soberana sobre uma laje, uma imagem que já entrou para a história da cidade.

— O Alemão era o coração do mal — disse, no fim do dia, o secretário de Segurança Pública, José Mariano Beltrame, traduzindo em poucas palavras o significado da vitória.

Ao contrário do que se temia, o banho de sangue não aconteceu. Os 2.600 homens do Estado “varreram tudo o que estava pela frente” como prometido na véspera, depois de 24 horas de um ultimato em que se aguardou a rendição dos bandos entremeados, sem ferir um inocente sequer. A operação foi exemplar. Nas costas das baixas, três mortos, apenas do lado dos bandos. No início da manhã, houve confrontos. Mas, em seguida, os policiais teriam pleno domínio da região de mais difícil acesso, conhecida como Areal. Ali, já se dava como certo o sucesso da missão que alguns achavam ser impossível.



UM PM faz a segurança de helicóptero que retirava a droga do Alemão: ação aérea foi fundamental para o sucesso da missão

À medida em que os policiais progrediam morro acima, o mito de que no Alemão estava a quadrilha mais temida do Comando Vermelho rolava morro abaixo. Certas de bandos que fugiram para lá, depois das incursões na Vila Cruzeiro, na Penha, de uma nova demonstração de que jogavam para a plateia ao escuras e fazer sinais ameaçadores do bunker. Caíram a cara com os policiais, o comportamento mudou muito. Como ratos, chegaram a tentar fugir pelas galerias de águas pluviais.

Prova de que a aparente valentia

não resistiu à pressão foi a prisão do traficante Elzeu Felício de Souza, conhecido como Zeu. Condenado pelo assassinato do jornalista Tim Lopes e foragido da Justiça, ele estava visivelmente abatido ao ser detido. Um detalhe não passou despercebido: ele tinha urinado nas calças. Outro bandido, identificado como Vitinho, tentou um artilharia prosaico, sendo parcialmente bem sucedido: vestido com um uniforme de mata-mosquito, agente que combate a dengue, ele conseguiu chegar à casa de uma tia na Favela da Chatuba, também na Zona Norte. Mas

foi denunciado e preso. Pelo menos 20 bandos foram capturados, segundo estimativa feita ontem à noite.

Foram denúncias dos próprios moradores, demonstrando apolar como nunca a polícia, que tornaram a ação mais efetiva. O Disque-Deficiência havia recebido 746 ligações, a maioria seria de moradores da comunidade. Só quem dorme com o inimigo conheceria detalhes como os que levaram à descoberta da mansão de Polegar — outro traficante na lista dos mais procurados que estava na resistência — entre as mais de 26 mil casas humil-



A BANDEIRA do Brasil é hasteada sobre a laje de um prédio do Alemão

des do lugar. O bandido está foragido. Mas agora sabe-se que, em meio à miséria do complexo, um dos mais baixos 11H do Rio, ele vivia numa casa luxuosa: três andares com piscina sobre deque de madeira e banheira de hidromassagem. Realidade bem diferente das 13 favelas de lá que tangenciam cinco grandes bairros do subúrbio carioca, Ramos, Penha, Olaria, Bonsucesso e Glória.

Os próximos dias serão de pente fino. Ontem, porém, foram feitas apreensões recorde, só registradas em interceptações de carregamentos de droga nas estradas: cerca de 13 toneladas de maconha, 200 quilos de cocaína e 10 quilos de crack.

De patinho feio, o Rio de Janeiro passa a cisne em matéria de segurança pública, ainda que neste primeiro momento. Com o cerco sem precedentes ao tráfico, cresce a pressão para que a presidente eleita Dilma Rousseff leve as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) a outros estados. Ontem, a assessoria da petista reafirmou que este é um dos compromissos de campanha que serão discutidos com os governadores no início de 2011.

Na quinta-feira passada, ao pisar na Vila Cruzeiro, que fica ao lado do Alemão, o poder público revelou uma estratégia militar que consiste no progresso gradual e certa sobre o território, semelhante à usada pelas tropas aliadas ao ocupar a Normandia, durante a Segunda Guerra — e que criou as condições para se vencer os nazistas. Assim como Paris foi retomada no passado, a polícia também, com passos milimetricamente pensados, recuperou o Alemão. É um feito e tanto. Mas foi apenas uma batalha vencida. A guerra ainda não acabou. ■

• OUTRAS BOAS NOTÍCIAS DA EDITORIA RIO no caderno principal do GLOBO

Se o Rio mostrou que é possível, como afirmava a manchete na capa da edição, só o tempo poderá mostrar, e os moradores sabem disso.

A ideia de libertação, central para compreensão dos significados postos em circulação na cobertura dos acontecimentos analisados, ocupa um lugar de destaque em novas abordagens sobre desenvolvimento econômico e social. Sen (1999), um dos criados do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), trabalha segundo esta abordagem seu conceito de desenvolvimento como liberdade. Ele argumenta que a expansão das liberdades reais deve ser vista tanto como meio quanto como fim do processo de desenvolvimento.

Diferente das perspectivas baseadas em índices como o PNB ou a renda per capita, que focalizam a riqueza de um país e não a forma como a acumulação beneficia seus cidadãos, seu foco está na condição de agente livre e sustentável do sujeito. O progresso, analisa, se dá quando se removem as principais fontes de privação de liberdade: “pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessivas de Estados opressivos”. (SEN, 1999, p. 18).

Quando se eliminam os obstáculos à liberdade, promovendo os cidadãos à condição de agentes livres e sustentáveis, se encontra o caminho do desenvolvimento. É pela liberdade que se constrói uma nação desenvolvida e o melhor índice para medir o seu grau de desenvolvimento será sempre o nível de liberdade alcançado por seus cidadãos. Como argumenta:

O que as pessoas conseguem positivamente realizar é influenciado por oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e por condições habilitadoras, como boa saúde, educação básica e incentivo e aperfeiçoamento de iniciativas. As disposições institucionais que proporcionam essas oportunidades são ainda influenciadas pelo exercício das liberdades das pessoas, mediante a liberdade para participar da escolha social e da tomada de decisões públicas que impelem o progresso dessas oportunidades. (SEN, 1999, p. 19)

É oportuno examinar as narrativas de libertação à luz dessa argumentação, reconhecendo que sem liberdade não há desenvolvimento, mas também que a liberdade não se realiza como dádiva, mas como direito. O discurso redentor das narrativas sobre a Guerra do Rio destoa de uma visão de liberdade autêntica, que, muito além do simples direito e ir e vir na favela, requer o estabelecimento de mecanismos formais para que os cidadãos realizem suas escolhas, tornando-se agentes livres e sustentáveis do seu próprio desenvolvimento.

Considerações finais

“Mal podemos compreender o que está sobre a terra, dificilmente encontramos o que temos ao alcance da mão” (Sb 9,16).

Este trabalho foi construído como se constroem as casas nas favelas: hoje uma parede, amanhã outra, até que se vê uma estrutura de pé. Trabalho longo, lento, inacabado. Tijolos à mostra, traçado irregular. Como tudo na favela, estará sempre em movimento, em transformação.

Seriam necessários muitos anos para esgotar os sentidos dos discursos que me propus a analisar. Espero, no entanto, ter conseguido suscitar algumas questões de pesquisa, a partir do material coletado e dos mapas produzidos.

Acredito que o caminho percorrido, da piedade ao risco, guarda, ainda, muitos desvios não explorados e muitas descobertas ao longo do percurso. Trajeto que pretendo retomar. Por isto mesmo seria impossível produzir uma conclusão. Mas me proponho a consolidar aqui algumas das ideias discutidas durante o trabalho.

A primeira diz respeito à metodologia. A despeito de todas as críticas à sua aplicabilidade à pesquisa jornalística, a frame analysis mostrou-se bastante útil à classificação dos dados e ajudou a encontrar alguma unidade no aparente caos do dia-a-dia noticioso. Pensar o discurso jornalístico a partir de alguns repertórios socialmente compartilhados abre um campo fértil para uma análise que não pretenda deter-se exclusivamente no caráter ideológico dos discursos.

A grande dificuldade de aplicação da teoria encontra-se na definição de critérios “objetivos” a partir dos quais determinar os frames aos quais os discursos remetem. Nenhuma tentativa de objetivação me pareceu convincente. Considero que haverá sempre um considerável nível de subjetividade em toda classificação, nível este que pretendi minimizar recorrendo ao pensamento social da época. Há, portanto, um nível de análise prévio, que é o próprio levantamento dos frames. Significa identificar como o senso-comum enquadrava determinada questão em cada período.

Mas o senso-comum não é produzido exclusivamente pela imprensa, nem inteiramente apropriado por ela. Por isso o recurso à sociologia durante a análise foi extremamente útil. Embora o formato jornalístico padrão seja o noticioso, não podemos esquecer que a interpretação dos fatos é quase uma obsessão jornalística, e o diálogo com outras ciências – a sociologia, a antropologia, a psicologia, a história – bastante freqüente. Falar sobre senso-comum, portanto, não significa falar de uma opinião cientificamente desqualificada, mas ao

contrário, trata-se de um discurso muitas vezes apropriado da academia pela política ou pelo jornalismo.

Da mesma forma, a hipótese do agendamento contribuiu para entender o surgimento de uma questão pública não como obra do acaso jornalístico, mas dentro de um jogo de interesses políticos e comerciais. As mudanças de enquadramento de questões específicas também só podem ser pensadas dentro de um contexto não apenas discursivo, mas também social e produtivo.

Em relação aos períodos analisados, tentei evitar a armadilha de construir outra narrativa a partir do discurso jornalístico que não fosse a própria narrativa do discurso. Ou seja, evitei narrativizar o conjunto de acontecimentos analisados, construindo uma história verossímil, linear, sem brechas. Mas, ao contrário, procurei apontar os mecanismos acionados pela imprensa na produção desta narrativa linear.

Por isto, embora acredite na possibilidade de obter novas conclusões a partir de um estudo comparativo entre os mapas de Questões/Enquadramento (ver apêndice), evitei a tentação de estabelecer uma coerência absoluta entre os resultados obtidos e o momento histórico do período analisado ou o posicionamento do jornal a respeito de determinadas questões. Preferi entender as questões identificadas como tendências em determinado período, analisando as condições de sua emergência.

Mas, sem dúvida, a grandeza dos percentuais apontada pela análise do enquadramento permite inferir mais do que uma tendência. Acredito que o deslocamento do frame principal das matérias sobre favela – do repertório da carência para o da violência – se deu de maneira consistente ao longo da análise e assumiu uma hegemonia incontestável.

Nos primeiros anos da década de 1980, mesmo com a visibilidade da violência na mídia – que aquela altura já construía a segurança como questão pública urgente – não havia uma associação mecânica entre favela e crime, embora se acreditasse na relação entre pobreza e criminalidade. Mas a pobreza era concebida como sintoma de uma sociedade injusta. A origem da criminalidade encontrava-se, portanto, numa estrutura social marcada pela desigualdade.

A mudança de enquadramento coincide com o momento em que o tráfico de drogas produz uma nova forma de presença nas favelas, marcada pela violência, e passa a ser representado como um poder paralelo. A Guerra do Rio, portanto, é uma construção discursiva, produzida nos anos 1990, que inaugura uma nova gramática a partir da qual os eventos em favelas – concebidos como o território inimigo – passam a ser narrados.

Junto com a metáfora da guerra surge a geografia do risco, a partir da qual a cidade passa a ser concebida. Nos anos 2000, ápice desta discursividade, a cidade partida fragmentou-se. A retórica do risco perpassava as notícias que apresentavam os crimes associados às favelas, produzindo uma comunidade de vítimas virtuais (VAZ, 2005) no asfalto.

Em 2010, quando a desgastada metáfora da guerra foi substituída pela do terrorismo, uma nova intervenção pública deslocou as questões públicas construídas pelas matérias sobre favela. A chegada das UPPs aos territórios proibidos inaugurou uma nova discursividade, mas não suplantou o enquadramento principal a partir do qual a favela é assimilada pelo senso-comum.

Como argumentei neste trabalho, estou certa de que a produção de uma representação da favela indissociável da violência expressa muito mais do que os fatos analisados nos fazem crer. Há, sem dúvida, um projeto de cidade específico, que pretende banir das áreas mais valorizadas a visibilidade da pobreza, ou pelo menos contê-la, dentro de referenciais e códigos específicos e assimiláveis pelo mercado consumidor de uma cultura popular/autêntica.

Ao mesmo tempo, a todo momento em que analisei os efeitos de uma representação violenta da favela sobre a vida dos moradores, me perguntava: como narrar os fatos violentos de outra forma, que não reproduza o estereótipo do território proibido? Ou como não tratar no noticiário dos fatos violentos que aterrorizam muito mais a população favelada que os leitores receosos do asfalto? Ou mesmo como não reproduzir a dicotomia favela X asfalto, negligenciando as diferenças entre ambos que penalizam, sem dúvida, os primeiros? São questões não exatamente da pesquisa jornalística, mas da ética jornalística, que transbordam na pesquisa.

Por fim, há por trás de todo esforço de pesquisa a crença de que é possível produzir um jornalismo participativo que vá além do esforço mercadológico de tornar-se moderno e interativo. Um jornalismo que se questione sobre os critérios de noticiabilidade tradicionais e seja pautado por padrões éticos, não apenas estéticos. E dê voz e visibilidade a questões que não cabem nos repertórios a partir dos quais enquadrámos o outro.

Referências bibliográficas:

ARENDT, Hannah. **Sobre a revolução**. Tradução de I. Moraes. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2001.

BARCELLOS, Caco. **Abusado: O Dono do Morro Dona Marta**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

BARBOSA, Jorge Luiz; SILVA, Jailson de Souza. **Favela: Alegria e dor na cidade**. Rio de Janeiro: Editora Senac Rio, 2005.

BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa**. Brasil – 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BAKTHIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BARUCO, Grasiela Cristina da Cunha e GARLIPP, José Rubens Damas. **Neoliberalismo, Consenso e Pós-Consenso de Washington**: a primazia da estabilidade monetária. X Encontro Nacional de Economia Política.

Disponível em: <http://www.sep.org.br/artigo/10_congresso_old/xcongresso74.pdf>. Acessado em 01/08/2011.

BECKETT, Katherine. **Making Crime Pay**. Law and Order in Contemporary American Politics. New York: 1997, Oxford University Press.

BENEVIDES, Maria Victoria. **Violência, povo e polícia**. Violência no noticiário da imprensa. São Paulo: Brasilienses, 1983.

BENTES, IVANA. Sertões e favelas no cinema brasileiro contemporâneo: estética e cosmética da fome. In: ALCEU - v.8 - n.15 - p. 242 a 255 - jul./dez. 2007.

BOORSTIN, Daniel. **The Image**: A guide to Pseudo-events in America.

BUARQUE, Cristina; VAISENCHE, Semira Adler. **Ongs no Brasil e a questão de gênero**. Trabalhos para discussão, n. 123, novembro, 2001. Fundação Joaquim Nabuco.

BURGOS, Marcelo Baumann. **Dos parques proletários ao Favela-Bairro. As políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro**. In: Um século de favela. Alba Zaluar e Marcos Alvito, org. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 2006.

CALDEIRA, Cesar. **Política anti-sequestros no Rio de Janeiro**. Violencia, sociedad y justicia en América Latina. Disponível em <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/violencia/caldeira.pdf>>. Acessado em 27/10/2011.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Diferentes, iguais e desconectados**: mapas da interculturalidade. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

CARVALHO, Maria Alice Rezende. **Cidade escassa e violência urbana**. Série Estudos, Iuperj: Rio de Janeiro, nº 91 / agosto de 1995.

CONDORCET, J. A. N. (1993). **Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano**. Campinas: Unicamp.

ESSINGER, Silvio. **Batidão**. Uma história do funk. Rio de Janeiro: Record, 2005.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

GOFFMAN, Erving. **Frame Analysis**. Boston: Northeastern Univ Press, 1986.

HALBWACKS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HERSCHMANN, Micael. **O Funk e o Hip-Hop invadem a cena**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

LEAL, Plínio Marcos Volponi. **Jornalismo Político Brasileiro e a Análise do Enquadramento Noticioso**. Disponível em: <HTTP: //www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2011/01/sc_jp-plinio.pdf>. Acessado em 16/08/2011.

LEITE, Márcia Pereira. **Entre o individualismo e a solidariedade**: Dilemas da política e da cidadania no Rio de Janeiro. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.15, n.44 São Paulo, Oct. 2000.

LOWENTHAL, David. **Como conhecemos o passado**. Projeto História. São Paulo, n. 17, Nov/1988.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. **A política na favela**. Cadernos Brasileiros, Ano IX, nº 41, maio/junho de 1967, pp. 35-47.

_____. **A continuidade do “problema da favela”**. In Oliveira, Lúcia Lippi (org.): Cidade: história e desafios. Rio de Janeiro: Editora FGV/CNPq, 2002.

_____. **Sociabilidade violenta**: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. Sociedade e Estado, Brasília, v. 19, n. 1, p. 53-84, jan./jun. 2004.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio; LEITE, Márcia Pereira. **Violência, crime e polícia**: O que os favelados dizem quando falam desses temas? In: Sociedade e Estado, Brasília, v. 22, n. 3, p. 545-591, set/dez 2007.

MISSE, Michel. **Crime e violência no Brasil contemporâneo**. Estudos de Sociologia do crime e da violência urbana. Rio de Janeiro: Lumen Juris Editora, 2006.

MUÇOUÇA, Paulo S. **As ONGs**: dos bastidores ao centro do palco - A propósito dos dois artigos anteriores. . Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Estudos Sociais, n. 28, ano 10, pp.35-37, jun. 1995.

NEGRÃO, João José. **Para conhecer o Neoliberalismo**. Publisher Brasil, 1998.

PINTO, Célia Regina Jardim. **As ONGs e a política no Brasil**: presença de novos atores. Dados, vol.49, nº.3, Rio de Janeiro, 2006.

PINTO, Milton José. **Comunicação e Discurso**: introdução à análise de discursos. São Paulo: Hacker Editores, 2002.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. In: Estudos Históricos, vol. 5, n.10. Rio de Janeiro: CPDOC, 1992.

_____. **Memória, silêncio e esquecimento**. In: Estudos Históricos, vol. 2, n. 3. Rio de Janeiro: CPDOC, 1989.

REIS, Elisa. **Percepções da Elite sobre Pobreza e Desigualdade**. Revista Brasileira de ciências Sociais, vol. 15, n. 42.Fev-2000.

ROCK, Paul. **Sociological theories of crime**. In: The Oxford Handbook of Criminology. MAGUIRE, Mike; MORGAN, Rod and REINER, Robert. Third edition, Oxford University Press, 2002.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. Tradução Rolando Roque da Silva. Edição eletrônica: Editora Ridendo Castigat Mores.

SANTOS, Eladir Fátima Nascimento dos. **Tecendo redes ... narrativas sobre a Faerj**. Disponível em: <<http://www.fiocruz.br/ehosudeste/templates/htm/viiincontro/textosIntegra/EladirFatimaNascimentoDosSantos.pdf>>. Acessado em 19/07/2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Globalização e as Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez, 2005.

SILVEIRA, Cláudio de Carvalho. **Para que, Forças Armadas?!** Alguns apontamentos sobre o uso dos militares no combate ao narcotráfico na cidade do Rio de Janeiro. E-premissas. Revista de Estudos Estratégicos. Nº 01 – junho/ dezembro – 2006.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad.

VAZ, Paulo. **O destino do fait divers**: Política, risco e ressentimento no Brasil contemporâneo. Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia, vol. 1, n. 35, 2008.

_____. **Vítima virtual e mídia**. Surveillance in Latin America. Vigilância, Segurança e Controle Social. PUCPR, Curitiba, Brasil, 2009.

VAZ, Paulo; SÁ-CARVALHO, Mariana; POMBO, Mariana. **Risco e sofrimento evitável**: a imagem da polícia no noticiário de crime. E-Compos, 2005.

VALLADARES, Licia do Prado. **A invenção da favela**. Do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VIANNA, A. **ONG**: um nome depois da Rio-92, in: Tempo e Presença 265. Rio de Janeiro, 1992.

VENTURA, Zuenir. **Cidade Partida**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

Audiovisual:

MANUEL, Cláudio; LEAL, Calvito; LANGER, Micael. **Ninguém sabe o duro que eu dei**, 2007.

PADRILHA, José. **Ônibus 174**, 2002.

SALLES, João Moreira; LUND, Kátia. **Notícias de uma Guerra Particular**, 1999.

Teses e Dissertações:

BAIENSE, Carla. **Entre discursos**: mídia e subjetividade nos espaços populares. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da ECO/UFRJ. Rio de Janeiro, fev 2008.

CAMARGO, Paula de Oliveira. **As cidades, a cidade**. Política, arquitetura e cultura na cidade do Rio de Janeiro. Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais do Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais da Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, março de 2011.

CAVALCANTI, Mariana. **Demolição, Batalha e Paz: favelas em manchetes**. Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Comunicação e Cultura da ECO-UFRJ. Rio de Janeiro, 2001.

_____. **Of shacks, houses and fortresses: an ethnography of favela consolidation** in Rio de Janeiro. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Antropologia da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Chicago. Illinois, junho de 2007.

ENNE, Ana Lucia Silva. **“Lugar, meu amigo, é minha Baixada”: Memória, Representações Sociais e Identidades**. Tese de doutoramento em Antropologia Social. Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2002.

FONSECA, Francisco César Pinto da. **A Imprensa Liberal na Transição Democrática (1984-1987): projeto político e estratégias de convencimento**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. 1994.

Landim, Leilah. **A invenção das ONGs**. Do serviço invisível à profissão impossível. Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional e da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993.

OLIVEIRA, Thomás Rosa Pinto de. **O Estado Pautado pela Mídia: um estudo das relações de poder ocultas no processo de criação do mito midiático “Marcinho VP”**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da ECO/UFRJ, 2008.

SILVA, Cláudia Rose Ribeiro da. **Maré: a invenção de um bairro**. Dissertação em Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais, Rio de Janeiro, Programa de Pós graduação em História Política e Bens Culturais da Fundação Getúlio Vargas – PPHPBC/FGV, 2006.

Jornais⁵⁴:

A BATALHA de Acari. **O Globo**, 29 set. 1993, p. 13.

A BATALHA do Rio. **O Globo**, 31 de dez. 1993, Caderno Retrospectiva.

A CIDADE Partida. **Jornal do Brasil**, 15 abr. 2004, **JB** Barra, p. 02.

A CONTA da insegurança. **O Globo**, p. 21, 6 abr. 2003.

A FOME no Brasil é vergonhosa. **O Globo**, Rio de Janeiro, 21 jul. 1985, capa.

AGORA faltam Salgueiro, Macacos e Andaraí. **O Globo**, p. 18, 29 abr. 2010.

A HORA do social e do urbanismo. **O Globo**, p. 8, 28 nov. 2010.

ALENCAR bebe, come, samba e inaugura sala de dentista no Vidigal. **Jornal do Brasil**, p. 18, 9 jun. 1985.

⁵⁴ A maior parte desta pesquisa foi realizada no acervo da Biblioteca Nacional, a quem agradecemos a ajuda.

- A MÚSICA negra merece mais atenção. **O Globo**, 17 mar. 2002, Segundo Caderno, p. 02.
- ANÁLISE da pesquisa revela a grande aflição do carioca. **O Globo**, p. 12, 29 ago. 1984.
- A POLÍCIA que em vez de proteger mata. **Jornal do Brasil**, 24 jun. 1993, Capa.
- A POPULAÇÃO percebeu que não foi só UPP, **O Globo**, 10/10/2010, p. 22
- A RECONQUISTA da Vila Cruzeiro. **O Globo**, 26 nov. 2010, Especial, p. 02
- A ROCINHA agora está nas mãos de Deus. **O Globo**, p. 12, 15 abr. 2004.
- ÁRVORES ocultam favela no MAM. **O Globo**, p. 05, 13 abr. 1984.
- ARTE resiste à violência e ao medo na Maré. **Jornal do Brasil**, C3, 25 mai. 2003.
- A SENHORA liberdade abre as asas sobre nós. **O Globo**, 29 nov. 2010, capa.
- ASSASSINO da Mangueira está solto. **Jornal do Brasil**, p. 15, 12 out. 1985.
- A TRISTE rotina de Y. e seus amigos, **O Globo**, p. 09, 23 jun, 2003.
- A VITORIOSA umbigada da Serrinha. **O Globo**, 23 jun. 2003, Segundo Caderno, capa.
- AÇÃO mobilizou 4.200 homens. **Jornal do Brasil**, p. 12, 13 jan. 1995.
- BAILES 'funk' na mira do policial. **O Globo**, p. 19, 18 jun 1995.
- BALA PERDIDA MATA na sala de aula. **Jornal do Brasil**, p. A 14, 17 jul. 2010.
- BALA-PERDIDA, O BICHO-papão. **O Globo**, p. ,
- BALÃO fez mais difícil vida de marceneiro desempregado. **O Globo**, p. 11, 26 jun. 1984.
- BANDIDO quase é linchado em favela após balear cobrador. **O Globo**, p. 14, 26 ago 1986.
- BANDIDOS incendeiam quatro carros. **O Globo**, p. 17, 11 nov. 2010.
- BANDIDOS não aceitam ultimato e polícia decide invadir Alemão hoje. **O Globo**, 28 nov. 2010, capa.
- BANDIDOS perigosos estão sendo transferidos de Bangu I. **O Globo**, p. 15, 10 mar. 1993.
- BANDIDOS voltam para terminar chacina. **O Globo**, p. 14, 23 jan. 2004.
- BANDO com fuzis AR 15 leva filho de deputado Albano Reis. **O Globo**, p. 38, 11 jun. 1995.
- BARRACOS e casas tomam terreno de propriedade do Estado no Maracanã. **Jornal do Brasil**, 26 jul. 1986.
- BLINDADOS no lugar de cartões-postais. **O Globo**, p. 20, 16 dez. 1994, capa.
- BLINDADO se torna estrela da operação. **O Globo**, p. 31, 27 nov. 2010.

BLOCO não desce o morro, morador não aparece e chope de Medina sobra. **Jornal do Brasil**, p. 04, 16 set. 1985.

BONS ventos na economia e política, mas no social ... **O Globo**, p. 4, 6 abr. 2003.

BRASIL precisa tomar mais US\$ 4 bilhões. **Jornal do Brasil**, 18 mai. 1986, capa.

CABRAL em céu de brigadeiro, e turbulências para o Senado, **O Globo**, P. 39, 3 outubro 2010.

CAI o número de homicídios. **Jornal do Brasil**, p. 20, 20 dez. 1994.

CASA com piscina é usada como base. **O Globo**, p. 20, 16 dez. 1994.

CEM operários reiniciam as obras no plano inclinado do Pavãozinho. **O Globo**, p. 11, 10 jul. 1985.

CÓDIGO Florestal não freia degradação do Rio. **O Globo**, p. 30, 05 ago. 2004.

COMO ser criança em meio ao terror imposto pelo crime, **O Globo**, p. 23, 06 abr. 2003.

CONHEÇA as finanças da guerra. **O Globo**, p. 21, 6 abr. 2003.

CORRÊA quer mobilizar estados contra crimes. **Jornal do Brasil**, p. 03, 11 jan. 1993.

DEPOIS da ordem, a ocupação pela cultura. Marcos Vinícius Faustini assume novo departamento do governo do estado lançando, hoje, o projeto Verão das UPPs, **O Globo**, 18 out. 2010, Segundo Caderno, p. 10

DOIS a um para os bandidos. **Jornal do Brasil**, p. 22, 27 out. 1995.

DOSSIÊ denuncia extermínio no Rio. **O Globo**, 7 nov. 1993, p. 33.

DETENTO atira em policiais dentro de instituto penal. **O Globo**, p. 08, 19 jun. 1986.

DONOS de equipes de som serão processados. **O Globo**, p. 19, 11 jun. 1995.

DO QUE RI o traficante Mister M? **O Globo**, p. 3, 28 nov. 2010.

ELIAS é preso a 200 m de base policial. **Jornal do Brasil**, p. C3, 20 set. 2002.

ELIAS Maluco perdeu. **O Globo**, 19 set. 2002, capa.

ESPERANÇA de paz na caixa de fósforos. **O Globo**, p. 06, 28 nov. 2010.

EM RITMO de favelização. **Jornal do Brasil**, p. A3, 19 dez. 2004.

ESTADO de vigília. **Jornal do Brasil**, 15 abr. 2004, JB Barra, p. 03.

EUA assumem luta contra a pobreza para vencer terror. **O Globo**, 2 fev. 2002, capa.

EXCLUSÃO mata em Manguinhos. **Jornal do Brasil**, C3, em 27 de abril.

EXÉRCITO aceita desafio e ocupa morro. **O Globo**, p. 17, 20 dez. 1994.

EXÉRCITO e PF poderão ocupar morros. **O Globo**, p. 15, 26 set. 1993.

- EXÉRCITO está pronto para agir no Rio. **Jornal do Brasil**, p. 17, 29 set. 1993.
- EXÉRCITO do Adeus garante movimento semanal de R\$ 50 mil. **O Globo**, p. 11, 02 set. 1994.
- EXÉRCITO isola moro. **JB**, p. 20, 20 dez. 1994.
- EXÉRCITO ocupa morros da Zona Sul. **O Globo**, p. 20, 16 dez. 1994.
- EXÉRCITO realiza maior operação na Zona Sul. **Jornal do Brasil**, p. 21, 16 dez. 1994.
- ÊXODO após o ultimato da PM. **O Globo**, p. 02, 28 nov. 2010.
- FALSOS heróis: Marginais 'protegem' a comunidade e, em troca, têm simpatia e proteção. **O Globo**, p. 18, 21 jul 1985.
- FALTA um dia para o Rio mudar do vermelho pro branco. **O Globo**, p. 13, 27 nov. 1995.
- FAVELA assumida. **Jornal do Brasil**, p. 10, 28 ago. 1984.
- FAVELAS em confronto, perigo no asfalto. **O Globo**, p. 09, 27 dez. 2003.
- FAVELA mantém o ritmo de crescimento. **O Globo**, p. 19, 19 set. 2004.
- FECHAMENTOS da pista e tiroteios pelo caminho. **O Globo**, p. 15, 23 jan. 2004.
- FILAS da fome traçam o mapa da miséria. **O Globo**, p. 28, 07 nov. 1993.
- FILHO de deputado Albano Reis é seqüestrado. **Jornal do Brasil**, p. 22, 11 jun. 1995.
- FIRJAN investe na segurança. **Jornal do Brasil**, p. 27, 27 nov. 1995.
- FORSYTHE cria nova peça no Rio. **Jornal do Brasil**, 23 jun. 2003, Caderno B, capa.
- FORÇAS Armadas usam violência no Alemão. **Jornal do Brasil**, p. 12, 13 jan. 1995.
- GANGAN é sepultado com gritos de guerra. **O Globo**, p. 20, 15 de out. 2004.
- GARIS menores começam a limpar praias da Zona Sul. **Jornal do Brasil**, p. 08, 25 out. 1984.
- GARIZINHOS satisfeitos na praia divertem-se enquanto trabalham. **O Globo**, p. 15, 25 out. 1984.
- GEOGRAFIA do medo. **O Globo**, 08 jun. 2010.
- 'GERENTE' de Miltinho é preso na praia. **O Globo**, p. 21, 16 dez. 1994.
- GRAVAÇÕES mostram que tráfico busca 'soldados' em bailes funk. **O Globo**, 11 jun. 1995, capa.
- GRUPOS antitortura dão apoio à viúva do pintor morto por espancamento. **Jornal do Brasil**, p. 08, 19 jun. 1986.
- GUERRA na favela já causou 12 mortos. **O Globo**, p. 11, 15 abr. 2004.
- HAJA coragem política. **Jornal do Brasil**, 12 nov. 1994, Caderno B, p. 09.

- HILDEGARD Angel. **Jornal do Brasil**, 15 abr. 2004, Cidade A 17
- HINO de uma 'nação' à margem do Rio . **Jornal do Brasil**, A 13, 15 out. 2004.
- 'HOJE é o dia do reencontro do Brasil consigo mesmo'. **O Globo**, p. 09, 02 jan. 2003.
- ILHA, 1981: troca de tiros dura 11 horas. **O Globo**, p. 14, 29 set. 1993.
- IMPÉRIO desce a Serrinha no enterro de Mano Décio. **O Globo**, p. 12, 19 out. 1984.
- INCIDÊNCIA dos crimes é maior nos últimos anos. **O Globo**, p. 12, 29 ago 1984.
- INVASORES ocupam 980 casas de conjunto em Itaboraí. **Jornal do Brasil**, p. 07, 21 jan. 1986.
- INVASORES ocupam conjunto. **O GLOBO**, p. 10, 21 jan. 1986.
- INTERNOS param trabalho em mais três presídios. **Jornal do Brasil**, p. 10, 17 out. 1986.
- IRREVERSÍVEL. **O Globo**, p. 18, 29 abr. 2010.
- JACAREZINHO: Prefeitura inaugura ponte. **O Globo**, p. 16, 21 jul 1985.
- 'LINHO' é o novo alvo da polícia do Rio. **Jornal do Brasil**, C3, 20 set. 2002.
- LULA afirma que vai levar modelo de policiamento por UPPs a todo o país. **O Globo**, p. 17, 30 ago. 2010.
- MACONHA ia para baile funk. **Jornal do Brasil**, p. 20, 11 jun. 1996.
- MAIORIDADE aos 16 anos divide igreja e judiciário. **O Globo**, 15 nov. 2003, capa.
- MARGINAS do Borel trocam tiros no morro. **O Globo**, p. 19, 4 dez 1986.
- META é R\$ 500 milhões para o Rio. **O Globo**, p. 12, 27 nov. 1995.
- MILITARES ocupam 11 favelas do Alemão. **O Globo**, 13 jan. 1995.
- MINISTRO do STJ é espancado por ladrões. **Jornal do Brasil**, 25 mai. 2003, capa.
- MORADORES da Lagoa se sentem mais inseguros. **O Globo**, p. 35, 19 dez. 2004.
- MORADORES do Cantagalo apedrejam 13ª DP para tentar soltar líder. **Jornal do Brasil**, 21 jul. 1985.
- MORADORES reclamam de soldados. **Jornal do Brasil**, p. 15, 13 jan. 1995.
- MORRO e asfalto. **Jornal do Brasil**, 19 dez. 2004, Caderno B, Gente.
- MORRO do Adeus com acesso livre. **Jornal do Brasil**, p. 15, 13 jan. 1995.
- MULHERES de presos insistem na demissão de Diretora de presídio. **O Globo**, p. 14, 26 ago. 1986.
- MUTIRÃO vai dar à Favela Marcílio Dias 192 casas. **O Globo**, p. 14, 28 fev. 1985.

- MORADOR silencia temendo represálias. **O Globo**, p. 9, 19 jun 1986.
- MORADORES do Pavãozinho impedem obras na favela. **O Globo**, p. 13, 09 jun 1985.
- MORADORES enfrentam manhã de tiros na favela, **O Globo**, p. 16, 29 set. 1993.
- MEDO convive com 80% da população. **Jornal do Brasil**, p. 04, 07 abr. 1986.
- ‘NÃO FUMO nem cheiro. Gosto é de geléia real’. **O Globo**, p. 11, 02 set. 1994.
- NAS COLÔNIAS de pesca, sujeira e desânimo. **O Globo**, p. 13, 10 mar. 1993.
- NEGOCIAÇÃO fracassa e Alemão será invadido. **O Globo**, p. 3, 28 nov. 2010.
- OAB denuncia o extermínio de menores. **O Globo**, 28 de mai. 1993, O país.
- O BARRIL de pólvora da cidade. **Jornal do Brasil**, p. 12, 13 jan. 1995.
- O BICHO-papão chegou. **O Globo**, p. , 17 jul. 2010.
- O DIA D da guerra ao tráfico. **O Globo**, 26 nov. 2010, capa.
- O X da questão – Rascunhos do futuro. **O Globo**,
- O MEDO como herança. **Jornal do Brasil**, p. 26, 27 out 1995.
- ONU: sede e fome no Brasil são alarmantes. **Jornal do Brasil**, 25 mai. 2003, capa.
- O OVO da serpente. **Jornal do Brasil**, p. 14, 08 ago. 1994.
- OPERAÇÃO apreende armas sofisticadas. **O Globo**, p. 20, 16 dez. 1994.
- O RETRATO da pobreza no Brasil. **O Globo**, p. 03, 04 dez. 2002.
- O RIO de Janeiro continua sendo. **Jornal do Brasil**, p. 02, 27 nov. 1995.
- OS ARTISTAS da Maré. **Jornal do Brasil**, 25 mai. 2003. Capa.
- OS BACANAS sobem o morro. **O Globo**, 29 set. 2003, Gente Boa, Segundo Caderno.
- O MAIOR problema são as armas leves. **O Globo**, p. 03, 23 jun. 2003.
- O FRACASSO que condena. **O Globo**, p. 7, 15 abr. 2004.
- OMISSÃO e covardia. Todas as autoridades – todas! – sumiram no auge da guerra. **O Globo**, 15 abr. 2004, Segundo Caderno, p. 12.
- OPERAÇÃO pântano. Veja, 27 jun. 1990.
- O PREÇO da pacificação. **O Globo**, 13 dez. 2010.
- O VÍCIO longe da violência do tráfico. **O Globo**, p. 14, 25 mai. 2003.

- PADRE: 'Aplicação da pena não é pecado'. **O Globo**, p. 03, 11 jan. 1993.
- PARA MORADOR, imprensa mente. **O Globo**, p. 18, 21 jul 1985.
- PAVOR de madrugada, medo no resto do dia. **O Globo**, p. 14, 23 jan. 2004.
- PESQUISA mostrou maioria favorável. **O Globo**, 11 jan. 1993.
- PIOR do que no Iraque. **O Globo**, p. 14, 23 jan. 2004.
- PM mata mais 5 traficantes em novo tiroteio no Morro do Alemão. **O Globo**, p. 9, 19 jun. 1986.
- PM ocupa sete favelas da Tijuca sem nenhum tiro. **O Globo**, 29 abr. 2010, capa.
- POLÍCIA mata cinco no Morro do Alemão diz que é guerra de tóxico. **Jornal do Brasil**, p. 12, 19 jun. 1986.
- POLÍCIA ocupará favelas da Linha Vermelha. Plano é garantir a livre circulação na via expressa. **Jornal do Brasil**, p. 19, 21 set. 1985.
- POLICIAIS dançam valsa no Chapéu Mangueira. **O Globo**, p. 14, 20 set. 2010.
- POPULAÇÃO aplaude a passagem da tropa. **O Globo**, p. 4, 26 nov. 2010.
- PÔR FIM à cultura da violência, o novo desafio. **O Globo**, p. 21, 18 out. 2010.
- PREFEITURA inicia obras em mais duas favelas. **O Globo**, p. 17, 27 nov. 1995.
- PRESAS cem pessoas em 'blitz' na Rocinha. **O Globo**, p. 11, 26 jun. 1984.
- PRESIDENTE garante: processo é irreversível. **O Globo**, 13 abr, 1984, capa.
- PRESO deixa boneco na cama e foge do Esmeraldino Bandeira. **O Globo**, p. 10, 29 dez. 1986.
- QUANDO a casa vira cativeiro. **Jornal do Brasil**, 15 abr. 2004, JB Barra, p. 06.
- REFORMA gráfica do 'Jornal do Brasil' nos anos 50 e criação do Caderno B influenciaram a imprensa. **O Globo**, 1º set. 2010, Economia.
- RENDA baixa e pouca escolaridade. **O Globo**, p. 13, 15 abr. 2004.
- RESPOSTA ao horror. **O Globo**, 24 de jun. 1993, capa.
- RIO gasta R\$ 78 milhões/mês contra o tráfico, sem resultados. **O Globo**, 6 abr. 2003, capa.
- RIO perde US\$ 600 milhões com a violência. **Jornal do Brasil**, p. 20, 01 set. 1994.
- RIO rompe pacto perverso. **Jornal do Brasil**, p.2, 27 nov. 1995.
- ROBERTO Marinho: ouvimos o povo e buscamos soluções. **O Globo**, p. 12, 29 ago. 1984.
- ROCINHA'S view. **Jornal do Brasil**, 28 mai. 2010, Anna Ramalho, p. A13.
- ROTINAS se alteram pelo medo da Linha Amarela. **O Globo**, p. 15, 23 jan. 2004.

- SARNEY anuncia amanhã as metas de seu Governo. **Jornal do Brasil**, 21 jul. 1985, capa.
- SECRETÁRIO recebe favelado para discutir urbanização. **Jornal do Brasil**, p. 05, 15 ago. 1984.
- SEIS presos da Ilha Grande denunciam espancamentos. **O Globo**, p. 12, 17 out. 1986.
- SILÊNCIO no morro, comemoração no asfalto. **O Globo**, p. 16, 20 set. 2002.
- SIMON pede debate sobre a pena de morte. **O Globo**, p. 03, 11 jan. 1993.
- SOLDADOS vasculham um prédio inteiro. **O Globo**, p. 20, 16 dez. 1994.
- TANCREDO viaja ao exterior dia 25 e encontrará o Papa. **Jornal do Brasil**, 10 jan 1985, capa.
- TODOS somos responsáveis. **Jornal do Brasil**, 24 jun. 1993.
- TOQUE de recolher tácito. **Jornal do Brasil**, 15 abr. 2004, JB Barra, p. 03.
- TRAFICANTE mais procurado do Rio, Uê convoca entrevista e fala de política, drogas e segurança: 'A polícia não está nem aí'. **O Globo**, p. 11, 02 set. 1994.
- TRAFICANTE pode conseguir liberdade condicional. **O Globo**, p. 15, 10 mar. 1993.
- TRAFICANTES intimidam Gabeira em favela. **O Globo**, p. 19, 20 ago. 2010.
- TRAFICANTES privatizaram a favela. **O Globo**, p. 8, 26 set. 1993.
- TRÁFICO delimita áreas de Copa a Ipanema. **Jornal do Brasil**, 6 abr. 2003, capa.
- TROPAS americanas fazem incursão ao centro de Bagdá. **O Globo**, 6 abr. 2003, capa.
- TROPAS americanas já estão nas ruas de Bagdá. **Jornal do Brasil**, 06 abr. 2003, capa.
- TURISMO perde US\$ 5 bilhões com a violência. **Jornal do Brasil**, 01 set. 1994, capa.
- UM TRABALHO minucioso da polícia. **O Globo**, p. 16, 20 set. 2002.
- UMA CATEDRAL no coração da cidade, **Jornal do Brasil**, 24 jun. 1993, Caderno Cidade, p. 1.
- UMA DEFESA da justiça social. **Jornal do Brasil**, A2, 04 dez. 2002.
- UMA JUVENTUDE fora-da-lei. **O Globo**, p. 09, 23 jun. 2003.
- UMA RELAÇÃO que começa pelo estômago. **O Globo**, p. 28, 7 nov. 1993.
- UNIÃO decide não enviar tropas para o Estado. **O GLOBO**, p. 16, 15 abr. 2004.
- UPP EM todas as favelas do Rio custaria R\$ 321 milhões. **O Globo**, 13 dez. 2010.
- UPP SOCIAL leva direitos e deveres à comunidade, **O Globo**, p. 27, 20 ago. 2010.
- VIGÁRIO, que era geral, virou legal. **O Globo**, 28 mai. 2010, Segundo Caderno, Gente Boa.

VIOLÊNCIA de bandidos gera os refugiados do tráfico. **O Globo**, p. 14, 28 mai. 2002.

VIVA Rio usa bandido contra a violência. **O Globo** p. 22, 16 dez. 1994.